

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

GUILHERME MARINI PERPETUA

**A MOBILIDADE ESPACIAL DO CAPITAL E DA FORÇA
DE TRABALHO NA PRODUÇÃO DE CELULOSE E PAPEL:
UM ESTUDO A PARTIR DE TRÊS LAGOAS (MS)**

Dourados-MS
Outubro de 2012

GUILHERME MARINI PERPETUA

**A MOBILIDADE ESPACIAL DO CAPITAL E DA FORÇA DE
TRABALHO NA PRODUÇÃO DE CELULOSE E PAPEL:
UM ESTUDO A PARTIR DE TRÊS LAGOAS (MS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior

Área de concentração: produção do espaço regional e fronteira

Dourados-MS
Outubro de 2012

GUILHERME MARINI PERPETUA

**A MOBILIDADE ESPACIAL DO CAPITAL E DA FORÇA DE
TRABALHO NA PRODUÇÃO DE CELULOSE E PAPEL: UM
ESTUDO A PARTIR DE TRÊS LAGOAS (MS)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior

1º Examinador: Edvaldo César Moretti (Membro – UFGD)

2º Examinador: Rosemeire Aparecida de Almeida (Membro - CPTL/UFMS)

Dourados, 22 de outubro de 2012.

Resumo

A partir da segunda metade da década de 1990, o Município de Três Lagoas (MS) passou a esboçar os primeiros traços de um frenético e diversificado processo de industrialização, cujo carro-chefe são as fábricas de celulose (pertencentes às empresas Fibria Celulose e Eldorado Brasil), e, em menor grau, também de papel (da International Paper). Tal fenômeno se insere em um contexto mais abrangente de fortalecimento e expansão do chamado complexo florestal, e dentro dele, do setor de celulose e papel, no Brasil ao longo das últimas décadas. O objetivo desta dissertação é desvendar e compreender os principais traços das dinâmicas espaciais da mobilidade do capital e da força de trabalho, engendrados a partir da territorialização das corporações do setor de celulose e papel na Microrregião de Três Lagoas. A pesquisa teórico-documental e empírica revelou que subjacente à instalação das referidas plantas industriais e de suas bases de monocultivo na área de estudo estão, por um lado, a transformação estrutural da indústria papeleira mundial, e por outro, o movimento de interiorização da produção de celulose no Brasil. Ambos os movimentos são consequências diretas da lógica irrefreável da acumulação sempre ampliada do capital, dentro da qual a mobilidade espacial atua como um expediente absolutamente imprescindível. As explicações mais específicas sobre a escolha do Município de Três Lagoas para a localização dos empreendimentos passam, principalmente, pela presença de um conjunto de condicionantes-chaves neste lugar. Destaque especial deve ser dado ao protagonismo do Estado, em todos os níveis e esferas de governo, um agente absolutamente imprescindível da mobilidade do capital. A pesquisa permite constatar também que o advento da produção de celulose e papel na região estudada conduziu à ocorrência de um intenso fluxo migratório de trabalhadores empregados nas diversas atividades laborais envolvidas. Em função da heterogeneidade dos trabalhadores migrantes que compõem o fluxo, estabeleceu-se uma tipologia que os separa em três grupos: a) dos trabalhadores da construção civil e montagem; b) dos trabalhadores do plantio e manejo do eucalipto; c) dos trabalhadores da indústria. O processo migratório observado evidencia a intensa fragmentação da classe trabalhadora atual e o fenômeno da mobilidade espacial da força de trabalho, em sintonia com o caráter desigual e combinado da geografia capitalista, estando correlacionado com os elementos mais perversos da produção flexível apenas nos casos dos dois primeiros grupos, enquanto que, contraditoriamente, significa o oposto no terceiro. Ao final, conclui-se que a mobilidade espacial não é apenas uma consequência do funcionamento do sistema de metabolismo social do capital, mas sim, concomitantemente, um fator *sine qua non* para esse funcionamento, possuindo sentidos profundos e estruturais dentro dele.

Palavras-chave: celulose e papel; sistema de metabolismo social do capital; mobilidade espacial do capital; mobilidade espacial da força de trabalho; Microrregião de Três Lagoas (MS).

Abstract

From the second half of the 1990s, the city of Três Lagoas (MS) started to show the first traces of a frantic and diversified industrialization process, whose flagship is the pulp mills (belonging to the companies Fibria Celulose and Eldorado Brasil), and to a lesser extent, also paper mill (International Paper). Such phenomenon is part of a broader context of strengthening and expanding of the so-called forest complex, and within it, the pulp and paper sector in Brazil over the past decades. The goal of this dissertation is to uncover and understand the main features of the dynamics of spatial mobility of the capital and labor force, engendered from the territorialisation of corporations in the pulp and paper sector in Microregion of Três Lagoas. The theoretical-documentary and empirical research revealed that underlying the installation of these industrial plants and their bases of monoculture in the study area are, on the one hand, the structural transformation of the world paper industry, and secondly, the movement to farther areas of production of cellulose in Brazil. Both movements are direct consequences of the inexorable of the always magnified accumulation of the capital, within which the spatial mobility acts as an absolutely essential expedient. The more specific explanations about the choice of the city of Três Lagoas to the location of the projects are mainly by the presence of a set of key constraints in this place. Special emphasis should be given to the role of the State, at all levels and spheres of government, an absolutely indispensable agent of the capital mobility. The research also enables to verify that the advent of pulp and paper production in the study area led to the occurrence of an intense migration of workers, employees in various work activities involved. Because of the heterogeneity of migrant workers who make up the stream, a typology was set up that divides them into three groups: a) the construction and assembly workers; b) planting and management of eucalyptus workers; c) industry workers. The migration process observed highlights the intense fragmentation of the current working class and the phenomenon of spatial mobility of the workforce, consistent with the uneven character and combined of the capitalist geography, being correlated with the most perverse elements of flexible production only in cases of the first two groups, while, paradoxically, it means the opposite in the third. At the end, it is concluded that the spatial mobility is not only a consequence of the operation of the social metabolism of the capital, but, concomitantly, a *sine qua non* factor for this operation, having deep and structural meanings within it.

Key-words: pulp and paper; system of social metabolism of the capital; special mobility of the capital; spacial mobility of the workforce; Microregion of Três Lagoas (MS).

*À Andréa: sinônimo de amor, companheirismo e
dedicação incondicionais e incansáveis ao longo
deste árduo trabalho.*

*Aos seres humanos que, cotidianamente, têm suas
vidas consumidas nas engrenagens deste sistema
que transforma homens em coisas, e coisas em
homens.*

AGRADECIMENTOS

A minha noiva Andréa, pela compreensão e paciência quanto a minha ausência nos momentos mais difíceis deste trabalho, e ainda por toda a sua ajuda com sugestões e correções tão valiosas.

A minha grande família, a base sólida nesta caminhada.

À dona Terezinha e ao seu Mário, pela acolhida tão hospitaleira na cidade desconhecida.

Ao meu grande amigo e orientador Antonio Thomaz Junior, pelo exemplo diário de simplicidade e valorização do trabalho coletivo, e por todas as conversas, dicas, sugestões, críticas e estímulos recebidos. Nada teria sido feito sem o apoio dele.

Aos professores Edvaldo César Moretti, Sedeval Nardoque e Rosemeire Aparecida de Almeida, pela participação no exame de qualificação e na defesa da dissertação.

Aos amigos e amigas de turma, aos quais o destino deu-me a honra de conhecer ao longo do curso, especialmente ao Gilson, ao José Roberto, ao Fábio, à Francielle, à Juliana e à Solange.

Ao Tayrone Asevedo, pela amizade, hospitalidade e parceria nas ações de pesquisa mais difíceis.

Ao companheiro José Carlos de Moraes Pires, pelo apoio técnico indispensável na parte cartográfica desta dissertação.

A todos(as) os(as) entrevistados(das), que nos receberam com tanta disposição e carinho.

Ao senhor Antonio Bottaro, da empresa de transportes São Luis, pelos dados compilados e gentilmente cedidos.

À UFGD, pelo ensino público de qualidade.

A toda a equipe de técnicos e professores do PP-GG/UFGD, e de modo especial ao coordenador Charlei Silva, o qual viabilizou todos os trâmites necessários para a pesquisa e a defesa.

À CAPES, pelo suporte financeiro indispensável para a realização deste trabalho.

A todos e todas, muito obrigado!

*É isso o que fazemos diariamente. Nos enchemos de peso até não
podermos nos mover, e podem estar certos: mover-se é viver.*
Ryan Bingham, *Up in the Air* (Amor sem escalas).

*Aqui as empresas encontraram moleza, isenção de impostos, acordo com o comerciantes
locais que derrubam a cotação de salários, mão de obra barata, sonegação dos direitos
trabalhistas, sindicato fraco, dinheiro do BNDES e dos fundos de pensão, campo fértil
para as injustiças sociais. Três Lagoas é um campo minado, e do jeito que levam as coisas
querem reproduzir os acontecimentos de Jirau.*
Trabalhador e sindicalista (anônimo) da montagem industrial em Três Lagoas.

SUMÁRIO

Lista de figuras	p. 11
Lista de tabelas	p. 12
Lista de quadros	p. 12
Lista de abreviaturas e siglas	p. 14
Apresentação	p. 17
Introdução	p. 20
CAPÍTULO 1 - TRÊS LAGOAS: A PRODUÇÃO DE CELULOSE E PAPEL E AS MIRAGENS DO DESENVOLVIMENTO	p. 29
1.1. <i>Os (mega)projetos do setor de celulose e papel na Microrregião de Três Lagoas</i>	p. 30
1.2. <i>Da Região do Bolsão à nova Costa Leste?</i>	p. 39
1.3. <i>Alguns desdobramentos: os “ovos quebrados” para a “omelete” do capital</i>	p. 46
1.4. <i>O debate público</i>	p. 61
CAPÍTULO 2 – MOBILIDADE DO CAPITAL E DA FORÇA DE TRABALHO NO SISTEMA DE METABOLISMO SOCIAL DO CAPITAL	p. 64
2.1. <i>A matriz clássica e neoclássica</i>	p. 67
2.2. <i>A matriz keynesiana</i>	p. 71
2.3. <i>A matriz marxista</i>	p. 73
2.4. <i>A mobilidade espacial do capital</i>	p. 83
2.5. <i>A mobilidade espacial da força de trabalho</i>	p. 94
2.6. <i>Os “signos da mobilidade” no capitalismo contemporâneo</i>	p. 103
CAPÍTULO 3 – A TRANSFERÊNCIA ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE CELULOSE E A INSERÇÃO DE TRÊS LAGOAS NA CADEIA PRODUTIVA MUNDIALIZADA DO PAPEL	p. 112
3.1. <i>O complexo celulose-papel no Brasil</i>	p. 113
3.2. <i>A mobilidade do capital e o processo de transferência espacial da produção de celulose</i>	p. 120
3.3. <i>O Estado como agente primordial da mobilidade do capital</i>	p. 139
3.4. <i>Os condicionantes internos da inserção da Microrregião de Três Lagoas na cadeia produtiva mundializada do papel</i>	p. 150
CAPÍTULO 4 – A FORÇA DE TRABALHO EM MOVIMENTO E O SEU ESPAÇO NO DESERTO VERDE	p. 178
4.1. <i>Do emprego idealizado ao emprego gerado</i>	p. 179
4.2. <i>Migração para o trabalho em Três Lagoas</i>	p. 191
4.3. <i>Uma tipologia do trabalhador migrante na produção de celulose e papel</i>	p. 196
4.3. 1. <i>Trabalhadores migrantes da construção/montagem das plantas fabris</i>	p. 197
4.3.2. <i>Trabalhadores migrantes do plantio e do manejo do eucalipto</i>	p. 211
4.3. 3. <i>Trabalhadores migrantes da indústria</i>	p. 217

4.4. <i>A explosão das contradições</i>	p. 222
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 229
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 234
ANEXOS	p. 246

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização da Microrregião de Três Lagoas.....	p. 32
Figura 2 -	Complexo Fibria-IP em Três Lagoas.....	p. 33
Figura 3 -	Controle Acionário da Fibria Celulose.....	p. 34
Figura 4 -	Canteiro de Obras da Fábrica da Eldorado Brasil em Três Lagoas.....	p. 35
Figura 5 -	Composição do Capital Investido pela Eldorado Brasil.....	p. 36
Figura 6 -	Localização das Unidades Industriais das Empresas de Celulose em Três Lagoas.....	p. 37
Figura 7 -	Evolução da Área Plantada com Eucalipto e Pinus entre 2006 e 2010 em Mato Grosso do Sul (em mil/ha).....	p. 38
Figura 8 -	Plantios de Eucalipto por Estado Brasileiro em 2011.....	p. 39
Figura 9 -	Arrecadação de ICMS Por Atividade Econômica em Três Lagoas em 1995	p. 42
Figura 10 -	Total de Exportações de Três Lagoas entre 2006 e 2010.....	p. 49
Figura 11 -	Volume de Exportações Por Grupo de Produtos em Mato Grosso do Sul em 2010.....	p. 50
Figura 12 -	Evolução da População de Três Lagoas entre 1996 e 2010.....	p. 51
Figura 13 -	Destino das Exportações Brasileiras de Celulose em 2011.....	p. 116
Figura 14 -	Composição dos Custos Médios de Produção da Celulose de Fibra Curta no Mundo.....	p. 124
Figura 15 -	Consumo <i>Per Capita</i> de Papel no Mundo em 2010 (Países selecionados).....	p. 128
Figura 16 -	Evolução do Valor das Exportações e Importações Chinesas de Papel e Cartão (em US\$).....	p. 132
Figura 17 -	Situação de Três Lagoas em Relação aos Principais Eixos de Transportes de Mato Grosso do Sul.....	p. 159
Figura 18 -	Região Prioritária Para a Implantação do PEF/MS.....	p. 173
Figura 19 -	Zonas Ecológico-Econômicas de Mato Grosso do Sul.....	p. 175
Figura 20 -	Geração de Emprego em Três Lagoas entre 2005 e 2011.....	p. 183
Figura 21 -	Geração de Emprego na Microrregião de Três Lagoas entre 2005 e 2011.....	p. 184
Figura 22 -	Trabalhadores da construção civil no canteiro de obras da fábrica da Eldorado em Três Lagoas.....	p. 198
Figura 23 -	Localização Aproximada dos Maiores Alojamentos Atualmente Utilizados Pelos Trabalhadores da Construção/Montagem da Empresa Eldorado Brasil	p. 201

Figura 24 -	Alojamento I dos Trabalhadores da Empresa Eldorado Brasil em Três Lagoas.....	p. 202
Figura 25 -	Viveiro de Mudanças Clonais da Fibria na Unidade de Três Lagoas.....	p. 214
Figura 26 -	Trabalhadores Terceirizados na Área de Plantio da Fibria em Três Lagoas...	p. 214
Figura 27 -	Corte do Eucalipto na Unidade da Fibria em Três Lagoas.....	p. 215
Figura 28 -	Conjuntos Residenciais Para Funcionários das Empresas de Celulose e Papel em Três Lagoas.....	p. 220

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Três Lagoas: Fábricas Instaladas ou Em Instalação entre 2005 e 2009.....	p. 45
Tabela 2 -	Três Lagoas: Evolução do PIB Entre 2005 e 2009.....	p. 47
Tabela 3 -	Três Lagoas: Empresas, Pessoal Ocupado e Remunerações entre 2006 e 2009	p. 48
Tabela 4 -	Microrregião de Três Lagoas: Situação dos Municípios Quanto ao Saneamento em 2010.....	p. 53
Tabela 5 -	Três Lagoas: Evolução do Número de Veículos entre 2005 e 2010.....	p. 54
Tabela 6 -	Microrregião de Três Lagoas: Variação da População Rural.....	p. 58
Tabela 7 -	Brasil: Evolução da Produção de Celulose e Papel entre 1970 e 2010 (em milhões de toneladas).....	p. 114
Tabela 8 -	Mundo: Maiores Produtores de Celulose e Papel em 2010.....	p. 115
Tabela 9 -	Mundo: Área ocupada Com o Cultivo de Árvores em 2009 (países selecionados).....	p. 119
Tabela 10 -	Mundo: Produção de Celulose entre 1994 e 2004 (em milhões de toneladas)...	p. 122
Tabela 11 -	Mundo: Produção de Papéis Por Categoria entre 1990 e 1999.....	p. 132
Tabela 12 -	Metas de Plantio de Árvores do PEF/MS.....	p. 172
Tabela 13 -	Três Lagoas: Relação Entre Admissões e Desligamentos entre 2007 e 2011 (setores selecionados).....	p. 184
Tabela 14 -	Três Lagoas: Volume de Passageiros Provenientes de Outros Destinos entre 2005 e 2011.....	p. 194
Tabela 15 -	Três Lagoas: Volume de Passageiros Para Outros Destinos entre 2005 e 2011	p. 195

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	A Nova Geografia da Produção de Celulose no Brasil.....	p. 137
Quadro 2 -	Fatores Intervenientes Para a o Cultivo de Árvores em Mato Grosso do Sul Segundo o PEF-MS.....	p. 171
Quadro 3 -	Relação entre Investimento Industrial e Empregos Diretos Gerados em Três Lagoas (Casos selecionados).....	p. 182

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Floresta Plantada
ALL – América Latina Logística
ALOGCOMEX – Associação de Logística e Comércio Exterior
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CERFLOR - Programa Brasileiro de Certificado Florestal
CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CENIBRA – Celulose Nipo-Brasileira
CESP - Companhia Energética do Estado de São Paulo
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMPC – Companhia Manufaturada de Papeis e Cartões
CFPA - Cambridge Forest Products Associates
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENID – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FAMASUL – Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FCO – Fundo Constitucional para o Centro-Oeste
FIEMS – Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul
FISET – Fundo de Investimento Setorial
F-PDI - Fundo de Planejamento e Desenvolvimento Industrial
GASBOL – Gasoduto Brasil-Bolívia
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IP – International Paper
IPEF - Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais
IPEF - Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais
IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano
ISS – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MPT – Ministério Público do Trabalho

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NOB – Ferrovia Noroeste do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PEF-MS – Plano Para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas de Mato Grosso do Sul

PGT-MS - Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul

PLADESCO - Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNF - Programa Nacional de Florestas

PNPC – Plano Nacional de Papel e Celulose

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POLOCENTRO – Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados

PPA – Plano Plurianual de Investimentos

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROPFLORA – Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas

PPI – Pulp & Paper International

PT – Partido dos Trabalhadores

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

REFLORE-MS - Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas

ROTAI – Rondas Ostensivas e Táticas do Interior

RPO - Rede de Percepção de Odor

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SEMAC - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, de Planejamento e de Ciência e Tecnologia

SEPLANCT - Secretaria de Estado de Planejamento de Ciência e Tecnologia

SEPROTUR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo de Mato Grosso do Sul

SINTIESPAV-MS – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil Pesada

SINTRICOM – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil, Imobiliário e Cerâmica de Três Lagoas

SISREL – Sistema de Reserva Legal

SITITREL – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

SUFRAMA – Superintendência da Zona-Franca de Manaus

UTE – Usina Termelétrica

VCP – Votorantim Celulose e Papel

WRM – World Rainforest Movement (Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais)

ZEE-MS – Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul

APRESENTAÇÃO

O texto que o leitor tem em mãos não é apenas o resultado da somatória dos esforços de investigação que realizei, no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior, durante os curtos anos do mestrado. É também uma consequência da minha própria trajetória pessoal antes e depois do ingresso na universidade.

Sou trabalhador e filho de trabalhadores, e nesta circunstância, desde muito cedo, pude experimentar na pele as contradições presentes no universo do trabalho estranhado e alienado da sociedade do capital, e os efeitos da reestruturação produtiva e de sua produção flexível. Em apenas cinco anos, exerci as funções de auxiliar de escritório, cobrador, auxiliar geral, vendedor e auxiliar de produção, e em cada uma destas ocupações, inquietava-me o fato de ter que utilizar minhas capacidades (físicas e intelectuais) em benefício de outras pessoas, as quais possuíam o domínio quase absoluto sobre mim – pelo menos no local de trabalho –, sem que notasse qualquer sentido no que tinha que fazer todos os dias. Deste modo, o trabalho era sempre um fardo amarrado às minhas costas e levado com muito custo.

Os elementos propulsores para o ingresso na universidade estão relacionados exatamente a isto: por um lado, a busca por melhorar de vida e quem sabe tornar-me mais livre daquelas amarras, e por outro, o desejo de compreender aquilo que o senso comum não permitia sobre o processo de trabalho. Deixar o emprego e encontrar outras formas de remuneração, bem como a própria escolha do curso de Geografia, foram todas consequências espontâneas de tais anseios.

Durante o curso de graduação em Geografia (licenciatura e bacharelado), iniciado no ano de 2006 e concluído em 2010, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP) - campus de Presidente Prudente (SP), ocorreu-me a possibilidade de realizar um aprofundamento na vasta temática do trabalho a partir dos conceitos, categorias e discussões da ciência geográfica. Este fato me aproximou do CEGeT, sediado naquela universidade, e do seu coordenador, Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior, que a partir de então, passou a orientar minha pesquisa com caráter de estágio não obrigatório, acerca da relação entre o movimento pendular de trabalhadores da região de Presidente Prudente (SP) para o comércio desta cidade, e a produção espacial desigual e combinada sob égide do capitalismo. A escolha da temática da pesquisa explica-se não

apenas pelo interesse no grande tema do trabalho, mas também pelo fato de que eu mesmo já havia sido um trabalhador do comércio, realizando o referido movimento pendular cotidianamente. A mesma pesquisa desembocou, posteriormente, na monografia de conclusão de curso.

Entretantes, decidi tentar o ingresso no curso de mestrado, em vista da entusiasmante experiência inicial com a atividade de pesquisa, e da possibilidade de aprofundamento na temática que o curso permitiria. A escolha do tema para o projeto se deu em função de um trabalho de campo realizado em uma das disciplinas da graduação, o qual chamou a atenção para o intenso processo de industrialização do Município de Três Lagoas, em que se destacavam as monumentais fábricas do segmento de celulose. Frente às inúmeras possibilidades de investigação deste fenômeno, vislumbrei ser um caminho interessante explorá-lo, tendo como ponto focal as dinâmicas da mobilidade espacial, tanto do capital quanto do trabalho, envolvidas no processo, já que tinha tido um contato inicial com os aportes teóricos que tratam de tais temáticas.

A escolha do curso, por sua vez, se deu sobretudo por julgar importante conhecer mais de perto a realidade de Mato Grosso do Sul, através da vinculação a uma instituição de ensino superior de qualidade, assim como estabelecer contato com pesquisadores que estão envolvidos com pesquisas sobre temas correlatos. Obviamente, também contribuiu para isso o fato do mesmo orientador na graduação compor o corpo docente do mestrado em Geografia da UFGD.

O ingresso no mestrado implicou a mudança do local de moradia, da região do Pontal do Paranapanema para a região de Dourados (MS), distantes uma da outra mais de 450 km. Portanto, passei a experimentar também a condição de migrante, e migrante temporário, que, embora em uma situação “privilegiada”, vivia, como nas célebres palavras de José de Souza Martins, “nem lá, nem cá”, entre a *dessocialização* e a *ressocialização* que nunca chegaram a ser completas. Portanto, a dissertação em apreço foi feita por alguém que, sabe por experiência própria, o que é ser trabalhador e o que é ser migrante.

O itinerário de pesquisa que se seguiu revelou uma enorme complexidade, acentuada em muito pela velocidade dos acontecimentos, da qual eu não fazia ideia quando da elaboração do projeto. Abria-se um novo universo diante dos meus olhos, composto pelos meandros da produção de celulose, tema com o qual até então eu havia apenas flertado brevemente nesse momento inicial. A confusão mental gerada pelas primeiras tentativas de aproximação foi sendo, aos poucos, dissolvida com as inúmeras leituras,

coletas e análises de dados (primários e secundários) e trabalhos de campo. Em termos metodológicos, destaque especial deve ser dado às entrevistas com representantes do poder público, sindicalistas e trabalhadores, que em seus depoimentos trouxeram até mim elementos explicativos fundamentais, e ainda, ao material de cunho jornalístico que permitiu acompanhar, conquanto com ressalvas, o desenrolar veloz dos acontecimentos. Nas ações de pesquisa de campo, quero destacar a parceria com Tayrone A. Asevedo, mestrando do PP-G da CPTL/UFMS, que desenvolve pesquisa de mestrado com tema correlato.

Pari passu, as discussões e leituras realizadas no âmbito das disciplinas cursadas foram igualmente incorporadas às análises, somando muito a elas. No mesmo sentido, os colóquios com o orientador e a participação nas atividades do grupo de pesquisa (CEGeT) fizeram-se imprescindíveis em cada momento da pesquisa, quase sempre solitária.

Por isso, quero salientar que as linhas que seguem, com seus possíveis acertos e erros, não devem ser vistas como uma consequência direta do trabalho individual, mas sim, como um esforço coletivo, envolvendo a CAPES, instituição financiadora da pesquisa, a coordenação e os professores da UFGD com os quais tive contato, os amigos que fiz durante as atividades de campo e os eventos que participei em Três Lagoas, e também durante o curso em Dourados, o orientador e o grupo de pesquisa, todos, sem exceção, peças fundamentais nesta empreitada.

Espero, sinceramente, que esta dissertação possa contribuir para o entendimento dos assuntos estudados, somando um pouco que seja aos estudos da Geografia do Trabalho, e que com isso possamos manter interlocução crítica com os movimentos sociais envolvidos nas lutas emancipatórias.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, reforçaram-se os traços de um panorama mundial socioeconômico e ecológico, no mínimo, perturbador. São partes dele as sucessivas crises financeiras, o aumento da pobreza em termos absolutos, a intensificação do processo de precarização do trabalho e o desemprego estrutural cada vez mais crônico, atingindo amplas parcelas da classe trabalhadora mundial, e, o mais assustador dos cenários, o risco de um colapso ecológico iminente – inédito na história da humanidade - pela via da autodestruição da espécie humana.

Quando os primeiros vultos da catástrofe *in potentia* começaram a se tornar visíveis, ainda na década de 1970, houve o advento de contradiscursos radicais, como os do movimento ambientalista, em seus primeiros dias, e os da crítica marxista do desenvolvimento desigual capitalista (PORTO-GONÇALVES, 2006). A essência do que se vislumbrava, no entanto, não foi atacada e alterada adequadamente, e aos poucos, concepções reformistas, baseadas na tese de um possível *desenvolvimento sustentável*¹ sob a vigência do sistema do capital, alçaram ao lugar de paradigmas predominantes.

Atualmente, em face de um horizonte tão sombrio, as velhas teses têm sido revestidas de “mantos” mais modernos, capazes de reaquecer a esperança esmaecida em um futuro mais próspero e harmonioso, ou pelo menos em algum futuro para a humanidade. O mais recente desses mantos é a proposta da *economia verde* (ou do *enverdecimento* da economia), adotada e defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio do seu braço específico para assuntos ambientais, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Tal proposta, vale lembrar, foi um dos dois temas centrais do Rio+20 (2012), ao lado do tema “erradicação da pobreza e estrutura institucional”.

Em seu relatório, intitulado “Rumo a uma economia verde – caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza” (2011), o PNUMA a define nos seguintes termos: “uma economia que resulta em *melhoria do bem-estar da humanidade e*

¹ O conceito de desenvolvimento sustentável foi inicialmente proposto pelo documento intitulado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), que ficou conhecido como “Relatório Brundtland”, elaborado em 1987 pela Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Mais tarde, ganhou grande destaque com o economista polonês Ignacy Sachs, que defendeu a tese de que ele deve estar fundamentado em três princípios básicos: a prudência ecológica, a eficiência econômica e a justiça social.

igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica” (PNUMA, 2011, p. 1. Grifos no original). Em uma economia deste cariz, o crescimento do emprego e da renda deve ser impulsionado por investimentos (públicos e privados) que aumentam a eficiência energética e reduzem o uso de recursos, as emissões de carbono e a poluição, e ainda previnem perdas de biodiversidade e serviços ecossistêmicos. À guisa de justificativa desfere críticas ao padrão econômico e de desenvolvimento predominante, por meio do qual muito capital foi mal empregado na consolidação de uma “economia marrom”, responsável pelas mazelas atuais.

O conceito de economia verde, adverte o documento, não substitui o de desenvolvimento sustentável, ao contrário, representa um meio imediato de iniciar a “necessária” transição que levará, em longo prazo, à sustentabilidade, que é a verdadeira meta final. Da mesma forma, não é antagonista do crescimento econômico, “[...] mas sim um *novo mecanismo de crescimento*; ou seja, uma rede geradora de trabalho digno, que também consiste em uma estratégia vital para a eliminação da pobreza persistente” (PNUMA, 2011, p. 2. Grifos nossos). Observa-se que o tema da geração dos chamados “empregos verdes” também é central nesta abordagem, e diz respeito à possibilidade de criação de postos formais de trabalho, dignos e seguros, a partir de sua adoção.

Do ponto de vista prático, o documento propugna a concentração de esforços e investimentos em alguns setores estratégicos, capazes de impulsionar tendências definidoras da transição. Diante do grave problema do desmatamento, acentuado enormemente pelo aumento da demanda por produtos florestais no mundo, no período atual, a silvicultura é apontada como uma desses setores possuidores de tal capacidade, tanto pelo caminho da conservação das florestas existentes, quanto pela via do “reflorestamento”.

Aí se enquadra, sob a ótica adotada, toda uma ampla gama de atividades econômicas estrategicamente denominadas “de base florestal”, ou simplesmente, pertencentes ao cada vez mais pujante “setor florestal”. A ideia-chave é a de que é possível plantar florestas, reduzindo a pressão por recursos florestais naturais e, concomitantemente, contribuindo para a restauração do solo e para a mitigação do aquecimento global, por meio de seu potencial de retenção de carbono, dentre outros benefícios. Nas palavras de Antonio Sérgio Alípio, presidente do conselho diretor da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), define-se assim “[...] uma atividade empresarial para a *mitigação das mudanças climáticas*, para a *segurança energética*, para a *subsistência rural*, para *maior produtividade sem degradação*

ambiental e para o planejamento do uso consciente do solo” (ABRAF, 2012. Grifos nossos). Sendo assim, nada haveria de mais sustentável e verde que o setor de florestas plantadas, precursor da nova era (verde) do capital.

Contudo, é preciso focar além do otimismo nada ingênuo que reina nos organismos (ditos) supranacionais e no meio empresarial. A proposta da economia verde guarda em si um duplo aspecto ideológico: por um lado, ratifica a possibilidade de uma relação sociometabólica sustentável e harmoniosa, ou seja, em que haja equilíbrio entre os ciclos naturais e a reprodução social em escala global, sob a égide do sistema do capital, desde que sejam feitas as devidas correções; por outro, apresenta como caso exemplar a ser seguido e fomentado, um setor cada vez mais oligopolizado que, malgrado a ilusão visual, tem dado mostras incontestes de sua voracidade insaciável por recursos naturais e de sua negligência em relação às necessidades humanas mais elementares².

No Brasil, vive-se um momento delicado, em que o modelo de desenvolvimento adotado, com sua face bifronte que combina a exportação de produtos primários com o fortalecimento do mercado interno, pela inclusão de uma grande parcela da população no consumo, começa a ter sua viabilidade ameaçada pela legislação ambiental vigente, conquistada a tão duras penas ao longo da história do País. O maior testemunho deste fato é, sem dúvida, o duelo encarniçado entre ruralistas e seus opositores em torno da proposta do Novo Código Florestal, em tramitação na Câmara Federal.

Ora, nisso não há nenhuma novidade digna de espanto, pois, a dilapidação dos recursos naturais sempre foi o preço a ser pago pela inserção subordinada do Brasil como elo de reserva da cadeia mundializada do capitalismo, em sua fase monopolista (COVRE, 1983; MENEGAT, 2008). A novidade consiste precisamente no fato de que, num contexto como esse, em que se discute a necessidade de conservação e até de recomposição das florestas e matas naturais, a ideia de florestas plantadas assume um aspecto potencialmente redentor.

A posição destacada do Brasil no rol dos países com maior extensão de cultivos de árvores (6º lugar em 2010, com mais de 6,7 milhões de ha), a produtividade ímpar de

² Sobre o assunto, veja-se os alertas feitos nos boletins do WRM (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais); o relatório “Temas Conflituosos Relacionados à expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados” (MMA, 2005) e ainda, os documentos “O latifúndio dos eucaliptos” (VIA CAMPESINA, 2006) e “Deserto Verde: os impactos do monocultivo de eucalipto e pinus no Brasil” (REPORTER BRASIL, 2011).

algumas espécies do gênero *Eucalyptus*³ em nosso território, e o dinamismo e competitividade da indústria de celulose nacional, são argumentos que corroboram com uma suposta “vocação natural” do País para as “florestas plantadas”, pretensamente congruente com os desafios socioambientais do presente.

Neste trabalho, adota-se uma perspectiva crítica em rela o   proposta da economia verde e a ideia de florestas plantadas. Em primeiro lugar, porque, como afirmam Clark & Foster (2011), o metabolismo do capital leva inevitavelmente   produ o de *falhas metabólicas* com o rompimento de ciclos naturais eternos, pelo intervencionismo humano desenfreado, o que implica a degrada o ecológica nos ciclos e processos naturais. Com efeito, a premissa de uma dinâmica de acumula o controlada, em harmonia com os ciclos naturais  , por sua própria lógica imanente - presidida pela concorrência inextinguível entre capitais parcelares -, uma falácia completa, pois ela  , em essência, incontrolável (MÉSZÁROS, 2007; 2011).

Assim, como postula a premissa ecossocialista exposta por Michel L wy,

la protección de los equilibrios ecológicos del planeta, la preservación de um medio favorable para las especies viventes [...] son incompatibles con la lógica expansiva y destructiva del sistema capitalista (2011, p. 11).

Toda a esperança em possíveis reformas que constituam um “capitalismo verde” perde, portanto, por completo, a razão de sua existência. Em segundo lugar, porque, usar o termo floresta para designar as áreas de monocultivo de árvores (incluindo o eucalipto)  , no mínimo, uma aplica o equivocada que, como observa Vilela (2011), se apoia no conceito adotado pela Organiza o das Na es Unidas para Agricultura e Alimenta o (FAO), a partir do qual florestas são definidas como “terras que se estendem por mais de 0,5 hectare, dotadas de árvores com altura superior a 5 m e uma cobertura de dossel superior a 10%, ou de árvores capazes de alcançar esta altura *in situ*” (FAO *apud* VILELA, 2011, p. 131). De acordo com a autora, tal conceito   extremamente simplista e bastante questionável, sobretudo sob o prisma da biologia, pois, uma defini o mais confiável

³ O gênero *Eucalyptus*   originário da Austrália, e ainda hoje   cobertura natural de extensas áreas na Oceania, de onde foi trazido para o Brasil no início do século XX. S  na Austrália existem mais de 600 espécies desse gênero, adaptadas a condi es naturais as mais diversas. As espécies que melhor se adaptaram no Brasil foram a *Eucalyptus Salinas* e *Eucalyptus Grandis*, provenientes das áreas quentes e úmidas da Costa Leste e do Norte australiano, com grande capacidade de realiza o de fotossíntese e, por conseguinte, de absor o de  gua (FREITAS JÚNIOR, 2011). Estima-se que uma única árvore consuma em média 30 litros de água por dia, quantidade que   ainda maior em variedades geneticamente modificadas (VIA CAMPESINA, 2006).

pressupõe algumas das características básicas das florestas: a diversidade, a riqueza de estratificação vertical, a interação com seus demais componentes e as adaptações aos diferentes meios onde se desenvolvem. *Além disso, as florestas são insubstituíveis em algumas funções ambientais, como balanço térmico, ciclo das águas e preservação da biodiversidade, além de ofertar serviços e trabalho para as populações humanas que vivem em seus limites* (VILELLA, 2011, p. 131. Grifos no original).

Deste modo, o que existe na realidade são extensas áreas, em geral contíguas, constituídas por uma única espécie vegetal e cultivada segundo os preceitos mais modernos da agricultura de precisão (manipulação genética, intensa aplicação de substratos químicos, mecanização etc.) para atender à crescente demanda industrial por matéria-prima.

O objeto que investigamos e buscamos compreender com a pesquisa é parte de todo o contexto exposto, e como parte, ele é, por assim dizer, a síntese desta totalidade complexa que ganha empiricidade em um lugar específico: a Microrregião de Três Lagoas (MS)⁴. O início da atuação de três (mega)corporações do setor de celulose e papel neste espaço regional, há menos de uma década, fez dele um território-alvo do monocultivo de eucalipto e transformou o seu município sede num dos maiores produtores de celulose na atualidade, com as duas maiores plantas industriais deste segmento em funcionamento no mundo.

Diferentemente do ocorrido em outros lugares, o processo em questão só desencadeou um debate público expressivo tardiamente, quando os gigantescos projetos já haviam sido cancelados pelo poder público, ganhando terreno e concretude. No âmbito nacional, no entanto, os anúncios de instalação de fábricas e suas respectivas áreas de plantio como as que agora estão situadas em Três Lagoas, provocaram manifestações contundentes e questionamentos acerca dos reais interesses por trás dos projetos e das possíveis consequências para os habitantes locais e para o seu território.

Recentemente, no Rio Grande do Sul, o anúncio de três grandes projetos do setor de celulose e papel na região Sul do estado (Campanha gaúcha) provocou manifestações incisivas por parte dos movimentos sociais. Destaca-se, nesse sentido, a ação promovida pela Via Campesina no dia 08 de março de 2006 que ganhou repercussão nacional e internacional, envolvendo mais de duas mil mulheres que invadiram um viveiro de mudas da empresa Aracruz Celulose (atual Fibria) em Barra do Ribeiro (RS), objetivando, segundo o movimento, “[...] chamar a atenção dos males que as monoculturas do

⁴ Neste trabalho, os termos *microrregião* e *região* são usados como sinônimo de Microrregião Geográfica do IBGE.

agronegócio multinacional, em especial os novos latifúndios de eucalipto e pinus, causam ao povo e ao meio-ambiente” (VIA CAMPESINA, 2006, p. 4). Desde então, a Via Campesina continua realizando manifestações públicas ao menos uma vez ao ano no estado (MORELLI, 2011).

De fato, segundo Morelli (2011), autor de uma tese sobre a territorialização dos referidos projetos no RS, está-se diante de um assunto que divide opiniões e gera debates e conflitos.

A implantação de bases florestais com ênfase na monocultura do eucalipto no Brasil e no Mundo, por empresas e cadeias produtivas do setor de papel e/ou celulose divide opiniões e provoca conflitos entre os grupos envolvidos e a sociedade civil local/regional e internacional. Alguns a apontam como causadoras de impactos sociais e ambientais negativos nas áreas aonde são implantadas, outros a apontam como atividade econômica propulsora de desenvolvimento [...]. Em nível global e local, isso gerou e vem gerando conflitos entre as empresas de celulose e grupos contrários à monocultura, demonstrando que *se realmente existe desenvolvimento socioeconômico a partir desta atividade, não está contemplando parcelas da sociedade local* (p. 12-13. Grifos nossos).

Levar em consideração outros casos no Brasil e no mundo, e fazer comparação entre eles e o caso da região de Três Lagoas, certamente é um meio de entender melhor os problemas e riscos presentes, principalmente por conta da similitude dos projetos atuais de produção de celulose.

Parafrazeando o subtítulo da obra de Jussi Pakasvirta (2011), historiador Finlandês que se dedicou ao estudo de caso da instalação de uma fábrica de celulose em Fray Bentos (Uruguai), a história deste processo em Três Lagoas é também uma *história da globalização*; uma história sobre a forma como produzimos um artigo indispensável (o papel) por meio da combinação hierárquica de territórios desiguais no espaço mundial, com todas as suas consequências. Portanto, ela deve ser tomada não como um objeto de crítica em si, mas como porta de entrada para a discussão de um modelo de sociedade cronicamente inviável. A opção por uma abordagem multiescalar, que vai do local até o global e vice-versa, tem a ver com esta perspectiva.

Sem dúvida alguma, uma abordagem fundada nos nexos e atributos lógicos e no corpo referencial próprio da ciência geográfica (SUERTEGARAY, 2001; MOREIRA, 2007), primando, portanto, pela dimensão espacial do fenômeno em questão, pode proporcionar contribuições singulares, visto que, como afirma Morelli (2011), o *campo territorial* ocupa o centro das estratégias das corporações da celulose.

Mas a complexidade do fenômeno, a velocidade dos acontecimentos e a escala dos desdobramentos territoriais multiplicam exponencialmente a diversidade de possibilidades analíticas, mesmo no escopo da Geografia. Apenas para enumerar de forma sucinta, a análise das transformações no espaço urbano ou rural (cidade e campo); das alterações na estrutura social e econômica regional; dos impactos ambientais e da mudança nos aspectos culturais locais e suas novas manifestações, seriam alguns, entre os muitos ângulos passíveis de proporcionar excelentes trabalhos. Entretanto, optamos por adotar o viés da *mobilidade* como ponto focal, na medida em que, acreditamos, pode desnudar aspectos profundos da lógica espacial, e, portanto, geográfica, do sistema de metabolismo social do capital⁵ em seus aspectos gerais e contemporâneos.

Resulta do mesmo intento a especificação temática exposta no título do presente trabalho, que indica a análise das dinâmicas da mobilidade do capital e da força de trabalho, contraditoriamente, os polos antagônicos e mutuamente implicados na equação social reificada, fetichizada, estranhada e alienada dessa forma histórica singular de intercâmbio reprodutivo entre sociedade e natureza. Em suma, ela pretende orientar os esforços analíticos no sentido da construção de uma leitura geográfica do trabalho, o ponto de Arquimedes do empreendimento do capital.

Por conseguinte, isso exige entender que há uma relação dialética em curso entre o empreendimento societal do capital, o trabalho humano e as constantes reconfigurações territoriais (THOMAZ JÚNIOR, 2011a) como a que está por trás dos novos (mega)projetos da celulose e do papel em Três Lagoas. A proposta metodológica para apreender os sentidos profundos dessa relação consiste, conforme Thomaz Júnior, em focar

[...] o fenômeno do trabalho no sentido da dinâmica geográfica e o fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho, num vai-e-vem dialético que nos permitiria apreender o conteúdo e o significado espacial e territorial do metabolismo societário da sociedade do capital, sendo, pois, o espaço, estrutura, a categoria abarcante que referencia o uso interligado com o território, recorte de domínio ou dimensão locacional do domínio (2011a, p. 98).

O fenômeno da mobilidade espacial, por sua vez, um dos mais importantes fenômenos da sociedade contemporânea, exige novas leituras que transcendam a noção de mera descrição e mensuração de fluxos ou deslocamentos físicos, tão propalada na história do pensamento geográfico (MARANDOLA JÚNIOR, 2008; ROCHA, 1998). Figura como

⁵ O conceito de *sistema de metabolismo social do capital* será detalhado e tratado mais adiante, no Capítulo 2 deste trabalho.

hipótese central do presente estudo a ideia de que a mobilidade espacial do capital e do trabalho não é apenas um efeito da dinâmica da acumulação sempre ampliada do capital, mas também um fator imprescindível para que ela ocorra, numa relação de *reciprocidade dialética* entre os termos que lhe confere sentidos profundos no sociometabolismo vigente.

Na formulação do projeto, estabelecemos como objetivo geral *desvendar e compreender os principais traços das dinâmicas espaciais da mobilidade do capital e da força de trabalho, engendrados a partir da territorialização das indústrias do setor de celulose e papel na Microrregião de Três Lagoas (MS)*. Para atingi-lo, os objetivos específicos formulados foram os seguintes:

- Conhecer os fatores concretos que levaram a Fibria, a Eldorado Brasil e demais empresas do setor a verticalizarem parte seus capitais no município de Três Lagoas, com a construção de seus complexos industriais e de suas áreas de cultivo, e a forma a partir da qual eles estão associados à conjuntura atual global do modo de produção capitalista e ao seu processo de reestruturação produtiva;
- Compreender quais são os traços principais das dinâmicas que regem a mobilidade espacial do grande capital no mundo atual e suas especificidades no recorte analítico adotado;
- Compreender quais são os traços principais das dinâmicas que regem a mobilidade espacial da força de trabalho no mundo atual e suas especificidades no recorte analítico adotado.

O texto que segue está dividido em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro é dedicado à apresentação do recorte analítico e dos fatos e processos que constituíram os pressupostos empíricos da pesquisa. Contextualiza brevemente, para tanto, o fenômeno da constituição do complexo celulose-papel em Três Lagoas, do ponto de vista histórico e geográfico, e busca situá-lo a partir de alguns dos seus inúmeros desdobramentos diretos e do debate cada vez mais intenso suscitado por eles.

O segundo capítulo expõe e procura problematizar o constructo teórico-metodológico sobre o qual se fundamentou a análise. Nesse sentido, inicia-se com a apresentação e a caracterização das três principais matrizes de interpretação do fenômeno da mobilidade espacial (Clássica/Neoclássica, Keynesiana e Marxista) e seus limites explicativos, expõe os pontos principais da leitura adotada e, em seguida, aborda

separadamente as questões da mobilidade do capital e do trabalho. Conclui-se com as implicações para a mobilidade provocadas pelos novos elementos do capitalismo na atualidade (pós 1970).

À luz da base teórica sobre a mobilidade espacial do capital delineada no capítulo anterior, o terceiro capítulo busca demonstrar como a expansão e o fortalecimento da produção de celulose - e, em menor medida, também de papel - no Brasil em geral, e na Microrregião de Três Lagoas em particular, relaciona-se de maneira íntima com a lógica irrefreavelmente expansionista do capital e seu expediente da mobilidade, materializado em processos que se desdobram nas escalas global e nacional. Parte-se, pois, da exposição das características gerais do monocultivo de árvores e do setor celulósico-papeleiro no País, passando em seguida, para a análise de algumas de suas transformações recentes nos planos mundial e nacional e a avaliação do papel do Estado brasileiro na conformação de seus aspectos. Por fim, busca-se esquadrihar os condicionantes internos específicos que têm feito de Três Lagoas um dos lugares mais visados para os projetos do setor.

O quarto e último capítulo objetiva apresentar e analisar as dinâmicas da mobilidade da força de trabalho no processo de territorialização das fábricas de celulose e papel, com especial enfoque nas questões da geração de emprego, dos fluxos migratórios (temporários e permanentes) de trabalhadores para Três Lagoas e em suas manifestações de resistência e indignação, diante da dinâmica exploratória fragmentadora e precarizante da acumulação nas sucessivas etapas desse processo (inicialmente, na construção e montagem, e, posteriormente, no funcionamento habitual das novas plantas, aí incluídas suas áreas de monocultivo).

CAPÍTULO 1

TRÊS LAGOAS: A PRODUÇÃO DE CELULOSE E PAPEL E AS MIRAGENS DO DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo objetiva expor o recorte analítico e os fatos e processos que constituíram os pressupostos empíricos da pesquisa ora apresentada. Privilegiamos uma abordagem que partiu do presente, tendo em vista a atualidade do caso estudado, contextualizando o fenômeno da constituição do complexo celulose-papel em Três Lagoas do ponto de vista histórico e geográfico, e buscando situá-lo a partir de alguns dos seus desdobramentos diretos e do debate cada vez mais intenso suscitado por eles.

Em meio à miríade de ângulos de análise possíveis do fenômeno em questão, nossa opção pelo presente apoia-se no princípio advogado por Milton Santos, de que nos estudos geográficos

[...] o *objeto de análise é o presente*, toda análise histórica sendo apenas o indispensável suporte a compreensão de sua produção. Nesse caso, é importante levar em conta que não se trata de efetuar uma prospecção arqueológica que seja, em si mesma, uma finalidade. Trata-se de *um meio* (SANTOS, 2012, p. 32. Grifos nossos).

1.1. Os (mega)projetos do setor de celulose e papel na Microrregião de Três Lagoas

No dia 19 de fevereiro de 2010, o Município de Três Lagoas recebia a ilustre visita do então chefe do poder executivo nacional, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que para ele se dirigiu exclusivamente com a finalidade de conhecer as instalações da maior fábrica de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto do mundo⁶, pertencente à empresa Fibria Celulose S/A, e da fábrica de papel integrada, da International Paper.

Em seu discurso proferido naquela ocasião, o presidente exaltou com delongas o momento de prosperidade econômica vivido pelo Brasil, fundado no binômio crescimento econômico/ampliação das condições de consumo da população mais pobre, e argumentou

⁶ A polpa ou pasta de celulose pode ser caracterizada tendo como critérios o tipo de indústria em que foi produzida, chamada “integrada” quando conta também com máquinas de papel, e “de mercado” quando processa apenas a celulose; a técnica aplicada ao processo produtivo, que pode ser por desgaste (Pastas de Alto Rendimento – PAR), por processos semiquímicos (pastas termomecânica e quimiotermodomecânica) ou químicos (de Sulfato ou *Kraft* e de Sulfito); o comprimento das fibras (de fibra curta quando entre 0,5 mm e 1,5 mm, e de fibra longa quando entre 3,0 mm e 6,0 mm); e a sua submissão ou não ao processo de branqueamento (branqueada ou não branqueada). São essas as características que definem a sua utilização como matéria-prima para cada tipo específico de papel, de modo que, por exemplo, a celulose de fibra curta branqueada, devido as suas especificidades, é utilizada para a produção de papéis de imprimir e escrever e papéis especiais e sanitários, ao passo que a de fibra longa não branqueada serve para a produção de papéis para embalagem, embalagem corrugada e outros materiais de embalagem de papel e papelão. Diversas espécies arbóreas podem servir como matéria-prima da celulose e no Brasil, em função de aspectos naturais e históricos e da produtividade adquirida, as espécies do Gênero *Eucalyptus* são as mais utilizadas.

em favor dos interesses do grande capital monopolista, expondo-os como interesses do povo brasileiro. “Todos estão felizes e alegres”, dizia Lula, “porque é o estado do Mato Grosso [do Sul], é Três Lagoas e é o Brasil que conseguiu construir uma fábrica moderna, competitiva e que não deve nada a nenhuma outra fábrica do mundo, nem do ponto de vista tecnológico e nem do ponto de vista da nossa mão de obra” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SECRETARIA DE IMPRENSA, 19/02/2010)⁷.

O evento foi um marco simbólico da transformação substancial que se processa no município e na microrregião em questão, e é fato emblemático dos acontecimentos que têm feito parte do seu cotidiano já há alguns anos, relacionados com a territorialização do assim chamado *complexo celulose-papel*⁸, que compõem a premissa objetiva deste estudo.

O Município de Três Lagoas está localizado no leste do estado⁹ de Mato Grosso do Sul e à margem direita do Rio Paraná, divisando também a leste com o município de Castilho, no estado de São Paulo. É a sede da microrregião homônima, da qual também fazem parte os municípios de Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Brasilândia e Santa Rita do Pardo, segundo a regionalização oficial do IBGE (Figura 1)¹⁰.

⁷ Disponível em: <<http://www.imprensa.planalto.gov.br>> (Acessado em 18/04/2011).

⁸ Toma-se por empréstimo a expressão “complexo celulose-papel” dos trabalhos de alguns estudiosos que aqui são referência, e que se debruçaram sobre o mesmo objeto no mesmo recorte analítico, como Almeida (2010), Kudlavicz (2011), Borges (2012), entre outros. Para uma definição mais detalhada veja-se a p. 113 deste trabalho.

⁹ Para efeito de diferenciação, grafaremos “estado” (com inicial minúscula) quando estivermos nos referindo ao nível organizativo de governo ou unidade federativa, e “Estado” (com inicial maiúscula) quando fizermos menção ao Estado-Nação.

¹⁰ O atual território dos municípios de Água Clara, Brasilândia e Santa Rita do Pardo, pertencia anteriormente ao município de Três Lagoas, tendo sofrido emancipação política nos anos de 1953, 1963 e 1987, respectivamente. O município de Ribas do Rio Pardo foi distrito do município de Campo Grande até 1943, quando dele emancipou-se.

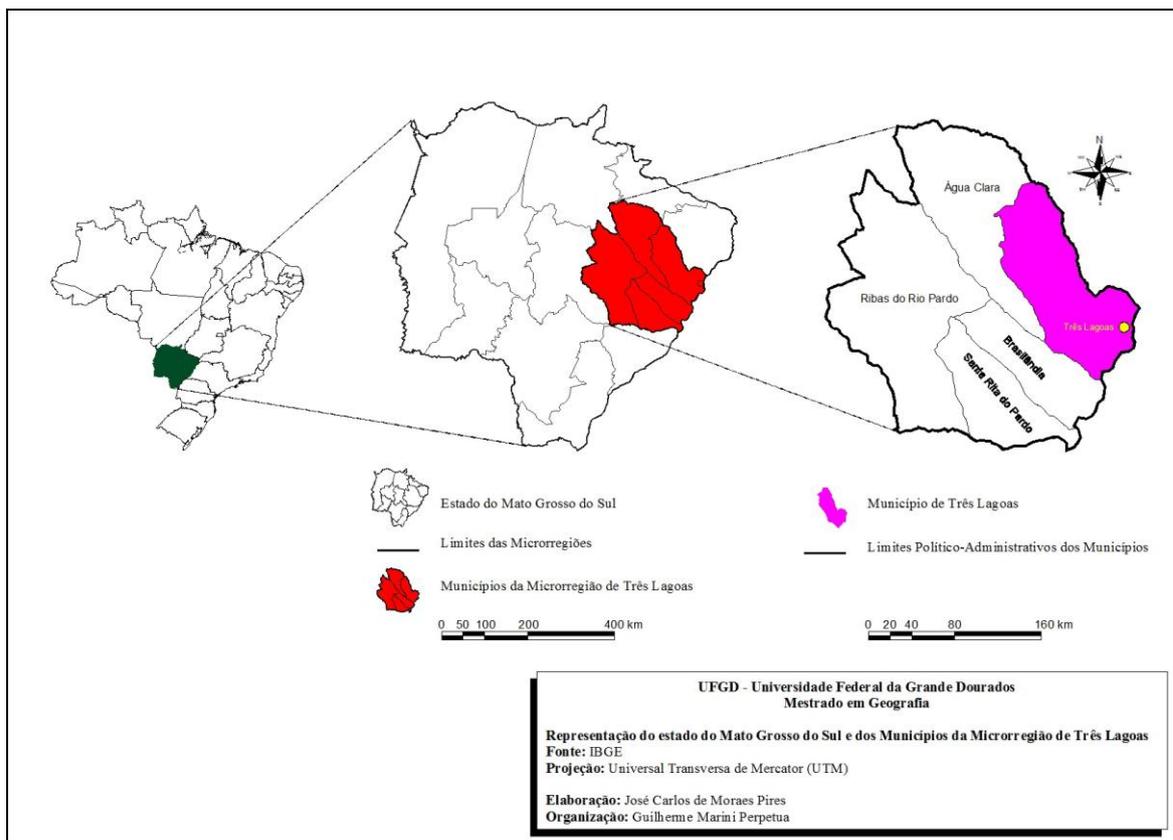


Figura 1 – Localização da Microrregião de Três Lagoas
Elaborado por José Carlos de M. Pires e organizado pelo autor.

O *start up* da instalação deste tipo específico de indústria na região ocorreu com a chegada da empresa brasileira Votorantim Celulose Papel (VCP), o antigo “braço verde” do Grupo Votorantim, em parceria com a International Paper, que compuseram um projeto conjunto batizado “Projeto Horizonte”, a partir de troca de ativos entre as duas empresas no ano de 2006, momento em que se deu o lançamento da pedra fundamental do então chamado Complexo VCP-IP. Sua construção levou três anos e custou cerca de R\$ 3,88 bilhões, financiados em grande parte pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 2009, ano de sua entrada em operação, a unidade já possuía capacidade produtiva de 1,3 milhão de toneladas/ano de celulose, equivalentes a $\frac{1}{4}$ da produção total da empresa (ALMEIDA, 2010), que, fundida à Aracruz Celulose no mesmo ano, recebeu o nome de Fibria, ascendendo ao posto de maior produtora mundial desta *commodity*. (Figura 2). Neste mesmo período a empresa anunciou seu objetivo de mais do que dobrar a capacidade produtiva de sua unidade no município de Três Lagoas até 2014, com a inauguração de uma segunda linha de produção que acrescentará mais 1,5 milhão de toneladas/ano ao cômputo de sua produção total. Para a concretização de parte deste intento, a Fibria já encaminhou solicitação de recurso no valor de R\$ 70,5 milhões ao

Conselho Estadual do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) (JORNAL DO POVO DE TRÊS LAGOAS, 21/03/2012)¹¹.



Figura 2 – Complexo Fibría-IP em Três Lagoas
Fonte: Fibría¹².

A Fibría Celulose S/A é atualmente a maior produtora de celulose de fibra curta do mundo, com capacidade instalada total para processar 4,7 milhões de toneladas e base de cultivo própria de 974,4 mil ha. Atua em 7 estados e 254 municípios brasileiros, possuindo unidade industrial e de cultivo em São Paulo (Município de Jacareí), Espírito Santo (Município de Aracruz) e Microrregião de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, além de plantações na Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e de participação no Terminal Marítimo de Caravelas (BA) e no Terminal Especializado de Barra do Riacho (Portocel), em Aracruz (ES), do qual detém 51% das ações em sociedade com a Cenibra. A companhia também faz parte da *joint venture* Veracel, cuja fábrica está situada na Bahia (Município de Eunápolis), juntamente com a sueco-finlandesa Stora Enso. Seu lucro líquido obtido em 2011 foi da ordem de R\$ 868 milhões, e seus ativos foram calculados em R\$ 27,8 bilhões no mesmo ano (FIBRIA, 2012).

¹¹ Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=47913> (acessado em 21/03/2012).

¹² Disponível em: <<http://sititrel.com.br>> (acessado em 21/09/2012).

Em sendo empresa de capital aberto, as ações da Fibria são negociadas nas bolsas de São Paulo, onde se encontra sua sede, e Nova Iorque (EUA). Seu controle acionário é exercido pelo BNDES Participações e pela Votorantim Industrial. (Figura 3).

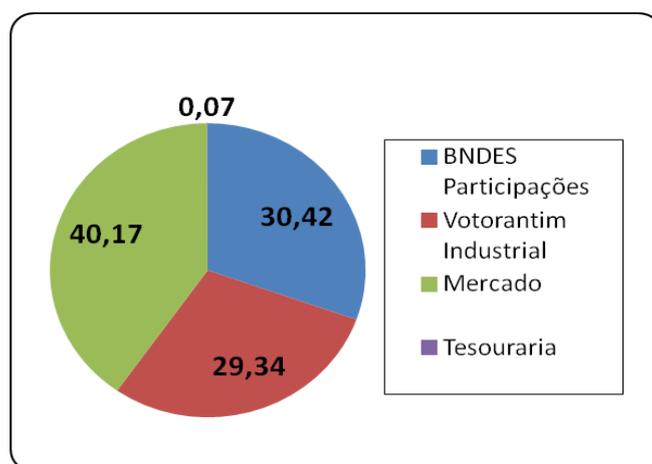


Figura 3 – Controle Acionário da Fibria Celulose
Fonte: Fibria (2012) (Relatório de sustentabilidade).
Organizado pelo autor.

A fábrica de papel integrada da International Paper no Município de Três Lagoas constitui o seu único projeto *greenfiel* – ou seja, começado do zero em área não tradicionalmente industrial - fora dos EUA, e possui capacidade produtiva de 225.000 toneladas/ano de papel não revestido de imprimir e escrever (PAINEL FLORESTAL, 18/05/2012)¹³.

A International Paper é uma companhia multinacional de origem estadunidense, especializada na produção de papéis não revestidos e embalagens, com operações na América do Norte, Europa, Rússia, América Latina, Ásia e Norte da África. Seus negócios também incluem a Xpedx, empresa de distribuição na América do Norte. Sediada em Memphis (EUA), a companhia está presente em mais de 24 países e atende clientes no mundo inteiro. Seu faturamento líquido de 2010 foi superior a US\$ 25 bilhões. No Brasil, o sistema integrado de produção da IP é composto por três fábricas, duas no Estado de São Paulo e uma no Mato Grosso do Sul. Seus produtos são as linhas de papéis para imprimir e escrever Chamex e Chamequinho, e a linha gráfica de papéis Chambril.

Em 2010, a empresa Eldorado Brasil, controlada pelo grupo JBS e pela MCL Empreendimentos, e sediada em Três Lagoas, também lançou a pedra fundamental de sua fábrica de celulose no município, um projeto ainda mais audacioso orçado em cerca de R\$

¹³ Disponível em: <<http://painelflorestal.com.br/noticias/internationalpaper/15032/international-paper-participa-da-maior-feira-industrial-do-mato-grosso-do-sul>> (acessado em 21/05/2012).

5,1 bilhões, R\$ 2,7 dos quais financiados com aportes públicos via BNDES (BNDES, 06/06/2011)¹⁴. Denominado “Projeto Eldorado”, o empreendimento, ainda em construção e estrategicamente encravado às margens do Rio Paraná, visa suplantiar a capacidade produtiva da Fibria no município, e foi projetado para ser a maior fábrica de celulose de fibra curta branqueada do mundo, com capacidade produtiva de 1,5 milhão de toneladas/ano e entrada em operação prevista para o mês de novembro de 2012.



Figura 4 – Canteiro de Obras da Fábrica da Eldorado Brasil em Três Lagoas
Autor: Tayrone Roger A. Asevedo. (13/04/2012).

Segundo declarações do seu atual diretor-presidente, José Carlos Grubisich, a empresa pretende expandir sua capacidade produtiva em mais 3,5 milhões de toneladas/ano até 2020 na unidade de Três Lagoas, atingindo a espantosa marca de 5 milhões de toneladas/ano (PERFIL NEWS, 05/04/2012)¹⁵.

Pode-se mesmo afirmar que a própria gênese da Eldorado Brasil, no ano de 2010, está relacionada com a territorialização do complexo celulose-papel na região de Três Lagoas. Isso porque resultou de uma parceria firmada entre o investidor Mário Celso Lopes, natural de Andradina (SP) (município situado a cerca de 34 km de Três Lagoas), e o grupo brasileiro JBS, que abriga a a maior empresa de proteína animal do planeta, o frigorífico JBS, com um faturamento anual de R\$ 55 bilhões e 125 mil funcionários espalhados por unidades industriais, escritórios e centros de distribuição em 20 países (ISTO É - DINHEIRO, 10/06/2011)¹⁶. Tal aliança representa a mais ousada das ações que compõem a estratégia de diversificação conduzida pelo JBS, e se efetivou com a junção dos ativos das empresas de reflorestamento Florágua (pertencente à MCL) e Florestal

¹⁴ Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Im_prensa/Noticias/2011/industria/20110606_eldorado.html> (acessado em 29/02/2012).

¹⁵ Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/eldorado-inaugura-fabrica-de-celulose-de-tres-lagoas-em-13-de-dezembro>> (acessado em 06/04/2012).

¹⁶ Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/59474_A+APOSTA+DO+JBS+NO+PAPEL> (acessado em 11/06/2011).

(sociedade entre esta última e o JBS), somados aos recursos captados no fundo de investimento FIP Florestal. (Figura 5).

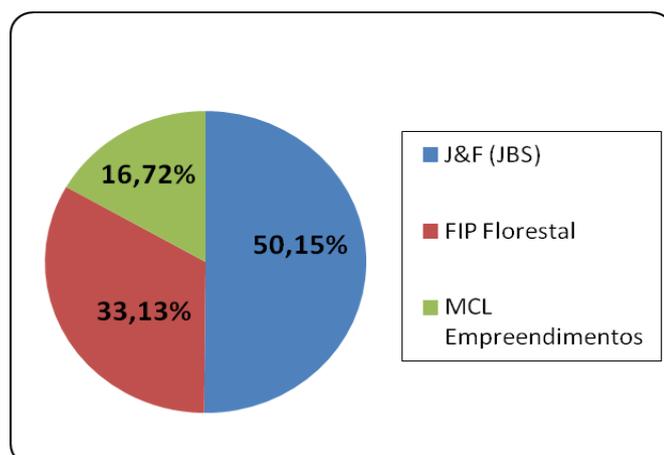


Figura 5 – Composição do Capital Investido pela Eldorado Brasil

Fonte: Painel Florestal (08/04/2012)¹⁷. Organizado pelo autor.

Recentemente, segundo informações veiculadas pela imprensa, sem dar qualquer explicação, o empresário Mário Celso Lopes teria firmado compromisso de vender sua participação no negócio para a J&S, que, concluído a transação, tornar-se-á a única controladora (PERFIL NEWS, 04/06/2012)¹⁸.

Dentro do território de Três Lagoas, a localização das unidades industriais em questão (Figura 6) tem a ver com motivos demandados pelo próprio processo produtivo da celulose, que consome uma enorme quantidade de água, e com a disposição da infraestrutura de transporte e as facilidades por ela oferecidas para o escoamento da produção.

¹⁷ Disponível em: <<http://painelflorestal.com.br/noticias/eldorado-brasil/14629/presidente-da-eldorado-brasil-confirma-cronograma-e-geracao-de-2-200-a-2-500-empregos-diretos>> (acessado em 09/04/2012).

¹⁸ Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/eldorado-inaugura-fabrica-de-celulose-de-tres-lagoas-em-13-de-dezembro>> (acessado em 04/06/2012).

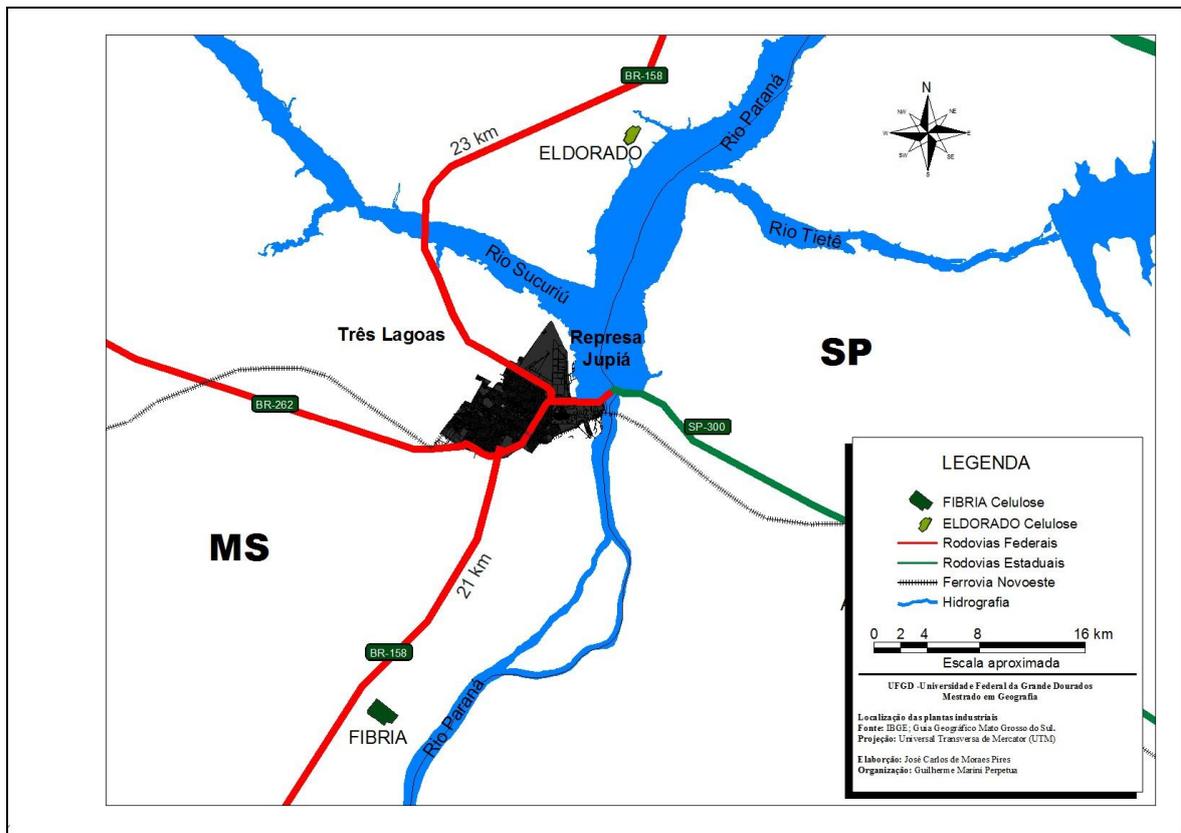


Figura 6 – Localização das Unidades Industriais das Empresas de Celulose em Três Lagoas
Elaborado por José Carlos de M. Pires e organizado pelo autor.

Na esteira dessas indústrias-motrizes, territorializa-se também o monocultivo do eucalipto em escala realmente avassaladora em Mato Grosso do Sul, concentrando-se, sobretudo, no território dos municípios da Microrregião de Três Lagoas.

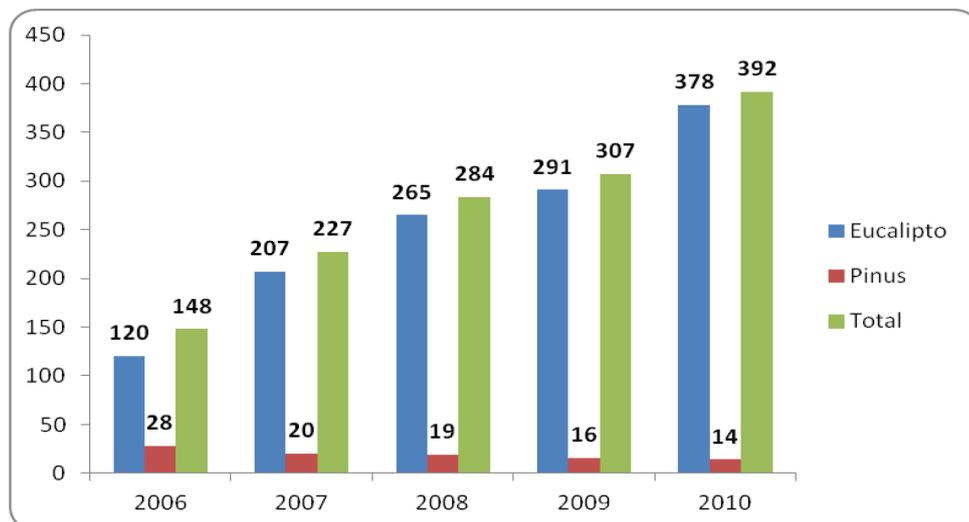


Figura 7 – Evolução da Área (ha) Plantada com Eucalipto e Pinus entre 2006 e 2010 em Mato Grosso do Sul (em mil/ha)Fonte: REFLORE-MS (2012)¹⁹.
Adaptado Pelo autor.

Constata-se que a partir do início da instalação do complexo Fibria-IP, em 2006, a área plantada total com eucalipto e pinus no estado de Mato Grosso do Sul foi ampliada em 264,8%, crescimento alavancado somente pelo primeiro gênero, que apresentou crescimento relativo de 315%, ao passo que o segundo decaiu 100%. Segundo dados da Associação Brasileira dos Produtores de Floresta Plantada (ABRAF, 2012), a área total ocupada com o cultivo de árvores em Mato Grosso do Sul já atingiu os 487.399 ha no ano de 2011; destes, 378 mil estão localizados na Microrregião de Três Lagoas (REPORTER BRASIL, 2011), e de acordo com a estimativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo de MS (SEPROTUR), esta área alcançará os 700 mil ha nos próximos anos (PAINEL FLORESTAL, 20/03/2012).

Tão célere expansão do monocultivo de eucalipto fez com que, em 2011, mesmo diante do arrefecimento dos índices de crescimento dos estados tradicionalmente produtores, o estado de MS apresentasse o segundo maior crescimento de área cultivada com este gênero no País (24,3%, em comparação com o ano anterior), logo após o Tocantins (37,1%), que ocupou o topo do ranking. Em função do crescimento, o MS, tradicionalmente conhecido pela pecuária e pela soja, passou ao posto de quarto estado em

¹⁹ Estes dados foram extraídos da apresentação utilizada na palestra proferida pelo presidente em exercício desta associação na I FERIA da Cadeia Produtiva de Base Florestal Sustentável de Três Lagoas, realizada entre os dias 10 e 13 de abril de 2012 na cidade de Três Lagoas (MS). Disponível em: <<http://www.treslagoasflorestal.com.br/noticias/163-download-das-palestras-do-tres-lagoas-florestal>> (acessado em 08/06/2012).

área plantada com eucalipto no Brasil em 2011, atrás apenas de Minas Gerais (1.401.787 ha), São Paulo (1.031.677 ha) e Bahia (607.440 ha) (ABRAF, 2012). (Figura 8).

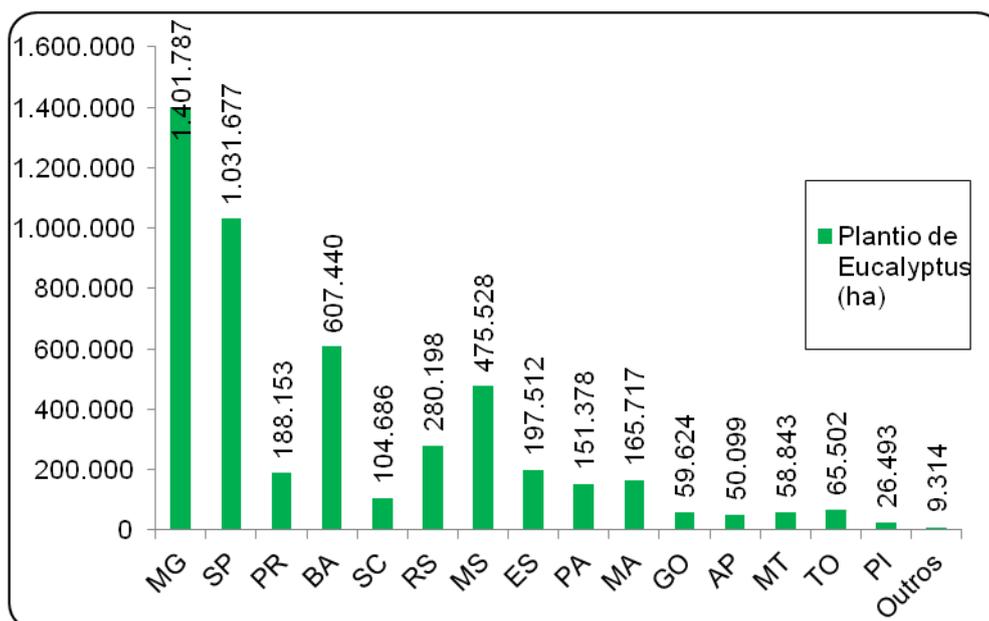


Figura 8 – Plantios de Eucalipto por Estado Brasileiro em 2011

Fonte: Anuário ABRAF (2011), Associadas individuais e coletivas da ABRAF (2012) e diversas fontes compiladas por Pöyry Silviconsult (2012). (apud ABRAF (2012)). Elaborado e organizado pelo autor.

1.2. Da Região do Bolsão à nova Costa Leste?

A leitura midiática de tais fatos, via de regra, pautada-se na exaltação dos números e na associação instantânea entre crescimento econômico e desenvolvimento, tomando a territorialização do complexo celulose-papel como a grande alternativa para o estado de MS, e, em especial, para a sua porção Leste.

Junto ao verde das paisagens homogêneas formadas pelos eucaliptais contíguos e a perder de vista, da grandiosidade das fábricas e da maquinaria altamente tecnológica no campo, ícones do “progresso capitalista” que são *per si* eloquentes, aparecem nas reportagens e matérias jornalísticas expressões que buscam criar uma identidade regional a partir das abruptas transformações econômicas.

Uma matéria publicada por revista de grande circulação (ÉPOCA-NEGÓCIOS, 04/04/2010)²⁰, por exemplo, confere à Três Lagoas o título de “capital mundial da celulose”, realçando o “boom” de investimentos que atualmente ocorre no município e

²⁰ Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI177058-16642-6,00-TRES+LAGOAS+CAPITAL+MUNDIAL+DA+CELULOSE.html>> (acessado em 20/11/2010).

todas as pretensas benesses que teriam vindo com ele. Outras expressões, como “celeiro brasileiro” e “metrópole global da celulose” (CORREIO DE TRÊS LAGOAS, 08/03/2012)²¹, tornaram-se clichês do glossário midiático local, reforçando o elo entre o progresso e o ufanismo vinculados às grandes inversões do setor. Mário Celso Lopes, o grande artífice do Projeto Eldorado, chegou a afirmar recentemente que “Três Lagoas é a Dubai brasileira”, em analogia à pujante capital de um dos sete Emirados Árabes (PAINEL FLORESTAL, 06/06/2012)²².

A exaltação dos portentos de Três Lagoas é reforçada por classificações como a da Agência de Estudos e Pesquisas de Mercado Florenzano Marketing, que em 2009, indicou o município como o 25º entre os 300 mais dinâmico do Brasil²³.

O discurso dos agentes do Estado reitera as miragens midiáticas e delas se apropria em nome da aprovação popular, para justificar o apoio irrestrito que se tem dado ao grande capital industrial. Nesse sentido, são exemplares as palavras da atual prefeita de Três Lagoas, Márcia Moura, na cerimônia de abertura de evento que congregou centenas de empresas do setor florestal no município que administra:

A plantação de eucaliptos, *florestas plantadas*, representa um novo *ciclo de crescimento sustentável* para Três Lagoas e para o nosso estado de Mato Grosso do Sul [...] E onde a indústria chega [ela] mexe com a vida das pessoas, mexe com a economia, a cidade gira, o mercado melhora, a rede hoteleira agradece, o comércio agradece, crescem as oportunidades para todos, beneficiando os micro, pequenos, médios, grandes homens e mulheres de negócio. Aumentam as demandas da infraestrutura de serviços e também da urbanização, ou seja, aumenta muito mais a responsabilidade da nossa administração. Posso afirmar que a administração municipal está atenta e pronta pra enfrentar o que significa pra nós o *bom desafio* (Informação verbal. 10/04/2012. Transcrição literal).

Perante tão entusiasmantes transformações e esse “bom desafio”, a atual secretária de Produção e Turismo (SEPROTUR), Tereza Cristina Corrêa da Costa, propôs inclusive que fosse substituída a antiga denominação *Região do Bolsão*, consagrada historicamente para designar a porção leste de MS, pelo nome de “Costa Leste [...] uma nova

²¹ Disponível em: <<http://www.correiodetreslagoas.com.br/noticia.php?id=682>> (acessado em 08/03/2012).

²² Disponível em: <http://painelflorestal.com.br/noticias/investimentos/15209/tres-lagoas-e-a-dubai-brasileira-diz-mario-celso-lopes?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=%27Tr%C3%AAAs-Lagoas-%C3%A9-a-Dubai-brasileira%27--diz-M%C3%A1rio-Celso-Lopes> (acessado em 08/06/2012).

²³ Disponível em: <<http://www.3lagoas.com.br/?tres-lagoas-e-a-25-cidade-mais-dinamica-do-brasil&canal=noticias&id=5736>> (acessado em 25/02/2011).

denominação para um novo momento, muito mais próspero, vivido pela região”, dizia a secretária (PAINEL FLORESTAL, 20/05/2012)²⁴.

A expressão Região do Bolsão faz parte de uma regionalização informal do estado, baseada em valores culturais e socioeconômicos, e sua abrangência aproxima-se a do território da atual Mesorregião Leste de MS (segundo regionalização proposta pelo IBGE)²⁵, sendo composta pelas microrregiões de Três Lagoas, Paranaíba e Cassilândia. A denominação surgiu como mote de campanha do então candidato a Deputado Federal de Mato Grosso, Filadelfo Garcial - do Partido Social Democrático (PSD) -, na década de 1950, que a cunhou com o objetivo de expressar o abandono e o descaso por parte do poder público estadual, naquele contexto sediado em Cuiabá, e todas as dificuldades socioeconômicas por que passava, o que, em seu ponto de vista, exigia uma união natural dos municípios em torno de uma mesma identidade regional²⁶. Em função de sua popularidade, décadas mais tarde, a mesma denominação foi adotada pelo programa de desenvolvimento do Governo Zeca do PT (1998-2006) e pelo programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal.

Tendo em vista, de um lado, a clara alusão desta nomenclatura às noções de limitação, pobreza e precariedade, e de outro, o atual desempenho econômico da região presidido pela indústria de celulose e papel, busca-se, portanto, reconstruir sua imagem, a começar pela toponímia.

De fato, o atual contexto da região só pode ser entendido à luz do seu processo de constituição histórica e geográfica. O início do esparso povoamento não indígena no leste de Mato Grosso do Sul, empreendido por criadores de gado paulistas e mineiros, data das primeiras décadas do século XIX, mas o grande marco de sua conformação territorial atual firmou-se com a chegada dos trilhos da antiga Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), a partir do início do século XX. A construção da ferrovia seguiu basicamente dois objetivos: garantir a posse e a defesa da fronteira oeste do então estado de Mato Grosso, e possibilitar o abastecimento dos frigoríficos paulistas com o gado criado em sua região leste. Foi com

²⁴ Disponível em: <<http://painelflorestal.com.br/noticias/geral/14434/undefinedcosta-lesteundefined-e-uma-das-regioes-mais-promissoras-de-ms>> (acessado em 21/03/2012).

²⁵ A mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul é composta pelos municípios de Água Clara, Anaurilândia, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Bataiporã, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Inocência, Nova Anadraina, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Taquarussu e Três Lagoas.

²⁶ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bols%C3%A3o_Sul-Matogrossense> (acessado em 20/03/2012).

a NOB que se originou Três Lagoas, como um importante nó no eixo ferroviário constituído.

Marcadamente por conta dos aspectos edafoclimáticos desta porção de cerrado do atual território Sul-mato-grossense, considerados impróprios para o cultivo da soja, o afluxo de capitais e de pessoas que permitiu o “boom” econômico de outras regiões do estado a partir da década de 1960 - como o Cone-Sul, polarizado pelo Município de Dourados, e o Norte, em que se destaca o Município de São Gabriel do Oeste – advindo do cultivo deste grão, e que foi o principal elemento da emancipação política do estado²⁷, não incidiu sobre ela (MATO GROSSO DO SUL/DIÁRIO OFICIAL, 29/12/2009).

Por esse motivo, não houve aí a modernização agrícola capitalista que marcou as “áreas core” do estado, fazendo com que, ao longo do século XX, se conformasse na região um arranjo produtivo pouco dinâmico, centrado, basicamente, na pecuária extensiva, e, em menor proporção, também na produção de carvão vegetal e de cerâmica, que se manteve até a primeira metade da década de 1990 (JURADO, 2008; KUDLAVICZ, 2011a).

A predominância da pecuária na arrecadação de impostos da região (Figura 9) explicita esta situação.

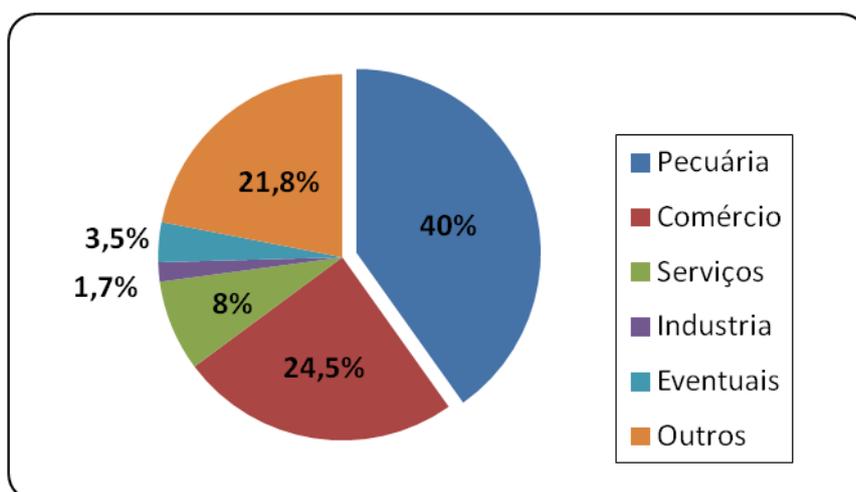


Figura 9 – Arrecadação de ICMS Por Atividade Econômica em Três Lagoas em 1995

Fonte: Jurado (2008). Organizado pelo autor.

Por seu próprio caráter extensivo, a pecuária contribuiu para forjar uma ocupação populacional dispersa e uma estrutura fundiária significativamente concentrada no território da microrregião de Três Lagoas (ALMEIDA, 2010; KUDLAVICZ, 2011a).

²⁷ A criação do estado de Mato Grosso do sul se deu, de direito no ano de 1977, e de fato, em 1979.

Segundo dados do IBGE (2010), a microrregião possui a terceira menor densidade demográfica do estado de MS, com 3,09 hab/km², ficando atrás apenas das microrregiões do Baixo Pantanal (1,67 hab/km²) e do Alto Taquari (2,81 hab/km²).

Como nos mostra Almeida (2010), com base em dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), à semelhança da estrutura fundiária extremamente concentrada de MS como um todo, na Mesorregião Leste, os estabelecimentos inclusos na faixa de menos de 1 a menos de 200 ha, que representam 60,19% do total do número de estabelecimentos, ocupam apenas 4,8% da área total, contra 73,45% da área total ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1.000 ha, que representam apenas 14,3% do total de estabelecimentos.

À escala regional, a rede urbana foi sendo polarizada ao longo das últimas décadas pela cidade de Três Lagoas, cujo poder de centralização estende-se atualmente por toda a Mesorregião Leste (MILANI; SILVA, 2010). Nos dias de hoje, o Município de Três Lagoas sozinho concentra 65,1% da população total da microrregião, estimada em 156.249 habitantes (IBGE, 2010).

Desde um ponto de vista geográfico, pode-se afirmar que a *continuidade* e a *estagnação* foram as principais características das paisagens derivadas deste uso predominantemente agropastoril do território da microrregião, constituído por e a partir dele. Não obstante, como argumentam Campache & Silva (2010), as linhas do quadro socioeconômico descrito foram abaladas em determinados períodos pela ocorrência do que os autores chamam de “saltos progressistas” em Três Lagoas, certos movimentos que impulsionaram o seu crescimento “[...] e reforçaram o discurso hegemônico das elites locais sobre o progresso e o desenvolvimento da cidade” (p. 877). Ademais, cada um desses “saltos” desencadeou a ocorrência de fortes fluxos migratórios, cuja análise faz-se fundamental quando buscamos entender o seu processo de constituição territorial.

Segundo os autores (CAMPACHE; SILVA, 2010), um primeiro salto foi aquele desencadeado pela construção da NOB, no início do século passado (1911). Um segundo, efetivou-se com a construção da Usina Hidrelétrica “Engenheiro Souza Dias”, conhecida como “Usina do Jupia”, que na época era a terceira maior do País. Sendo a primeira etapa do Complexo Hidrelétrico Urubupungá e parte dos projetos desenvolvimentistas do período militar (1964-1985), a usina teve sua construção iniciada em 1965 e concluída em 1974.

O terceiro e mais recente desses saltos progressistas é simbolizado pelo surto de industrialização iniciado em meados da década de 1990, que tem alterado sobremaneira as

características que até então definiam a economia, a sociedade, o espaço e a paisagem da região. A partir de então, dezenas de empresas passaram a instalar suas plantas industriais no município, a maior parte delas oriunda do estado de São Paulo e inserida em seu processo de desconcentração industrial, em busca de vantagens locacionais e dos “benefícios” e “incentivos” (leia-se guerra fiscal) que fazem parte da deliberada política de atração dos investimentos industriais praticada pelos governos estadual e municipal (PEREIRA; GOMES, 2004; JURADO, 2008; CAMPACHE; SILVA, 2010). Do processo participam, principalmente, indústrias pertencentes aos ramos alimentício, têxtil, calçadista, siderúrgico, metal-mecânico, de fertilizantes e de celulose e papel.

Em estudo dedicado à compreensão do fenômeno da industrialização em Três Lagoas, Renata Pereira e Conceição Gomes (2004) subdividem as indústrias aí instaladas em “pioneiras” e “recentes”, apontando como divisor de águas entre elas o ano de 1997, a partir do qual triplicou o número de unidades industriais. Conforme Campache & Silva (2010), atualmente existem mais de 60 fábricas instaladas ou em instalação (distribuídas pelos ramos mencionados) no município, e de acordo com a Prefeitura Municipal (24/06/2010)²⁸, os investimentos do setor secundário já ultrapassam a marca de R\$ 11 bilhões.

Contudo, quer pela vultuosidade dos investimentos, quer por sua expressiva participação no crescimento econômico e nas exportações municipais, ou ainda por seus impactos reais e potenciais, as indústrias do setor de celulose e papel constituem o verdadeiro “carro-chefe” do processo. (Tabela 1).

²⁸ Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/noticias/?id=4142>> (acessado em: 10/01/2010).

Tabela 1 – Três Lagoas: Fábricas Instaladas ou Em Instalação entre 2005 e 2009

Empresa	Tipo de Produção	Investimento (em R\$)
Fibria Celulose	Celulose de fibra curta branqueada	2.300.000.000
International Paper	Papéis de imprimir e escrever	700.000.000
Steell Wire Metalúrgica	Barras de vergalhões de aço	110.000.000
Metalfrio	Equipamentos de refrigeração	50.000.000
Emplal	Embalagens termoformadas, injetadas e selos de alumínio	36.340.000
Rio Prata	Embalagens	31.000.000
RCG	Alarmes	20.500.000
Indama	Fecularia	20.000.000
Braga Comércio e Indústria	Adesivos	20.000.000
IFC/Cobrecom	Fios e cabos elétricos	17.542.000
Homy indústria e comercio de produtos químicos Ltda	Produtos químicos	16.000.000
Fatex	Confecções e vestuário	14.700.000
Feral	Metalurgia	12.000.000
Resimax	Plásticos	11.650.000
Fundição Três Lagoas	Siderurgia	11.500.000
Mercopack	Laminados para displays de comunicação visual e embalagens	11.500.000
Tecnocell Industrial	Transformação de EPS (isopor)	11.500.000
Conde Duck	Meias	4.000.000
Corradi Mazzer	Produtos têxteis	3.112.000
Abzil	Produtos Ortodônticos	2.742.000
Acebrás	Ferro e aço	2.000.000
Embalatec	Embalagens	1.980.343
Gurgel	Motores	1.500.000
Translopes	Equipamentos de transporte	700.000
Central Plast	Produtos plásticos	530.000
Escala	Blocos de concreto	120.000
Kelli Cristina G. Souza ME	Produtos têxteis	120.000
Totais		3.411.036.343

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas (MS) - Relatório de Atividades 2005-2009. Alterado e organizado pelo autor.

Entre 2005 e 2009, período em que houve forte aceleração do processo de industrialização, as duas inversões do setor de celulose e papel (Complexo Fibria-IP) já respondiam por 87,9% do total de investimentos do setor secundário no Município de Três Lagoas, excluindo-se deste cômputo os investimentos derivados do projeto Eldorado, iniciados em 2010.

Mais recentemente, o anúncio de inversões de outros segmentos industriais também tem chamado a atenção por sua magnitude, como é o caso da terceira fábrica de

fertilizantes da Petrobras, cuja construção já está em curso e que será destinada à produção de amônia e ureia, sendo orçada entre R\$ 2 e 3 bilhões; da fábrica da Votorantim Siderurgia, a SITREL, que, segundo a empresa, terá capacidade de produzir 30 mil toneladas de aços longos por ano e será inaugurada ainda em 2012; e de uma fábrica de fibra ótica da empresa Brascopper/Hengton Cabos Ópticos e Tecnologia, resultado da parceria entre a empresa brasileira e o capital chinês aplicado no negócio, com investimentos previstos de até R\$ 10 milhões.

Em face do novo fluxo de investimentos a administração municipal afirma com jactância e em tom festivo que

O processo de industrialização foi com certeza um dos pontos de maior sucesso na administração municipal dos últimos quatro anos [2005-2008]. O município de Três Lagoas deixou a estagnação que vinha amargando desde que a NOB entrou em decadência e retomou sua condição de *ícone do desenvolvimento*, numa economia que tinha na pecuária sua maior fonte de renda. [...] Houve uma mudança de perfil e de matriz econômica (TRÊS LAGOAS, 2009, p. 87. Grifos nossos).

Destaque-se do trecho acima como a indústria é associada, sem reticências e de forma acintosa, ao desenvolvimento do município e da região, reforçando as linhas da construção da cidade polo e da região rica e dinâmica no imaginário social, e angariando, dessa forma, o apoio irrestrito da sociedade local e regional, há décadas ansiosa por uma resposta aos problemas do baixo dinamismo e do esquecimento político.

1.3. *Alguns desdobramentos: os “ovos quebrados” para a “omelete” do capital*

Seguramente pode-se afirmar que a indústria tem rompido de súbito com as características resultantes do uso agropastoril do território, substituindo a continuidade e a estagnação pela *descontinuidade* e pelo *dinamismo*, que passaram a ser as dinâmicas hegemônicas na constituição do espaço regional.

As insólitas transformações no tamanho e na composição do Produto Interno Bruto (PIB) municipal de Três Lagoas dão testemunho da frenética mutação por que tem passado a microrregião. (Tabela 2).

Tabela 2 - Três Lagoas: Evolução do PIB Entre 2005 e 2009

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	Var. %
Valor adicionado na agropecuária (em mil R\$)	86.728	86.379	91.163	114.171	118.258	36,35
Valor adicionado na indústria (em mil R\$)	308.551	380.747	397.543	491.973	791.816	156,62
Valor adicionado nos serviços (em mil R\$)	496.585	560.674	635.787	710.982	874.553	76,11
PIB a preço de mercado corrente (em mil R\$)	1.033.744	1.167.816	1.283.891	1.518.087	2.014.697	94,89
PIB <i>per capita</i> (em R\$)	-	13.406	14.399	17.135,71	22.512,35	67,92
Impostos sobre produto (líquido de subsídios. Em mil R\$)	141.879	140.016	159.399	200.962	230.070	62,15

Fonte: IBGE. Organizado pelo autor.

Em apenas cinco anos, o PIB do município quase dobrou, com crescimento considerável em todos os setores de atividades e grande destaque para o setor secundário, que cresceu 156,62%. O PIB *per capita*, ainda que seja um indicador bastante questionável por não considerar a desigualdade real da distribuição da riqueza, indica que o crescimento do PIB total acompanhou de perto o crescimento populacional do município no período, variando positivamente 67,62%. Menor expressividade teve a arrecadação de impostos sobre produto, com crescimento de 62,15%.

Com isso, em 2010, Três Lagoas já ocupava o segundo lugar no ranking de produção industrial do estado de MS, atrás apenas da capital Campo Grande (TRÊS LAGOAS, 24/06/2010)²⁹.

Os dados do IBGE também indicam um destacado crescimento do PIB total (84,14%), alavancado pelo setor secundário, no município de Água Clara no mesmo período. Nos demais municípios da microrregião, o crescimento ficou entre 29 e 49%, com fraca expansão do PIB industrial.

Outro desdobramento do processo de industrialização, e do consequente crescimento econômico por ele provocado, observado a partir de 2006, foi o aumento do número de empresas, pessoal ocupado e salário médio mensal. (Tabela 3).

²⁹ Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/noticias/?id=4142>> (acessado em 10/01/2010).

Tabela 3 – Três Lagoas: Empresas, Pessoal Ocupado e Remunerações entre 2006 e 2009

Ano	2006	2007	2008	2009	Var. %
Número de unidades locais	2.385	2.343	2.500	2.709	13,5
Pessoal ocupado total	17.815	21.814	27.871	24.749	28,01
Pessoal ocupado assalariado	15.566	19.391	25.493	22.186	42,52
Salário médio mensal (em salários mínimos)	2,1	1,9	2,7	2,7	28,57

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas.

A instalação das grandes fábricas trouxe consigo as perspectivas de ampliação da demanda por produtos e serviços e de aumento da renda e da circulação de dinheiro, o que, em contrapartida, provocou considerável elevação do número de empresas no período em apreço. De acordo com informações da Prefeitura Municipal, somente em 2011 teriam sido abertas mais de mil microempresas pelo Regime Tributário Simples; no setor de transportes, por exemplo, o número de empresas teria saltado de 3 para mais de 30 desde 2005 (IG ECONOMIA, 04/04/2012)³⁰. Paralelamente, segundo os dados do IBGE anteriormente expostos (Tabela 3), o número de trabalhadores assalariados quase dobrou e o salário médio mensal apresentou aumento de 28,57%, entre 2006 e 2009.

À reboque do crescimento econômico veio o aumento da arrecadação de impostos municipais. Segundo dados publicados pela administração municipal no Relatório de Atividades 2005-2009 (TRÊS LAGOAS, 2009), entre 2006 e 2009 a arrecadação total cresceu, em termos relativos, 53,7%. Dentre os impostos, obtiveram maiores destaques a arrecadação do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), que cresceu 340,3%, passando de R\$ 6,2 milhões para R\$ 21,1 milhões, e a do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), que passou de R\$ 3,8 milhões para R\$ 6,4 milhões, crescendo 168%.

Todavia, do ponto de vista econômico, o mais extraordinário crescimento experimentado traduz-se na linha ascendente do total de exportações municipais, e também neste quesito é indiscutível a enorme parcela representada pela celulose. (Figura 10).

³⁰ Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/investimentos-de-r-12-bilhoes-transformam-a-pequena-tres-lagoas/n1597729806601.html>> (acessado em 05/04/2012).

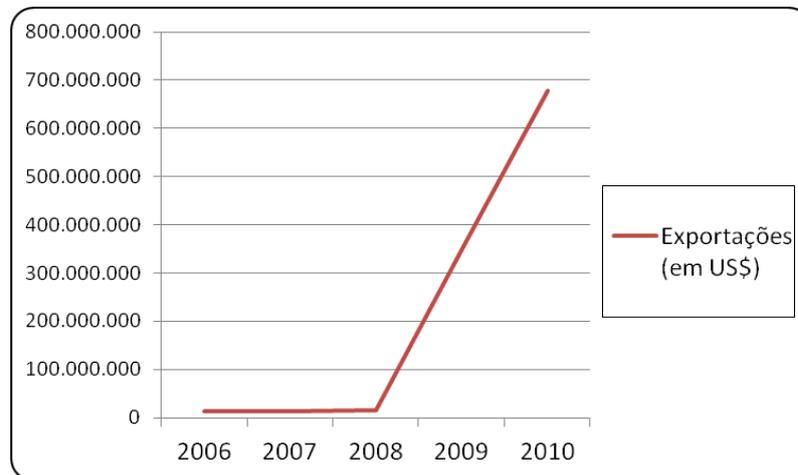


Figura 10 – Total de Exportações de Três Lagoas entre 2006 e 2010

Fonte: SECEX (SEPROTUR - Balança Comercial/MS)³¹. Elaborado e organizado pelo autor.

No ano de 2006, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), o município de Três Lagoas exportou pouco mais de US\$ 12,5 milhões, acrescentando apenas US\$ 3 milhões a este total nos dois anos seguintes. Em função de seu desempenho, ocupava, no mesmo ano, o 11º lugar no ranking dos maiores exportadores de MS, atrás de municípios como Chapadão do Sul, Costa Rica, Sonora, Navirai e Ponta Porã. No entanto, precisamente no ano de 2009, em que houve a entrada em operação do complexo Fibria-IP, as exportações saltaram de US\$ 15,7 milhões para US\$ 347 milhões, e no ano seguinte, praticamente dobraram, atingindo a soma de US\$ 677,8 milhões, o que significa um crescimento relativo de 5.314% das exportações entre 2006 e 2010. Com os novos índices, desde 2009, Três Lagoas ocupa o posto de maior exportador de MS, e em 2010, segundo estudo realizado pela SECEX, já era o 56º no ranking de exportação dos municípios brasileiros, a frente de muitos municípios tradicionalmente exportadores e de nove capitais (TRÊS LAGOAS, 24/06/2010)³².

A inauguração de uma única unidade de processamento elevou a pasta de madeira (celulose) à condição de 3º produto mais exportado em MS no ano de 2010, atrás apenas dos grãos de soja e da carne bovina. A única empresa responsável por sua produção e exportação naquele momento, a Fibria Celulose Sul-Mato-Grossense S/A, passou imediatamente para o posto de maior empresa em volume de exportações do estado (MDIC/SECEX, 2011).

³¹ Disponíveis em: <<http://www.unisite.ms.gov.br/unisite/sites/seprotur/index.php?inside=1&tp=3&show=960>> (acessado em 14/10/2011).

³² Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/noticias/?id=4142>> (Acessado em 24/06/2010).

A espacialização do volume exportado por grupo de produtos no contexto Sul-mato-grossense (Figura 11) revela a significativa discrepância da pasta de madeira, concentrada num único município, em relação as *commodities* tradicionalmente exportadas, como a carne bovina e derivados, a carne suína e a soja.

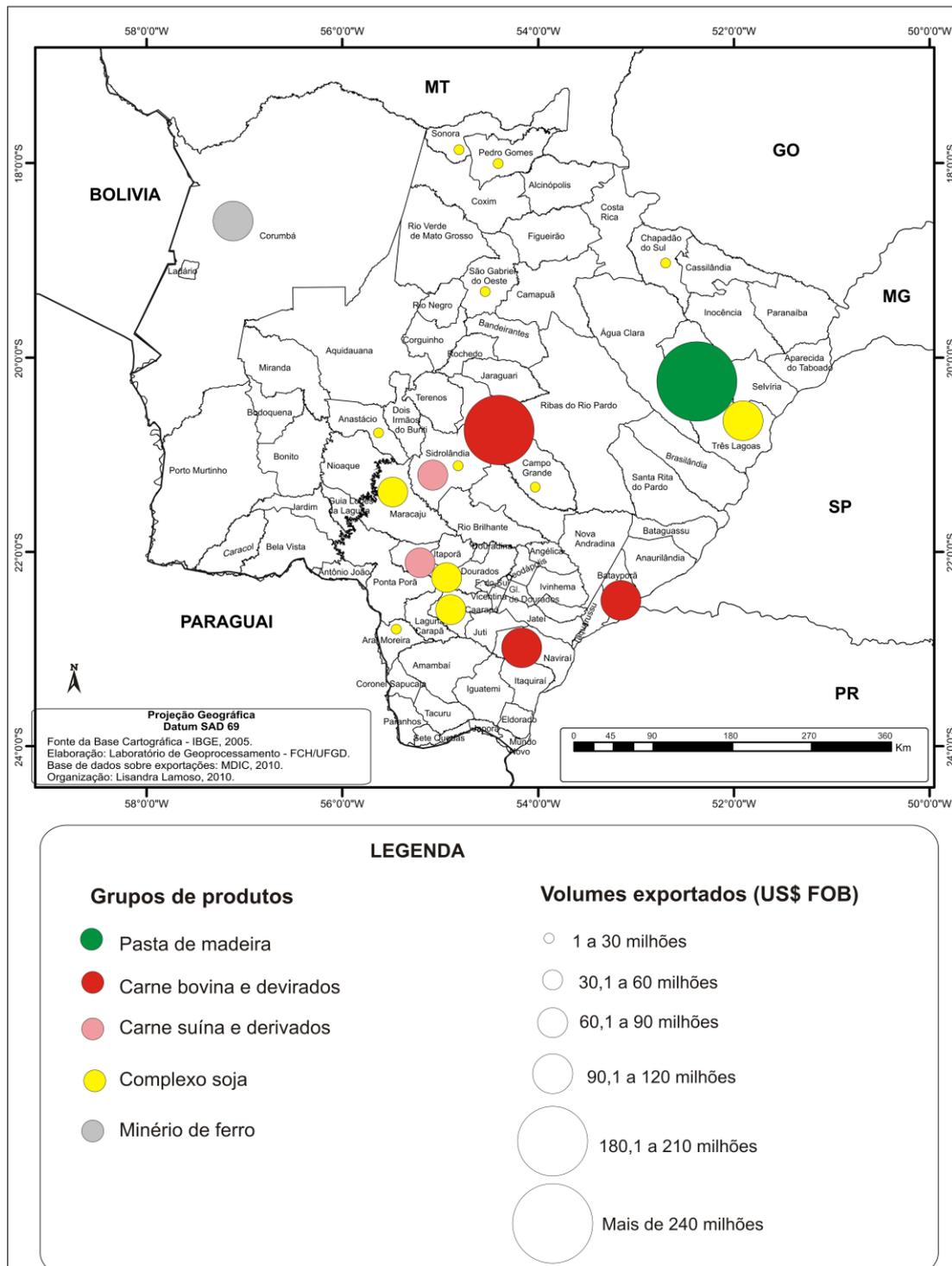


Figura 11 – Volume de Exportações Por Grupo de Produtos em Mato Grosso do Sul em 2010

Fonte: Lamoso (2010).

Destaca-se ainda, abaixo da pasta de madeira, o considerável volume exportado pelo grupo complexo-soja no município, que se deve, sobretudo, ao fato de estar instalada em território três-lagoense uma filial da multinacional Cargill, voltada para a produção e exportação de farelo de soja e rações.

Para além das estatísticas sumamente econômicas, entretanto, a territorialização das grandes plantas fabris de celulose e papel na região tem sido o vetor de impactos ainda pouco mensurados, mas que já fazem sentir as “mazelas do progresso”, trazendo insegurança em relação ao futuro da região. Nessa direção, em primeiro lugar, é necessário salientar que tamanho crescimento e dinamismo econômicos têm sido acompanhados de vigoroso crescimento populacional (Figura 12), mais intenso a partir de meados da primeira década dos anos 2000.

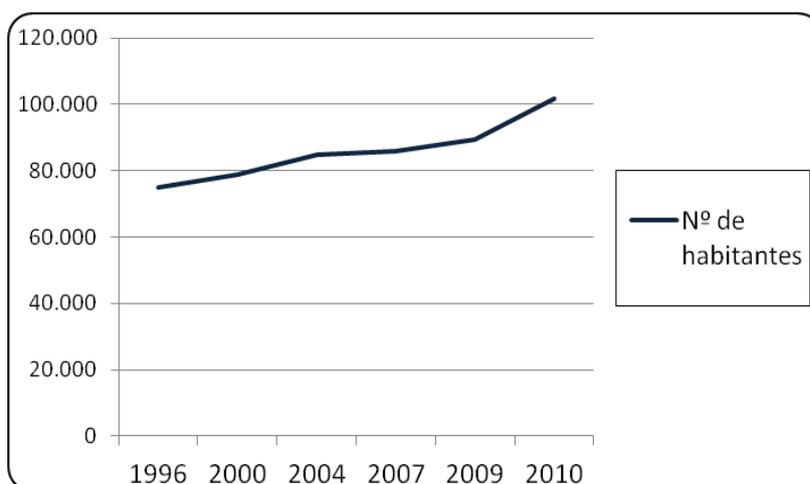


Figura 12 – Evolução da População de Três Lagoas entre 1996 e 2010

Fonte: Censos e contagem da população IBGE; Prefeitura Municipal.
Elaborado e organizado pelo autor,

Em 1996, Três Lagoas possuía população de 74.797 habitantes, e entre esse ano e o ano de 2004, passou a ter 84.650 habitantes, com um crescimento de 13,7%. Contudo, a partir de então, com a chegada das novas plantas industriais, e em apenas seis anos, a população do município cresceu 20,24%, ultrapassando a marca dos 100.000 habitantes (101.791) em 2010.

O crescimento populacional ganhou fôlego ainda maior desde então, comenta o diretor de indústria e comércio de Três Lagoas, e segundo o seu depoimento, o aumento tão repentino da população têm criado previsões preocupantes para o Poder Público municipal. “Fala-se muito em dobrar a população, em passar de 100.000 para 200.000

habitantes”, comenta o diretor, que se diz descrente em relação a isso (Informação Verbal, 17/10/2010. Transcrição literal).

Em paralelo à população permanente, o município tem servido de abrigo a uma população flutuante, composta pelos trabalhadores migrantes temporários, a maioria permanecendo apenas no período em que são contratados para as grandes obras (etapas de construção e montagem) das fábricas, retornando posteriormente para suas regiões de origem ou deslocando-se para outras obras do mesmo porte pelo País a fora. Novamente conforme o diretor de indústria e comércio de Três Lagoas, com base em estudo realizado à época, somente para a construção e montagem do complexo Fibria-IP, entre 2006 e 2009, o município recebeu cerca de 14.000 trabalhadores temporários, vindos, sobretudo, da região Nordeste do Brasil (Informação verbal, 17/10/2011).

Com a construção da planta da Eldorado Brasil, o mesmo volume ou volume ainda maior de trabalhadores temporários está sendo observado, devido às semelhanças entre os projetos, e estima-se que o fenômeno repetir-se-á também em função dos projetos de ampliação da capacidade produtiva das duas empresas até 2020. De acordo com informações veiculadas pela imprensa local (CORREIO DE TRÊS LAGOAS, 13/06/2011)³³, para a ampliação da Fibria, com início previsto para o segundo semestre de 2012, por exemplo, estima-se a recepção de cerca de sete mil trabalhadores temporários, em sua maioria migrantes. (Voltaremos a este assunto e o trataremos em detalhe no capítulo 4).

O fato é que tão abrupto crescimento populacional, seja do contingente permanente seja do temporário, tem resultado em problemas os mais diversos, dos quais se destacam aqueles relacionados à saturação da infraestrutura e dos serviços básicos, e à elevação dos preços dos produtos e serviços, efeitos que somados conduzem à elevação do custo e a degradação da qualidade de vida.

Bancos, lojas e restaurantes lotados; filas imensas nas agências dos Correios, nas lotéricas e nos supermercados, e até falta de leitos no único hospital da cidade, têm feito parte do cotidiano de Três Lagoas desde a chegada das fábricas de celulose e papel. A situação é tão precária que, segundo nos informou um morador local em diálogo informal, criou-se um dito popular para defini-la: “sempre têm trinta”. O dito faz referência ao fato de que sempre há no mínimo trinta pessoas nas filas dos supermercados, nos salões de cabeleireiros, nas agências bancárias ou em qualquer outro lugar.

³³ Disponível em: <<http://www.correiodetreslagoas.com.br/noticia.php?id=304>> (acesso em 26/11/2011).

O aumento populacional atua igualmente no sentido de saturar a já insuficiente infraestrutura urbana de Três Lagoas, que em 2005 possuía apenas 15% do esgoto tratado, e ainda hoje têm mais de 40% das ruas sem asfaltamento, segundo informações do secretário de obras do município (IG ECONOMIA, 04/04/2012).

No tocante especificamente ao saneamento básico da microrregião, os dados são ainda mais estarrecedores. (Tabela 4).

Tabela 4 – Microrregião de Três Lagoas: Situação dos Municípios Quanto ao Saneamento em 2010

Município	Domicílios particulares permanentes			
	Total	Distribuição percentual, por tipo de saneamento (%)		
		Adequado	Semi-adequado	Inadequado
Três Lagoas	31.959	48,2	49,6	2,2
Água Clara	4.452	3,3	71,1	25,5
Brasilândia	3.887	48,9	34,2	16,9
Ribas do Rio Pardo	6.556	19,8	57,9	22,3
Santa Rita do Pardo	2.400	2,5	62,3	35,2
Microrregião	49.254	24,54	55,02	20,42

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organizado pelo autor.

Importa destacar que, conquanto os dados do Censo 2010 do IBGE indiquem uma situação comparativamente melhor de Três Lagoas em relação aos demais municípios da microrregião (exceto Brasilândia), visto possuir ao próximo da metade (48,2%) dos seus domicílios adequados do ponto de vista do saneamento, a outra metade dos domicílios são semi-adequados, ou seja, não são atendidos adequadamente pela rede geral de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e limpeza urbana e coleta de lixo, além do pequeno percentual (2,2%) de inadequados. Com exceção de Brasilândia, os demais municípios da microrregião apresentam grandes índices de semiadequação e inadequação, com destaque para Água Clara, com 71,1% de domicílios semi-adequados e 25,5% de inadequados.

A escalada do custo de vida em Três Lagoas, provocada pela elevação generalizada dos preços, em especial o dos imóveis e aluguéis, é outro desdobramento perverso do aumento populacional atrelado à industrialização. Como comenta estupefata uma moradora local em trecho de entrevista publicado pelo IG Economia (04/04/2012), “O aluguel de casas, no centro, triplicou [...] Donos de imóveis que pediam R\$ 300,00 hoje cobram R\$ 900, 00 em uma cidade onde a indústria paga pouco mais que o salário mínimo. É muito!”. E a moradora não exagera ao dizer. A seção “classificados” dos jornais locais traz aluguéis

de quitinetes por no mínimo R\$ 700,00; apartamentos por não menos que R\$ 1.200,00, e casas de padrão mais elevado por até R\$ 7.000,00 mensais.

A intensificação do volume de veículos e a conseqüente caotização do trânsito nas vias urbanas de Três Lagoas não é menos perturbadora. Por situar-se numa região de relevo plano, o deslocamento das pessoas pela cidade comumente se fazia, em grande medida, com o uso de bicicletas, as quais dividiam as ruas e avenidas com uma quantidade de automóveis que até então não provocava problemas de circulação. Porém, nos últimos anos, o número de veículos de todos os tipos aumentou de forma descontrolada. (Tabela 5).

Tabela 5 – Três Lagoas: Evolução do Número de Veículos entre 2005 e 2010

Tipo de Veículo\Ano	2005	2006	2007	2009	2010	Var. %
Automóvel	14.429	15.220	16.238	19.518	21.593	49,65
Caminhão	1.337	1.301	1.299	1.405	1.438	7,55
Caminhão Trator	132	132	145	158	219	65,9
Caminhonete	1.790	2.036	2.347	3.221	3.652	104,02
Micro-ônibus	30	40	50	92	109	263,33
Motocicleta	8.329	9.142	10.581	14.096	15.715	88,67
Ônibus	244	261	278	341	366	50,0
Totais	26.291	28.132	30.938	38.831	43.092	63,9

Fonte: IBGE (2011). Organizado pelo autor.

Em cinco anos, 16.801 novos veículos passaram a circular pelas vias da cidade. O número de automóveis e ônibus aumentou 50%, e o de caminhonetes mais do que dobrou, sendo o caso das motocicletas muito semelhante. Contudo, o mais notável crescimento observou-se entre os micro-ônibus, que tiveram sua frota quintuplicada de modo a atender as necessidades das grandes empresas, que normalmente terceirizam o serviço de transporte dos trabalhadores até as fábricas e/ou canteiros de obras.

O aumento do índice de criminalidade tornou-se outra mazela social que passou a preocupar a população e o poder público local. Entre 2006 e 2009, de acordo com dados da Polícia Militar (PM), o número de roubos praticamente triplicou e o de homicídios subiu cerca de 30% (ÉPOCA NEGÓCIOS, 04/04/2010). Segundo Kudlavicz (2011a), autor de dissertação sobre os impactos da territorialização do complexo celulose-papel na estrutura fundiária da microrregião de Três Lagoas, “em quase todas as modalidades de crime houve um aumento de ocorrências” (p. 159). De acordo com dados compilados e apresentados pelo autor, o número de furtos, que era de 1.861 em 2007, passou para 2.845 em 2008; o de

lesões corporais dolosas, de 489 para 1.089, e o de homicídios, de 11 para 40 no mesmo intervalo de apenas um ano.

Diante dos fatos, o secretário de desenvolvimento econômico de Três Lagoas ressalta que a velocidade do crescimento (econômico e demográfico) do município constitui, atualmente, o seu principal problema, pois faz com que seja “muito difícil do Poder Público poder acompanhar os investimentos” (Informação verbal, 17/10/2011. Transcrição literal). Em sua visão – bastante positiva, diga-se de passagem – os transtornos são um mal necessário, e, portanto, justificável, pois estão submetidos a um objetivo maior. Nas palavras do secretário:

É como a gente costuma falar: “*não se faz omelete sem quebrar ovos*”. Você não vai conseguir um crescimento na cidade, sem passar por transtornos que são... Que a gente tenta minimizar, mas na verdade é difícil você conseguir diminuir todos, porque são muitas as demandas que acontecem nessa velocidade de crescimento (Informação verbal, 17/10/2011. Transcrição literal).

Depoimentos como esse revelam a coluna vertebral do discurso falseado mais corrente hoje em Três Lagoas, o qual, primordialmente, sustenta-se pelo artifício de transferir para o Estado a responsabilidade por todos os problemas gerados pela atuação do grande capital. Mais do que isso, nele transparece uma concepção na qual o processo de industrialização e o desenvolvimento aparecem como fatos “naturalmente” vinculados, ligados por uma relação causal direta, o que justificaria todas as mazelas acima mencionadas - os “ovos quebrados”, na metáfora usada pelo secretário. Cabe-nos, todavia, levantar a seguinte indagação: quem realmente paga e sofre pelos “ovos quebrados” e para quem é “a omelete”?

No Brasil, não é fortuita e tampouco recente a associação entre industrialização e desenvolvimento, implícita no pensamento que orienta os gestores públicos e que impregna o imaginário social. O mesmo pode ser dito de MS, como afirma Abreu (2008) com base no trabalho de Souza (2002):

[...] principalmente a partir do início da eleição de José Orcírio Miranda dos Santos – o Zeca do PT –, em 1998, ‘encontrar os caminhos da industrialização’ tem sido o principal desafio do governo estadual, mas não apenas; também os governos municipais têm se empenhado no sentido de oferecer condições para atrair empreendimentos industriais (ABREU, 2008, s/p).

De modo geral, como elucidada o filósofo grego Cornelius Castoriadis (1987), a confusão (proposital) entre indústria e desenvolvimento foi historicamente respaldada pela “significação imaginária social” criada pelo projeto ocidental burguês. Tal significação foi

construída sobre o ideário da *economia, racionalidade absoluta e planejamento* como instrumentos de promoção do *desenvolvimento*, pensado como um estágio social em que seja possível a dada sociedade realizar o crescimento ilimitado das forças produtivas e da produção, tornando-se esse, em si mesmo, o objetivo da vida humana.

Por seu turno, a própria noção de desenvolvimento mostra-se igualmente problemática. De acordo com Esteva (2000), as primeiras e vagas aparições do conceito de desenvolvimento nas ciências sociais deram-se ainda no século XIX, quando foi incorporado e assimilado por alguns autores, advindo das ciências da natureza, mais especificamente da biologia. Embora adaptado e portando grande polissemia na atualidade, seu núcleo epistêmico foi mantido, indicando, tanto num quanto noutro grande campo científico, os sentidos de *crescimento, evolução e maturação*; de *mudança favorável* e de *um passo do simples para o complexo*. Destarte, o seu uso nas ciências sociais implica aceitar o pressuposto de que existe um estágio superior de sociedade humana que deve ser alcançado, e para o qual devem verter-se todos os esforços. Note-se, pois, que a tese do desenvolvimento surge no bojo da própria constituição histórica do modo de produção capitalista e da ascensão da burguesia enquanto classe dominante.

Em países periféricos como o Brasil, a significação ganhou ingredientes específicos, estando associada à longa trajetória de desenvolvimento dependente e subordinado ao longo do século XX. Otavio Ianni (1989) nos explica que nesses países, ao contrário do que ocorreu no centro da economia capitalista mundializada, a industrialização representou, simultaneamente, uma ruptura parcial e transitória com o presente. Em nosso País, o seu pano de fundo foi a transição histórica da hegemonia da burguesia agroexportadora para a emergente burguesia industrial, que, em grande medida, é resultante de uma metamorfose sem superação entre ambas, e que culminou na formação de um bloco de poder comprometido tanto com os interesses de uma quanto de outra fração de classe.

Segundo o mesmo autor (IANNI, 1989), a anomalia desta transição sem superação só pôde ser dissimulada porque revestida pela ideologia *desenvolvimentista* que

implica uma concepção abstrata da história, em que as contradições essenciais do sistema submergem nas soluções verbais da ideologia burguesa [...] No processo de conversão do capital agrícola, comercial e bancário em capital industrial, essa doutrina constituiu-se como uma visão prospectiva da civilização ocidental. Exprime alguns conteúdos sociais e políticos dessa metamorfose, desse processo civilizatório. Principalmente, exprime a conversão do poder econômico da burguesia industrial em poder político, em que a hierarquia das classes sociais se reordena e assume uma nova configuração (IANNI, 1989, p. 98).

Embora em alguns casos atualmente seja questionada, principalmente em áreas de industrialização antiga e em relação a certos ramos de produção, a atividade industrial como ícone do desenvolvimento coaduna-se perfeitamente com os históricos anseios econômicos da elite Sul-Mato-Grossense, até então desprivilegiada pela posição geoeconômica do estado, deslocado do centro dinâmico da economia brasileira. Assim, a mesma ideologia desenvolvimentista forjada nos idos do século passado e disseminada com virulência a partir do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) serve hoje para blindar o modelo de desenvolvimento adotado em MS, e de modo exemplar no município de Três Lagoas, obnubilando aquilo que é mais obvio: quem fica com os frutos do progresso industrial não é a maior parte da população, a quem cabe, inversamente, padecer pelos seus transtornos e esperar por alguma “sobra”.

Mais além dos impactos repentinos apresentados na velocidade da nova temporalidade imposta pela maneira industrial de produzir e organizar o espaço, estão desdobramentos processuais, cujos traços podem levar décadas para se tornar evidentes e que, portanto, como adverte a professora Rosemeire Almeida, exigem grande *sensibilidade* dos espectadores (JORNAL DO POVO DE TRÊS LAGOAS. Caderno Especial. Edição 7, Ano II, Abril de 2012).

É nesse sentido que se deve notar, como tem revelado um grupo cada vez mais expressivo de estudiosos críticos dessa industrialização recente, que a territorialização das grandes empresas de celulose, com seus projetos de *eucaliptização* massiva do espaço rural, tem provocado um paulatino processo de degradação de modos de vida tradicionais. No tocante a isso, são pertinentes as palavras de Kudlavicz (2011b), ao afirmar, com base em um amplo conjunto de entrevistas e observações no campo, que “as comunidades rurais do município de Três Lagoas [...] estão sofrendo com o cerco do plantio de eucalipto” (p. 86), e que, “a compra de terras e o arrendamento pela Fibria, além de ter desempregado centenas de camponeses, vem aumentando a concentração de terra na região [...]” (p. 92). (Tabela 6).

Outros estudiosos do mesmo processo (JURADO, 2008; CAMPACHE; SILVA, 2010) apontam para a dissolução de comunidades como a dos “pescadores do Jupuí” – nome popularmente usado para denominar a comunidade que vive da pesca no lago da Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (ou Hidrelétrica do Jupuí), localizada no Rio Paraná, entre os municípios de Três Lagoas e Castilho (SP) – pela via de sua proletarização para o trabalho industrial.

Não é ousado afirmar que a equação composta pelo cerco dos eucaliptais, pela valorização da terra e pela suposta oferta de empregos na cidade, só pode ter como resultado a intensificação do êxodo rural já consolidado historicamente na região pela pecuária extensiva, assim como a precarização das condições de vida na cidade.

Tabela 6 – Microrregião de Três Lagoas: Variação da População Rural

Ano	2000		2010		Variação da População Rural (em %)
	População residente total	População rural	População residente total	População rural	
Três Lagoas	79.059	5.390	101.791	4.722	-2,18
Água Clara	11.015	4.330	14.424	4.826	-5,86
Brasilândia	11.956	4.932	11.826	3.813	-9,01
Ribas do Rio Pardo	16.790	7.305	20.946	7.981	-5,26
Santa Rita do Pardo	6.640	3.401	7.259	3.737	0,25
Microrregião	125.460	25.358	156.246	25.079	-4,16

Fonte: IBGE (Censos 2000 e 2010). Organizado pelo autor.

Quanto ao êxodo rural, no intervalo entre os anos de 2000 e 2010, os dados permitem constatar uma redução mais significativa do percentual representado pela população rural em relação ao total da população nos municípios de Brasilândia, Água Clara e Ribas do Rio Pardo. Três Lagoas apresentou uma sensível redução e Santa Rita do Pardo, um ligeiro aumento. De toda forma, os números referentes à variação negativa da população rural da microrregião não devem ser desprezados.

Mesmo diante de tais impactos, historicamente, não foram os desdobramentos de cunho social os que mais resistência e indignação causaram nos lugares afetados pelos projetos do setor de celulose e papel no mundo e no Brasil, mas sim os problemas relativos ao meio ambiente. Prova disso é que na matéria da Revista Época-Negócios anteriormente mencionada (04/04/2010), há o seguinte comentário, com ares de aprovação:

Apesar de acompanhar atentamente os investimentos da indústria de celulose, a população de Três Lagoas *não fez* do impacto ambiental um assunto prioritário, como ocorreu recentemente no Rio Grande do Sul, onde existem projetos da Fibria, da sueco-finlandesa Stora Enso e da chilena CMPC. Historicamente criticada, a plantação de eucalipto chega a ser chamada de deserto verde por alguns ambientalistas.

Considerando-se todo o poderoso arsenal publicitário que associa insistentemente a produção de celulose e papel à *sustentabilidade*, aos desavisados pode ficar a impressão de

que o impacto ambiental que foi assunto prioritário na experiência gaúcha e em muitas outras, não passasse de meras especulações baseadas em argumentos cunhados por ambientalistas radicais, prontos a sacrificar o (pretenso) desenvolvimento em nome do conservacionismo desmedido.

Entretanto, por mais sofisticadas que possam ser as fábricas de celulose - especialmente as que produzem pastas químicas, como é o caso das duas unidades instaladas em Três Lagoas -, o risco da ocorrência de problemas ambientais fortuitos de dimensões drásticas é considerável. Dentre esses problemas, pode-se enumerar a contaminação do ar pelas emissões de material altamente prejudicial à vegetação, em alguns casos, capaz inclusive de provocar transtornos hormonais e até câncer em seres humanos e animais; os problemas relacionados à produção dos chamados “agentes branqueadores”, elementos químicos usados no processo de branqueamento da celulose que de tão perigosos necessitam ser produzidos dentro dos próprios complexos industriais, por conta dos riscos envolvidos no transporte; a alteração do ambiente fluvial por conta da redução do nível da água superficial, pela retirada para o abastecimento das fábricas ou pela contaminação pela descarga de produtos químicos, dentre muitos outros, como alerta o Boletim nº 83 do WRM (sigla em inglês para Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais), publicado em 2004.

Por óbvio, para cada um desses riscos reais os técnicos das empresas podem apresentar um dispositivo de monitoramento com o qual estão equipadas as plantas, exatamente para evitar que ocorram ou mesmo mitigar seus efeitos caso não se consiga evitá-los. Um exemplo disso é o rigoroso controle da emissão de gases nocivos pela chaminé da unidade da Fibria em Três Lagoas, auxiliado por um programa denominado Rede de Percepção de Odor (RPO), composto por 77 voluntários espalhados por diversos pontos em toda a cidade, treinados para perceber alterações no ar e responsáveis por contatar a empresa imediatamente caso ocorram. O mais interessante é que a RPO só foi criada após um vazamento de gases da fábrica - que fica a quase 25 km do centro da cidade -, ocorrido no dia 28 de setembro de 2009, ocasião em que várias pessoas passaram mal e foram socorridas no hospital, e escolas e faculdades dispensaram os alunos antes do horário habitual de término das aulas (KUDLAVICZ, 2011a; JORNAL DO POVO DE TRÊS LAGOAS, 30/09/2009)³⁴.

³⁴ Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=13398> (acessado em 05/04/2012).

O que deve ser objeto de maior preocupação não são os problemas em si, mas a escala que eles podem assumir por conta do tamanho das fábricas e de sua capacidade de comprometer seriamente toda uma região.

Somam-se a tais problemas um sem número de outros, decorrentes do monocultivo massivo do eucalipto, como a eliminação do *habitat* de espécies nativas e a consequente perda da biodiversidade, os desequilíbrios derivados da simplificação dos ecossistemas, a contaminação do solo e da água pelo uso intensivo de “defensivos agrícolas” (agrotóxicos), e, não menos preocupante, o secamento de açudes, poços e nascentes e cursos d’água na área rural.

Novamente no trabalho de Kudlavicz (2011a), encontramos claras evidências destes impactos na região estudada. O autor destaca o movimento migratório de aves nativas (papagaios, periquitos, tucanos e araras) e outros animais silvestres para a cidade nos últimos anos³⁵; a ocorrência de ataques incomuns de pássaros às lavouras de famílias camponesas; a morte de árvores nativas protegidas por lei, e também de animais, pelo uso intensivo de agrotóxicos, inclusive com relatos de moradores da zona rural sobre pulverização aérea nas áreas de plantio, algo que é negado pelas empresas; a derrubada ilegal de árvores para o plantio de eucalipto, além da captação desautorizada de água próximo de uma nascente pela Fibria, fato que rendeu multa no valor de R\$ 20.000,00 a empresa, aplicada após autuação pela Polícia Ambiental.

Quanto à questão hídrica, há relatos da ocorrência do secamento de açudes, poços, nascentes e cursos d’água em um curto intervalo de tempo³⁶. Sobre o assunto, a professora Maria Alencar Vilela, bióloga da UFMS e moradora de Três Lagoas, em relevante artigo,

³⁵ Em e-mail pessoal veiculado no dia 28/11/2011, um estudante da UFMS - Campus de Três Lagoas afirmou estar preocupado com a presença cada vez mais expressiva de araras que, sozinhas ou em bandos, passaram a sobrevoar sua residência. Em sentido semelhante, alguns jornais locais têm noticiado ocorrências pouco comuns, como a captura de uma anta dentro de uma casa no Distrito de Arapuá, pertencente ao município de Três Lagoas, e de dois tamanduás, um Bandeira e um Mirim, em apenas três dias, dentro do perímetro urbano de Três Lagoas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/11/policia-ambiental-captura-anta-adulta-em-residencia-em-distrito-de-ms.html>> (acessado em: 23/11/2011); <<http://www.hojems.com.br/hojems/0,0,00,9643-121638-MAIS+UM+MAIS+UM+TAMANDU+A+E+CAPTURADO+EM+TRES+LAGOAS.htm>> (acessado em 28/03/2012).

³⁶ Um ex-funcionário da IP prestou o seguinte depoimento, transcrito e apresentado por Kudlavicz (2011b): “[...] onde existia um açude, ou seja, um córrego estancado que o fazendeiro usava este açude para tratar do gado, quatro anos após o plantio esse açude estava seco. Então não é um problema de irrigação e sim porque a água, não está sobrando para abastecer os veios d’água para a manutenção dos córregos e também a manutenção dos açudes. Onde tem plantio de eucalipto não tem açude mais. Está tudo seco” (p. 99-100).

põem em xeque os estudos que comprovam que os maciços de eucalipto não alteram o balanço hídrico e que são usados como argumento pelas empresas. Em suas palavras:

Pesquisas efetuadas em áreas de plantio localizadas no sudeste e sul do Brasil indicam que o consumo de água nos eucaliptais não é diferente do que ocorre nas áreas de vegetação nativa ou mesmo em outras culturas [...] No entanto, os estudos em áreas de Cerrado, submetidas a um regime hídrico completamente diferente, ainda são incipientes e não respondem às dúvidas. Além disso, existem relatos de mananciais que secaram [...] (VILELA, 2011, p. 136).

Essas e outras questões têm fomentado um debate público cada vez mais expressivo e que está longe de chegar a algum consenso.

1.4. *O debate público*

Se o debate a respeito da eucaliptização e da produção de celulose em larga escala na microrregião de Três Lagoas não antecedeu o início da execução dos (mega)projetos, paulatinamente, após este primeiro momento, a sociedade civil passou a tomar conhecimento e posicionar-se perante os impactos deles decorrentes. Noutros lugares, como no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul, o assunto tornou-se polêmico e foi o centro de acaloradas discussões muito antes, desde as décadas de 1960 e 1970, quando da imposição vertical de projetos deste cunho pelos Governos Militares, como comenta em entrevista a professora Dirce Suertegaray, da UFRGS (IHU, 03/12/2010)³⁷.

Em nossa percepção, dois eventos constituíram os marcos simbólicos do confronto de argumentos entre os sujeitos sociais contrários e favoráveis à constituição do complexo celulose-papel na região.

De um dos lados, em Mato Grosso do Sul, diferentemente do que ocorreu alhures, não foram os movimentos sociais os pioneiros na formulação de críticas à territorialização massiva do monocultivo de árvores e à produção de celulose, mas um conjunto de professores e alunos da UFMS – Campus de Três Lagoas, que se articularam em torno do assunto e, entre os dias 30/06 e 02/07 de 2011, organizaram um simpósio aberto a toda a comunidade para sua discussão. O evento, coordenado pela Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, do curso de Geografia daquela universidade, foi intitulado “I simpósio sobre a formação do complexo celulose-papel em Três Lagoas-MS: limites e

³⁷ <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/38686-a-logica-da-economia-do-eucalipto-entrevista-especial-com-dirce-suertegaray>> (acessado em 04/12/2010).

perspectivas”, e reuniu, sobretudo, os sujeitos dotados de uma perspectiva crítica acerca do processo pelo qual atualmente passa a região (Anexo 1).

Sobre o lastro de experiências concretas ainda em curso em outras partes do Brasil, como a do Norte do Espírito Santo (região de Aracruz), a do Vale do Paraíba Paulista e a do Sul do Rio Grande do Sul, todas com atuação da Fibria, alguns pesquisadores, ambientalistas e representantes do judiciário abordaram a questão, evidenciando em suas exposições os incontáveis problemas e riscos socioambientais e econômicos decorrentes da constituição do complexo.

Na ocasião, os argumentos dos representantes das empresas, que também se fizeram presentes em número expressivo, mas apenas na condição de plateia, foram contrapostos pelos dos palestrantes, fazendo com que o clima chegasse a ficar tenso em função do claro desacordo.

No outro extremo, representantes do Estado e outros sujeitos sociais que de alguma forma estão sendo beneficiados pelo fortalecimento do setor na região, assim como outros simpatizantes do modelo de desenvolvimento presidido pelo agronegócio, reuniram-se, dez meses mais tarde (entre os dias 10 e 13 de Abril de 2012), na “I Feira da Cadeia Produtiva da Indústria de Base Florestal Sustentável da Região de Três Lagoas, MS”. (Anexo 2).

A feira foi organizada por uma empresa de Três Lagoas chamada Painel Florestal, que atua na área de comunicação e mídia especializada nos negócios que envolvem o monocultivo de árvores, e congregou centenas de expositores de diversos ramos de atividade presentes na cadeia produtiva, como logística, veículos pesados, máquinas e equipamentos, insumos, pesticidas, defensivos agrícolas, equipamentos de irrigação, mudas clonais, “reflorestamento”, além das empresas de celulose instaladas na região.

Houve um grande número de palestras com representantes do poder público, representantes de órgãos representativos de classe, empresários do ramo e especialistas. Entre os “ilustres” palestrantes estavam a prefeita Márcia Moura, diversos empresários - dentre os quais se destacou o investidor Mario Celso Lopes, ex-sócio na Eldorado Brasil -, o então presidente da ABRAF, vice-presidente da BRACELPA e diretor da Veracel Antonio Sérgio Alípio, o presidente da Comissão Nacional de Silvicultura e Agrosilvicultura, vinculada à CNA, Ademar Silva Júnior, e o Prof. Dr. Sebastião R. Valverde, da Universidade Federal de Viçosa. Empresas e expoentes particulares da luta pelo sucesso do projeto de transformação da região no mais novo polo florestal foram laureados. Para a conferência de encerramento do evento, foi convidado ninguém menos que o político e prof. Francisco Graziano Neto (Xico Graziano), renomado defensor do

agronegócio, que dedicou sua fala à relação entre o “plantio de florestas” e o desenvolvimento sustentável.

Obviamente, não havia entre os palestrantes ou homenageados nenhum crítico do modelo econômico e de desenvolvimento defendido pelo agronegócio do eucalipto. Todos, em uníssono, exaltavam o crescimento e a pujança do setor e da região de Três Lagoas com a chegada das novas empresas, e arrolavam os fatores que as trouxeram como um repertório de atributos locacionais ideais que criaram a “ambiência necessária”, bem como o papel vital do Estado em todos os níveis para criá-los ou colocá-los a disposição da iniciativa privada.

Conforme segue a marcha da eucaliptização e se fortalece o complexo celulósico, acirra-se, por seu turno, o conflito ideológico entre os críticos e defensores do modelo dentro do qual se insere. A pesquisa que ora apresentamos deve ser incluída neste contexto de debate e disputa, e parte dos fatos arrolados nesse capítulo, buscando compreendê-los no interior da totalidade contraditória do metabolismo social do capital, em seus contornos contemporâneos, e de sua relação com a atual conjuntura da formação socioespacial brasileira.

Em vista disso, adotamos o viés da *mobilidade espacial* como fundamentação teórica, a nosso ver, capaz de desvelar alguns dos sentidos mais profundos (ou estruturais) do problema estudado. O capítulo 2 é dedicado a apresentar este constructo.

CAPÍTULO 2

MOBILIDADE DO CAPITAL E DA FORÇA DE TRABALHO NO SISTEMA DE METABOLISMO SOCIAL DO CAPITAL

Este capítulo tem a intenção de apresentar uma interpretação teórica dos fenômenos, a nosso ver necessariamente articulados, da mobilidade do capital e da mobilidade da força de trabalho no bojo do processo de produção capitalista e da forma específica de reprodução social por ele conduzida. Para tanto, primeiramente faremos uma breve revisão das principais matrizes teóricas de interpretação da mobilidade e seus limites explicativos, indicando, em seguida, a matriz escolhida como esteio para a presente pesquisa, por meio da qual aduziremos os traços mais gerais desse fenômeno no sistema do capital, expondo, por fim, os seus novos elementos no capitalismo atual (pós 1970).

O fenômeno da mobilidade, em sua dimensão espacial, sempre constituiu parte importante e absolutamente necessária da vida humana, desde a pré-história até os dias atuais. Em todas as sociedades e em todos os modos de produção, o deslocamento físico de indivíduos e populações, com maior ou menor intensidade, figurou como uma condição da existência humana e da reprodução social. Em nenhum deles, no entanto, a mobilidade assumiu tamanha importância e centralidade como no capitalismo, uma forma absolutamente singular de relação dos homens entre si e com a natureza, no seio das determinações sociometabólicas mais gerais de todas as sociedades mercantis (GAUDEMAR, 1977; MÉSZÁROS, 2011), dentro da qual a circulação constitui uma das etapas do próprio processo de produção.

Com a emergência histórica do *sistema de metabolismo social do capital* (conceito que exporemos em detalhe no tópico 2.3), não somente os seres humanos, mas tudo o que participa direta ou indiretamente de sua reprodução ampliada (matérias-primas, mercadorias, informações, dinheiro, capitais etc.), passou a movimentar-se de modo cada vez mais intenso, numa reciprocidade dialética na e da produção/reprodução de um espaço geográfico crescentemente mais integrado, polarizado, fragmentado e desigual (SMITH, 1988; BRANDÃO, 2007).

Naturalmente, uma explicação sumária poderia atribuir este fato à tendência imanente ao próprio sistema produtor de mercadorias, de especialização e fragmentação da produção e, por conseguinte, do próprio trabalho, no processo multifacetado, contínuo e sempre crescente de divisão social, técnica e territorial (SMITH, 1988). Contudo, o papel que desempenha a mobilidade no bojo do sistema do capital e sua relação com a produção capitalista do espaço, para usar a expressão de David Harvey (2005), vai muito além dessa simples constatação, e sua complexidade sem dúvida alguma merece uma incisão teórica mais aprofundada e detalhada.

Além disso, cabe destacar que o período atual testemunha uma intensificação brutal da mobilidade espacial, fazendo da aceleração vertiginosa da velocidade e do aumento da quantidade dos fluxos (materiais e imateriais) um dos traços mais marcantes da vida humana e do espaço geográfico da contemporaneidade, ou ainda, no dizer de Milton Santos (1994), do meio técnico-científico-informacional e do *frenesi* da circulação que lhe é característico.

Dessas constatações preliminares, pode-se retirar duas das principais premissas sobre as quais serão erigidas as explanações deste capítulo. A primeira, diz respeito à existência da mobilidade não apenas como efeito ou consequência, mas como *conditio sine qua non* no sistema de metabolismo social do capital e em sua reprodução ampliada, portanto, parte integrante e fundamental do seu singular *modus operandi* de reprodução societal. A segunda, que está ligada à primeira, refere-se à necessidade de contextualização histórica dessa função e, por conseguinte, dos nexos semânticos que se efetivam entre o sistema do capital e o fenômeno da mobilidade, uma vez que, sendo o capital uma contradição em processo, cuja temporalidade é sempre *a posteriori* e retrospectiva, e a *restauração*, uma parte constituinte da dinâmica normal do seu sistema (MÉSZÁROS, 2011), seus mecanismos e engrenagens de funcionamento precisam ser periodicamente modificados (reestruturados) para assegurar sua continuidade, alterando-se junto com eles, também a própria natureza da mobilidade.

Faz-se necessário explicitar também que, mesmo com toda a relevância e centralidade dos fenômenos da mobilidade do capital e do trabalho para a compreensão de processos sociais os mais diversos - desde assuntos mais abrangentes como a estrutura e o funcionamento da sociedade do capital até aqueles de contornos mais específicos, como a relação entre capital e trabalho no processo de acumulação, as migrações (em todas as escalas geográficas), ou ainda, processos mais contemporâneos como a “deslocalização” e a “desconcentração” industrial, para citarmos apenas alguns exemplos dentre tantos outros, nota-se certa escassez de estudos teóricos dedicados exclusivamente a eles de modo integrado.

Na verdade, desde há muito, diversos autores, com diferentes vinculações teórico-metodológicas, viram-se forçados a incluir em suas análises as questões relativas ao deslocamento espacial do capital (ou dos capitais) e dos trabalhadores, mas ao fazê-lo, em geral trataram-nas de maneira separada – como no caso de algumas das teorias neoclássicas da localização industrial, por exemplo – ou como temáticas secundárias, inseridas dentro do grande tema principal do desenvolvimento capitalista.

Não constitui nosso objetivo fazer uma revisão bibliográfica exaustiva sobre este tema em suas diversas expressões teóricas. Cumpre-nos apenas, para efeito de diferenciação e posterior exposição da compreensão adotada, indicar seus traços mais elementares, ou seja, os principais conceitos, pressupostos, leis e tendências nos quais se basearam.

Desse modo, seria possível distinguirmos, seguindo o agrupamento feito por autores como Cristovam Buarque (1990) e Carlos Brandão (2007) para tratar das abordagens acerca do desenvolvimento econômico, entre três grandes matrizes teóricas de interpretação da mobilidade no processo produtivo capitalista: 1) a *matriz clássica e neoclássica*, que inclui desde os fundadores da ciência econômica até os autores da economia marginalista que deram continuidade ao seu legado; 2) a *matriz keynesiana*, que, até certo ponto, pode ser vista como uma reformulação da matriz anterior; e 3) a *matriz marxista*, que parte de pressupostos e de um método diametralmente opostos aos das duas anteriores³⁸.

Importa salientarmos de antemão que, dentre os inúmeros elementos que poderiam ser tomados para o estabelecimento do agrupamento em questão, escolhemos três, os quais a nosso ver são a base dos demais: a) a perspectiva temporal embutida na análise do(s) sistema(s) econômico(s), que se caracteriza pela relação equilíbrio/desequilíbrio ao longo do processo produtivo capitalista; b) o grau de liberdade e autonomia que se atribui aos indivíduos inseridos nesse(s) sistema(s); e c) a concepção do espaço geográfico no qual se desdobram suas ações. Tais elementos poderão variar ainda, dentro de uma mesma matriz, de acordo com a escala (macro ou micro) em que os deslocamentos são analisados.

2.1. A *matriz clássica e neoclássica*

³⁸ Evidentemente a classificação proposta traz consigo alguma arbitrariedade, pois sendo bastante generalista e esquemática, obscurece algumas nuances entre as inúmeras teorizações realizadas sobre o assunto. Todavia, acreditamos que para os propósitos da presente pesquisa não será necessário explicitá-las, tendo em vista que o que nos interessa são exatamente seus traços mais gerais e que as diferenciam entre si. Pode-se encontrar classificações diferentes com base em outros critérios, por exemplo, em Braga (2008), que dividiu as teorias as quais chama de teorias de “enfoque locacional” em cinco escolas, de acordo com o seu período de surgimento: a *escola neoclássica*; a *escola do comportamento*; a *escola sistêmica*; a *escola marxista* ou *estruturalista*, e, por fim, a das *teorias mais recentes*.

Sob a ótica adotada, dentro desta matriz poderíamos incluir desde os precursores da ciência econômica, como Adam Smith, David Ricardo, Marie Walras, até os principais teóricos da economia espacial neoclássica, como Von Thünen, Walter Christaller, Alfred Weber e August Lösch, assim como seus herdeiros contemporâneos.

Não obstante a heterogeneidade inerente às explicações específicas que cada um deles deu aos deslocamentos espaciais dos capitais fragmentários e dos trabalhadores, de forma cindida ou articulada, todas elas estiveram assentadas nos pressupostos axiomáticos da tendência ao equilíbrio geral do sistema econômico, partindo de uma perspectiva temporal linear; do comportamento absolutamente racional dos indivíduos, tomados como agentes livres e autônomos em busca da maximização dos seus ganhos (GAUDEMAR, 1977; GOMES, 2009); e na concepção do espaço geográfico como um plano homogêneo em todos os aspectos, que, em última instância, não opõe resistência determinante as ações dos agentes econômicos. Quanto a este último pressuposto, trata-se de uma abstração puramente teórica denominada “espaço continente”, “absoluto” ou “planície isotrópica” (CORRÊA, 1995; BRANDÃO, 2007), que, mesmo estando implícita nas teses dos economistas clássicos, ganhou melhores contornos na economia espacial de cariz neoclássico e, mimeticamente, na vertente teórico-quantitativa da Geografia que ganhou grande expressão nas décadas de 1950 e 1960³⁹.

Em termos históricos, as origens deste tipo de compreensão remontam à primeira revolução industrial (a partir de meados do século XVIII) e às tentativas de compreender os processos dinâmicos de transformação social dela derivados. Diante dos novos fenômenos, numa Europa marcada pelo liberalismo econômico e por suas relações com o “mundo colonial”, teóricos burgueses como Adam Smith, atribuíram à “mão invisível” do mercado um papel quase místico de organização das ações individuais e de harmonização de todo e qualquer conflito social.

Mas coube ao economista e matemático francês Marie Éspirit Léon Walras, como nos indica Gaudemar (1977), a tarefa de criar a base sobre a qual se edificou posteriormente a maior parte da economia espacial e da economia política contemporânea

³⁹ Partindo-se do estudo da história do pensamento geográfico, pode-se distinguir nesse período, de acordo com diversos autores que se debruçaram sobre o assunto como Santos (1978) e Corrêa, (1995), a consolidação de uma vertente paradigmática denominada “teórico-quantitativa” ou “nova geografia” (em alguns textos encontra-se a expressão em inglês *new geography*). Esta vertente caracterizou-se, dentre outros aspectos, pelo pragmatismo e pela exacerbação do positivismo lógico, do raciocínio hipotético-dedutivo e da linguagem matemática, elementos que, combinados, levaram a produção de diversos modelos matemáticos para explicar os fenômenos geográficos.

de cunho neoclássico. A teoria walrasiana da mobilidade fundamentou-se em dois princípios axiomáticos básicos⁴⁰: o *princípio da raridade* como fonte do valor, e o *princípio da livre concorrência*, ambos tomados como mecanismos reguladores. Partindo-se desses princípios, capital e trabalho, ambos submetidos ao mercado - e, portanto, regulados pela livre concorrência - tenderiam sempre a uma situação de “boa proporcionalidade” que levaria a otimização da vida econômica, sendo, pois, a mobilidade, uma mobilidade de ajustamento (GAUDEMAR, 1977).

São estes pilares do edifício teórico-conceitual construído por Walras que deram sustentação às teorias mais célebres da economia espacial neoclássica, produzidas sob a pena de autores como Von Thünen (1966) (teoria dos círculos concêntricos de uso do solo); Christaller (1966) (teoria dos lugares centrais); Weber (1957) (teoria da localização industrial ótima); Lösch (1954) (teoria da conformação exagonal do sistema econômico urbano) e Isard (1956) (análise microeconômica da localização e proposta da *Regional Science*), cujos trabalhos foram ornamentados com equações e modelos matemáticos de localização dos elementos do processo econômico (mão de obra, capitais, mercados etc.), partindo do positivismo lógico como método.

O que de mais importante se pode elencar de todas essas teorias, como observa Brandão (2007), é que, em primeiro lugar, se pautaram pela eficiência decisória dos agentes quanto à localização dos fatores de produção como forma de contornar os obstáculos de qualquer ordem. Em segundo lugar, o ambiente no qual se desdobram essas ações não é um ambiente construído, mas “[...] dado ‘naturalmente’, inerte, isto é, conformado pelas forças mercantis, sendo apenas o receptor dessas decisões individuais” (BRANDÃO, 2007, p. 58). Neste ambiente, caberia ao mercado ajustar e equilibrar a distribuição dos fatores no espaço por meio de um balanço entre forças concentradoras e dispersivas. E por fim, os cálculos que regulariam a eficiência nos deslocamentos dos agentes são medidos pelos custos de transporte.

Ora, se existisse mesmo uma tendência à otimização da atividade econômica dada pela eficiência implacável dos agentes econômicos, inseridos num mercado que ajusta e regula perfeitamente a distribuição dos fatores no espaço, como postularam tais autores, como poderíamos compreender as terríveis crises de superprodução e a desigualdade espacial crescente, provocada pela concentração dos meios de produção e da renda desde

⁴⁰ Note-se que a definição de *axioma*, segundo Japiassu & Marcondes (2006), refere-se a uma “proposição evidente em si mesma e indemonstrável” ou ainda, um “pressuposto em um sistema, ocorrendo sempre como premissa ou como ponto de partida para a demonstração de algo” (p. 26).

os primórdios do capitalismo? Ademais, se os trabalhadores enquanto agentes econômicos são mesmo dotados da liberdade e da racionalidade que lhes foi atribuída pelos teóricos vinculados a essa matriz, estando sujeitos às mesmas regras da otimização e do equilíbrio, como se explicaria fenômenos como a formação de massas de trabalhadores desempregados em certos pontos do território e de fluxos migratórios brutais para o trabalho em condições sub-humanas noutros?

Foi a presença cada vez maior de questões como essas, emanadas diretamente dos antagonismos inconciliáveis do sistema de metabolismo social do capital, que tornou inconsistente a aceitação tácita de tais premissas, princípios e axiomas, fazendo com que, mesmo os maiores entusiastas desse sistema tivessem que encontrar explicações mais coerentes e saídas teóricas para os problemas observados, sobretudo após a grande crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1937-1945).

As lacunas explicativas da matriz clássica e neoclássica certamente advêm, em última análise, como argumenta Castoriadis (1987), do fato de que se equilibro sobre a “ficção de uma economia racional”, na qual todos os fenômenos sociais são mensuráveis de maneira trivial por meio do ferramental oferecido pela matemática, com o propósito de provar a tese de que a atividade econômica “[...] se realiza da melhor maneira possível no quadro do sistema social vigente e por meio dele” (p. 147), identificando sempre o *maximum* com o *optimum*. Neste intento, ofereceu explicações mecanicistas para os fenômenos sociais e os naturalizou (BUARQUE, 1990), construindo suas teses sobre um espaço social transformado (teoricamente) num mero receptáculo das ações dos agentes econômicos, axioma que jamais poderia ser comprovado pelo exercício empírico. Por isso, não é exagerado concluir que na verdade, esta matriz constitui-se como uma expressão teórica fortemente ideológica, ligada às necessidades de libertar o capital e a força de trabalho de qualquer barreira para sua livre circulação no espaço.

Ainda assim, é preciso adiantar que mesmo com todas as lacunas explicativas e o alto nível de idealização do processo de produção capitalista contido nas teorias vinculadas a essa matriz, ela retomou lugar de destaque décadas mais tarde, após um longo período no qual havia praticamente caído em descrença, com a emergência do paradigma neoliberal, fato patente seja nas formulações econômicas mais gerais de autores como Hayek (1987), Friedman & Friedman (1980), Williamson (1989) e Sachs (2005), ou naquelas com enfoque especificamente locacional, como em Drucker (1993), Ohmae (1999) e Porter (1999). O que há de mais significativo em termos teóricos, principalmente nesse último conjunto de autores, é que eles revestiram os axiomas, princípios e pressupostos das teorias

neoclássicas com “novas preocupações” como o “[...] inegável papel da informação em todos os setores” e a “(...) ênfase no poder econômico em escalas locais e regionais” (BRAGA, 2008, p. 173).

2.2. A matriz keynesiana

Os fundamentos principais da matriz keynesiana de interpretação da mobilidade têm origem no pensamento do seu epônimo, o célebre economista inglês John Maynard Keynes. Dentro dela podem ser enquadrados, além do próprio Keynes, autores como Albert Hirschman, Gunnar Myrdal, François Perroux, além de outros teóricos como Harrold Innis, Evsey Domar, Nicholas Kaldor, chamados “pós-keynesianos” (MATTOS, 1998 *apud* BRANDÃO, 2007).

Sob inspiração das obras destes autores, foi introduzida a tese de que o desequilíbrio econômico e espacial é o único horizonte possível a partir do funcionamento do macrossistema econômico abandonado aos seus próprios mecanismos de funcionamento, admitindo-se, dessa forma, o caráter “anárquico” e não harmonioso do mercado em uma economia capitalista. Supõe-se, assim, que o comportamento dos indivíduos isolados e das empresas capitalistas, ainda que concebidos enquanto agentes econômicos dotados de racionalidade, liberdade e capacidade decisória dentro do sistema do capital, não pode conduzir por si mesmo à otimização do sistema, como defendiam os clássicos e neoclássicos⁴¹, senão a sua ruína, oriunda da desigualdade tendencialmente crescente, seja entre os indivíduos, seja entre regiões. A mobilidade do capital e do trabalho dentro desse constructo teórico, portanto, passou a ser entendida como *mobilidade imperfeita*, capaz de provocar o seu próprio estrangulamento.

Contudo, aos teóricos de inspiração keynesiana não interessava em hipótese alguma comprovar a inviabilidade do sistema, mas tão somente encontrar antídotos para alguns de seus males mais catastróficos, especialmente aqueles que não fazem distinção de classe

⁴¹ Sobre esta concepção do nível de autonomia e racionalidade dos indivíduos inseridos na economia capitalista, pode-se acrescentar as palavras de Singer (1975) quando nos indica que, “a abordagem marginalista” – que está presente tanto na matriz neoclássica quanto na keynesiana – “sempre parte da ação individual e de sua motivação subjetiva” (p. 57). O próprio termo “marginalista” refere-se a taxa extra (e por isso marginal) de lucro que os agentes esperam que seja acrescentada aquela já obtida e é por meio dela que, tanto neoclássicos quanto keynesianos, explicam fenômenos econômicos complexos como a formação da poupança, a acumulação do capital, a inflação e o desemprego.

social. E o antídoto encontrado opunha-se em parte ao que havia sido defendido até então pela doutrina do liberalismo econômico e seu *laissez-faire*: a intervenção forte do Estado na economia como o único meio realmente eficaz para fechar o círculo aberto pela premissa do desequilíbrio inevitável, sobretudo com o planejamento e de uma política econômica de cunho anticíclico, indutora do crescimento e capaz de corrigir as desigualdades regionais (EGLER, 1995), retomando assim a perfeição da mobilidade tanto do capital quanto do trabalho.

No tocante a esta “missão” do Estado em uma economia capitalista, Paul Singer (1975), esquadrinhando a obra de Keynes, afirma que nela, o Estado “[...] entra como uma espécie de entidade metafísica [...] para salvar o sistema, para fazer o sistema atingir o pleno emprego [...]” (p. 71) e, acrescentaríamos: livrá-lo das inevitáveis crises.

De tal modo, segundo Mattos (1998 *apud* Brandão, 2007), com base nos pressupostos teóricos da concorrência imperfeita, dos rendimentos crescentes, e da tendência à divergência, “[...] ganhou terreno a convicção de que seria factível uma espécie de engenharia social [...]” por meio das ações de planejamento, tendo em vista que o livre jogo do mercado gera desemprego e acentua as desigualdades econômicas, cabendo ao Estado “[...] recorrer a políticas discriminadas territorialmente no que diz respeito a incentivos e desincentivos fiscais e financeiros, subsídios, tarifas e preços diferenciais, controles, ação de empresas públicas etc.” (p. 62).

Obviamente, tal mudança de interpretação não foi produto do aumento do rigor ou do cientificismo das análises da dinâmica macroeconômica, mas do próprio processo histórico que trouxe à superfície a grave crise do antigo regime de acumulação e de seu modo de regulação (vigentes até a década de 1930), imputando dificuldades cada vez maiores de manutenção do motor da acumulação e das taxas de lucro nos países centrais, somada à devastação provocada por duas guerras de dimensões mundiais.

Em alguma medida é inegável a maior objetividade das interpretações dessa matriz em comparação à clássica e neoclássica no desvendamento dos sentidos da mobilidade no sistema do capital, pois explicitam o comportamento cíclico e o caráter concentrador e perdulário da acumulação capitalista, bem como as mazelas dela derivadas. No entanto, seus teóricos pecaram ao acreditarem na infalibilidade da ação corretora do Estado sobre o desequilíbrio crescente gerado pelo sistema do capital, não enxergando seu caráter imanentemente conjuntural. Como propugna István Mészáros (2011):

Como opera no âmbito dos parâmetros institucionais do capital, [o keynesianismo] não pode evitar ser conjuntural, independentemente de as

circunstâncias vigentes favorecerem uma conjuntura de curto ou de longo prazo. O keynesianismo [...] está necessariamente contido na lógica de *parada e avanço* do capital, e dela sofre restrições [...] representa apenas a fase de avanço de um ciclo de expansão que, mais cedo ou mais tarde, sempre pode ser interrompida por um ciclo de parada (p. 25-26. Grifos no original).

Além disso, sendo o seu ponto de partida sempre a ação individual e a sua motivação subjetiva, regida por certas leis psicológicas (SINGER, 1975), acabaram deixando de lado fatores objetivos concretos que muitas vezes limitam sobremaneira a autonomia e as escolhas dos indivíduos, impondo-lhes, muitas vezes, comportamentos absolutamente irracionais.

Por fim, cabe indicar que incorreram no equívoco – deliberado ou não – de negligenciar a própria natureza “capitalista” do Estado nacional moderno, e o seu funcionamento como “estrutura totalizadora de comando político do capital”, cuja emergência e consolidação devem ser atribuídas aos seus “imperativos corretivos” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106-107). (Trataremos especificamente deste assunto mais adiante, no Capítulo 3).

2.3. *A matriz marxista*

As compreensões marxiana (ou seja, do próprio Marx) e marxista (dos autores que de alguma maneira embasaram-se nos seus escritos) acerca da mobilidade do capital e do trabalho não devem ser entendidas como derivação e/ou superação das duas matrizes teóricas anteriormente expostas. Em termos históricos, sua origem coincide com o surgimento das teses de alguns dos autores clássicos e neoclássicos, ainda na primeira metade do século XIX. O fato de ser, como indicado anteriormente, diametralmente oposta as demais, deve-se fundamentalmente ao emprego de um método totalmente diferente na interpretação destes fenômenos: o *materialismo histórico e dialético*, que permitiu a reunificação entre sujeito e objeto, separados pelo positivismo (uma epistemologia burguesa, em qualquer uma de suas versões) e, a partir disto, a análise dos fenômenos sociais como partes de uma totalidade (GRÜNER, 2007) repleta de antagonismos e contradições inconciliáveis.

De antemão adianta-se que, desde o ponto de vista dos teóricos vinculados a essa matriz, a mobilidade espacial, seja do capital, seja da força de trabalho, é interpretada

como fenômeno forçado e estranhado, cujas causas são mais profundas que as aspirações individuais e que é necessário para sanar temporariamente as contradições estruturais engendradas pelo e no processo de acumulação do capital e em seu sistema sociometabólico.

Sob o enfoque de Marx e de outros autores que partiram do materialismo histórico e dialético para desvendar os sentidos mais profundos dos fenômenos sociais sob a égide do capital - tanto os clássicos (como León Trotsky, Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo, György Lúkacs), quanto os mais contemporâneos (como István Mészáros), ou ainda, aqueles com preocupações especificamente voltadas para a dimensão espacial desses fenômenos (como Jean-Paul de Gaudemar, Henri Lefebvre, David Harvey, Neil Smith, Doreen Massey, Milton Santos, Ruy Moreira, dentre outros) – os três elementos fundantes e distintivos na compreensão da mobilidade podem ser sintetizados da seguinte maneira:

- a perspectiva temporal embutida na análise é a do tempo não como inevitavelmente linear, tendendo sempre ao equilíbrio, como na matriz clássica e neoclássica, e que poderia ser metaforicamente representado como *seta*; ou como cíclico, tendendo ao desequilíbrio temporário, mas ajustado por intermédio do Estado num ponto mais elevado, como na matriz keynesiana em que pode ser representado como *ciclo*; mas como linear e cíclico ao mesmo tempo, ou seja, sob a forma de uma *espiral*, tendendo sempre ao desequilíbrio e ao ajuste forçado, não necessariamente num ponto mais elevado, mas em muitos casos, com retrocessos históricos cujos impeditivos a expansão do capital são corrigidos por meio dos seus expedientes e de sua estrutura totalizadora de comando político, o Estado⁴²;
- o grau de liberdade e autonomia que se atribui aos indivíduos inseridos no(s) sistema(s) econômico(s), ou, mais precisamente, no processo de produção capitalista, sejam eles capitalistas, proletários ou gestores do capital, é extremamente limitado, devido ao fato de que dentro deste processo, atuam, em suma, ou como personificações reificadas dos imperativos objetivos da acumulação do capital, ou como produtores alienados, estando sujeitos,

⁴² Para a construção desse entendimento, toma-se por empréstimo a metáfora do tempo seta-ciclo-espiral de Suertegaray (2001), autora que faz uma instigante análise sobre a concepção do tempo na história do pensamento geográfico.

obviamente, a contingências as mais diversas (retomaremos esse assunto adiante). Quanto a este ponto especificamente, Singer (1975) assevera que, diferentemente da abordagem marginalista, “a abordagem marxista não depende de uma propensão ou de um comportamento subjetivo. Ela é objetivamente determinada” (p. 49);

- e a concepção do espaço geográfico no qual se desdobram as ações desses agentes (os sujeitos sociais), é a de que o espaço é espaço concreto e não abstrato, construído pelo trabalho humano coletivo em sua relação mediada com a natureza. Este espaço produzido, não é concebido como um “receptáculo sem textura” ou uma “planície homogênea” (BRANDÃO, 2007; CORRÊA, 1995) que recebe e contém passivamente as ações humanas, mas ele mesmo atua como um elemento ativo nesse processo, reproduzindo a totalidade social, da qual é uma instância (SANTOS, 2012) e, portanto, sendo o *locus* da reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1976). Especificamente no processo de produção capitalista, a produção do espaço geográfico é necessariamente marcada pela fragmentação, desigualdade e combinação (dinâmicas) entre suas frações, o que equivale dizer que o seu desenvolvimento dá-se de forma desigual e combinada (SMITH, 1988; MOREIRA, 1984).

Devemos acrescentar que a maneira marxiana e marxista de conceber a mobilidade, com base nesses três pressupostos elementares, permite elaborar uma distinção fundamental para o presente trabalho entre a análise dos fenômenos na “microescala”, ou seja, aquela do indivíduo ou da empresa, e na “macroescala”, do sistema como um todo. Acreditamos que boa parte das limitações e das falhas conceituais presentes no tratamento deste tema advenha exatamente da ausência dessa distinção.

Como indicado no início deste capítulo, em uma sociedade capitalista, a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho, assim como a localização desses elementos num dado momento, assumem sentidos profundos (estruturais) dentro do seu sistema de metabolismo social, não apenas como efeitos dos processos que lhe são característicos, mas também, elas mesmas, como mecanismos que permitem o seu funcionamento e a superação provisória de algumas de suas contradições mais destrutivas e autodestrutivas.

Para explicar como ocorre esta intrincada relação, primeiramente devemos explicitar o que se entende por “sistema de metabolismo social do capital”, um conceito basilar nesse trabalho, cuja definição extraímos de Mészáros (2011).

Para Mészáros (2011) - e segundo ele, também para Marx, em cuja obra encontram-se os elementos essenciais de sua abordagem - capital e capitalismo são fenômenos distintos, com origem e limites históricos não coincidentes, sendo o capital mais antigo e também posterior ao capitalismo, que não é senão uma de suas formas históricas de realização, enquanto “[...] modo e meio dinâmico de mediação reprodutiva [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 188). Assim, o sistema de metabolismo social do capital seria um “modo singular na história humana de relação sociometabólica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 46), ou seja, de relação dos homens entre si e destes com a natureza em seu intercâmbio reprodutivo, no qual o capital encontra-se “[...] articulado com um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas” (MÉSZÁROS, 2011, p. 188)⁴³. Em termos históricos, este sistema só conseguiu tornar-se coerente com o triunfo da produção generalizada de mercadorias, mas sua fase ascendente tem início bem antes disso, ainda nos séculos XV e XVI, com a expansão marítima e comercial europeia.

Segundo o autor, a relação produtiva entre sujeitos particulares precisa ser mediada em todo e qualquer tipo de sociedade. No sistema do capital, essa mediação necessária se dá por meio de um conjunto de mediações secundárias (mediações das mediações) que funciona como uma rede, ao qual denomina “sistema de mediação de segunda ordem”, sobrepujando às mediações primárias ou “mediações de primeira ordem”, voltadas para a produção de valores de uso para o atendimento imediato das necessidades humanas⁴⁴.

O sistema específico de mediações de segunda ordem do capital, por sua vez, conforma “[...] um todo social *antagonicamente estruturado* [...] por meio do sistema

⁴³ Note-se com isso, que para o autor, mesmo no sistema socialista que vigorou na URSS durante a maior parte do século XX não teria havido a superação do capital enquanto modo e meio de mediação produtiva, mas apenas a transferência do seu controle para Estado, a quem coube o papel de expropriação do trabalho excedente. Por esse motivo, Mészáros o denomina “sistema de capital pós-capitalista”.

⁴⁴ A distinção entre *valor de uso* e *valor de troca* é basilar na teoria marxiana, e Marx (2008) a realiza nos seguintes termos: “[...] valores de uso, de modo imediato, são meios de existência [...] são produtos da vida social, resultado da força vital gasta pelo homem, de trabalho objetivado”, ao passo que, “o valor de troca aparece como uma relação quantitativa na qual os valores de uso são permutáveis” (p. 53). Ambos, portanto, representam o duplo aspecto com que cada mercadoria manifesta-se, sendo o primeiro proveniente do *trabalho concreto*, ou seja, da atividade de trabalho em si, e o segundo, do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir certa mercadoria, o *trabalho abstrato* que se embuti nela.

estabelecido de produção e troca”, regido pelo imperativo do valor de troca em permanente e incontrolável expansão (MÉSZÁROS, 2011, p. 67). Todavia, a incontrolabilidade do capital pode ser entendida quando, por meio dos nossos estudos e pesquisas, fazemos as devidas aproximações entre seu sistema metabólico destrutivo e a degradação correspondente no âmbito do trabalho. (THOMAZ JUNIOR, 2011b)⁴⁵.

Sinteticamente, segundo Mézáros (2011), podemos considerar como mediações de segunda ordem: a família nuclear, os meios alienados de produção e suas “personificações”, o dinheiro, os objetivos fetichistas da produção, o trabalho, estruturalmente separado da possibilidade de controle, e, por fim, as variedades de formação do Estado do capital (os Estados nacionais modernos). Todas estas mediações, embora tenham surgido de contingências históricas específicas, e ainda que algumas das quais não sejam exclusivas desse tipo singular de metabolismo social (como a família nuclear ou o dinheiro, por exemplo), foram paulatinamente fundidas ao que ele chama de “estrutura totalizadora de controle do capital”, na qual estão unidas e se sustentam mutuamente.

Neste *sistema* – que pode ser assim considerado por conta da articulação resultante da necessidade de coerência imposta as suas múltiplas unidades reprodutivas (“os seus microcosmos”) “[...] para fazer prevalecer o impulso incontrolável da potencialidade produtiva do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 123) – o capital não é simplesmente uma entidade material ou um mecanismo racionalmente controlável, mas é,

[...] em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico [...] uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – ‘estrutura totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar (p. 96, Grifos no original).

Não há no pensamento de Mézáros nenhum traço de maniqueísmo ou de mecanicismo simplista, pois quando se refere a este controle abrangente e inexorável exercido pelo capital, o autor não o atribui a nenhuma entidade sobre-humana ou sobrenatural, acentuando sua origem na superposição da divisão funcional e técnica do

⁴⁵ Refere-se aqui, de maneira especial, aos estudos e pesquisas realizados no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) - criado há 16 anos, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior e sediado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente) - e dos demais núcleos que compõem a rede de pesquisadores do CEGeT em diversas universidades brasileiras. Para conhecer o trabalho do CEGeT e ter acesso aos resultados de pesquisa acesse: <www.fct.unesp.br/ceget>.

trabalho por uma “divisão social hierárquica” na qual os indivíduos ocupam lugares, ou como produtores diretos de riqueza (trabalhadores), ou como “personificações do capital” (gestores, administradores, encarregados etc.). É assim, pois, que o trabalho subsumido neste sistema, desde o início o polo antagônico e irreconciliável do capital (posto que esse nega a sua existência enquanto tal), funciona, dialeticamente, como o seu pilar de sustentação.

Em uma palavra, por meio das mediações de segunda ordem e desta estrutura social hierárquica do trabalho por elas sustentada, “[...] o capital se tornou, de longe, o mais poderoso [...] *extrator de excedentes* conhecido da humanidade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 199. Grifos nossos)⁴⁶, não para a gratificação humana, mas no interesse da sua reprodução sempre aumentada. Marx (2011), nos *Grundrisse*, assinala no mesmo sentido que “o capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada” (p. 60).

Deste modo, é preciso considerar que a relação *alienada*, *reificada* e *fetichizada* entre os indivíduos⁴⁷ que se estabelece por meio dessa estrutura de controle totalizadora e de seu sistema de mediações, cria neles, simultaneamente, as ilusões de liberdade e de controle. Como assevera Mézáros:

O sistema estabelecido de mediações de segunda ordem não apenas controla os atores humanos da história com base nos imperativos objetivos da expansão do capital, ele também os ilude com relação às suas motivações como ‘agentes livre’ e também em relação à margem perceptível de suas ações (2011, p. 187).

E isso acontece precisamente porque tais mediações

constituem uma desorientadora rede em que estão inseridos os indivíduos particulares. Na qualidade de membros de um grupo social,

⁴⁶ Vale dizer que o “excedente” extraído pelo capital e que possibilita o seu processo de reprodução ampliada, é na verdade o trabalho não pago, ao qual Marx chama de “mais-valia”, cujas formas de manifestação veremos mais adiante. Ressalte-se também que algumas publicações mais recentes de suas obras, como, por exemplo, a nova edição dos *Grundrisse* da editora Boitempo (MARX, 2011), que constitui uma das fontes citadas nesse capítulo, trazem a tradução do mesmo termo como “mais-valor”, por motivos de revisão textual e da postura dos tradutores, que argumentam ser mais adequada. Todavia, optamos por continuar utilizando a expressão mais-valia ao invés de mais-valor, devido a sua consolidada trajetória e popularidade nas traduções em linha portuguesa das obras de Marx.

⁴⁷ *Alienada* porque os indivíduos envolvidos na estrutura não podem ter consciência da totalidade do processo de trabalho, senão apenas de partes exíguas dele, tornando-se (ou permanecendo), por isso, “alheios, estranhos [...] aos resultados ou produtos de sua própria atividade” (BOTTOMORE, 2001, p. 5); *reificada* porque nele, têm sua individualidade aniquilada (MARX, 2008, p. 128) transformando-se em personificações de elementos das relações sociais; e *fetichizada* porque nas relações de troca, “[...] as relações sociais das pessoas aparecem, por assim dizer, invertidas, como a relação social das coisas” (MARX, 2008, p. 60).

eles estão localizados em algum ponto predeterminado na estrutura de comando do capital muito antes de aprender as primeiras palavras no ambiente familiar (MÉSZÁROS, 2011, p. 187).

Estas ponderações são de extrema relevância quando se trata do fenômeno da mobilidade, nas diversas acepções que pode carregar este termo (espacial, temporal, social, setorial, profissional, do trabalho ou do capital), pois, malgrado a ideologia dominante da liberdade e mobilidade extremas, especialmente vigente nos dias atuais, apenas numa parcela ínfima dos casos os indivíduos podem escapar dessa determinação estrutural.

Finalmente, devemos explicitar que a incontornabilidade da lógica expansiva do capital e a destrutividade, inerente a essa forma de reprodução sociometabólica, deriva essencialmente da “ausência de unidade” em três situações que constituem seus principais “defeitos estruturais”, como segue:

1) *entre produção e controle*: consiste no fato de que nela, os produtores diretos não detêm o controle da produção, que está nas mãos daqueles que não produzem, mas exercem a função de personificações do capital;

2) *entre produção e consumo*: essa cisão assume, concomitantemente, uma dimensão social, pois quem produz não necessariamente é quem consome - e na maior parte das vezes não o é - e uma dimensão geográfica, a medida que os lugares de produção em geral não são os lugares de consumo, de sorte que “[...] o mais absurdo e manipulado consumismo em algumas partes do mundo pode encontrar seu horrível corolário na mais desumana negação das necessidades humanas elementares de milhares de seres” (MÉSZÁROS, 2011, p. 17); e

3) *entre produção e circulação*: essa separação denota o caráter de uma contradição que se faz sentir cada vez mais em nossos dias. Deriva da necessidade inevitável da circulação (distribuição e troca) em âmbito global para a realização da mais-valia, que se choca com os limites regionais e as fronteiras nacionais.

São esses defeitos estruturais que fazem com que o sistema de metabolismo social do capital necessite de um terceiro elemento constitutivo além do próprio capital e do trabalho para tornar-se completo: *o Estado*, que, na qualidade de “estrutura totalizadora de comando político do capital”, possui a função de retificação destes defeitos. (Voltaremos a este assunto no Capítulo 3).

É, portanto, dentro desse sistema metabólico e por meio de suas mediações que buscaremos compreender os sentidos profundos que possuem as dinâmicas da mobilidade do capital e do trabalho em sua dimensão espacial, constituindo movimentos inerentes ao

processo de produção, que, como há muito nos ensinou Marx (2011), perfaz uma totalidade composta de “membros” ou “momentos” particulares que só podem ser compreendidos se analisados em conjunto e dentro desta totalidade: produção, distribuição, troca e consumo. Destarte, para compreender as dinâmicas da mobilidade, é preciso primeiro compreender de que maneira o espaço geográfico entra no processo de produção e dele participa.

No esquema extraído de Harnecker (1973), pode-se observar que o espaço geográfico está presente de duas formas básicas no processo de trabalho. Primeiramente, o espaço (que, lembremos, é sempre natureza transformada pela ação humana: a *segunda natureza*) pode participar na condição de objeto de trabalho, enquanto matéria-prima, como é o caso da agricultura. E, em segundo lugar, pode participar como meio de trabalho em seu sentido amplo, ou seja, das condições materiais necessárias para a produção, como, por exemplo, sob a forma de terreno, instalações, vias de circulação etc.

Como o conceito de forças produtivas, como afirma a autora (HARNECKER, 1973), aplica-se aos elementos do processo de trabalho pensados do ponto de vista de suas potencialidades, o espaço (produzido e transformado pelo e no processo de trabalho) é também força produtiva, no sentido de que possibilita a produção num grau determinado. Por esse motivo, o espaço não pode (e não deve) ser visto como um elemento passivo.

Além disto, como o processo de trabalho implica necessariamente três tipos de divisão do trabalho - a *divisão da produção social* (em ramos, esferas e setores), a *divisão técnica do trabalho* (dentro de um mesmo processo de produção) e a *divisão do trabalho* (tarefas entre indivíduos) (HARNECKER, 1973) - e esses processos precisam de uma base espacial para efetivar-se, eles implicam, concomitantemente, a divisão do espaço em diferentes frações: a “divisão territorial do trabalho”.

É inerente ao sistema de metabolismo social do capital a intensificação de todas estas divisões do trabalho, inclusive de sua dimensão territorial, de sorte que, como afirma Gaudemar (1977), não por acaso, o desenvolvimento do capitalismo seja “[...] também o nascimento do *espaço capitalista* com suas polarizações específicas determinadas pelas novas relações de produção” (p. 373, Grifos nossos). Cabe ressaltarmos que, no sistema de metabolismo social do capital, a dimensão espacial não é secundária, mas assume uma importância que jamais teve em sistemas sociometabólicos anteriormente, pois como assevera Smith (1988), “a Geografia do capitalismo é mais sistemática e completamente uma parte integral do modo de produção, mas do que ocorreu com qualquer modo de produção anterior” (p. 151).

Se fosse possível elencar uma característica central nesse espaço ou nessa geografia capitalista, tal característica seria, sem dúvida, a desigualdade. Daí ressaltar Smith (1988) que a desigualdade espacial, que já se fazia notar em modos de produção – segundo o nosso entendimento, sistemas sociometabólicos – anteriores, passa a ser sua característica central e peculiar, e que a *lei do desenvolvimento desigual* passa a constituir seu padrão de desenvolvimento. Veremos adiante que esta característica é proveniente, em última análise, da própria mobilidade do capital⁴⁸.

São pertinentes ainda os apontamentos de Donatella Calibi e Francesco Indovina (1973), acerca da organização do espaço capitalista e do uso capitalista do território. De acordo com o pensamento desses autores, a dimensão material do território – que, a nosso ver é o próprio espaço geográfico⁴⁹ - não é capitalista em si, mas é usada de forma capitalista, tendendo a ser abarcada em sua totalidade pelo sistema produtor de mercadorias. O uso total não se dá da mesma forma em todos os espaços, mas de formas específicas, estando em sua base a tendência à concentração tanto de homens quanto de capitais, em poucas mãos e em determinados pontos do território.

São as relações capitalistas de produção e o desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração específica ao território, mas o tipo de organização espacial que disso decorre, torna-se, concomitantemente, também um dado para o próprio processo, que não se dá de modo harmonioso, mas repleto de contradições, na medida em que estimula o

⁴⁸ Note-se que não advogamos que a desigualdade não existisse antes da conformação do sistema sociometabólico do capital. Muito ao contrário, a diferenciação das parcelas do espaço geográfico entre si é, concomitantemente, um processo natural e social. Segundo Santos (1996), dois processos atuaram de forma integrada, mas com pesos distintos nos diversos momentos da história humana: o processo de “diversificação da natureza” e o processo de “divisão do trabalho”. O primeiro consiste num conjunto infinito de mudanças que ocorrem no interior da própria natureza e que independem do homem, e o segundo é movido pela produção e pode ser visto como “um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente” e que atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares (SANTOS, 1996, p. 131-132).

⁴⁹ Neste ponto, uma importante distinção faz-se necessária. Espaço e território são categorias analíticas distintas, ambas componentes primordiais do repertório categorial da Geografia, mas que representam, como explica Suertegaray (2001), potencialidades e níveis analíticos diferentes. A categoria espaço é mais geral e expressa, por isso, um nível elevado de abstração, ao passo que o território pode ser pensado como uma “mediação lógica distinta do espaço” (EGLER, 1995, p. 215), cujo núcleo epistêmico é o *poder* (PORTO-GONÇALVES, 2011), de modo que, por território devemos entender “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78), as quais podem ter natureza diversa (jurídica, política, econômica, cultural etc.). Assim, se o que se entende por território são antes “relações de poder projetadas no espaço, que espaços concretos” (SOUZA, 1995, p. 87), o que Calibi & Indovina (1973) denominam território, referindo-se a sua dimensão concreta, é na verdade o espaço no qual se projetam as relações de poder provenientes do seu uso nos processos capitalistas.

conflito entre capital (que prima pelo valor de troca do espaço) e trabalho (que prima por seu valor de uso) (CALIBI; INDOVINA, 1973).

Conforme a diferenciação proposta pelos autores, o uso do território pode ser de três tipos: 1) no processo de produção propriamente dito; 2) no processo de circulação e valorização do capital; e 3) na reprodução da força de trabalho.

No primeiro tipo de uso (que é o que mais interessa para as finalidades dessa pesquisa), o território entra diretamente como capital constante⁵⁰, seja como matéria-prima (uso agrícola), seja como espaço físico (uso industrial), de tal forma que “‘a localização produtiva’ é aquela que mais influencia a organização do território” (CALIBI; INDOVINA, 1973, p. 4), pois não é apenas localização de trabalho morto, mas também de trabalho vivo⁵¹, ou seja, de força de trabalho necessária à produção. Assim, a localização produtiva não segue uma lei tecnológica, mas social, e *as condições para que ela ocorra são as que determinam o menor custo de produção e a máxima garantia de lucro*.

Os elementos materiais que compõem o território apresentam diferenças com relação a sua forma e a sua função, podendo ser, desde tal ponto de vista, “puntiiformes”, como pontos nos quais ocorrem e que permitem o uso (a plantação, a fábrica, a casa, a loja, a praça, etc.), ou “de relação”, elementos infraestruturais que atuam como condições para a realização do processo e que são resultantes da necessidade de uso integrado do território (estradas, rodovias, ferrovias, canais, dutos e outras redes materiais) (CALIBI; INDOVINA, 1973).

Diante de todo o exposto, pode-se concluir, em primeiro lugar, que no sistema de metabolismo social do capital e por meio de seu conjunto específico de mediações, o espaço geográfico, ao mesmo tempo em que é produzido, serve como elemento ativo (um dado) para sua efetivação. Em segundo lugar, tanto sua produção, quanto a organização dos seus elementos constitutivos, ainda que não sejam realizadas seguindo nenhuma lógica superior, devem atender às exigências do processo de produção de mercadorias como um todo (produção, distribuição, troca, consumo), permitindo ao capital sua reprodução

⁵⁰ O *capital constante* é constituído por todos os elementos produtivos gastos para obter determinado produto, como matérias-primas, matérias auxiliares, máquinas e instalações, sendo possível dividi-lo ainda em duas partes: o *capital circulante* (aquilo que entra totalmente no produto, como as matérias-primas) e o *capital fixo* (o que nela entra gradativamente, por depreciação, como as máquinas e instalações industriais) (SINGER, 1975, p. 49).

⁵¹ Isto é, não é apenas o trabalho humano cristalizado na forma de maquinário, instalações etc. como também dos seres humanos que detêm sua força de trabalho e que estão aptos a vendê-la nesses locais. Importa salientarmos que o trabalho morto confunde-se com uma das formas do próprio capital, pois como pondera Marx (2008), “o capital, entre outras coisas, é também um instrumento de trabalho, é trabalho passado, objetivado” (p. 240).

ampliada, e por esse motivo, recebem as características necessárias para que isso ocorra e escapam às intenções humanas individuais.

Acrescente-se a essas duas conclusões que tal processo é extremamente dinâmico e sempre reproduzido de forma ampliada, pela própria natureza expansionista e incontrolável do capital, e que, devido as suas contradições, esbarra em certos limites que só podem ser temporariamente transpostos por meio de certos expedientes, dentre os quais têm destaque a mobilidade. Vejamos de que maneira isso ocorre.

2.4. A mobilidade espacial do capital

O uso do conceito de mobilidade do capital revela-se relativamente polissêmico, na medida em que não se restringe apenas ao fenômeno do deslocamento do capital pelo espaço geográfico, podendo designar igualmente processos de transferência do capital entre setores econômicos ou ramos diferentes da produção. Não é nesse último sentido que o empregamos aqui, mas cabe aludirmos, que, como explica Chesnais (1996), em sendo o capital “[...] um valor [...] cujo objetivo é a autovalorização, a obtenção de lucro, em condições nas quais o ramo industrial, bem como a localização geográfica do comprometimento do capital têm, em última análise, caráter contingente” (p. 81), o recurso da mobilidade em qualquer uma de suas acepções, tem a mesma finalidade de valorizá-lo – ou de reproduzi-lo de forma ampliada.

Obviamente, quando realizamos esta distinção entre as formas que podem revestir a mobilidade, o fazemos apenas com finalidade didática, tendo em vista que em diversos casos ambos os aspectos implicam-se mutuamente, ou seja, as formas de mobilidade do capital entre setores e ramos implicam a sua mobilidade geográfica e vice-versa. Veremos mais adiante que o mesmo pode ser dito acerca da força de trabalho.

Entretanto, quando se pensa especificamente na mobilidade geográfica (espacial) do capital, importa que se tenha em mente algumas de suas características elementares e cuja obliteração teórica pode levar a sérios equívocos, como de fato ocorreu em muitos casos.

A primeira dessas características é referente a não integridade e homogeneidade do capital num bloco único e coeso. Na verdade, quando nos referimos à “mobilidade do capital” estamos sempre nos referindo à mobilidade de frações daquele capital que poderíamos chamar de “capital social total” (MÉSZÁROS, 2011), que em suma constitui

uma abstração. Estas frações, embora possuam o mesmo objetivo de autovalorização, constituem unidades reprodutivas diferentes, comumente sob a forma de pessoas jurídicas (empresas) que atuam em setores, ramos e mercados distintos e que, exatamente por isto, consubstanciam o processo de concorrência intercapitalista dentro deles.

Uma segunda característica que pode ser indicada é que a mobilidade do capital pode atingir áreas do território ainda não produzidas e organizadas de forma capitalista (como no passado ocorreu com a anexação do mundo colonial pela Europa, ou com as fronteiras de ocupação internas a alguns países ainda hoje, por exemplo), ou áreas já assim constituídas e exploradas, de modo que os desdobramentos destes tipos de mobilidade, por vezes poderão ter significados e dimensões bastante diferentes.

Por último e em referência à característica anterior, cabe dizermos que a mobilidade geográfica do capital pode ser pensada sob duas perspectivas que, conquanto estejam contidas uma na outra, revelam “faces” diferentes desse fenômeno, perfazendo como que uma relação dialética entre a parte e o todo, para usarmos uma expressão de Milton Santos (1996).

Por um lado, a mobilidade do capital pode ser pensada da perspectiva do capital fracionário, sob responsabilidade direta de um ou mais capitalistas ou dos seus gestores, portanto, da microescala. Desse ponto de vista, a decisão de realizar uma ou mais inversões, ou mesmo de transferir (ou “deslocalizar”, na linguagem econômica corrente) toda a empresa ou uma de suas unidades, bem como a escolha do local para fazê-lo, terá frequentemente como impulso o vislumbrar da possibilidade de aumentar os seus lucros, ampliando assim a “rentabilidade” do negócio.

Se como anteriormente explicado o espaço entra no processo produtivo capitalista sob a forma de objeto ou meio de trabalho (capital constante), e nele atua como força produtiva material, ele será computado pelos investidores ou seus gestores como um fator imprescindível para a viabilidade do negócio. Assim, será pensado do ponto de vista de sua viabilidade para o empreendimento e dos ganhos adicionais que poderá aferir tanto como elemento em si, ou seja, como solo com determinado nível de fertilidade e características morfológicas para a agricultura ou como terreno com certas dimensões para a indústria, quanto como elemento em relação aos demais, ou seja, com relação a sua localização frente às infraestruturas de transporte, a disponibilidade de matéria-prima, a distância dos mercados consumidores etc.

Sendo assim, e considerando que também o uso do solo, como tudo mais na economia capitalista, é regulado pelo mecanismo de mercado e se dará necessariamente

mediante a compra de um direito de propriedade ou do pagamento de aluguel periódico, a localização de um empreendimento deverá levar em conta o conjunto de “vantagens locacionais” que ela lhe poderá proporcionar e que será embutido no preço do imóvel (SINGER, 1980). No que concerne a tal fato e mais especificamente a suas manifestações no espaço urbano, segundo Paul Singer (1980),

Do ponto de vista das empresas, cada ponto do espaço urbano é único, no sentido de que proporcionar determinado elenco de vantagens que influem sobre os custos. Indústrias de grande porte, que servem ao mercado regional ou nacional, necessitam, sobretudo, de muito espaço e de serviços de infraestrutura: energia, transporte, água, etc. Indústrias pequenas, que servem o mercado local, precisam principalmente de acesso ao comércio que distribui seus produtos. Estabelecimentos comerciais precisam localizar junto aos competidores, em zonas onde a clientela está habituada a fazer suas compras (p. 79).

É ao fenômeno da mobilidade do capital e suas *decisões de localização* pensadas sob esta perspectiva microescalar que se aplicam tanto à teoria marxiana e marxista da renda da terra⁵², quanto às teorias locacionais dos neoclássicos, embora partindo de pressupostos e chegando a conclusões absolutamente diferentes. No mesmo escopo pode-se incluir também os esforços de Roberto Lobato Corrêa (1995), que culminaram no conceito de “práticas espaciais”, definido como “[...] um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais” (p. 35).

Conquanto o autor não restrinja o uso desse conceito estritamente às práticas adotadas pelo capital e segundo os seus desígnios, estendendo-o também às ações de outros

⁵² Marx desenvolveu sua teoria da renda da terra visando explicar a relação entre capital e terra, uma relação de valor distorcida, comparativamente ao que ocorre na indústria em geral, pelas condições de acesso a terra. O que diferencia a compreensão marxiana das demais é que nela a renda não é entendida como propriedade da terra, mas como forma econômica das relações de classe com a terra (BOTTOMORE, 2001). Essa teoria suscitou grandes debates entre os marxistas, permitindo uma enorme variedade de interpretações. Oliveira (1987) define a renda da terra como “[...] um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade” (p. 73), e explica que a renda da terra pode ser auferida gradativamente ao proprietário da terra enquanto ela estiver sendo usada, ou de uma só vez, quando for vendida. Na leitura de Singer (1980), por exemplo, encontramos a renda da terra subdividida em três tipos específicos, sendo eles: a *renda absoluta*, a *renda diferencial* e a *renda de monopólio*. No primeiro caso, temos a renda mínima a qual determinada porção de terra pode gerar e que é assegurada pelo próprio direito de propriedade, excluindo-se, deste modo, toda e qualquer benfeitoria; no segundo caso, há o acréscimo de uma renda extra a renda absoluta, devido a características específicas que ele possua, podendo ser tanto atributos naturais quanto locacionais; o terceiro e último caso, designa um tipo de renda específica que só pode ser auferida a uma área que possua características que nenhuma outra possui, possibilitando ao seu proprietário ou locatário, vantagens exclusivas. Note-se ainda que os desdobramentos da renda da terra no espaço urbano apresentam certas especificidades em comparação com o espaço rural e vice-versa. Quanto a isso, veja-se, por exemplo, que o nível de fertilidade do solo em geral não constitui fator de valorização para o uso urbano, ao passo que o constitui para o uso rural.

sujeitos sociais e ao próprio Estado, é possível compreendê-las a partir dele, pois de fato, o cotidiano e os projetos das empresas (especialmente das de grande porte) estão repletos de práticas voltadas para a dimensão espacial. A título de exemplo, poderíamos citar as que têm por base a *seletividade* e a *antecipação* espacial, definidas, respectivamente, como escolhas seletivas de acordo com determinadas condições diferenciais oferecidas por certos espaços, e reservas de território de acordo com perspectivas futuras, ambas levadas a cabo pelos agentes econômicos (CORRÊA, 1995).

A mobilidade das diferentes unidades reprodutivas do capital (empresas) orientada por suas práticas espaciais e pelos interesses no “jogo” da concorrência intercapitalista, implica, necessariamente, sua territorialização, e poderá significar ainda, nos casos em que se desinstala de um ponto para instalar-se noutro, sua des-territorialização e re-territorialização – fazendo uso da terminológica oferecida por Haesbaert (2010). Pensando a partir da reflexão de Raffestin (1993), na condição de “ator sintagmático” (ator que executa um plano), o capital deve exercer o seu controle sobre determinada parcela do espaço, produzindo um território superposto ao território do Estado. Ao fazê-lo, deverá fazer valer seus interesses sobre o dos demais atores sintagmáticos, pois desde o Estado até o indivíduo “[...] encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ território” (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

No entanto, o ímpeto capitalista pela acumulação, que se manifesta pela busca constante pela ampliação da “rentabilidade” pela obtenção de maiores taxas de lucro, e que conduz os empresários e/ou seus gestores a adotarem certas práticas espaciais e não outras, escolherem determinada localização em detrimento de outras e a se deslocarem ou permanecerem nos mesmos locais, em última análise, não emana da ganância de seus corações, mas de uma necessidade prática proveniente da situação de mercado concorrencial em geral vigente na economia do tipo capitalista.

Numa situação de concorrência, em que os participantes de um ramo qualquer da produção não podem determinar sozinhos os preços dos produtos, devendo submeter-se ao preço do mercado, “[...] o impulso a acumular é decisivo, ou seja, o capitalista usa a mais-valia para acumular porque a luta pela sobrevivência num sistema competitivo força-o a isso” (SINGER, 1975, p. 66). Existe, desse modo, a atuação de uma tendência constante à “concentração do capital”, e por esse exato motivo, a acumulação estacionária é uma situação impensável no sistema do capital.

Percebe-se, pois, que a busca pela localização ideal para determinado empreendimento capitalista, que levará em conta o conjunto de vantagens locais que

ela poderá oferecer e este empreendimento para a redução dos seus custos e aumento da sua margem de lucro, manifesta, por outro lado, não uma tendência subjetiva ao entesouramento por parte dos proprietários dos meios de produção, mas uma condição objetiva que lhes é imposta pelo próprio mercado concorrencial no qual estão inseridos os seus empreendimentos.

Sucedem que, quando se analisa os resultados desta tendência à concentração no âmbito do sistema como um todo, vê-se que, em longo prazo, fatalmente conduzirá a uma situação de crise, tendo em vista que deverá encontrar pelo caminho determinadas barreiras para a sua realização plena, algumas das quais criadas por ela mesma.

Em suma, como é sabido, o desenvolvimento do capitalismo tem sido (historicamente) um processo que apresenta caráter cíclico, marcado por fases de expansão (ou “euforia”) e recessão (ou “depressão”), devido, sobretudo, a contradição estrutural e insuperável entre o capital e o trabalho, que se estabelece no bojo do seu processo produtivo⁵³. Como nos explica Singer (1975) com base na teoria marxiana, poderíamos distinguir entre dois tipos de acumulação do capital, sendo um deles a “acumulação extensiva”, que se dá pela extensão da capacidade produtiva e, por conseguinte, pela absorção de um maior contingente de trabalhadores; e o outro, a “acumulação intensiva”, que consiste no aprofundamento da capacidade de produção pela incorporação de tecnologia no processo produtivo, devido ao aumento generalizado do valor da mão de obra provocado pelo processo anterior. A passagem entre esses dois tipos de acumulação é marcada pela crise, uma vez que a acumulação extensiva leva a redução dos lucros pelo aumento do valor da mão de obra, que por sua vez leva a acumulação a cessar, fazendo com que cesse também a demanda por bens de produção, verificando-se queda nos níveis de produção e de emprego. Isso faz com que, após o prolongamento da crise em sua fase de depressão, tenha início a substituição dos equipamentos tornados obsoletos por novos, intensificando a acumulação e levando a uma nova fase de crescimento.

⁵³ Foi da análise deste caráter instável e intermitente da acumulação capitalista que resultou a *teoria dos ciclos longos* do estatístico russo Nicolai Kondratieff, tornada essencial para a maior parte dos estudos marxistas posteriores. Seus estudos demonstraram, com base num sólido conjunto de dados, que, observada no plano da totalidade do sistema, a acumulação do capital engendra momentos antagônicos de “euforia” e “depressão”, os quais, tomados em conjunto, conformam os ciclos. Segundo seu raciocínio, o ciclo apresenta uma fase ascendente (ou fase “a”), na qual há um amplo crescimento da economia com grande volume de investimentos, conduzindo, por fim, ao seu próprio esgotamento dado pela superacumulação (pico). Segue-se a ele, uma fase descendente (ou fase “b”) na qual há a destruição de parte do potencial produtivo tornado obsoleto até determinado nível em que a acumulação pode ser retomada com a introdução de um grande conjunto de inovações tecnológicas – as “revoluções industriais”.

Mas não é somente por meio da incorporação de tecnologia que o capital pode superar suas crises cíclicas; há também um mecanismo de expansão territorial que possui efeito análogo e que constitui o ponto de partida para pensarmos a mobilidade do capital numa perspectiva de análise macroescalar. Sobre ele escreve Mészáros que

[...] os *limites do sistema do capital* podem de fato se expandir historicamente por meio da abertura de novos territórios, protegidos por impérios coloniais, ou pelos modos mais modernos de ‘neocapitalismo’ e ‘neocolonialismo’. Do mesmo modo, eles podem se expandir graças a ‘colonização interna’, isto é, pelo estabelecimento implacável de novas válvulas de escape nos próprios países protegendo as condições de sua expansão sustentada por uma exploração mais intensiva tanto do produtor como do consumidor etc. – sem se livrar dos *limites estruturais* e contradições do próprio capital (2011, p. 586, Grifos no original).

Segundo essa abordagem, a mobilidade espacial seria uma forma de prorrogação da vigência do sistema do capital por meio do deslocamento das suas contradições pelo espaço geográfico, o que em contrapartida engendra a sua *tendência universalizante*.

Sem dúvida, uma das maiores contribuições no sentido de estabelecer os elementos centrais para a compreensão da produção do espaço sob o sistema do capital, e suas implicações intrínsecas à mobilidade, é aquela encontrada em Harvey (2005). Em sua reconstrução da teoria marxista com vistas à teorização da geografia da acumulação capitalista, este autor identifica acertadamente as razões conflituosas e contraditórias que explicam a imanente *tendência universalizante do capital* por meio de um processo ao qual intitulou “ajuste espacial”. Para explicá-lo, Harvey (2005) parte das premissas básicas da impossibilidade de acumulação estacionária e da tendência estrutural às crises ao longo do processo de acumulação – ambas já expostas anteriormente. Essa tendência às crises torna-se objetiva quando há o impedimento, por fatores variados, da disposição das três condições cruciais para que ocorra a acumulação, a saber, 1) a existência de excedente de mão de obra, ao qual Marx chamou “exército industrial de reserva”; 2) a existência no mercado, de bens de produção em quantidade necessária e, por fim, 3) a existência de mercados consumidores cuja capacidade de absorção seja compatível com a da produção.

O constrangimento à existência de qualquer um desses fatores ou de todos eles pode culminar em crises que, conseqüentemente, forçarão o sistema a encontrar caminhos para superá-las e reinstaurar a acumulação, agora reformulada e em novo patamar, e isto pode ocorrer das duas maneiras diferentes indicadas por Mészáros acima, que não raro são combinadas. A primeira, como vimos, consiste em lançar mão de formas de “intensificação da atividade social, dos mercados e das pessoas numa específica estrutura espacial”

(HARVEY, 2005, p. 48) – a “colonização interna” - ao passo que a segunda, relaciona-se “a questão da organização espacial e da expansão geográfica como produto necessário para o processo de acumulação”, ou seja, “a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou ‘o mercado mundial’” (HARVEY, 2005, p. 48) – portanto, a “colonização externa”.

Assim, o ajuste espacial constitui uma saída estratégica para o capital excedente em situações de crise, que permite a retomada da acumulação e a revalorização deste capital. A mobilidade do capital nesta perspectiva passa a ser condição da existência e manutenção de todo este sistema produtor de mercadorias.

Contudo, decorre deste fato a constante ampliação dos mercados e, por conseguinte, das distâncias para a realização das etapas do processo produtivo, de modo que, cada vez mais, amplia-se o tempo de giro dos capitais (produção + circulação), ou seja, o tempo socialmente necessário para a realização efetiva da mais-valia, o que se torna um empecilho para a própria acumulação. Em virtude disso, manifesta-se um forte estímulo à redução do tempo de circulação para um mínimo, visando à supressão do espaço pelo tempo, posto que “o imperativo da acumulação implica conseqüentemente o imperativo da superação das barreiras espaciais” (HARVEY, 2005, p. 50). Precisamente por esse motivo, nos interstícios das revoluções tecnológicas ao longo da história do sistema do capital, podemos observar a ocorrência de revoluções logísticas⁵⁴.

Como produto dessa tendência há o surgimento de uma estrutura espacial específica, materializada na forma do capital fixo (recursos de transporte, instalações fabris etc.) que, paradoxalmente atua como antítese ao ímpeto vital da derrubada das barreiras espaciais e, no fim, à própria anulação do espaço pelo tempo, fazendo com que, em períodos de crise, ela seja destruída em detrimento da retomada da acumulação, num processo interminável e nefasto de ascensão e derrocada dos espaços regionais.

Muito embora todas as modernas fantasias da globalização como o ápice do desenvolvimento dos povos e o “fim da História”, como na vertigem altamente ideológica de Francis Fukuyama (1992), insistam em tentar convencer-nos de que a expansão do capitalismo impulsionada por esse impulso incontrollável à mobilidade do capital promoverá a homogeneização e o equilíbrio do espaço mundial pela via do “desenvolvimento”, essa hipótese é absurdamente infundada.

⁵⁴ Sobre o assunto, consulte-se Sposito (1999) e Silveira (2009).

Como há muito nos indicou Trotsky (1967) ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia no início do século XX, a lei mais geral deste processo é a *lei do desenvolvimento desigual*, da qual resulta uma segunda lei, que é a do *desenvolvimento combinado*. Por meio desta proposição teórica tornam-se inteligíveis os motivos pelos quais por mais que se desenvolvam as forças produtivas numa escala global, o sistema do capital não consegue superar por completo outras formas de intercâmbio sociometabólico, aprofundando-se também, e cada vez mais, a desigualdade no seu próprio processo de produção do espaço, em qualquer escala no qual seja analisado.

A formulação de Trotsky (1967) expressa, particularmente, uma das leis da dialética, que é a da “interpenetração de contrários” (CORREA, 1986, p. 42), ou ainda, da “unidade dos contrários”, como chamou Lefebvre (1991) ao dissertar sobre a lógica dialética. Para este autor, “a contradição dialética é uma inclusão (plena, concreta) dos contraditórios um no outro [...]”, cabendo ao método dialético “captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se *choquem que os quebra ou os supera*” (LEFEBVRE, 1991, p. 238. Grifos no original).

Partindo-se dessa lei, pode-se então considerar as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente e no espaço, como nos afirmou Correa (1986), enfatizando que a lei descrita acima possui uma dimensão espacial que se verifica pelo processo de diferenciação de áreas, qual seja, a regionalização.

Acerca disso, há ainda que se considerar a limitação imposta a qualquer modo de produção de se realizar concretamente de uma mesma forma em todos os lugares. O modo de produção é apenas uma possibilidade ideal de realização que não acontece em sua forma pura em parte alguma, pois faz referência à sociedade e ao espaço de maneira geral, e não a uma sociedade e um espaço dado (SANTOS, 1977). Por isso, mesmo o modo de produção capitalista com seu ímpeto expansionista incontrolável é incapaz de eliminar por completo outros modos de produção, cabendo somente impor-se a eles como modo de produção hegemônico. Daí afirmar Marx (2010) que a economia burguesa é uma forma antagônica de desenvolvimento na qual as anteriores se encontram esmaecidas e/ou disfarçadas.

É sobre o fulcro destas premissas e buscando trazer a baila o protagonismo do espaço na produção e reprodução das formações sociais, que Santos (1977) elabora seu conceito de *formação socioespacial*, tão caro aos estudos geográficos, incorporando o espaço à categoria de formação econômica e social, que “diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de

onde mais frequentemente lhe provém o impulso” (p. 22). Segundo o autor “[...] a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição qualitativa e quantitativa das infraestruturas e de outros atributos do espaço [...]” (SANTOS, 1977, p. 32), de modo que, conclui,

o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1977, p. 33).

Não obstante, a diferenciação espacial não decorre apenas desse fato, mas também da combinação de diferentes modos de produção e de suas respectivas espacialidades e temporalidades dentro de uma mesma formação sócio-espacial. Como indica o mesmo autor noutra ocasião, em uma formação sócio-espacial, “os diversos tempos concorrentes [modos de produção] trabalham conjuntamente e todos recobram sua completa significação a partir desse funcionamento e dessa existência conjunta” (SANTOS, 1996, p. 136). Por conseguinte, o capital não é o único vetor da produção dos espaços regionais, mas sim o vetor hegemônico, que se impõe sobre os demais (PERPETUA, 2011).

De acordo com Moreira (1984), é no modo como a contradição capital-trabalho se materializa em forças produtivas que se encontra a raiz do desenvolvimento desigual, sendo o ritmo do desenvolvimento de conjunto desigual para cada fração do capital e, conseqüentemente, para cada fração de estrutura espacial nascida da territorialização do movimento de conjunto, seja uma formação econômico-social ou regiões internas a ela.

Esquadrinhando o mesmo fenômeno, Smith (1988) sugere que o desenvolvimento desigual do espaço capitalista seja fruto do embate entre duas tendências essencialmente contraditórias e que atuam em conjunto no interior desse processo: a “tendência a diferenciação” e a “tendência à igualização”, e que a desigualdade, sob essa perspectiva, seja funcional ao próprio capital, a medida que atende a sua necessidade de acumulação.

A primeira tendência é, em síntese, fruto da divisão territorial do trabalho, que é tanto mais complexa e profunda quanto mais desenvolvidos estão os estágios do capitalismo num determinado território. Smith (1988) assinala ainda que “a divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho” (p. 152).

Em sentido oposto, a tendência à igualização resulta principalmente da necessidade constante de incorporação tecnológica às forças produtivas, especialmente ao capital fixo,

por conta da incessante concorrência à qual estão sujeitas as parcelas de capital distribuídas nos mais diversos setores, de modo que, o próprio mercado promove um nivelamento do capital de tal forma que proporcione condições igualitárias de exploração da força de trabalho.

Brandão (2007), embora concordando em parte com a proposição teórica de Smith (1988) acerca das principais determinações que explicariam o caráter desigual do processo de desenvolvimento capitalista, as amplia e hierarquiza, propondo que pensemos neste processo por meio de quatro categorias que expressam movimentos diferentes, imanentes e concatenados dentro dele. Para esse autor, a análise do movimento desigual da acumulação do capital, que é sempre marcado por rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias no espaço “[...] requer a verificação articulada dos processos de homogeneização, de integração, de polarização e de hegemonia nos recortes territoriais” (BRANDÃO, 2007, p, 70).

Por *homogeneização* nesta abordagem devemos entender o processo de dissolução dos limites regionais engendrado pela expansão do capital em sua busca por “criar condições básicas universais para o valor se valorizar em termos absolutos e universais, abrindo horizontes e dispondo espaços para a valorização capitalista mais ampla” (BRANDÃO, 2007, p. 71). Não se trata, todavia, das ideias de otimização, convergência ou equipotência espacial, visto que seu resultado não é a conformação de um espaço ou de regiões homogêneas e sim da “equalização como tendência, requerida pelo capital de relações de produção mais apropriadas a seu movimento unificado de valorização” (BRANDÃO, 2007, p. 72).

O processo de *integração* é subsequente ao de homogeneização e ocorre após o estabelecimento dos mercados e da concorrência. Trata-se de “um processo de enfrentamentos em um ambiente nada idílico” (BRANDÃO, 2007, p. 76), determinado pela concorrência e marcado por rupturas, um processo de agregação de mercados regionais que os expõe à pluralidade de formas superiores de capitais exógenos. A partir dele, a mesma coerção concorrencial é imposta a todos os capitais e suas frações, obrigando todos os capitalistas à acumulação progressiva. Ocorre assim a supressão da independência e da autonomia das regiões e dos lugares, tornando nítido “o fosso do nível de desenvolvimento das forças produtivas entre as regiões” (BRANDÃO, 2007, p. 79). Por conseguinte ampliam-se os fluxos entre as regiões e redefine-se a relação entre o(s) centro(s) e a(s) periferia(s).

Do enquadramento espacial realizado pelo processo de integração, decorre o processo de *polarização*, ou seja, de hierarquização dos espaços integrados a partir de algumas centralidades desigualmente distribuídas no espaço geral. Nestas áreas centrais há a concentração de capitais fixos e de forças de aglomeração e o exercício unilateral do poder sobre outras áreas. Em um sentido geral, a polarização deriva dos movimentos de concentração e centralização do capital e de seus desdobramentos no espaço.

Finalmente, o último processo a ser considerado é o de *hegemonia*, definido como o estabelecimento de “processos assimétricos em que um agente privilegiado detém o poder de ditar, (re)desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra de outrem” (BRANDÃO, 2007, p. 84). Trata-se de um processo eminentemente político que para ocorrer supõe certo consentimento de determinados grupos subordinados ao “ser hegemônico”, a fim de que proponha, articule e sustente uma determinada unidade e aliança, administrando e centralizando uma “coesão imaginada”. O processo de hegemonia forja um bloco histórico que pode conter variados grupos políticos por meio da firmação de uma aliança de classes de longa duração que precisa legitimar seu poder fazendo do seu projeto, o projeto de todos.

Diante disso tudo é possível concluir que a mobilidade espacial do capital, pensada na perspectiva macroescalar, constitui um processo que permite a superação do caráter cíclico inexorável da sua acumulação e que se manifesta, dentre outras formas, em sua tendência constante a expansão. Tal expansão, entretanto, não pode levar a conformação de um espaço homogêneo ou ao desenvolvimento equilibrado a medida que é também ela regida pela mesma lógica contraditória que governa todo o sistema de metabolismo social do capital, por meio de sua rede de mediações de segunda ordem. Assim, a produção do espaço é a produção de desigualdades, assimetrias e da combinação entre suas frações territoriais, o que permite ao capital potencializar, contraditoriamente, a sua própria tendência à mobilidade, explorando as vantagens decorrentes dessas características, dentre as quais se destaca a desigualdade dos custos para a sua reprodução ampliada, especialmente aquele representado pela força de trabalho.

Não é por outro caminho que pretendemos decifrar as grandes inversões industriais do setor de celulose e papel que constituem objeto empírico da presente pesquisa, considerando, todavia, que a mobilidade do capital e a produção do espaço que dela decorre, assim como qualquer outro fenômeno social, só podem ser pensadas de forma geral e abstrata em teoria, pois as tendências e processo lidos por meio dela apresentam

sempre combinações singulares, sendo permeadas por contingências de toda ordem no plano da realidade concreta.

2.5. A mobilidade espacial da força de trabalho

A mobilidade espacial de homens e mulheres, cuja intensidade e fluidez parecem constituir marcas características e “um dos fenômenos mais importantes da sociedade na contemporaneidade” (MARANDOLA JÚNIOR, 2008, p. 199), não se resume ao deslocamento dos trabalhadores. Trata-se, na verdade, de um fenômeno por demais complexo, ao qual é possível atribuir-se uma enorme gama de causas e características de ocorrência. Mesmo abstraída apenas a sua fração representada pelo deslocamento espacial realizado pelos trabalhadores nota-se uma heterogeneidade bastante ampla, com grande variedade de significados e expressões. Por tais motivos, buscaremos indicar nesse tópico somente os sentidos mais gerais, e por que não dizer “estruturais” da mobilidade específica da força de trabalho, na condição de mercadoria “produzida” e “consumida” no processo de produção do sistema do capital e a ele submetida.

Contudo, poderíamos explicitar apenas de passagem, a partir da leitura de Rocha (1998), que é possível distinguir entre pelo menos três grandes vertentes de interpretação teórica da mobilidade humana. São elas: 1) a da “mobilidade física”, que tem por base a ciência demográfica e que se preocupa com a mensuração e quantificação dos deslocamentos humanos; 2) a da “mobilidade social”, que se consolidou na escola de sociologia americana, estando voltada para a análise dos movimentos dos indivíduos entre classes ou estratos da sociedade; e 3) a que ele denomina “mobilidade centrada no trabalho”, que se desenvolve dentro do pensamento marxista e que é a que nos interessa mais diretamente, por dirigir-se especificamente à mobilidade dos trabalhadores no sistema do capital.

Assim como ocorre com o conceito de mobilidade do capital, o conceito de mobilidade do trabalho também apresenta certa polissemia, pois seu uso pode designar tanto os deslocamentos de trabalhadores entre espaços concretos (cidades, regiões, países), quanto entre espaços abstratos (setores de atividade, ramos da produção etc.). Pode também fazer referência a variações nas condições específicas as quais são submetidos os trabalhadores no processo de trabalho, como a extensão da jornada de trabalho e a sua intensidade. Adianta-se, diante disso e desde já, que embora o ponto focal aqui adotado

esteja voltado para um tipo específico de mobilidade caracterizado pelo deslocamento geográfico dos trabalhadores, e malgrado suas especificidades, todas essas diferentes possibilidades analíticas, como demonstrou Gaudemar (1977), expressam uma mesma característica do trabalhador submetido ao capital.

Segundo Rocha (1998), “o ponto central da explicação do fenômeno da mobilidade na teoria marxista, é a noção de trabalho” (p. 41), e a mobilidade da força de trabalho é vista como “[...] sendo expressão de um processo de mercantilização da força de trabalho e de seu uso produtivo pelo capital” (p. 46). Deve-se acrescentar a isto, o fato de que as teorias que podem ser abarcadas na matriz marxista relegam à própria condição de relativa “liberdade” da qual goza o trabalhador numa economia do tipo capitalista, o seu modo de controle pelo capital.

A emergência do capitalismo como forma histórica de realização do capital, composta por um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais (MÉSZÁROS, 2011), causou, em pensadores clássicos como Adam Smith e David Ricardo, a fantástica impressão de que finalmente o ser humano havia sido liberto de uma vez por todas dos grilhões que o acorrentavam ao trabalho. Isto porque, como salienta Gaudemar (1977), a partir desse momento, era factível que os trabalhadores não mais pertenciam e nem estavam presos a outros indivíduos os quais os tinham como propriedade, como no modo de produção escravista da antiguidade, e nem intrinsecamente ligados a terra por obrigações servis, como no sistema feudal. Sendo assim, esta *condição móvel* com a qual foram investidos só poderia representar, diante dos olhos desses fascinados observadores, sua própria prerrogativa de liberdade.

Foi precisamente sobre as lacunas desse ponto de vista da economia política clássica que trabalhou Marx, buscando desmistificá-lo e apresentando os sentidos mais profundos e obscurecidos dessa pretensa liberdade (GAUDEMAR, 1977; GOMES, 2009), e o ponto de partida determinante nessa empreitada foi a separação entre o trabalhador em si e o que ele chamou de sua “força de trabalho”. Como explica Gaudemar (1977), foi com a separação entre trabalhador e força de trabalho, homem e mercadoria - “[...] uma determinação específica da economia capitalista no seio das determinações gerais de toda a economia mercantil” (p. 195) - que surgiu o próprio capitalismo. Por meio do entendimento desta separação Marx pôde formular sua teoria do valor-trabalho, sobre a qual edificou o cerne da sua obra.

A força de trabalho, que foi definida por Marx como a capacidade de realizar trabalho útil, assim como qualquer outra mercadoria, apresenta um valor de uso

(determinado pela sua utilidade) e um valor de troca (proveniente do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la), estando como as outras, também presente no mercado.

No entanto, esta mercadoria específica apresenta uma dupla singularidade que a diferencia de todas as demais: primeiramente, seu valor de uso supera o seu valor de troca no momento do consumo, e em segundo lugar, é a única capaz de levar-se a si mesma ao mercado e vender-se (GAUDEMAR, 1977). Ela é, portanto, a mercadoria que possui a virtude específica de transformar dinheiro em capital, e para que este processo se realize, o capitalista deve encontrar no mercado, trabalhadores livres, e livres sobre dois pontos de vista: a) *positivo*: no sentido de que disponham desta mercadoria (força de trabalho) e podendo dispor dela como bem entenderem; b) *negativo*: não tendo nenhuma outra possibilidade que não seja vendê-la.

Conquanto seja a fonte de toda a riqueza da sociedade capitalista e a matéria genética que constitui o próprio capital, que é ele mesmo trabalho transmutado (RANIERI, 2001), no mercado, a força de trabalho, e junto com ela o ser humano que a possui e que é “livre” sob os dois pontos de vista destacados, são reduzidos a mero “fator de produção” sob a ótica do capitalista (HARVEY, 2008), assim como as matérias-primas, as instalações e o maquinário. E é nessa condição que Marx (2011), sem nenhum alarde, indica a sua mobilidade (em sentido geral) como sendo um fenômeno gerado pela esfera da *distribuição*, no bojo do processo produtivo total, e o faz nos seguintes termos:

[...] antes de ser distribuição de produtos, a distribuição é 1) distribuição dos instrumentos de produção, e 2) *distribuição dos membros da sociedade* nos diferentes tipos de produção, o que constitui uma determinação ulterior da mesma relação. (subsunção dos indivíduos sob relações de produção determinadas) (MARX, 2011, p. 51. Grifos nossos).

No mesmo sentido, Gaudemar (1977), recuperando a tese da economia penitenciária de Foucault e aplicando-a a economia política, sustenta que

a disciplina capitalista assegura a repartição dos indivíduos no espaço, de modo que cada indivíduo tenha o seu lugar e cada lugar o seu indivíduo, num vasto dispositivo de enquadramento das atividades e dos espaços (GAUDEMAR, 1977, p. 50).

E esta “disciplina”, que segundo o mesmo autor, torna “dóceis” os corpos dos trabalhadores, só pôde resultar e ao mesmo tempo escamotear-se de sua percepção, por intermédio da instituição e do aperfeiçoamento de mecanismos de controle social que, diferentemente dos mecanismos dos sistemas metabólicos anteriores, não são mais

políticos, ou seja, externos aos indivíduos, mas muito mais sutis, pois eminentemente econômicos e, portanto, internos a eles (MÉSZÁROS, 2011). É assim que ocorre uma separação inédita e essencial para o funcionamento do sistema, entre o plano da “igualdade formal” dos indivíduos, ou seja, sua isonomia perante o Estado e suas leis, e o da “desigualdade substantiva” representada pelas condições reais (materiais) de sua reprodução enquanto indivíduos, uma vez que, nos modos de reprodução sociometabólica até então existentes, a desigualdade “de fato” também era a “desigualdade de direito”. Por isso, assevera Mézáros (2011),

a instituição e o aperfeiçoamento da *igualdade formal* e da *desigualdade substantiva* pertencem ao modo normal de funcionamento do sistema do capital [...] atendendo à necessidade de fornecimento de uma força de trabalho móvel em expansão e de eliminação de obstáculos artificiais – por exemplo, a inalienabilidade feudal da terra [...] da trilha do sucesso do desenvolvimento econômico e, em termos gerais, à viabilidade dos contratos (p. 209).

Neste novo quadro, segundo o pensamento de Gaudemar (1977), economista francês que escreveu uma tese especificamente sobre o tema, o conceito de mobilidade do trabalho designa a natureza específica da mercadoria força de trabalho que permite o uso capitalista das disponibilidades dos homens e da docilidade dos seus corpos. Pode ser definida, deste modo, como “[...] a capacidade que permite a força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos sempre crescentes de uma divisão do trabalho cada vez maior” (GAUDEMAR, 1977, p. 194).

Assim concebida, de acordo com o mesmo autor, ela pode apresentar-se em três planos de ocorrência fenomênica. O primeiro é o do *tempo*, enquanto extensão/duração da jornada de trabalho, que permite a extração da *mais-valia absoluta*, predominante nas fases iniciais do capitalismo; o segundo, o do *ritmo/intensidade* do trabalho, ou seja, da *mais-valia relativa*, que se manifesta pelo seu nível de produtividade e é resultado de alterações técnicas e/ou organizacionais no processo de trabalho que permitem o aumento da taxa de mais-valia sem o aumento da jornada de trabalho; e o terceiro, pode ser definido como o deslocamento dos trabalhadores no *espaço*, perfazendo os fluxos migratórios. Note-se que, em termos gerais, essas três dimensões correspondem essencialmente aos três artifícios dos quais o capital faz uso para perpetuar o seu processo de extração de mais-valia e de acumulação ampliada, driblando as barreiras que se lhe antepõem, bem como o seu próprio caráter cíclico. As duas primeiras foram abordadas no tópico anterior (o da mobilidade do

capital) e podem ser definidas como *mais-valia absoluta*, predominante nas fases iniciais do capitalismo, sobretudo no período da primeira revolução industrial, e *mais-valia relativa*, resultado de alterações técnicas e/ou organizacionais no processo de trabalho que permitem o aumento da *taxa de mais-valia* sem o aumento da jornada de trabalho.

Em relação, especificamente, a dimensão espacial da mobilidade da força de trabalho, com base na leitura de Gaudemar (1977), deve-se observar que está intimamente associada às duas formas anteriores e que também ela nada tem de espontânea ao natural, sendo produto dos desígnios da acumulação, na medida em que deve atender inteiramente a eles. Segundo Gomes (2009), o processo ocorre a medida que “trabalhadores potenciais são atraídos por novas oportunidades de emprego, impostas pelas condições inerentes à sobrevivência, precisando vender força de trabalho” (p. 41). Ora, é mesmo impensável que um trabalhador se mude em busca de trabalho, para um lugar onde não possa encontrá-lo!

Nesse sentido, poderíamos pensar em tais fluxos de formas distintas e combinadas, variando histórica e geograficamente, de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Apenas a título de exemplo, como enfatiza o autor, pensar a mobilidade dos trabalhadores sob a produção manufatureira, não é o mesmo que pensá-la sob a grande produção industrial. Enquanto no primeiro caso, há uma série de entraves para sua realização plena, devido ao fato de que nele “a força do operário constitui o principal instrumento de trabalho” (GAUDEMAR, 1977, p. 231), o que fatalmente elimina uma parcela significativa da população que não a possui, no segundo, ela pode realizar-se plenamente, pois a maquinaria introduz um duplo efeito de *fluxo* e de *refluxo* da força de trabalho no processo. De “fluxo” porque permite a atração de uma mão de obra que não possui esta força e que tem valor de troca relativamente mais baixo (mulheres e crianças, principalmente), e de “refluxo”, porque por este mesmo motivo e pelo próprio aumento da parcela representada pelo capital constante (máquinas) na composição orgânica do capital, uma massa crescente dos trabalhadores, sobretudo os adultos, será lançada novamente no mercado, compondo a chamada “sobrepopulação relativa” ou “exército industrial de reserva”.

Sobre este tópico, um parêntese torna-se necessário. Ao referir-se à sobrepopulação relativa, conceito retirado de Marx e que em algumas traduções aparece como “superpopulação relativa”, Gaudemar (1977) apresenta-o como sinônimo de exército industrial de reserva, o que não é consensual entre os estudiosos do assunto. Segundo o prefácio de José Graziano da Silva à obra de Rangel (2001), “os conceitos de

superpopulação relativa e exército industrial de reserva são temas de permanente discussão, dadas as diferentes interpretações que os escritos de Marx permitem” (p. 31).

O ponto de partida básico para tais interpretações é aquele em que Marx, em *O Capital* (Livro I, capítulo 23, seção 3 *apud* SILVA, 2001), afirma que “a população trabalhadora ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (p. 31). A partir deste excerto, segundo o referido autor, seria possível pensarmos nessa população supérflua – a “superpopulação relativa” – em quatro formas distintas as quais pode assumir como camadas que se superpõem. A primeira delas seria a “população flutuante”, que corresponde aquela que foi expulsa do processo produtivo pelas mudanças tecnológicas e organizacionais. A segunda, a “superpopulação latente”, constituídas pelos trabalhadores rurais que já não podem permanecer no campo e estão sempre em vias de se mudarem para a cidade. À terceira poderíamos chamar “superpopulação intermitente”, composta pelos trabalhadores ocupados com atividades irregulares e/ou sazonais, como o trabalhador volante ou o boia-fria, por exemplo. A quarta e última, seria aquela que representa o seu “sedimento mais profundo” e que beira a indigência, a qual se denomina “superpopulação do pauperismo”. Abaixo delas estariam os vagabundos, criminosos, prostitutas etc. aos quais Marx chamou *lumpem*.

Retomando novamente Gaudemar, podemos pensar a mobilidade a partir das duas formas distintas de submissão do trabalho ao capital das quais nos falou Marx: a *submissão formal*, que é a submissão do trabalhador em seu próprio meio, e a *submissão real*, que significa a sua submissão no meio criado pelo capital. Segundo o autor (GAUDEMAR, 1977), é este o processo que o movimento histórico manifestou do artesanato à grande indústria, um movimento no qual houve a troca da “submissão formal” pela “submissão real” enquanto forma mais desenvolvida de submissão, de modo que representou e ainda representa “[...] um fluxo de espaços formalmente submetidos ao capital para espaços que lhe estão realmente submetidos” (p. 273).

Deve-se acrescentar, portanto, que o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas leva a intensificação da mobilidade da força de trabalho, haja vista que o trabalhador se torna cada vez mais dependente do mercado para a sua reprodução, estando por isso gradativamente mais sujeito aos seus imperativos, posto que seus laços com qualquer outra forma de reprodução sociometabólica (em que haja ligação entre o produtor e os meios de produção, como, por exemplo, na economia de subsistência) tendem a ser cortados.

Com relação a tal ponto, o autor supracitado também distingue entre as forças de trabalho já existentes, as quais chama *formas circulantes da mobilidade do trabalho*, daquelas que são extraídas nesse processo, chamadas *formas produtivas da mobilidade do trabalho*, afirmando que, tanto uma quanto a outra “[...] permitem ao capital escolher sua localização ótima já que tem assegurada a vinda das forças de trabalho de que têm necessidade” (GAUDEMAR, 1977, p. 322). Afirma ainda que

doravante a firma capitalista já não está forçosamente ligada aos locais naturais de concentração de mão de obra. Pode encontrar outras vantagens noutra localidade continuando sempre a atrair uma mão de obra que se deslocará sozinha (GAUDEMAR, 1977, p. 322-323).

Como a circulação da força de trabalho, assim como a das outras mercadorias, é facilitada pelo desenvolvimento dos meios de transporte, o capital pode prover-se de mão de obra em mercados cada vez mais afastados, o que potencializa ainda mais a sua própria mobilidade e reduz os seus custos de reprodução. À luz desse raciocínio é possível entender porque, segundo o autor, “Marx sublinha que o capital não utiliza forçosamente as reservas de trabalho que ele mesmo cria, mas vai tirar em grande quantidade a outro lado a mão de obra, segundo as suas necessidades de valorização” (GAUDEMAR, 1977, p. 294).

Além dessas duas possibilidades de uso constituídas pela mão de obra imediatamente disponível e por aquela que ele pode atrair, o capital poderá ainda recorrer a uma terceira, constituída pelas estratégias de formação profissional da força de trabalho de modo a torná-la mais adequada para os seus propósitos.

Assim, pois, de acordo com Gaudemar (1977), todos esses expedientes sediados na mobilidade da força de trabalho dos quais o capital lança mão, fazem parte de uma mesma estratégia de conjunto na luta de classes, servindo-lhe, inclusive como a principal arma em sua luta contra a “baixa tendencial da taxa de lucro”⁵⁵ - a lei que revela o motor da acumulação capitalista - e de diversos modos, como por exemplo, permitindo a economia de capital variável e de capital constante e o crescimento da taxa de lucro e da taxa anual de mais-valia. Por tudo isto, segundo o autor, frente à esta tendência que corrói a sua

⁵⁵ A “lei da baixa tendencial da taxa de lucro” ou “tendência decrescente da taxa de lucro”, foi formulada por Marx para expressar as forças básicas que dão origem aos ritmos de longo prazo da acumulação capitalista, que, como sublinhado anteriormente, são marcadas pelas crises e pela ciclicidade. Sinteticamente, de acordo com o seu raciocínio, esta lei ou tendência é oriunda do aumento tendencial geral da parcela representada pelo capital constante na composição orgânica do capital ao longo de certo período, devido à pressão exercida pela concorrência entre os capitais concorrentes, que são forçados a buscar economias de escala e levando a concomitante redução da taxa geral de lucro (BOTTOMORE, 2001).

reprodução ampliada, o capital antepõe outra: a “*lei da perfeição tendencial da mobilidade do trabalho*, como um dos seus mais poderosos antídotos” (GAUDEMAR, 1977, p. 339).

Diante disso, é possível que formulemos algumas importantes considerações. Em primeiro lugar, a autonomia e a liberdade do homem ou da mulher que migra para trabalhar é bastante relativa, como visto, pois em hipótese alguma poderá migrar para onde não encontre trabalho, e mesmo que seja efetuada por trabalhadores com melhores níveis de formação profissional ou até do mais alto escalão da gestão empresarial em busca de maiores salários, em última análise, estará sempre atendendo a uma necessidade do capital.

Do ponto de vista do capital, a força de trabalho é reduzida a um mero fator de produção, por mais que tente convencer os trabalhadores do contrário com suas estratégias de *endomarketing* cada vez mais populares nos círculos empresariais. Daí, por exemplo, ser comum a demissão de enormes contingentes de trabalhadores diante da redução de seu nível de atividade ou da queda dos seus lucros por qualquer motivo. Não se pode esquecer, contudo, que este fato expressa um dos principais elementos da contradição estrutural do sistema, na medida em que sem o trabalho vivo, não há extração de trabalho não pago, e com isso, não há reprodução do capital. Portanto, a racionalidade imediatista e limitada praticada pelos agentes do capital tende sempre a minar o funcionamento do sistema como um todo.

Se observados em conjunto, os resultados da utilização de artifícios específicos voltados para aumentar a rentabilidade das múltiplas unidades reprodutivas do sistema do capital - como a introdução de inovações técnicas e organizacionais no processo de produção - conduzem a formação de um contingente de força de trabalho “supérflua”, cujos proprietários serão absolutamente dóceis ao capital, deslocando-se para onde ele determinar e submetendo seus corpos até as condições de trabalho mais brutais.

Finalmente, faz-se mister explicitarmos que no sistema de metabolismo social do capital, e especialmente em países periféricos como o Brasil, a mobilidade do trabalho está umbilicalmente ligada à mobilidade do capital também pela própria via da sua característica produção desigual do espaço geográfico. A desigualdade, que se expressa na forma de diferentes níveis de crescimento econômico, emprego, renda, enfim, de “oportunidades” entre suas frações (cidades, regiões, países), acaba fazendo com que, diante do trabalhador, a possibilidade de migrar apareça em alguns casos como “uma” possibilidade de melhorar de vida, e em outros, como “a única” alternativa para subsistir.

Quanto a essa hipótese, encontramos amparo em Ariovaldo Santos (2006), que nos mostra, com base num conjunto variado de dados estatísticos, que no caso brasileiro,

sobretudo a partir da década de 1990, a dinâmica migratória entre as macrorregiões e mesmo entre os estados da federação têm acompanhado de perto a dinâmica do mercado de trabalho, “[...] o qual tem fundamental importância na fixação ou transferência de uma região para outra ou mesmo de um país a outro” (p. 8). Sendo assim, nos termos do autor,

[...] tanto a migração interna quanto a externa não decorrem de uma simples vontade de mudança de espaço, ainda que essa possa ocorrer [...] a determinante maior dos fluxos migratórios têm estado atrelada à dinâmica do mercado de trabalho, e mais diretamente às estratégias de sobrevivência individual e coletiva (SANTOS, 2006, p. 24).

É fato também que a migração é um fenômeno plural, diverso e não unívoco, que envolve uma gama variada de condicionantes, dentre os quais tem destaque a lógica dos “polos de atração” (representados pelas bacias de emprego) e “de repulsão”, assim como a existência das “redes de solidariedade”, que são fator relevante na decisão de migrar (ZANOTELLI, 2000).

Quase sempre também, e sobretudo para aqueles que migram em condições de precariedade extrema e na iminência da fome, a experiência da migração provoca desenraizamentos dolorosos, pois além de cortar laços afetivos – temporária ou definitivamente – com os entes queridos, significa experimentar “na carne” a desterritorialização e todas as consequências que dela podem derivar.

Como adverte Haesbaert (2010), o termo “migrante” – e, por extensão “migração” - representa uma categoria muito complexa e diversa, a qual somos sempre obrigados a qualificar, pois as migrações podem ser multidimensionalmente caracterizadas, havendo migrações provocadas por motivos econômicos, políticos e mesmo ambientais. Entretanto, “o migrante que se desloca antes de tudo por motivos econômicos, imerso nos processos de exclusão socioeconômica, pode vivenciar distintas situações de des-territorialização” (HAESBAERT, 2010, p. 246). Ainda que o autor desfira uma crítica severa ao uso indiscriminado do conceito de “desterritorialização” pelos cientistas sociais de distintas áreas na atualidade, que o têm reduzido simplesmente a ideia de mobilidade material (das pessoas e das coisas), e ressalte que, a partir de uma concepção mais dinâmica de território, é possível perceber que há “[...] reterritorialização no interior da própria mobilidade”, de “territorialização ‘no movimento’” (HAESBAERT, 2010, p. 235), admite que neste tipo de situação, a migração pode significar uma reterritorialização bastante precária.

Para concluirmos este assunto, quando Gaudemar (1977) se refere à mobilidade do trabalho em sua forma espacial deixa-nos com a sensação de que ele a restringe ao fenômeno da “migração” de trabalhadores, que, como sabemos, para efeito de definição,

em qualquer uma de suas formas de ocorrência (permanente, temporária ou sazonal) implica a mudança de residência dos indivíduos envolvidos, os quais, segundo Rocha (1998), são movimentos que pertencem a esfera da “macromobilidade”. Noutro trabalho (PERPETUA, 2010) constatamos empiricamente que a mobilidade da força de trabalho no mesmo sentido, e com certas especificidades, ocorre também sob a forma dos movimentos pendulares⁵⁶ de trabalhadores, ou seja, os movimentos cotidianos de indivíduos com a finalidade específica de trabalho entre municípios sem que ocorra a mudança do seu local de residência, aqueles que, de acordo com Rocha (1998), compõem a esfera da “micromobilidade”.

Como defendemos no trabalho anteriormente citado, os movimentos pendulares podem ser pensados como forma específica de ocorrência da mobilidade do trabalho para o capital, pois nesta escala, manifestam a desigualdade espacial combinada, cuja produção é presidida pelo capital que, centralizado num município principal, procura explorar a força de trabalho dos municípios circundantes forçando o valor de troca médio da força de trabalho para baixo e conformando o que chamamos de *célula espacial de acumulação*.

2.6. Os “signos da mobilidade” no capitalismo contemporâneo

Os elementos que foram abordados anteriormente dizem respeito aos sentidos mais gerais do fenômeno da mobilidade do capital e da força de trabalho no sistema de reprodução sociometabólica do capital. Passemos agora a exposição de alguns dos seus principais contornos na contemporaneidade.

É consensual entre os estudiosos do capitalismo o reconhecimento do período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980, como o marco fundamental para a compreensão de seus aspectos atuais. Não por acaso, como muitos autores exaustivamente têm apontado, pois que a resposta do capital a grande crise de acumulação experimentada naquele período ocasionou mutações importantes no interior de seu sistema sociometabólico. Como se realizou por meio da incorporação de novas tecnologias (de base microeletrônica, provenientes da terceira grande revolução tecnológica) aos processos produtivos e da implementação de novas formas de organização da produção e do trabalho,

⁵⁶ O conceito de *movimento pendular* se refere ao deslocamento de pessoas “entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica” (MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005 p. 124).

em suma, como sabemos, a superação da crise engendrou um novo regime produtivo e de acumulação, com seu respectivo modo de regulação, comumente denominado “flexível”, “toyotista” ou “pós-fordista” (ANTUNES, 1999, p. 24). No entanto, como nos indica Antunes (2011), convém notarmos que esse complexo processo de mutação não desfechou a alteração dos elementos essenciais e fundantes do capital, mas tão somente a modificação dos mecanismos de seu padrão de acumulação e de geração de valor.

O novo regime produtivo e de regulação difunde-se a partir de então, não de maneira uniforme, mas de modo desigual e combinado com o regime fordista e regimes pretéritos, desde o centro do sistema capitalista até sua periferia, impulsionado fortemente pela racionalidade das empresas, responsáveis pelo processo de reestruturação produtiva (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Paralelamente e como face do mesmo movimento, manifestou-se o início do processo de desestruturação dos principais pilares de sustentação do *Welfare State* e o ensejo de um Estado com novos papéis, dito neoliberal, “minimizado”, mas apenas no que tange a sua função de atenuador dos desequilíbrios e mazelas provocados pelo mercado, e responsável pela execução de políticas econômicas cujos pontos centrais são a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e a financeirização da economia (MATTOSO, 1995).

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva vinculado à neoliberalização do Estado e de suas políticas econômicas fez-se sentir com maior intensidade a partir da década de 1990, especialmente ao longo dos Governos Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que representam o marco de passagem do que Giovanni Alves (2000) chamou de “toyotismo restrito” para o “toyotismo sistêmico”⁵⁷.

No plano mundial, consubstancia-se a partir desses movimentos concatenados não apenas uma nova fase do processo de internacionalização do capital, provocada *stritu sensu* por sua tendência intrinsecamente universalizante, mas, como afirma Chesnais, “[...]”

⁵⁷ Segundo este autor, seria possível analisarmos o processo de reestruturação produtiva no Brasil em duas etapas complementares. A primeira, do “toyotismo restrito”, tem início em 1981, com a ocorrência de um primeiro “choque de competitividade” internacional devido a crise da dívida externa daquele período e os consequentes estímulos à exportação, caracterizando-se pela incipiente adoção dos novos padrões organizacionais-tecnológicos, principalmente na indústria automobilística. A segunda, do “toyotismo sistêmico”, ocorre a partir da década de 1990 com a abertura comercial iniciada por Collor e a política de paridade Real-Dólar implementada pelo Governo FHC, que juntas impuseram a necessidade de adoção irrestrita dos novos padrões à diversos setores econômicos que passaram a competir no mercado internacional.

uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação” (1996, p. 13), num processo de *mundialização do capital* que se caracteriza, segundo o autor, por certos signos distintivos, como o capitalismo triunfante dominando todo o mundo, a ascensão das teorias do fim da história e do fim das utopias, a emergência de um “darwinismo social” sem precedentes, o comando da repartição e da destinação social pela esfera financeira (que se tornou hegemônica) e o enfoque e a conduta global por parte das empresas.

Na perspectiva radical - no sentido etimológico deste termo, ou seja, *daquilo que vai a raiz* - de Mészáros (2003), os elementos que marcam a atualidade do sistema de metabolismo social do capital, e que, por conseguinte, consubstanciam a morfologia compósita da mundialização, contrastam com o comportamento cíclico da acumulação e de suas conseqüentes “crises *conjunturais periódicas*”, predominantes até a década de 1970, revelando um cenário de “crise estrutural” marcado pela alteração radical de suas condições de reprodução expandida, que trouxe para o primeiro plano suas “tendências destrutivas” e seu “desperdício catastrófico” (p. 21-22)⁵⁸. Esta crise, cujos sintomas têm se manifestado frequentemente sob o formato de crises específicas (imobiliária, financeira, das dívidas públicas soberanas etc.), é crise do sistema como um todo e, segundo Costa (2011) em consonância com Mészáros, possui seus fundamentos mais profundos “[...] na contradição entre a superacumulação de capitais e a impossibilidade de valorizá-los na esfera produtiva [...]” (p. 215).

Segundo Mészáros (2011), o atual estágio do desenvolvimento histórico da humanidade, marcado pela crise estrutural, teve início com o que ele chama de “ativação dos limites absolutos do sistema do capital” (p. 219), inviabilizando sua lógica intrínseca, até então irrefreavelmente expansionista, como modo de postergar seus antagonismos explosivos e pondo termo a sua ascendência histórica⁵⁹.

⁵⁸ O autor fornece uma análise da crise contemporânea em quadro de seus aspectos especialmente mais preocupantes, a saber: o antagonismo entre o capital cada vez mais globalizado e a manutenção dos Estados-nacionais; os impactos do capital sobre o ambiente natural; a incapacidade de libertação real das mulheres e o desemprego crônico (estrutural) sem precedentes.

⁵⁹ É válido alertar, apenas por precaução, que as expressões “limites absolutos”, “crise estrutural” e “fim da ascendência histórica do capital” na obra de Mészáros, não significam, de forma alguma, que este autor trabalhe com a hipótese do fim iminente e inevitável do sistema de metabolismo social do capital. Na verdade, o que elas expressam é o esgotamento das condições objetivas que sustentaram a lógica irrefreavelmente expansionista do sistema até então, condições estas que, segundo o autor, doravante só poderão ser mantidas a expensas do acréscimo de índices crescentes de destrutividade para a natureza e a humanidade.

Dos inúmeros desdobramentos da crise estrutural, da mundialização do capital e do processo de reestruturação produtiva, apenas evocados acima e que permitem as mais diversas incursões teóricas, merecem especial atenção aqueles que dizem respeito às indissociáveis transformações espaciais e do mundo do trabalho e suas implicações para a mobilidade que, sintética e esquematicamente exporemos, tendo em vista os objetivos deste trabalho. Para tanto, retomaremos novamente o pensamento de Chesnais (1996), evidenciando dois dos elementos constitutivos e distintivos do período da mundialização do capital apontados por este autor e que aqui serão centrais.

O primeiro, diz respeito à *elevação da seletividade espacial do capital ao máximo*, que, malgrado represente um mecanismo de ajuste espacial recorrente do capital, como explicou Harvey (2005), só pôde ser permitida e potencializada, em nosso entendimento, por dois dos elementos que estiveram na “trincheira” do enfrentamento do capital à crise dos anos de 1970: 1) a introdução das novas tecnologias da informação (TIs) ao processo produtivo, especialmente no que se referente à circulação (comunicação e meios de transporte); e 2) a neoliberalização dos Estados nacionais, que se mostrou mais efetiva somente nos anos 1990, sobretudo nos países da periferia capitalista como o Brasil, possibilitando um aumento vertiginoso dos fluxos de toda ordem pelo globo.

Não é novidade o fato de que a mundialização foi responsável pelo estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho, cuja marca distintiva se encontra exatamente nos fenômenos de internacionalização da produção e do setor financeiro, com significativo protagonismo das grandes corporações transnacionais que, utilizando-se das novas possibilidades político-tecnológicas, foram a cata de vantagens locais pelo mundo a fora (COSTA, 2011). Não obstante, este movimento indica também uma das novas formas de desenvolvimento da “nova ordem produtiva”, a qual Bihl (1998), por empréstimo⁶⁰ denomina “fábrica difusa”, que consiste na “[...] inversão do processo de concentração produtiva [espacial] que o fordismo originara” (p. 87), como estratégia para atenuar os crescentes custos das (des)economias de aglomeração e a capacidade objetiva e subjetiva de enfrentamento do proletariado. Trata-se de um movimento de separação entre as unidades produtivas, cada vez mais espalhadas espacialmente, e os centros de gestão, concentrados em alguns poucos lugares estratégicos. Note-se que este movimento também pode ser apreendido noutras escalas que não a global.

⁶⁰ Conforme o autor, a expressão foi proposta por estudiosos da Itália que se debruçaram sobre o fenômeno da reestruturação industrial neste país.

Teríamos deste modo, um “movimento migratório” do capital das áreas mais antigas e tradicionais de produção, as chamadas “áreas enferrujadas” ou *Brownfields*, para as novas áreas industriais, denominadas *Greenfields*, em busca de “[...] menor resistência por parte dos trabalhadores, isenções fiscais, melhores condições logísticas e para o processo de acumulação de capital”, além é claro, dos recursos naturais (TAUILE; FARIA, 2004 *apud* THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 84).

Sobre o mesmo assunto, Ester Limonad (2004) afirma que o Brasil contemporâneo (pós década de 1990), mais que qualquer outro país da América Latina, tem experimentado uma ruptura do antigo padrão de especialização regional da industrialização concentrada no Sudeste, com o deslocamento progressivo das plantas industriais para outras regiões e, concomitantemente, a reconcentração econômica e financeira das sedes administrativas nesta região, num movimento ao qual ela designa “dispersão concentrada” (p. 63). Nas palavras da própria autora, “[...] é perceptível um deslocamento das unidades produtivas do centro (região Sudeste) para a periferia (Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul) com a manutenção de suas sedes administrativas na região Sudeste, particularmente em São Paulo” (LIMONAD, 2004, p. 62).

Entretanto, Wladimir Pomar (2001) ao avaliar tal dispersão nos adverte que

A estratégia de *relocalização* concentrou-se em novos polos urbanos, com condições otimizadas de mão-de-obra barata e infra-estruturas que permitam ligação rápida, seja com as matrizes de planejamento, controle e geração de tecnologia, seja com as plantas de montagem, seja ainda com os principais mercados (p. 26-27. Grifos no original).

E mesmo nesses locais que ofereciam as condições exigidas para a recepção das unidades produtivas “relocalizadas”, a perspectiva de geração de emprego, de acordo com o mesmo autor, foram em geral frustradas, pelos fatos de que as empresas modernas tendem a absorver poucos trabalhadores e de que o desemprego não é apenas uma questão local, mas uma questão nacional, de modo que a chegada das empresas significa também a chegada de massas de trabalhadores desempregados de outros lugares.

Vemos, portanto, que a mobilidade espacial do capital fora potencializada e intensificada drasticamente, o que vem implicando efeitos dramáticos tanto para as regiões que perdem suas unidades produtivas, quanto para aquelas que as recebem, como argumenta Ursula Huws (2004). Da análise dos valiosos excertos desta autora, podemos depreender que este movimento também tem ocorrido no sentido inverso, ou seja, da mobilidade espacial do trabalho, a medida que ocasiona um “duplo desenraizamento”, num deslocamento tanto de trabalho em direção às pessoas, quanto de pessoas em direção ao

trabalho, perfazendo um trabalho cada vez mais “volátil”, ou seja, não mais ligados geograficamente a um determinado local (HUWS, 2004, s/p).

No mesmo sentido, Haesbaert (2004) desenvolve a tese de que o espaço social contemporâneo envolve dinâmicas instáveis e imprevisíveis, que têm na exclusão (ou inclusão precária) suas marcas mais características e que conformam o que chama de “aglomerados humanos de exclusão” (p. 24), ao lado da forma tradicional dos “territórios zona” e dos mais contemporâneos “territórios-rede”. Nesses espaços da exclusão, prevalece, segundo o autor, a precarização socioespacial e junto com ela a “mobilidade instável das populações” (HAESBAERT, 2004, p. 26). Disso conclui-se que os referidos aglomerados são formados por populações de trabalhadores voláteis, prontas a atender de imediato ao chamamento do capital, sejam quais forem as condições impostas.

O segundo elemento posto em relevo por Chesnais (1996), concerne ao *ressurgimento de formas agressivas e brutais de aumentar a produtividade do capital*, sobretudo pela exploração do trabalho por meio da combinação das duas formas clássicas de expropriação da mais-valia (absoluta e relativa). Como se sabe, no bojo da nova ordem produtiva em difusão, desenha-se um mundo do trabalho cada vez mais precarizado, fragmentado e alienado e, por conseguinte, uma classe trabalhadora mais heterogênea, igualmente fragmentada e diversificada (ANTUNES; ALVES, 2004).

Sobre isso, seguindo a explanação de Bihl (1998), vemos que a nova ordem produtiva do período atual tem rompido com a tendência a homogeneização do proletariado que se fez sentir ao longo do período no qual vigorou o fordismo, que levou a formação do “proletariado-massa”, e instaurando a tendência a sua fragmentação crescente. Assim, poderíamos pensar no espectro atual do proletariado a partir de três grandes conjuntos que se delineiam continuamente: 1) o dos “proletários estáveis e com garantias”, que têm assegurados seu emprego, nível salarial, representação sindical e demais garantias sociais; 2) o dos “proletários excluídos do trabalho”, que são em geral trabalhadores idosos ou desqualificados, ou simplesmente jovens, lançados para fora do trabalho e até mercado de trabalho ou impedidos de adentrar nele; e entre esses dois polos, 3) dos que compõem a “massa flutuante de trabalhadores instáveis”, sendo trabalhadores de empresas subcontratadas (terceirizadas) ou contratadas por encomenda, trabalhadores em domicílio, em tempo parcial, temporários, estagiários, e da economia “subterrânea”, que estando todos expostos a um conjunto de constrangimentos (BIHR, 1998, p. 83-86).

Seguramente, pode-se asseverar que esse aspecto da mundialização nada mais significa que a intensificação da mobilidade do trabalho no metabolismo do capital, no

sentido amplo do conceito proposto por Gaudemar (1977) e explorado anteriormente, qual seja, da mobilidade em seus três planos de manifestação (no tempo, no ritmo/intensidade e no espaço).

Sem nenhuma pretensão de esgotar a vastidão deste assunto, aponta-se aqui apenas seus traços mais gerais, perceptíveis em maior ou menor grau nos mais diversos espaços do trabalho. Nesse sentido, cabe elencar: 1) a desproletarização do trabalho fabril, sob o aspecto principal da redução de postos de trabalho na indústria; 2) a paralela ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento de inúmeras formas de sub-proletarização, como o trabalho informal, terceirizado, *part time*, por contratos temporários e do trabalho domiciliar; 4) a crescente incorporação do trabalho feminino, principalmente nas formas sub-proletarizadas; 5) a superexploração pela extensão da jornada de trabalho, por meio de diversos mecanismos, como, por exemplo, o banco de horas, dentre tantos outros elementos que explicitam o processo de *precarização* do trabalho na contemporaneidade (THOMAZ JÚNIOR, 2003; 2009).

É evidente que esse panorama problemático está amalgamado a uma série de ataques à legislação trabalhista e a ardilosas estratégias contratuais que, de acordo com Boaventura Souza Santos (2009), caracterizam uma das formas de “fascismo social” marcantes da modernidade ocidental. Segundo propugna este autor, por fascismo social podemos entender “[...] um regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca” (p. 37) e que tem como uma de suas formas de manifestação o “fascismo contratual”, que ocorre nas situações em que, devido a gritante disparidade de poder entre as partes envolvidas na celebração de um contrato de direito civil (de trabalho, por exemplo), a parte mais fraca (o trabalhador) é forçada a aceitar as condições impostas pela parte mais forte (a empresa), por mais onerosos que sejam. Tais transformações marcam um momento de retrocesso histórico na “queda de braço” do trabalho com o capital.

Sob o ângulo específico de análise do “chão de fábrica”, destaca-se a ruptura da rigidez do processo laboral fordista, com a organização do trabalho entorno das células de produção, a introdução da robótica, a aproximação entre concepção e execução na divisão do trabalho, o enxugamento dos setores administrativos – ao que Castillo (1996) chamou “liofilização organizacional” - e de um trabalhador cada vez mais escasso, qualificado e polivalente.

Dos inúmeros desdobramentos dessas alterações anteriormente arroladas sobressaem-se, por seu caráter potencialmente destrutivo, o *desemprego estrutural*⁶¹ sem precedentes históricos e, concomitantemente, o aumento do trabalho informal e da precarização do trabalho.

Na análise de Alves (2009), estes três fenômenos são interpretados de forma conjugada, todos fazendo parte da precarização como processo constitutivo do novo metabolismo social que se manifesta na reestruturação produtiva e na forma do Estado neoliberal no Brasil. A precarização, segundo o seu raciocínio, teria uma *base objetiva*, composta pela intensificação e ampliação da exploração da força de trabalho, pelo desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa e pela fragmentação social das cidades devido ao crescimento do desemprego em massa; e uma *base subjetiva*, formada pela experiência da “síndrome objetiva da insegurança de classe” que se faz presente no imaginário social do trabalhador (p. 192).

Mas os impactos das transformações da era flexível para a subjetividade dos trabalhadores não se restringem à insegurança quanto ao emprego. Para Antunes (2011), o trabalho do período flexível, contrariamente àquele característico do período taylorista/fordista, caracteriza-se pela expropriação do intelecto dos trabalhadores, e, por conseguinte, pela interiorização e aprofundamento dos mecanismos de estranhamento e reificação, fazendo deles verdadeiros “déspotas de si mesmos” (p. 86). Além disso, como salienta Thomaz Júnior (2009),

O rompimento dos significados do trabalho restritos às experiências assalariadas, diante da constante migração do trabalhador, do *ser operário* propriamente dito e dos demais assalariados produtivos, por diferentes experiências laborativas, tanto pela via da formalidade assalariada, mas cada vez mais na ambiência informal, rebate diretamente na (des)identidade sindical e na subjetividade do trabalho. De fato, enquanto os trabalhadores organizados tentam se manter *de pé*, a produção desloca-se para os setores não-organizados, ou transparece para empresas terceirizadas que continuam desempenhando as mesmas atividades anteriormente sediadas na empresa-mãe, de modo que os vínculos institucionais e os contratos laborais e, portanto, os salários, os direitos e a própria identidade corporativo-sindical (categoria) são diferenciados (p. 129).

⁶¹ O *desemprego estrutural* é aquele que resulta das transformações no processo produtivo (ANTUNES, 1999). Saliente-se que no período atual essa modalidade de desemprego tem gerado uma sobrepopulação relativa que não pode mais ser incorporada ao processo produtivo e nem mesmo atender ao clássico como mecanismo de redução dos níveis salariais como ocorreu no passado, pois encontra-se literalmente fora do funcionamento do sistema.

Lançando vistas sobre a nova dinâmica geográfica do trabalho que resulta da combinação desses movimentos nesse início do século XXI, o mesmo autor nos propõe o conceito de “plasticidade do trabalho” para designar o fenômeno que se caracteriza pelo trânsito crescente de um mesmo trabalhador pelas mais diversas funções, categorias, formas e espaços de trabalho num determinado intervalo de tempo, e que tem se intensificado drasticamente. Temos conosco que compreender a plasticidade seja também compreender a mobilidade da força de trabalho no sentido que utilizamos no presente trabalho, pois diz respeito à

frequência, o ritmo, a intensidade com que [os trabalhadores] mudam de lavra (habilitação/profissão/enquadramento sindical), migram cotidianamente em busca de emprego e melhores condições de vida, se desenraizam constantemente (cultural, social e geograficamente), se empobrecem etc. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 65-66).

São estes alguns dos elementos que nos ajudam a compreender porque, mesmo diante das fascinantes possibilidades de realização do potencial do ser humano que trabalha abertas pela revolução tecnológica posta em curso a partir da década de 1970 e com reverberações até os nossos dias, o que realmente se coloca diante dos nossos olhos é um mundo do trabalho repleto de contradições e de retrocessos históricos de toda ordem, em que se combinam a modernidade tecnológica e as formas mais brutais de exploração.

Nessa nova geografia do mundo da produção e do trabalho, a mobilidade do capital e da força de trabalho representam hoje, muito mais do que ontem, um mecanismo absolutamente indispensável para o funcionamento do sistema de metabolismo social do capital.

CAPÍTULO 3

A TRANSFERÊNCIA ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE CELULOSE E A INSERÇÃO DE TRÊS LAGOAS NA CADEIA PRODUTIVA MUNDIALIZADA DO PAPEL

Os defensores do modelo de desenvolvimento dentro do qual está situado o complexo celulose-papel costumam evocar incansavelmente o seu fortalecimento, expansão, dinamismo e competitividade no Brasil atual, como argumentos para justificar sua implantação e o apoio incondicional do Estado aos setores que dele fazem parte. Atribuem as suas façanhas a rara combinação entre a competência do empresariado e as vantagens comparativas estáticas, destacadamente as naturais, de que dispõe no País. No mesmo sentido, caminham as explicações para a transformação, ainda em curso, da região de Três Lagoas no maior polo de processamento de celulose de fibra curta branqueada do mundo.

Frente a isso e sob o prisma teórico delineado no capítulo anterior, buscar-se-á demonstrar que, na realidade, a expansão e o fortalecimento do complexo celulose-papel no Brasil, em geral, e na Microrregião de Três Lagoas, em específico, são, antes de tudo, resultados da lógica irrefreavelmente expansionista do capital, cujas contradições e antagonismos são temporariamente solucionados pelo expediente da mobilidade, materializada em processos que se desdobram nas escalas global e nacional.

Para tanto, partiremos da exposição das características gerais do complexo e do setor celulósico-papeleiro no País, passando em seguida, para a análise de algumas de suas transformações recentes nos planos mundial e nacional, e avaliando, posteriormente, o papel do Estado brasileiro na conformação de seus aspectos. Por fim, buscaremos esquadrihar os condicionantes específicos que têm feito de Três Lagoas um “território-alvo” dos projetos do setor.

3.1. *O complexo celulose-papel no Brasil*

A expressão *complexo celulose-papel*, utilizada com frequência neste estudo, quer designar o complexo composto pelo conjunto das atividades produtivas encimadas na produção destes dois produtos. Compreende, portanto, desde a matéria-prima até o processamento da celulose e a produção do papel, somando-se a elas também o espaço geográfico ocupado, produzido e organizado por tais atividades. Do ponto de vista do enquadramento setorial deve ser pensado como parte do que alguns autores têm denominado “complexo florestal” (MORELLI, 2011), “setor florestal” (BARCELOS, 2009), ou “setor de base florestal” (MAZZOCHIN, 2011), que engloba todas as cadeias produtivas vinculadas direta ou indiretamente à produção de matéria-prima pela

silvicultura - como é o caso, além da celulose e do papel, da indústria moveleira, de painéis de madeira, de “pellets” (pedaços processados de madeira para incineração e geração de energia), de papelão etc.⁶² -, e que se formou historicamente pela integração entre as atividades industriais e agrícolas que caracteriza a agroindústria em geral.

Este amplo setor como um todo passou a ter grande destaque na economia nacional nas últimas décadas, alavancado fortemente pelo complexo celulose-papel.

A indústria brasileira de celulose, e, em menor proporção, também a de papel, tem apresentado dinamismo e pujança econômica ímpares no conjunto da produção industrial nacional na atualidade. Os números sobre o seu crescimento (Tabela 7), não deixam dúvidas quanto a esta afirmação.

Tabela 7 – Brasil: Evolução da Produção de Celulose e Papel entre 1970 e 2010
(em milhões de toneladas)

Produto\Ano	1970	1980	1990	2007	2008	2009	2010
Celulose	0,8	3,1	4,4	12	12,7	13,3	14,1
Papel	1,1	3,4	4,7	9,0	9,4	9,4	9,8

Fonte: BRACELPA, 2011.

Nota-se uma expressiva evolução do setor em ambos os ramos de produção, sendo a da celulose a mais acentuada (1.662,5% contra 790,9% do papel, ou 7,5% a.a contra 5,6% a. a.), sobretudo a partir da década de 1990, período em que mais que triplicou, colocando o Brasil entre os maiores produtores mundiais.

De acordo com a Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA, 2011) o setor conta hoje com 222 empresas, atuando em 539 municípios, localizados em 18 estados brasileiros. Seus investimentos atingiram a soma de US\$ 12 bilhões apenas nos últimos 10 anos, empregando (diretamente) cerca de 115.000 trabalhadores, sendo 68.000 deste total na indústria, e 47.000 na área “florestal”. Somente em 2010, o setor florestal brasileiro apresentou um valor bruto de produção da ordem de R\$ 51,8 bilhões (REPORTER BRASIL, 2011), com grande participação do complexo celulose-papel, que, sozinho,

⁶² Os chamados “produtos florestais” são convencionalmente classificados em dois grupos: o dos PFM (Produtos Florestais Madeireiros), que engloba produtos como lenha, toras, carvão-vegetal, cavacos, madeira serrada, lâminas de madeira, compensados, painéis reconstituídos, celulose, papel, móveis e materiais de construção; e o dos PFNM (Produtos Florestais Não-Madeireiros), que abrange os alimentos, essências, borrachas, ceras, fibras, gomas, óleos, tanantes, resinas, armazenamento de carbono, produção de oxigênio, proteção do sol, regulação do regime hídrico, biodiversidade, ecoturismo e patrimônio cultural (MATO GROSSO DO SUL/SEPROTUR/SEBRAE, 2009).

faturou R\$ 27,5 bilhões em 2009 e estima-se que crescerá 57% até 2020 (ÉPOCA NEGÓCIOS, 04/10/2010)⁶³.

Os números são também imponentes no que se refere à participação do País no total da produção mundial, figurando entre os maiores produtores tanto de celulose quanto de papel. (Tabela 8).

Tabela 8 – Mundo: Maiores Produtores de Celulose e Papel em 2010

Celulose			Papel		
	País	Mil toneladas		País	Mil toneladas
1	EUA	49.243	1	China	92.599
2	China	22.042	2	EUA	75.849
3	Canadá	18.536	3	Japão	27.288
4	Brasil	14.164	4	Alemanha	23.122
5	Suécia	11.877	5	Canadá	12.787
6	Finlândia	10.508	6	Finlândia	11.789
7	Japão	9.393	7	Suécia	11.410
8	Rússia	7.421	8	Coreia do Sul	11.120
9	Indonésia	6.278	9	Indonésia	9.951
10	Chile	4.114	10	Brasil	9.844
11	Índia	3.931	11	Índia	9.223
12	Alemanha	2.762	12	Itália	9.146
	Demais	25.313		Demais	89.771
Total mundo		185.582	Total mundo		393.899

Fonte: RISI; BRACELPA, 2011. Adaptado pelo autor.

No caso da celulose, o ranking seria alterado drasticamente se discriminada a produção por tipos específicos, tendo em vista que o Brasil é hoje o maior produtor mundial de celulose de fibra curta branqueada, um subtipo no qual tem se especializado e que tem representado a maior parte da produção mundial nas últimas décadas, passando de 25% em 1997, para 31% em 2008 (RISI *apud* BIAZUS; HORA; LEITE, 2010). Em 2009, o Brasil sozinho respondia por 33,8% (9,2 milhões de toneladas/ano) da capacidade produtiva instalada de celulose de fibra curta branqueada em âmbito mundial (27,2 milhões de toneladas/ano), o que por sua vez representava 47,4% do total da capacidade instalada para celulose de todos os tipos (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010).

Quanto à produção nacional de papel e seu lugar no ranking mundial, observou-se um baixo crescimento nos anos 2000, que levou a descendência do País em relação aos

⁶³ Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI177058-16642-6,00-TRES+LAGOAS+CAPITAL+MUNDIAL+DA+CELULOSE.html>> (acessado em 20/11/2010).

maiores produtores, passando assim do 9º para o 10º lugar e cedendo sua colocação anterior para a Indonésia.

Além da diferença entre taxas de crescimento e colocação no total da produção mundial, a produção de celulose diferencia-se da de papel também por sua destinação. Neste particular, segundo dados da BRACELPA (2011), observa-se que enquanto a maior parte (78,9%) da produção de papel em 2010 foi consumida internamente, a celulose brasileira destinou-se, predominantemente (59,1%), para o mercado externo, sendo, pois, a maior responsável pela vultosa cifra de R\$ 6,8 bilhões nas exportações do setor nesse mesmo ano, com mais de dois terços desse total.

No tocante ao destino das exportações dos dois segmentos também há importante distinção. Em 2010, por exemplo, observou-se que enquanto o papel foi exportado predominantemente para a América Latina (56%), seguida da Europa (19%), a celulose destinou-se, sobretudo para o mercado europeu (46%) e para a China (24%). Os dados de 2011 mostram um reforço das tendências observadas em 2010, com o aumento de dois pontos percentuais nas exportações de papel para a América Latina (58%) e a redução na mesma proporção para a Europa (17%); uma sensível redução da participação da Europa e concomitante aumento da participação da China enquanto mercados predominantes para a celulose brasileira. (Figura 13).

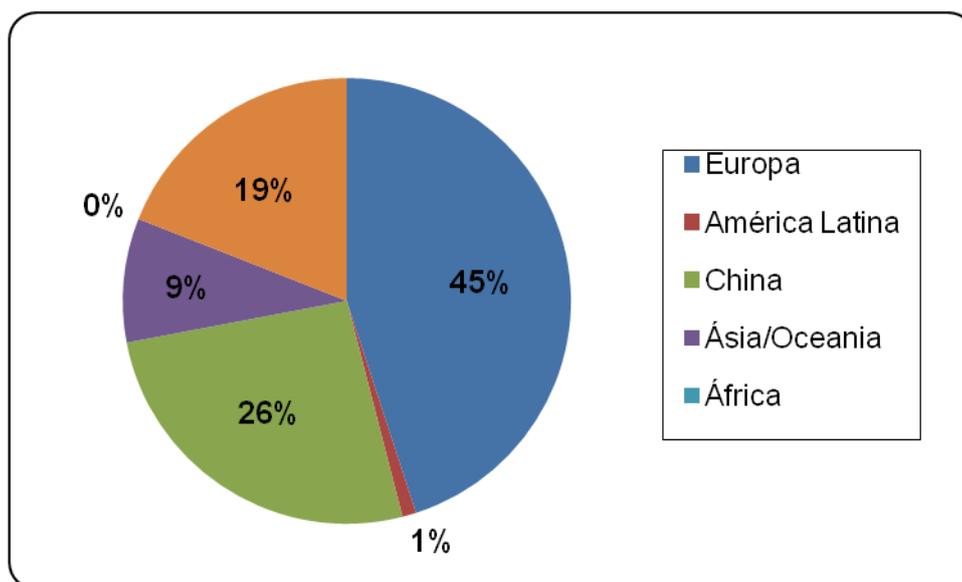


Figura 13 – Destino das Exportações Brasileiras de Celulose em 2011
Fonte: BRACELPA, 2011. Adaptado pelo autor.

Os dados evidenciam o atual processo de especialização do Brasil na produção de celulose de fibra curta branqueada, destinada, predominantemente, para o mercado externo

(celulose de mercado). Neste segmento específico, o País é considerado um dos mais competitivos do mundo, com sua produção 100% realizada com matéria-prima proveniente de área plantada – principalmente do eucalipto (65%) e, em menor proporção, também do pinus (31%) (VIA CAMPESINA, 2006) -, tecnologia de ponta aplicada ao processo produtivo, baixos custos de produção e índices de produtividade muito acima dos demais produtores (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010).

Outra característica da indústria nacional de celulose é o seu alto grau de concentração. De acordo com Biazus, Hora & Leite (2010), em 2008, toda a produção nacional de celulose integrada e de mercado, de todos os tipos, era proveniente de 56 empresas que atuavam em 10 estados. Já a celulose de mercado, especificamente, provinha fundamentalmente de apenas 6 empresas: Fibria, Suzano, Cenibra, Stora Enso, CMPC e Grupo Orsa.

No entanto, a alta concentração não é apenas uma característica da indústria de celulose nacional, pois, como afirma Daura (2004), atualmente no plano mundial, o setor é marcado “[...] pela elevada concentração produtiva, pela importância dos investimentos e respectivas condições de financiamento e por uma perspectiva de mercado globalizado” (p. 57), além de apresentar barreiras à entrada de novas empresas impostas, principalmente, pelo tempo de maturação dos investimentos e pelas exigências crescentes de matéria-prima. Ainda segundo a autora (DAURA, 2004), este perfil se deve a sucessivos ciclos de investimento que levaram a queda da lucratividade em longo prazo e estimularam movimentos de fusões e aquisições a partir da década de 1980, elevando a participação direta das 150 maiores empresas do setor no mundo, de 56%, em 1980, para 67% em 1996.

A respeito dos índices de produtividade e da “competitividade” da celulose brasileira, os números são realmente impressionantes. Tem-se, por exemplo, que, enquanto na Escandinávia e na Península Ibérica são necessários 720.000 e 300.000 ha de área florestal para produzir 1 milhão de toneladas/ano de celulose, respectivamente, no Brasil esse número cai para 100.000 ha (PÖYRI *apud* BRACELPA, 2011, p. 11).

Mesmo entre os países considerados mais rentáveis para o cultivo das assim chamadas “florestas de rápido crescimento”, a discrepância do Brasil em relação aos demais é descomunal. Na Indonésia, a produtividade real da Acácia, principal espécie utilizada como matéria-prima para a produção de celulose naquele país, é de 20 m³/ha/ano, podendo, potencialmente, alcançar 30 m³/ha/ano. No Chile, os mesmos indicadores para o eucalipto ficam entre 25 (real) e 30 (potencial), e no Uruguai, em 25 (real) e 35 (potencial). No Brasil, por seu turno, a produtividade real atual do eucalipto é de expressivos 44

m³/ha/ano, podendo chegar a 70 m³/ha/ano (potencial) (PÖYRI *apud* BRACELPA, 2011, p. 8).

O País ostenta ainda o mais baixo tempo de rotação (do plantio ao corte) do eucalipto, que gira em torno de 7 anos, superando os 10 anos da África do Sul, 12 anos do Chile, 15 anos de Portugal e da Espanha, e 40 anos para a rotação da bétula na Suécia e na Finlândia. O mesmo ocorre com o pinus, que possui seu tempo de rotação estimado em 15 anos no Brasil, 25 anos no Chile, Nova Zelândia e EUA, 45 no Canadá e entre 70 e 80 na Suécia e na Finlândia.

Tal produtividade não é estática e, tampouco, simples dádiva da natureza. Segundo a associação dos produtores do setor (BRACELPA, 2011), ela se deve a quatro razões principais: a) clima e solo, b) pesquisa e desenvolvimento (P&D), c) setor privado organizado e d) mão de obra altamente qualificada. Para a associação, foi a combinação desses fatores que conduziu a um aumento de 83% da produtividade média do eucalipto (de 24 para 44 m³/ha/ano), e de 100% do pinus (de 19 para 38 m³/ha/ano) entre 1980 e 2011.

Nesse mesmo sentido, portanto, é possível entendermos a expansão sem precedentes da área ocupada pelo monocultivo de árvores no Brasil, a que os representantes do setor e defensores do seu modelo de desenvolvimento gostam de chamar “floresta plantada” ou “área de reflorestamento”.

Em 1966, o cultivo de árvores ocupava apenas cerca de 500.000 ha de área no extenso território nacional (MORELLI, 2011). Em 2009, o Brasil já era o sexto país no quesito extensão da área por ele ocupada, e em seu território, esse tipo de atividade já representava a quarta maior em área ocupada, ficando atrás apenas da soja, do milho e da cana-de-açúcar (Tabela 9). Do total brasileiro de área ocupada pelo monocultivo de árvores em 2010, que atingiu a casa dos 6,9 milhões de ha, 4,7 milhões, ou seja, 68,1% correspondiam ao eucalipto (ABRAF *apud* VILELA, 2011).

Tabela 9 – Mundo: Área ocupada Com o Cultivo de árvores em 2009 (Países Seleccionados)

País	Área de cultivo de árvores (em mil/ha)
1. China	45.000
2. Índia	32.600
3. EUA	16.000
4. Japão	10.000
5. Indonésia	9.000
6. Brasil	6.782
7. Chile	2.200
8. Espanha	1.900
9. Portugal	800

Fonte: FAO; BRACELPA, 2009; Org. Morelli (2011). Adaptado pelo autor.

As corporações que representam esse setor dinâmico, dotado de tecnologia de ponta, altamente competitivo, inserido no mercado global e fortemente capitalizado, como vimos, chegam ao estado de Mato Grosso do Sul nas primeiras décadas do século XXI, territorializando-se inicialmente na Microrregião de Três Lagoas, mas com pretensões de espalhar-se por toda a (antiga) Região do Bolsão, ou como almejam os planejadores, a (nova) Costa Leste. E neste espaço, especificamente, o grande capital monopolista do segmento de celulose se faz presente, até o momento, sob a forma de duas “gigantes” empresariais do setor na atualidade (a Fibria e a Eldorado Brasil), com seus (mega)projetos considerados os maiores do mundo e que não perdem em nada para qualquer outro projeto implantado ou em implantação em termos de tecnologia e sofisticação. Na esteira de um deles, como anteriormente explicitado, há ainda uma planta fabril de papel da International Paper e a expansão avassaladora do monocultivo do eucalipto na região que fez do estado de MS um dos únicos com consideráveis saldos positivos nos últimos anos para esse tipo de cultivo.

Contudo, é preciso inquirir: tamanho destaque e pujança da indústria de celulose brasileira é mesmo fruto, predominantemente, da combinação de singularíssimos fatores internos, naturais e artificiais (clima e solo, organização do setor privado, P&D e mão de obra qualificada), que possibilitaram ao País assumir a cimeira do desenvolvimento do setor? Internamente, seria o caso de Três Lagoas um exemplo da combinação rara de todos esses elementos num só lugar, consubstanciando uma região com “vocaçãõ” para a

produção de celulose e papel? E ainda: o que pode haver por trás desses processos recentes, tanto no âmbito nacional quanto internacional, assim como em nosso recorte analítico, e como o aporte teórico da mobilidade do capital pode nos ajudar a decifrá-lo?

Com efeito, o sucesso do discurso hegemônico elaborado e disseminado pelo grande capital monopolista do setor, não se deve a outra coisa senão ao seu poder de desvincular esses fenômenos, pretensamente recentes e limitados, de processos que se desdobram em escalas geográficas e períodos históricos mais amplos, além é claro, da transformação do seu projeto e dos seus interesses classistas, no projeto e nos interesses da sociedade como um todo.

3.2. A mobilidade do capital e o processo de transferência espacial da produção de celulose

Como indicado na introdução à dissertação e naquela referente a este capítulo, os defensores do fortalecimento e da expansão do complexo “florestal” em geral, e do complexo celulósico em particular, têm pautado o seu discurso, via de regra, numa concepção que exalta o dinamismo e a pujança desses setores no País, as vantagens comparativas nacionais arroladas acima, e, especialmente, a possibilidade de alcançar, por meio deles, o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental e responsabilidade social. Nesta concepção, o processo de expansão e consolidação da cadeia produtiva da celulose aparece como algo endógeno, produto legítimo da competência do empresariado nacional aliada, de um lado, às potencialidades edafoclimáticas brasileiras, e de outro, às condições favoráveis do mercado internacional para a absorção da produção.

As afirmações do presidente em exercício da Associação Brasileira de Produtores de Floresta Plantada (ABRAF), Antônio Sérgio Alípio, feitas em apresentação por ele proferida na abertura da “I Feira da Indústria de Base Florestal Sustentável de Três Lagoas”, evidenciam esta autoimagem. Referindo-se aos resultados do ano de 2011, afirma o porta-voz dos empresários do setor:

o Brasil foi líder absoluto de competitividade no setor florestal [...] temos clima, temos capacidade de gestão, temos tecnologia, portanto, temos todas as condições de manter essa competitividade que ainda temos - e não ‘tínhamos’ -, mas temos o desafio de ampliá-las se quisermos efetivamente transformar o Brasil numa potência florestal, [o] que é a sua vocação (ANTÔNIO SÉRGIO ALÍPIO, 10/04/2012. Informação verbal. Transcrição literal).

Entretanto, ampliando-se a abrangência da análise, observa-se que o mesmo fenômeno de consolidação de um parque industrial para o processamento de celulose, e, atrelado a ele, da expansão avassaladora do monocultivo de árvores, sobretudo do eucalipto, tem se manifestado em diversos pontos do Hemisfério Sul nas últimas décadas. Países com pouca ou nenhuma tradição na produção de celulose, como o Brasil, o Uruguai e o Chile na América do Sul; a África do Sul, o Quênia e a Nigéria no continente africano; a Indonésia, a Índia, a Tailândia e o Vietnã na Ásia, têm sido o palco preferencial dos gigantescos projetos das grandes empresas do setor, tornando-se, em um curto período, grandes produtores desta *commodity* (WRM, 2004; MORELLI, 2011)⁶⁴.

Só na América Latina, estão previstas mais 11 novas plantas industriais de celulose para os próximos anos, com *start up* até 2017. Somadas, elas irão acrescentar cerca de 17 milhões de toneladas/ano à capacidade instalada da região (PAINEL FLORESTAL, 02/04/2012)⁶⁵.

Por outro lado, como comenta Pakkasvirta (2008; 2010), na mesma frequência fábricas exitosas e lucrativas têm sido fechadas nos tradicionais países produtores, como é o caso da Finlândia, país em que a produção florestal historicamente tem representado não apenas a maior fonte de riqueza (o “ouro verde nórdico”), como também um forte elemento definidor da identidade nacional, causando, por esses motivos, grandes sequelas econômicas, sociais e culturais.

Na realidade, o caso do Brasil, assim como o dos países acima listados, deve ser entendido dentro desse contexto internacional marcado pela *transformação estrutural da indústria de papel*, que manifesta claramente o expansionismo irrefreável que conforma a dinâmica da mobilidade do capital neste setor à escala mundial.

De acordo com Pakkasvirta (2010), a transformação estrutural tem como causa a busca de um método produtivo que seja economicamente mais eficiente por parte das grandes empresas que produzem papel na atualidade. Assim, elas têm apostado na produção em “cadeia” ou “rede descentralizada”, fragmentado espacialmente o processo produtivo em distintas partes do mundo de modo a driblar as barreiras impostas a sua

⁶⁴ Para uma abordagem detalhada a respeito desse processo nos diversos países citados, veja-se o Boletim nº 83 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM, na sigla em inglês), de junho de 2004, que traz um amplo conjunto de dados, informações e relatos de pesquisadores e ativistas empenhados no entendimento desse fenômeno.

⁶⁵ Disponível em: <<http://painelflorestal.com.br/noticias/celulose/14569/china-tera-condicoes-de-absorver-celulose-de-novas-plantas-da-al-diz-analista>> (acessado em 03/04/2012).

expansão e aproveitar, concomitantemente, as vantagens naturais e/ou criadas artificialmente nesses espaços.

Os dados sobre a produção de celulose no mundo (Tabela 10) não deixam dúvidas quanto a essa tendência.

Tabela 10 – Mundo: Produção de Celulose entre 1994 e 2004 (em milhões de toneladas)

Regiões/Continentes	Países	1994	2004	Var. Abs. 1994-2004	Var. % 1994-2004
América do Norte	EUA	59,7	53,6	- 6,1	- 10,2
	Canadá	25,4	26,4	1,1	3,9
América do Sul	Brasil	5,9	9,7	3,8	64,4
	Chile	1,6	3,4	1,8	112,5
	Argentina	0,8	0,9	0,1	12,5
Ásia	China	13,8	14,2	0,4	2,9
	Japão	11,1	10,7	- 0,4	- 3,6
	Indonésia	2,0	5,0	3,0	150,0
	Índia	1,9	3,3	1,4	73,7
Europa	Finlândia	10,1	12,6	2,5	24,8
	Suécia	10,2	12,1	1,9	18,6
	Alemanha	1,9	2,4	0,5	26,3
	Espanha	1,6	2,0	0,4	25,0
	Portugal	1,6	1,9	0,3	18,8
	Áustria	1,6	1,9	0,3	18,8
	Rússia	5,2	7,3	2,1	40,4

Fonte: Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA, 2006), citado em Santos (2009). Adaptado pelo autor.

A tabela mostra que houve, de um lado, uma redução significativa da produção de celulose em países como Estados Unidos e Japão, e um crescimento comparativamente menor da produção de países tradicionais do Hemisfério Norte, como o Canadá, a Finlândia e a Suécia, frente a outros, sem tradição neste tipo de produto, como a Rússia, por exemplo; e de outro, uma grande expansão da produção em países da América do Sul e da Ásia, principalmente no Brasil, no Chile, na Indonésia e na Índia. Se comparados esses dados com os da produção de papel dos mesmos países para o dito período, vê-se que as tendências não se repetem, mas ao inverso disso, observa-se crescimento considerável precisamente nos países que reduziram sua produção de celulose (SANTOS, 2009).

Desse modo, segundo Jefferson Rodrigues dos Santos (2009), pode-se falar em “[...] um importante movimento de *transferência espacial* da produção, mais intenso por parte das etapas iniciais da cadeia produtiva, quais sejam, exploração florestal e produção de celulose [...]” (s/p. Grifos nossos). Esse movimento pode constituir-se tanto por inversões das próprias empresas, que fecham suas fábricas menores e/ou inadequadas no Hemisfério

Norte, como é o caso, por exemplo, das finlandesas Stora Enso e Metsä-Botnia, respectivamente, no Brasil e no Uruguai; quanto pela iniciativa de empresas dos novos países produtores, como as da Fibria e da Eldorado em Três Lagoas, voltadas para a exportação da maior parte da sua produção para os países produtores de papel.

Assim, no plano mundial, percebe-se que houve um incremento significativo da produção de celulose em geral, atingindo a marca de quase 200 milhões de toneladas/ano – com aumento de mais 5 milhões previsto para os próximos anos –, sendo que, a maior parte desse incremento se deveu à pasta química de fibra curta⁶⁶, e ocorreu pela entrada em operação de projetos localizados no Hemisfério Sul, sobretudo no Brasil, Uruguai e Indonésia (PAKKASVIRTA, 2010).

A gama de condicionantes envolvidos direta ou indiretamente na ocorrência do movimento de transferência espacial da produção de celulose no bojo da transformação estrutural da indústria de papel é extremamente ampla, e deve ser pensada considerando-se as duas pontas do processo, assim como o contexto das transformações do capitalismo contemporâneo ditadas pela ativação dos limites absolutos do sistema de metabolismo social do capital.

De modo sintético, podemos citar a escassez de matéria-prima (florestas nativas), os altos custos de produção, as pressões ambientalistas por parte da sociedade civil organizada e o conseqüente recrudescimento da legislação ambiental, como principais fatores da redução da produção de celulose nos países tradicionalmente produtores do Hemisfério Norte. No Hemisfério Sul, o outro extremo do processo, apresentam-se como condicionantes as condições edafoclimáticas extremamente favoráveis e os altos índices de produtividade obtidos com as novas fontes de matéria-prima para o papel (eucalipto, pinus, acácia), a flexibilidade da legislação ambiental, a disponibilidade e o baixo valor da terra, o baixo valor de troca da força de trabalho e, por fim, mas não menos importante, os irrecusáveis benefícios, incentivos e subsídios oferecidos pelos governos nacionais da região aos investidores interessados (DAURA, 2004; SANTOS, 2009; PAKKASVIRTA, 2010; MORELLI, 2011).

⁶⁶ De acordo com os dados do RISI, citados por Biazus, Hora e Leite (2010, p. 326), enquanto a participação da pasta química de fibra curta passou de 25 para 31% do total entre 1997 e 2008, a da pasta de alto rendimento (PAR) caiu de 20 para 18%, a da pasta química de fibra longa também declinou de 20 para 19%, e a da pasta química não branqueada manteve-se estagnada em 18%.

No que tange a compreensão dos condicionantes de ordem propriamente econômica envolvidos na transferência espacial das etapas iniciais do processo produtivo do papel, a análise da composição dos custos médios de produção (Figura 14) revela-se fundamental.

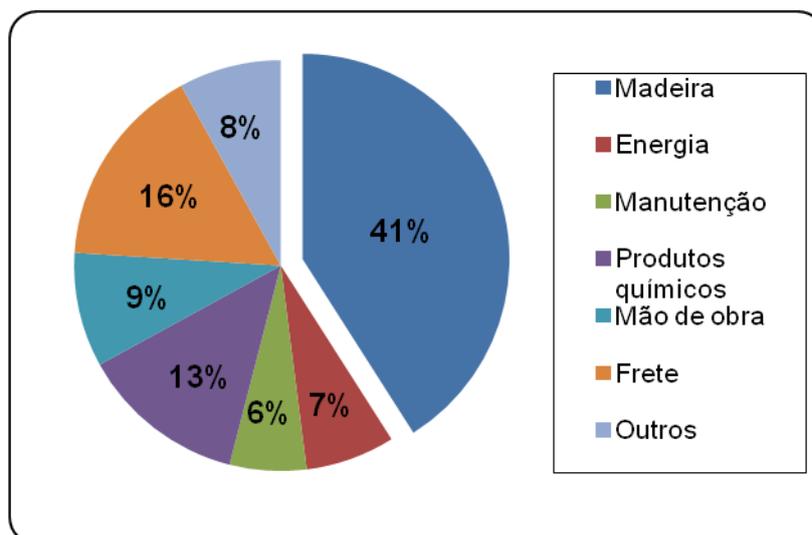


Figura 14 – Composição dos Custos Médios de Produção da Celulose de Fibra Curta no Mundo

Fonte: Hawking Wright. Elaborado por BNDES e citado em Biazus, Hora e Leite (2010). Adaptado pelo autor.

Vê-se claramente que a maior parte dos custos – quase 60% - advém da madeira e das despesas com transporte, o que as empresas têm buscado minimizar por meio do deslocamento de suas fábricas para locais com abundância de terras disponíveis e a baixo preço, com possibilidade de expansão dos plantios e formação dos maciços florestais a elas integrados, além do acesso a sistemas de transporte multimodais que favoreçam o rápido e barato escoamento da produção⁶⁷.

Por isso, não admira que Robert A. Wilson, alto executivo de uma grande corporação do setor, tenha afirmado que a redução dos custos com matéria-prima é “a estratégia que norteia a indústria [de celulose e papel] [...] a chave de uma competitividade diferenciadora” (*apud* WRM, 2004, p. 8). Sucede que, atualmente, segundo Pakkasvirta (2010), é muito mais rentável e eficiente produzir a matéria-prima por meio da constituição de maciços florestais nos países periféricos do Sul que explorar os bosques do Norte, e por esse exato motivo, o cultivo de fibra para a produção de celulose está se expandindo em média 1 milhão de ha/ano no mundo, sobretudo nesses países.

⁶⁷ Sobre o assunto, convém mencionar que se apresenta como tendência atual a priorização da formação de áreas de monocultivo próprias por parte das empresas do setor de celulose, sendo a compra externa de matéria-prima excepcional (MORELLI, 2011).

Nesse sentido, o destaque do Brasil enquanto local privilegiado para as inversões do setor de celulose nada tem de extraordinário ou anormal. Muito ao contrário, tendo em vista que o custo de produção da celulose de fibra curta no País, que segundo dados da Hawkings Wrigth, gira em torno de US\$ 300,00 por tonelada, é quase 200% menor que o de países como o Canadá, a França e a Bélgica, e entre 100 e 150% menor que os do Japão, da China, dos EUA, da Finlândia, da Suécia e da Noruega.

Um último artifício importante do qual as empresas têm lançado mão no período recente, e que em geral já está embutido como um padrão nas novas plantas de celulose, é a elevação constante da capacidade produtiva com vistas ao exercício das economias de escala. Há dez anos, por exemplo, a “escala mínima” de produção já estava calculada em 500 mil toneladas/ano, passando, atualmente, para 1 milhão de toneladas/ano (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010)⁶⁸.

Duas são as explicações para esse fato. Por um lado, é fruto de motivações econômicas, na medida em que o aumento da escala mínima, somado ao aumento da produtividade, atende a necessidade de economias de escala para amortecer os efeitos da concorrência elevada à arena global em um mercado oligopolizado (BARCELOS, 2009). Por outro lado, é também produto de motivações políticas de grupos econômicos envolvidos na produção de bens de capital (maquinário, instalações, equipamentos etc.) necessários à produção de madeira e da pasta de celulose, que detêm o monopólio da tecnologia e estão instalados nos países centrais, destacadamente nos países nórdicos (WRM, 2004).

Portanto, tendo em mente todos os elementos arrolados, não é difícil compreender a lógica que tem presidido o setor de celulose e papel no século XXI, assim como a manifestação do fenômeno da mobilidade do capital envolvido em seu próprio bojo. Com efeito, a análise dessa lógica autoriza-nos a afirmar que a transformação estrutural experimentada pela indústria de papel, e dentro dela, o movimento de transferência espacial das etapas iniciais do processo produtivo para os países do Sul, são elas mesmas manifestações claras do fenômeno da mobilidade do capital – em seus contornos gerais e contemporâneos - observado de um ponto de vista setorial.

Como visto no segundo capítulo, a acumulação do capital e o seu processo de reprodução necessariamente sempre ampliada, ditado pelas determinações da concorrência

⁶⁸ Uma fábrica típica, com capacidade de produção de 1 milhão de toneladas/ano, consome 4 milhões de m³/ano de madeira de eucalipto, o que demanda - nas condições de incremento médio anual (IMA), área de manejo e idade de corte observadas atualmente no Brasil – 100.000 ha de base florestal para o abastecimento da linha de produção.

intercapitalista e pela separação entre produção e consumo, força suas unidades reprodutivas (empresas) a buscar localizações que possibilitem a redução dos custos de produção e o consequente aumento dos lucros, o que as faz agir de maneira espacialmente seletiva. Nesse sentido, os capitalistas e seus gestores *ad hoc* atuam não como agentes livres seguindo seus próprios desígnios, mas como personificações dos imperativos expansionistas incontroláveis do capital (MÉSZÁROS, 2011).

No plano geral, o conjunto destes movimentos de reprodução dos capitais parcelares configura o movimento expansionista do capital em busca da superação, tanto de eventuais entraves à acumulação, quanto das suas recorrentes crises, produto do irreconciliável antagonismo entre ele e o trabalho, em busca do estabelecimento de novas condições de acumulação (HARVEY, 2005).

Essas tendências gerais à seletividade espacial das empresas e ao deslocamento das contradições imanentes ao sistema de metabolismo social do capital, operacionalizadas pelo expediente da mobilidade, foram fortemente potencializadas pelas transformações que instauraram o capitalismo atual (pós 1970), particularmente pelas novas possibilidades técnicas e políticas pró acumulação flexível e seu modelo de Estado neoliberal.

Tendo isso em mente, pode-se afirmar que a transformação estrutural da indústria de papel e a transferência espacial das suas etapas iniciais, portanto, representam exatamente a mobilidade do capital envolvido nesse setor específico sob o contexto da ativação dos limites absolutos do sociometabolismo do capital.

A grave crise de acumulação da década de 1970 e as severas restrições ambientais impostas às papeleiras do Norte, combinadas às novas possibilidades técnicas e políticas, resultaram no forte movimento de centralização do capital (fusões e aquisições) (DAURA, 2004) e na estratégia da transferência espacial no sentido Norte-Sul, como forma de sustentar sua reprodução ampliada, mesmo em um contexto aparentemente desfavorável.

Destarte, a estratégia da mobilidade passou a representar tanto uma alternativa de “fuga para frente” para o capital investido no setor nos países tradicionalmente produtores, quanto uma possível saída para capitais centrais e periféricos com dificuldades de acumulação. Note-se quanto a isso que, para o capital e suas personificações, o setor econômico ou ramo de produção no qual será realizada determinada inversão pouco importa, desde que apresente boas taxas de lucro. Por esse fato, pode-se explicar a mobilidade intersetorial constante dos capitais em busca de maior valorização.

Todavia, isso só se fez viável porque, paradoxalmente, malgrado a “[...] tendência de queda histórica da demanda por papel e, conseqüentemente, pela celulose”, provocada

pelo surgimento de “[...] alternativas de comunicação e armazenamento de informações” oferecidas pelas inovações tecnológicas (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010, p. 358), o consumo de papel no mundo tem crescido a um ritmo impressionante nas últimas décadas.

Como afirma Kudlavicz (2011a):

O consumo de papel passou a registrar um aumento constante nos últimos dois séculos quando, na França, foi inventada a máquina moderna de fazer papel. Um século depois tivemos novo surto de consumo fruto da descoberta da polpa de madeira para produção de papel, barateando seus custos. A partir desses fatos *tivemos crescimento contínuo e, de modo particular, nos últimos 50 anos o consumo aumentou exponencialmente para os mais diferentes usos* (2011, p. 107. Grifos nossos).

De acordo com dados do PPI/RISI apresentados pelo BNDES⁶⁹, o consumo total de papel (de todos os tipos) no mundo, cresceu 132,1% nas últimas três décadas, passando de 168 milhões de toneladas em 1980, para 239 em 1990, 281 em 1995 e 390 em 2005. Contudo, segundo informações da WRM (2004), esse valor seria multiplicado por quase quatro vezes (423%) se observássemos o crescimento do consumo desde a década de 1960.

Importa destacar que esse crescimento tem se dado de maneira extremamente desigual nos diversos países do mundo, o que fica evidente quando analisamos os dados do consumo *per capita*. (Figura 15).

69

Disponíveis

em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/rel52b.pdf> (acessado em 29/02/2012).

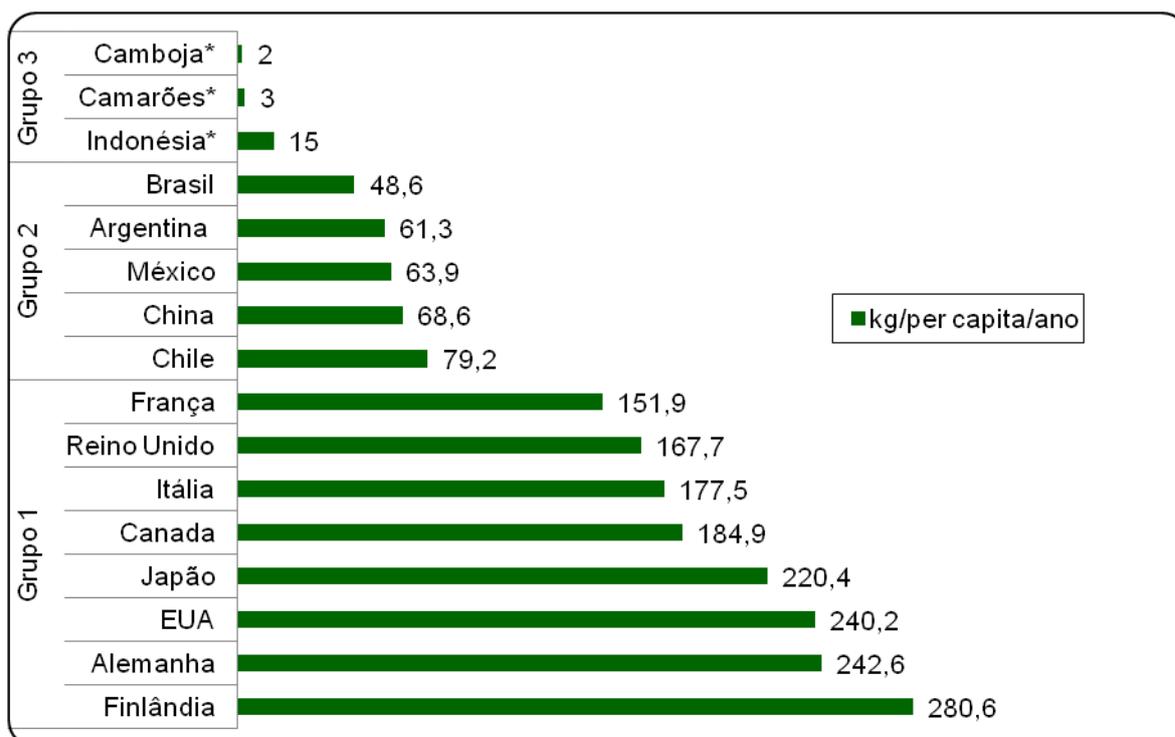


Figura 15 – Consumo *Per Capita* de Papel no Mundo em 2010 (Países selecionados)

*Dados de 2008.

Fonte: RISI/BRACELPA, 2012; WRM, 2008 (apud KUDLAVICZ, 2011a). Organizado pelo autor.

Embora haja uma ligeira distância temporal entre os dados dos três primeiros países e os dos demais, em virtude da indisponibilidade de dados exatos para o mesmo período, e ainda que se deva considerar a distorção causada pelo número de habitantes de cada país quando se trabalha com este tipo de indicador, fica patente a desigualdade abissal do consumo de papel entre eles. O gráfico evidencia uma clara divisão entre os grandes consumidores dos países centrais (Grupo 1), os consumidores intermediários dos países periféricos ditos “emergentes” e/ou industrializados do Hemisfério Sul (Grupo 2), e os países periféricos mais pobres (Grupo 3).

Mesmo com tal desigualdade, o consumo *per capita* médio de papel no mundo passou de 52 para 57 kg anuais somente entre 2001 e 2010 (BNDES, 2001; BRACELPA, 2011)⁷⁰, dando propulsão ao célere crescimento da produção do setor.

Diante desses fatos julgamos fundamental perscrutar as causas profundas que não se deixam compreender apenas pelos números, e acreditamos que também neste particular, a perspectiva radical de Mészáros (2011), nos traz pistas reveladoras.

⁷⁰ O dado do BNDES referente ao consumo per capita foi extraído de apresentação disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecim ento/seminario/florestal12.pdf> (acessado em 28/02/2012).

Partindo da sua leitura, é possível entender o vertiginoso aumento do consumo de papel no mundo nas últimas décadas, não como efeito de causas que na verdade são secundárias - como o crescimento da produção industrial ou o aumento dos índices de alfabetização pelo mundo a fora -, mas como fato sintomático da contradição explosiva que se estabelece entre a incontrolabilidade da expansão sempre crescente do capital, e a ativação dos limites absolutos de seu sistema de metabolismo social.

Nesse sentido, trabalhamos com a hipótese de que o referido aumento seja um dos resultados da intensificação contemporânea da *taxa de utilização decrescente do valor de uso*, sobre a qual nos escreve o filósofo húngaro. Segundo Mészáros (2011), a taxa decrescente é “uma das leis tendenciais mais importantes e abrangentes do desenvolvimento capitalista” (p. 675), que, como todas as outras leis tendenciais que regem o funcionamento do sistema, compõe um complexo dialético com contratendências com as quais historicamente pôde oscilar sua predominância (tal como as de monopólio e concorrência, centralização e fragmentação, internacionalização e particularização, equilíbrio e desequilíbrio).

Por isso, a mesma lei que no passado significou a reabilitação da prodigalidade e do luxo (supérfluo), execrados e moralmente condenados nos modos de produção anteriormente hegemônicos, na atualidade assume a forma de extrema *perdularidade, desperdício e destruição*, características que sempre fizeram parte do funcionamento do sistema no seu decurso histórico e que podem manifestar-se de maneira muito diferente em diversas partes do mundo, em virtude do seu desenvolvimento desigual.

A essência dessa tendência, segundo o autor, está na “completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca” (MÉSZÁROS, 2011, p. 606), um dos traços característicos e distintivos do sociometabolismo do capital desde o princípio, que faz com que dentro dele, o caráter real da riqueza desapareça, cedendo lugar a uma concepção reificada e associada a estruturas materiais e relações fetichizadas.

A condição absoluta para que isso se tornasse possível foi a “*homogeneização*, historicamente única, de todas as relações produtivas e distributivas” (MÉSZÁROS, 2011, p. 624. Grifo no original), operada por intermédio de uma dupla e subsequente ruptura: a) entre os produtores reais da riqueza (trabalhadores) e os seus materiais e instrumentos de produção (meios de produção) – ou, como na metáfora de Marx, entre o caracol e sua concha; e, em consequência dela, b) entre o produto e o seu valor de uso, que, mesmo embutido na mercadoria, precisa ser temporariamente sobrepujado pelo valor de troca para só então poder satisfazer as necessidades humanas.

A partir do estabelecimento dessa condição por este par historicamente singular de rupturas, a expansão infinita da riqueza passou a ser a finalidade em si mesma da produção e da própria humanidade, a revelia da satisfação (ou insatisfação) das necessidades reais dos seres humanos. Assim, quanto menor for a taxa de utilização de uma mercadoria, ou seja, sua vida útil, melhor será para o capital, na medida em que isso implicará a necessidade de sua reposição, possibilitando igualmente a aceleração do movimento de reprodução ampliada.

Fato é, segundo Mészáros (2011), que essa redução tem atingido níveis absurdos e insustentáveis até mesmo para o funcionamento do sistema do capital na atualidade, afetando negativamente todas as três dimensões fundamentais da produção e do consumo capitalistas, a saber: a dos bens e serviços, das instalações e maquinaria, e da própria força de trabalho. Faz parte desta redução, a introdução de

meios necessários que possam *reduzir* a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, *encurtando* deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera. A notória ‘obsolescência planejada’ em relação aos ‘bens de consumo duráveis’ produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que ofereçam um potencial de utilização maior [...] em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser menores [...] a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável [...] o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova [...] o extermínio deliberado das habilidades e dos serviços de manutenção [...] Tudo isso pertence a essa categoria (MÉSZÁROS, 2011, p. 670. Grifos no original).

Desses fatos são testemunhas empíricas o aumento brutal do consumismo⁷¹, a quantidade crescente de lixo produzido (pela rejeição prematura de objetos, embalagens, materiais de publicidade etc.) e a parcela cada vez maior de seres humanos lançada no “moinho satânico” do desemprego estrutural nas últimas décadas, além da perigosa expansão do complexo militar-industrial dos EUA como forma de manter o dinamismo econômico daquele país.

Para o caso em foco neste estudo, interessam mais diretamente os efeitos da taxa decrescente na produção de bens e serviços, pois é nesta esfera que se tem desdobrado o

⁷¹ Quanto aos impactos do consumismo, de acordo com um estudo produzido pela organização internacional *Global Footprint Network*, “a terra precisa atualmente de quase 18 meses para produzir os serviços ecológicos que os quase 7 bilhões de humanos utilizam em um ano” (PLANETA, 2010, p. 44). Isso equivale a dizer, como apontam as projeções dos autores do estudo, que no início da década de 2030, precisaremos de duas terras para atender a nossa demanda atual.

aumento sem precedentes do consumo de papéis de todos os tipos. Ora, o papel, genericamente falando, pode apresentar-se tanto como mercadoria em si para o consumo final, quanto como matéria-prima que entra na composição de outras mercadorias, e que, portanto, é consumido produtivamente. São exemplos do primeiro caso os papéis para imprimir e escrever e os papéis para uso sanitário (*tissue*), e do segundo, as embalagens, o papel para jornais, revistas e livros, papéis para fins publicitários, dentre outros.

Parece evidente, quanto a isso, que a consolidação de uma sociedade cada vez mais consumista e adepta de produtos descartáveis, seja pela baixa durabilidade dos materiais empregados nos produtos ou pelos incessantes assédios da publicidade, pelo artifício do *design*, ou ainda, pela intensa urbanização de países periféricos antes predominantemente rurais e pelos novos hábitos contraídos neste processo, têm enorme participação no aumento do consumo de papéis, e, por conseguinte, de celulose no mundo.

Segundo os analistas da WRM,

Em termos de usos do papel, as embalagens hoje ultrapassam os graus de comunicação [...] A real expansão nas embalagens de papel tem aparecido desde a década de 50, com a difusão dos supermercados e alimentos embalados [...] A revolução da informação eletrônica tem multiplicado em vez de substituir o uso do papel, e um número de outros fatores, tais como a publicidade, a venda no varejo de alimentos, também influenciam padrões específicos do consumo de papel, principalmente a demanda de papel de jornal e papel de embalagem. A esmagadora maioria do papel é utilizada como insumo para outros setores de fabricação: a demanda é portanto filtrada através de outras indústrias e é raramente uma resposta direta pelos consumidores finais (WRM, 2004, p. 4).

Tudo isso explica porque, no final da década de 1990, por exemplo, a categoria embalagens já correspondia a maior parte da produção no mundo, com 34,8% do total, seguida pela categoria papéis de imprimir e escrever, com 30,3%. (Tabela 11).

Tabela 11 – Mundo: Produção de Papéis Por Categoria entre 1990 e 1999

Categorias	Produção (em milhões de toneladas)		Var. % a.a
	1990	1999	
Imprimir e escrever	68,6	95,7	3,8
Imprensa	32,9	27,7	1,5
Embalagens	76,8	110,2	4,1
Sanitários	13,8	19,9	4,1
Papel cartão	34,9	42,4	2,2
Especiais e outros	12,2	9,9	-2,3
Total	239,2	315,8	3,1

Fonte: BNDES, 2001. Elaborado por Daura (2004). Adaptado pelo autor.

Vê-se que, ao lado dos papéis sanitários (*tissue*), as embalagens assumiram a dianteira do crescimento mundial no período, ambos com 30,3% de crescimento percentual, a base de 4,1% a/a.

Outro fato importante com relação ao aumento da produção do papel no mundo, diz respeito a sua distribuição geográfica. Quanto a isso, faz-se mister considerarmos a descomunal participação da China, País que ingressou de maneira voraz também neste setor, despontando como o maior produtor (Tabela 8) e um dos maiores exportadores de papel do mundo, sobretudo a partir dos anos 2000. (Figura 16).

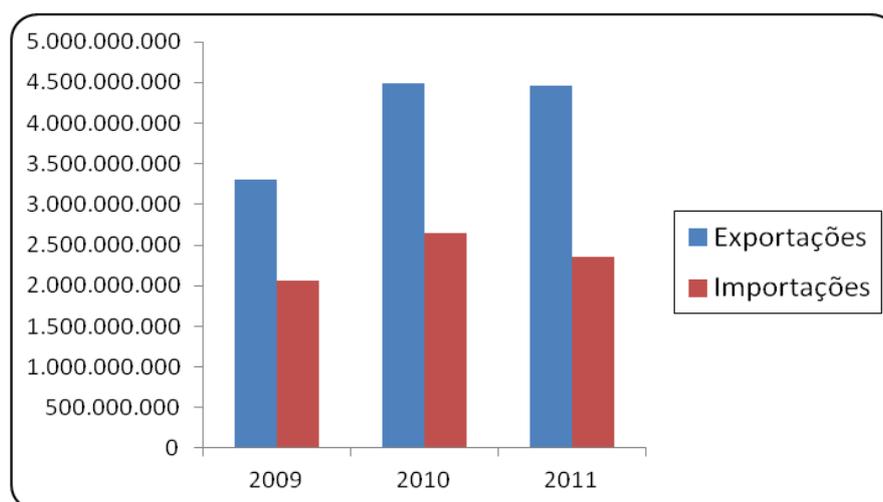


Figura 16 – Evolução do Valor das Exportações e Importações Chinesas de Papel e Cartão (em US\$)

Fonte: www.trade.nosis.com⁷². Elaborado e organizado pelo autor.

⁷² Disponível em: <<http://trade.nosis.com/pt/Comex/Importacao-Exportacao/China/Paper-paperboard-articles-pulp-paper-paperboard/CN/48>> (acessado em: 15/06/2012).

Em virtude do recente aumento das exportações chinesas de papel e cartão (34,9%, entre 2009 e 2011), em 2011, seu valor total representou quase o dobro do valor das importações dos mesmos produtos pelo País. Como indicam Biazus, Hora & Leite (2010), “em oito anos, a China saiu da condição de importadora líquida de papéis revestidos para uma das maiores exportadoras” (p. 359), e, para se ter uma ideia, apenas entre 2009 e 2011, estava prevista a instalação dentro de suas fronteiras, de cerca de 50% da capacidade produtiva total do Brasil.

Os incrementos de capacidade produtiva nesse país asiático têm ocorrido a partir de um rápido processo de fechamento de fábricas pequenas e/ou poluentes e instalação de novas e modernas plantas industriais, o que tem feito da China o mercado que mais rapidamente cresce no mundo atual (WRM, 2004), responsável por 76% do incremento da demanda mundial recente (MONTEBELO; BACHA, 2007 *apud* SANTOS, 2009).

Por isso, os *economic experts* do setor acenam para a configuração ainda mais intensa nos próximos anos de “um cenário promissor de crescimento e oportunidades que envolvem o mercado chinês e frentes de negócios da gigante asiática com a América Latina” (PAINEL FLORESTAL, 28/03/2012)⁷³.

De acordo com Bernard Fuller, presidente da *Cambridge Forest Products Associates* (CFPA), “no que se refere ao setor florestal, a China não permitiu que houvesse recessão, o que garantiu até agora todo tipo de consumo de madeira, seja celulose, painéis, madeira serrada, toras, entre outros produtos”⁷⁴.

Para a diretora da *Forestry Products Marketing*, Heloisa Dórea, a China será a responsável pela absorção da maior parte da celulose produzida nas novas plantas industriais que deverão entrar em funcionamento na América Latina até 2017. A região hoje já é responsável por 51% das importações chinesas de celulose, percentual que, segundo a executiva, tende a aumentar nos próximos anos (PAINEL FLORESTAL, 02/04/2012)⁷⁵.

Neste cenário, a participação do mercado chinês como destino preferencial para a celulose brasileira é igualmente considerável e também tende a tornar-se cada vez maior. Além de ter importado 26% de toda a celulose que saiu do Brasil em 2011 (vide figura 13),

⁷³ Notícia disponível em: <<http://painelflorestal.com.br/noticias/madeira/14513/consumo-de-madeira-na-china-vai-chegar-a-270-mi-de-m3-ate-2014>> (acessado em 29/03/2012)

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Disponível em: <<http://painelflorestal.com.br/noticias/celulose/14569/china-tera-condicoes-de-absorver-celulose-de-novas-plantas-da-al-diz-analista>> (acessado em 02/04/2012).

a China vem aumentando expressivamente sua participação na compra deste produto, o que, só entre 2010 e 2012, cresceu 7% (BRACELPA, 2011)⁷⁶.

Está em curso, portanto, a consolidação de uma “nova” divisão internacional do trabalho no processo produtivo do papel. Nela, os países periféricos ocupam o lugar de produtores da matéria-prima (celulose) com baixo valor agregado⁷⁷; a China se estabelece paulatinamente como o principal mercado consumidor de celulose e principal país produtor e exportador de papel; e os países centrais, destacadamente os da Europa e da América do Norte, atuam como os grandes consumidores finais do papel produzido nesta cadeia global.

Não é difícil perceber que, como argumenta Pakkasvirta (2008), a América Latina, e dentro dela o Brasil, “[...] existe y sobrevive dentro de la division del trabajo mundial de uma forma no muy diferente de la de los últimos 500 años” (p. 134). A despeito do alto grau de tecnologia e racionalidade inserido nos processos produtivos em questão, não há nada de realmente novo, pois os monocultivos em grande escala para exportação não nasceram na Europa ou na América do Norte, mas foram inventados aqui, há meio milênio (PORTO-GONÇALVES, 2011).

A lógica nela latente é a da especialização produtiva elevada a níveis impressionantes e da integração hierarquizada dos espaços envolvidos na escala global por intermédio das redes técnicas e informacionais. Ela conforma uma rede mundial de territórios que, embora diferenciados entre si na condição de os espaços de plantio, fábricas, escritórios e representações comerciais, sedes das empresas no país ou no exterior (MORELLI, 2011), atendem a uma mesma *racionalidade* que separa o *centro da ação* da *sede da ação* (SANTOS, 1996).

Assim, segundo a formulação de Eduardo Barcelos (2009), “as *escalas locais* foram articuladas ao *espaço global do capital* e foram transformadas em *localidades*

⁷⁶ O gigantesco papel da China nas exportações brasileiras não se restringe somente a esta *commoditie*, estendendo-se a todo o agronegócio. Como informou matéria do Jornal O Estado de São Paulo, do dia 22/10/2011, no ano passado, 1/5 do total das exportações brasileiras e 16,4% das exportações do agronegócio foram destinados ao mercado chinês. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,as-exportacoes-do-agronegocio-,801425,0.htm>> (acessado em 22/10/2011).

⁷⁷ Note-se que, conquanto esta *commodity* tenha atingido recordes históricos de preços nos últimos anos, chegando à quase US\$ 900,00 em 2011 (REPORTER BRASIL, 2011, p. 4), isso tem ocorrido mais em virtude do aumento da demanda provocado pela entrada em operação de novas máquinas de papel, sobretudo na China, do que pelo aumento do consumo, o que pode ser revertido a médio e longo prazo com a redução do consumo geral de papel, no contexto de crise e recessão econômica mundial (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010). Em sentido semelhante vão os argumentos Pakkasvirta (2008), para quem, ainda que a celulose se processe em fábricas modernas, as inversões do setor não podem ser consideradas industriais na acepção da palavra, por tratar-se apenas de produção de matéria-prima para as papeleiras do Norte.

especializadas para responder as necessidades precisas do fenômeno agroindustrial”, principalmente as mundiais, e como localidades especializadas, elas se encaixam no “movimento estruturado de *complementaridade produtiva*” (p. 3. Grifos no original).

É por meio dessa integração de localidades especializadas no espaço global que o grande capital tem se aproveitado da desigualdade inerente ao próprio processo de desenvolvimento e produção do espaço sob o seu sistema de metabolismo social, assim como das diferentes potencialidades produtivas oferecidas pela distribuição desigual dos recursos naturais na superfície do planeta.

Em verdade, como vimos no segundo capítulo, a mobilidade do capital é sempre um processo regido pela lei do desenvolvimento desigual (TROTSKY, 1967; SMITH, 1988; MOREIRA, 1984; CORRÊA, 1986) e pela combinação que se processa entre os elementos desigualmente engendrados em seu bojo (regiões, países, setores etc.) por meio dos movimentos de *homogeneização, integração, polarização e hegemonia* (BRANDÃO, 2007).

Diferenciação, integração e hierarquização dos espaços, portanto, são tendências inerentes e sempre atuantes no sociometabolismo do capital, mas que, no período atual, têm encontrado condições de se realizar mais plenamente. Trata-se, pois, não de um fenômeno restrito a indústria de celulose e papel, mas de uma realidade que se faz presente nas mais diversas esferas da reprodução social contemporânea tornada mundial. Berta Becker (1991) corrobora com essa afirmação ao sustentar que

A coexistência de tendências opostas de homogeneização/diferenciação e globalização/fragmentação é inerente à sobrevivência e expansão do sistema capitalista e, hoje, a diferenciação se acentua como forma de sustentar a própria globalização (p. 47).

São esses, pois, os processos e movimentos mais gerais que explicam o fenômeno do fortalecimento e intensificação da territorialização do complexo celulose-papel, com predominância da produção de celulose, no Brasil atual. Boa parte deles serve também para explicar a escolha da região de Três Lagoas por parte das empresas para as inversões do setor, como veremos adiante.

Em sentido semelhante, na escala nacional, há também outro processo importantíssimo em curso, que não deve ser ignorado devido ao seu forte teor explicativo para o caso específico em tela. Refere-se ao recente movimento de interiorização da produção de celulose e, conseqüentemente, do monocultivo de eucalipto, que na verdade

representa a manifestação concreta do fenômeno da mobilidade espacial do capital – e sua “fuga pra frente” – também dentro das fronteiras nacionais.

Sandra Daura (2004), em seu estudo específico sobre a produção e a mão de obra do setor de celulose e papel no Brasil no início do século XXI, chamou a atenção para o fato de que, em 1999, a produção de celulose no País apresentava-se extremamente concentrada do ponto de vista geográfico. Segundo os dados apresentados pela autora, naquele contexto, a região Sudeste, sozinha, respondia por 57% de toda a produção do segmento (principalmente de fibra curta), seguida pela região Sul (majoritariamente de fibra longa), com 30% da produção e, muito atrás, pelo Nordeste e Norte, que juntos somavam apenas 13%. A região Centro-Oeste sequer aparecia na estatística, por não possuir nenhuma planta fabril de celulose.

Mesmo internamente às macrorregiões, a produção encontrava-se concentrada, tendo em vista que, só o estado de São Paulo era responsável por 30% de toda a celulose produzida no País, seguido pelo Espírito Santo (18,7%) e Santa Catarina e Minas Gerais (ambos com 11,6%).

Obviamente, este padrão locacional estava fortemente relacionado à facilidade de escoamento, tendo em vista a existência da maior e melhor rede de infraestrutura de transportes do País nestas regiões e a proximidade com o litoral, e a existência de maciços florestais para exploração por parte das empresas. Portanto, por conta dos dois fatores que somados correspondem a maior parte dos custos da produção do segmento: matéria-prima e frete (Figura 14).

Entretanto, na primeira década deste século esse padrão parece ter sido quebrado, na medida em que as principais empresas do segmento têm privilegiado regiões e estados atípicos para a implantação de seus novos projetos. (Quadro 1).

Quadro 1 - A Nova Geografia da Produção de Celulose no Brasil		
Localização	Projetos	Situação atual
Sul da Bahia	Uma fábrica da Veracel (parceria entre a Stora-Enso e a Fibria), com produção de 1 milhão de ton/ano, localizada entre os municípios de Eunápolis e Belmonte.	Em operação (desde 2005). Uma segunda linha (Veracel II) está prevista, ainda sem data para o <i>start up</i> .
Sul do Tocantins	Fábrica da Braxcel com capacidade produtiva de 1,5 milhão de ton/ano, no Município de Peixe.	Projeto anunciado em 2012, ainda em fase de licenciamento ambiental e sem previsão para o <i>start up</i> .
Sul do Maranhão	Fábrica da Suzano no Município de Imperatriz, com capacidade de 1,3 milhão de ton/ano.	Em fase de construção e montagem e com <i>start up</i> previsto para o final de 2013.
Noroeste do Piauí	Fábrica da Suzano no Município de Palmeirais, ainda sem previsão de capacidade produtiva.	Em fase de formação da base florestal, com início das etapas de construção e montagem previsto para 2014.
Sul do Rio Grande do Sul	Duas fábricas da CMPC, uma no Município de Guaíba (antiga fábrica da Riocell comprada pela Aracruz Celulose e incorporada pela Fibria), com capacidade de 1,8 milhão de ton/ano (previsão com expansão); e outra nas adjacências de Pelotas (Projeto Losango, vendido pela Fibria em setembro de 2012 para a CMPC), e uma terceira da Stora-Enso, possivelmente no Município de São Borja ou Santa Maria (ainda sem definição).	A fábrica comprada pela CMPC em Guaíba está em operação desde a década de 1980 e sua expansão está prevista para os próximos anos. Os investimentos da Fibria tiveram início em 2003. A fábrica de Pelotas vendida à CMPC ainda se encontra em projeto, mas a empresa já possui a base florestal. Os investimentos da Stora-Enso iniciaram-se em 2005, com a compra de terras (100.000ha) para a implantação de base florestal, mas o projeto foi travado pelo parecer de 2010 da Advocacia Geral da União, que impõe restrições à compra de terras por estrangeiros. A fábrica permanece em projeto.
<p>Fonte: MORELLI, 2011; Informativo Painel Florestal (22/03/2012); www.veracel.com.br; www.revistaopapel.org.br (Mar/2010); www.correiodetreslagoas.com.br; www.celuloseriograndense.com.br. Elaborado e organizado pelo autor.</p>		

Note-se que, além dos dois grandes projetos em andamento em Três Lagoas, que representam os primeiros do segmento na região Centro-Oeste brasileira e que não estão inseridos no quadro por serem analisados em detalhe neste estudo, existem outros, com características técnicas e dimensionais bastante parecidas, em execução em regiões que até então tinham baixa expressividade na produção de celulose, sobretudo nos estados do Nordeste (BA, MA e PI) e Norte (TO). Chamam a atenção também os novos projetos da empresa chilena CMPC e da sueco-finlandesa Stora-Enso na metade sul do Rio Grande do Sul, conhecida como a região dos pampas, bem como a vultosa ampliação da fábrica comprada pela CMPC no município de Guaíba⁷⁸.

Desse modo, vemos que a mesma lógica espacial que preside a indústria em geral e a indústria de celulose no plano mundial na atualidade, tem ditado sua localização no plano nacional, fazendo da mobilidade um expediente de redução dos custos de produção, e, com isso, de competitividade no mercado mundial, por meio da seletividade espacial.

Figuram entre os fatores de atração dessa interiorização, além é claro, dos atributos naturais (insolação, solo, relevo, abundância de água etc.), o acesso à infraestrutura de transportes multimodal e fontes de energia, os benefícios e incentivos oferecidos pelos estados e municípios, mas principalmente, o baixo preço da terra.

Segundo matéria publicada pelo Jornal Folha de São Paulo (20/10/2011)⁷⁹, é esse último fator, somado à grande valorização da terra nas áreas tradicionalmente produtoras, o responsável pela atual distribuição geográfica das áreas plantadas de eucalipto no Brasil, e sua evolução futura. Nesse sentido, a matéria ressalta que a valorização das terras em estados tradicionais na produção silvícola, como São Paulo e Paraná, tem levado as principais empresas a expandirem sua produção para outros estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, dentre os quais se destaca o Mato Grosso do Sul, que apresentou maior crescimento da área plantada em 2010 (30%, em relação a 2009), seguido do Maranhão (10,2%), de Minas Gerais (7,7%), de Tocantins (7,3%), e do Pará (6,4%). A estimativa era de que as regiões citadas receberiam 90% dos R\$ 5,7 bilhões das empresas para formação de novos cultivos.

⁷⁸ Em sua tese, Morelli (2011) apresenta uma interessante matéria do Jornal gaúcho Zero Hora (27/09/2005. Reportagem Especial, p. 4) na qual se comenta a instalação de um “novo polo de florestamento mundial”, maciço contíguo de mais de 1 milhão de ha que será composto, além da metade sul do RS, por partes dos territórios da Argentina e do Uruguai, a partir dos investimentos atuais e futuros de empresas nacionais e estrangeiras.

⁷⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/993589-florestas-avancam-para-novas-fronteiras.shtml>> (acessado em 20/11/2011).

Por conta da necessidade de ampla base de monocultivo no entorno das fábricas, a diferença no preço da terra pode encarecer até R\$ 700 milhões no custo de um novo projeto.

Conquanto cada um dos elementos e processos aduzidos até aqui tenha especial relevância na análise das dinâmicas da mobilidade espacial do capital envolvidas na territorialização do complexo celulose-papel, nas diferentes escalas geográficas (mundial, nacional e local), nenhum deles têm participação maior em sua ocorrência e definição que o Estado, o seu principal agente.

3.3. O Estado como agente primordial da mobilidade do capital

Representa um lugar-comum no discurso do agronegócio em geral, a justificativa das ações do Estado em seu favor (incentivos, isenções, doações, securitização, renegociações/rolagem de dívida, mas sobretudo, financiamento a baixo custo e a longo prazo), baseada em sua eficiência econômica, competitividade e capacidade de reverção de benefícios para o País, com destaque para a geração de emprego e renda, a transferência de riqueza e os elevados superávits da balança comercial (FABRINI, 2008).

Foram estes os argumentos que justificaram um gasto público com o agronegócio da ordem de R\$ 2,3 bilhões somente com securitização de dívidas agrícolas pela União entre 2007 e 2009, com estimativa de gasto anual de R\$ 800 milhões com subsídios financeiros e creditícios a partir de então, e de mais R\$ 37,8 bilhões em renúncias fiscais e isenções de impostos, sem contar os R\$ 65 bilhões colocados a disposição do setor como recurso para custeio e investimento na safra 2008/2009, e outros R\$ 58 bilhões na safra anterior (SAUER, 2010)⁸⁰.

O mesmo pode ser dito em relação ao setor de celulose e papel e toda a cadeia do agronegócio a ele atrelada, que, ao longo das últimas décadas, foi significativamente beneficiada pelas ações do Estado sob a forma dos sucessivos governos, e marcadamente, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁸¹.

⁸⁰ Artigo publicado no *Le Monde Brasil Diplomatic* do dia 01/04/2010. Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?PHPSESSID=726ce1cea7ec25bc237a594352cb438c&id=654>> (acessado em 23/11/2011).

⁸¹ O BNDES, anteriormente chamado BNDE, nasceu em 1952, como consequência dos estudos empreendidos por uma comissão mista Brasil-EUA (CMBEU) com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial do país (JUVENAL; MATTOS, 2002).

Para recorrer-se a um exemplo atual que ilustre tal afirmação, veja-se que o BNDES dispôs-se a arcar com 70,9% de todo o investimento previsto para o setor de celulose e papel entre 2007 e 2010, ou seja, R\$ 11,7 dos R\$ 20 bilhões previstos para o período⁸². O financiamento abundante e facilitado para o setor é parte fundamental da política industrial do país no período recente.

Entre as principais justificativas para o fato, segundo Luciano Coutinho e Fernando Sarti (2003), está a necessidade de

obtenção continuada de um elevado superávit comercial que permita reduzir a vulnerabilidade do balanço de pagamentos, recuperar um volume expressivo de reservas próprias de divisas e viabilizar uma queda segura e irreversível da taxa de juros (p. 334).

Para os mesmos autores (COUTINHO; SARTI, 2003), o *elevado superávit comercial* é um ingrediente indispensável para a sustentabilidade macroeconômica, que por sua vez é um pressuposto da retomada do desenvolvimento da economia brasileira pela via do desenvolvimento industrial. Para tanto, os autores defendem a elaboração de uma política industrial que “deve ser concebida em torno de objetivos a serem alcançados por uma combinação de dois tipos de ações: aquelas voltadas para a atividade industrial em geral [...] e as que tenham como alvo setores/cadeias produtivas” (COUTINHO; SARTI, 2003, p. 335), de modo a superar a baixa capacidade e/ou disposição de inovar e a escassez crônica de financiamento, duas das principais barreiras à indústria nacional.

Dentro do quadro das políticas chamadas “verticais”, voltadas para setores/cadeias produtivas, os autores distinguem entre quatro grupos, a saber: 1) as cadeias com deficiências e com potencial competitivo; 2) as cadeias com alta participação de empresas estrangeiras; 3) as cadeias que ensejam a participação de novos setores e/ou elos industriais; e 4) as cadeias competitivas, indicando a cadeia de celulose e papel como pertencente ao último grupo, caracterizado por seu desempenho exportador consagrado e pela forte presença no mercado mundial com base em suas vantagens naturais e competitivas.

O mesmo Luciano Coutinho, posteriormente na condição de presidente do BNDES, insistia no papel do Banco como financiador dos grandes vetores que possibilitariam que o Brasil fosse na contramão da economia mundial no contexto de crise iniciado em 2008, dentre os quais “os agronegócios”, que, segundo o autor, “são fundamentais para a balança

⁸²

Notícia disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2006/20060920_not178_06.html> (acessado em 29/02/2012).

de pagamentos” e que, com a recuperação da China e da Ásia, representariam grandes oportunidades de exportação e de retomada de investimentos (COUTINHO, 2009, p. 270).

De fato, este posicionamento, que não é apenas pessoal, mas que está entranhado nas diretrizes do Banco, reflete-se claramente na concessão de cifras bilionárias às empresas mais competitivas do setor no mercado global, ufanisticamente chamadas “campeãs nacionais”, como é o caso da Fibria, ou as que se espera que cumpram o mesmo papel, como a recém-nascida Eldorado Brasil.

Em entrevista a uma das revistas nacionais de maior tiragem, quando indagado a respeito das ações voltadas para forjar os “campeões nacionais” e da destinação pelo Banco, de verbas vultosas a negócios que poderiam financiar-se no mercado, Coutinho, mais uma vez, mostra a que veio. Afirma estar “bem convicto da relevância e da necessidade desse tipo de investimento” por proporcionar “o surgimento de um gênero de empresa com capacidade para competir globalmente e até se tornar líder em seu setor no cenário internacional” (VEJA, 27/07/2011. p. 20). Sua fala é igualmente peremptória quanto a forjar empresas campeãs: “as grandes companhias que nos pedem financiamento já são vencedoras – não foram forjadas pelo BNDES” (VEJA, 27/07/2011. p. 20).

A despeito das declarações do executivo, no entanto, a história, ao menos no setor de celulose e papel, testemunha exatamente o contrário. Juvenal & Mattos (2002), em análise sobre a relação (histórica) entre o setor e o BNDES, elaborada por ocasião dos 50 anos de existência do Banco, afirmam que fica evidente “a construção de uma verdadeira parceria” na qual “o BNDES não se restringiu a ser agente financiador. Foi também planejador e indutor de investimentos [...] e sua atuação pode ser entendida como um dos alicerces para a expansão da indústria de celulose e papel no país” (p. 1).

Em relação ao seu papel como principal agente financiador, os autores relatam que a primeira concessão do Banco ao setor data de 1955, mas que o apoio mais ativo e sistemático teve início com a elaboração do “Plano de Metas” do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), no qual foi contido como um dos segmentos da indústria de base a ser fomentados. O plano estabelecia uma meta de 200 mil toneladas/ano de celulose, e 450 mil de papel.

Após o golpe de 1964, houve mudanças na política de financiamento do BNDES, com o redirecionamento dos gastos dos investimentos públicos para os privados, majoritariamente. Neste processo, o setor de celulose e papel tornou-se uma prioridade para o Banco (SANTOS, 2009).

Dá por diante, os aportes concedidos aumentaram cada vez mais. Entre 1974 e 1976, o setor representava apenas 7% dos financiamentos autorizados pelo BNDES, passando para quase 25% em 1990. Ao todo, entre 1955 e 2002, foram aprovados R\$ 30,9 bilhões (em Reais de 2001), perfazendo uma média de R\$ 1,2 bilhão por ano, sem contar as participações acionárias em diversos investimentos, que também tiveram importante papel (JUVENAL; MATTOS, 2002).

Quanto a sua função de planejador, a atuação do BNDES foi igualmente decisiva. Em 1968, o banco passou a adotar uma escala mínima de produção dos projetos para financiamento, com a Decisão 196/68 (250 ton/dia para o papel e 100 ton/dia para a celulose), que condicionou as concessões também ao requisito de 50% do suprimento próprio de fibras por parte das empresas, atitudes que forçaram o crescimento da produção, moldando o novo perfil industrial para o setor. Posteriormente, a Resolução 11/72 e a portaria 78, ambas de 1972, ampliaram as escalas mínimas para 1.000 toneladas/dia no caso da celulose, 300 para produção de papel imprensa, 200 para papel *Kraft* e 50 para outros tipos.

Pode-se mesmo dizer que o Estado brasileiro – e não o empresariado - foi o principal responsável pela inserção do País na cadeia produtiva mundial do papel, cujos contornos passaram a desenhar-se mais claramente a partir da década de 1970, e o fez não apenas por meio do financiamento (via BNDES), mas também por meio das políticas públicas de planejamento e dos dispositivos legais a elas atrelados.

Ainda que existisse no País desde o final do século XIX, a indústria de celulose e papel comportou-se até meados da década de 1960 de forma desarticulada, não integrada às fontes de matéria-prima e dependente da importação de celulose e de tipos específicos de papel (SANTOS, 2009). Este quadro alterou-se drasticamente a partir deste período (segunda metade da década de 1960), com a elaboração e instituição de uma série de medidas legais e a priorização do setor nas aprovações do BNDES.

Morelli (2011) observa que as políticas públicas para o setor atuaram em dois sentidos complementares, contribuindo para a conformação do seu panorama atual. De um lado, elas foram responsáveis pelo estabelecimento de condições e requisitos para o recebimento de benefícios e incentivos, o que fez com que algumas empresas fossem favorecidas em detrimento de outras. De outro, criaram barreiras para a entrada de concorrentes no mercado, intensificando sua oligopolização, mais intensa no segmento da celulose.

O marco inicial comumente eleito no tocante às medidas legais voltadas para o setor é o II Código Florestal Brasileiro, promulgado em 1965 (Lei Nº 4.771/65), que em seu artigo 20º determinava a obrigatoriedade do plantio de árvores para as atividades que as consumissem, e nos artigos 33º e 40º, estabelecia o benefício da dedução sobre impostos de renda e prioridade na concessão de créditos oficiais na atividade de reflorestamento (SANTOS, 2009; MORELLI, 2011).

Em 1966, foi promulgada a Lei Nº 5.106/66, que estabelecia, em seu artigo 1º, a possibilidade de abatimento de até 50% dos gastos com florestamento ou reflorestamento no imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, e em seu artigo 4º, a possibilidade de contratação de terceiros para o serviço de reflorestamento, mantendo-se o mesmo benefício. Tais medidas provocaram uma enorme difusão das, até então escassas, empresas de reflorestamento pelo País (SANTOS, 2009; MORELLI, 2011).

No ano seguinte (1967), houve a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão que tinha por objetivo formular, coordenar e executar a política florestal e que teve grande importância na história do setor.

Em 1970, foi outorgado o Decreto Lei 1.134/70, que acelerou os investimentos em florestamento, ao permitir, em seu § 1º, a entrada de sociedade por conta de participação (SCP), e condicionar a aprovação do abatimento de impostos ao crivo do IBDF, que tinha como diretriz o favorecimento de projetos acima de 1.000 ha (SANTOS, 2009). Outra medida crucial do mesmo período foi a proibição da exportação de madeira de eucalipto e pinus a partir de 1971, induzindo a formação de grandes maciços florestais disponíveis e a baixo custo para a indústria.

Mas o grande marco legislativo para o setor veio em 1974, quando foi criado, atrelado ao II PND - que tinha como objetivos máximos a substituição de importações e a expansão das exportações - o I Plano Nacional de Papel e Celulose (I PNPC), cujas metas eram 1) ampliar e modernizar as unidades industriais existentes; 2) estimular a implantação de novas fábricas e a incorporação e/ou outras formas de associação entre empresas do setor para melhoria da eficiência e obtenção de economias de escala; 3) estimular a integração floresta-indústria, tanto no sentido empresarial como espacial, visando melhoria nos resultados de produção; e 4) Apoiar a pesquisa florestal.

Segundo Juvenal & Mattos (2002), “[...] as diretrizes do PNPC são responsáveis pelo atual perfil da indústria de celulose e papel” (p. 9) e foram elas que nortearam as ações do BNDES a partir de então.

No mesmo ano, e com base nas metas do I PNPC, foi promulgada a Lei N° 1376/74, que previa incentivos ao reflorestamento via Fundo de Investimento Setorial (FISSET), bem como a alteração da concessão de incentivos fiscais ao reflorestamento para pessoas jurídicas, de acordo com os setores produtivos e as regiões do país onde eles se encontravam (SANTOS, 2009; MORELLI, 2011). Aliado a esta medida, a partir de 1975, determinou-se que todos os projetos de reflorestamento deveriam ser aprovados pelo IBDF e estariam sujeitos a quotas de incentivos do Fundo de Investimentos Setoriais - Reflorestamento (FISSET-R), operado pelo Banco do Brasil e administrado pelo IBDF, extinto em 1987 (MORELLI, 2011).

Data exatamente desse mesmo período a entrada significativa de capital estrangeiro no setor, com os investimentos do Grupo nipo-brasileiro CENIBRA e da empresa Borregard, com participação acionária do BNDES, além de grandes inversões de empresas brasileiras como a Aracruz Celulose e a Monte Dourado (SANTOS, 2009).

Outras medidas relevantes para o setor foram tomadas pelo poder público a partir desse contexto, entre as quais podemos citar: a criação do II PNPC (1987), que, em complemento ao primeiro, estabeleceu como metas a expansão das florestas destinadas ao autoabastecimento das fábricas e a ampliação da produção e exportação de papel e celulose, prevendo incentivos para a implantação de florestas e a compra de equipamentos (JUVENAL & MATTOS, 2002); o início do Programa Brasileiro de Certificado Florestal (CERFLOR) (1996); o lançamento do Programa Nacional de Florestas (PNF) (2000), e dos programas de crédito PROPFLORA e PRONAF FLORESTAL, entre outras (TORESAN, 2003).

Deve-se frisar ainda o papel das instituições públicas de pesquisa no desenvolvimento de tecnologia e aumento da produtividade do setor - feitos que são tão enaltecidos na atualidade - atuando nas áreas de genética, aplicação de fibras, processo produtivo, manejo florestal e logística de transportes. Entre elas tiveram e ainda têm destaque centros como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que criou uma divisão de Florestas no município de Colombo (PR), em 1978; a ESALQ – USP e o Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF), de Piracicaba (SP), ambos de 1970; além da pesquisa que se tem desenvolvido predominantemente nas universidades públicas, após a década de 1980 (SANTOS, 2009).

Portanto, o discurso de que o Estado deve assegurar garantias e benefícios (econômicos e políticos) ao setor de celulose e papel e a toda a sua cadeia, devido ao seu comprovado dinamismo, eficiência e competitividade no mercado mundial parece estar

virado “de cabeça para baixo”, na medida em que é exatamente o contrário que se evidencia, ou seja, o setor é atualmente dinâmico, eficiente e competitivo em função de todas as garantias e benefícios de que o Estado lançou mão no intento de desenvolvê-lo.

Destarte, o Estado brasileiro tem sido, desde o princípio, um agente primordial da mobilidade do capital no setor. Isso se realiza tanto no processo de inserção do Brasil na dinâmica da mobilidade que se desdobra no plano mundial, manifestada na transformação estrutural da indústria de papel e em seu processo de transferência espacial, quanto no âmbito interno, por meio dos estímulos à acumulação ampliada dos capitais, ao crescimento dos projetos e às fusões e aquisições, e, por conseguinte, à interiorização de suas “faraônicas” plantas industriais em busca de maior rentabilidade e competitividade.

Essa afirmação contraria a tão propalada tese neoliberal de que o Estado deve deixar que o mercado funcione livremente por seus próprios auspícios, e também vai de encontro com os reclames atuais das personificações do capital que atuam no setor (empresários, gestores, especialistas e outros entusiastas) e que, em algumas ocasiões, têm apontado o Estado como um entrave para o seu pleno desenvolvimento⁸³.

A explicação mais abrangente para o fato em questão não pode ser encontrada no entendimento keynesiano do Estado como um ente dotado de neutralidade, e portanto, capaz de elevar-se acima dos interesses de classes para regular os conflitos que deles derivam e promover o desenvolvimento que beneficiará a todos. No sentido oposto, deve ser buscada numa perspectiva que o coloque na condição que lhe é devida, qual seja, de elemento constitutivo e vital para a ordem reprodutiva do sistema de metabolismo social do capital, sendo pois, igualmente imprescindível para a mobilidade que atua dentro dela como dispositivo de postergação dos seus antagonismo e contradições iminentes.

Se buscar-se na história, a gênese do Estado nacional moderno, aqui entendido como “um tipo muito particular de institucionalização do poder político cuja base social é a nação” (MARTIN, 1992, p. 35-36), e que, além dela, tem a soberania e o território nacional como elementos constitutivos (MORAES, 2008), vê-se que coincide exatamente com o início da emergência histórica do sistema do capital, o que não é mero acaso. Isso

⁸³ O Anuário Estatístico da ABRAF (2012), por exemplo, elenca entre as principais razões para a estagnação do crescimento da área de monocultivo de árvores entre 2010 e 2011: “as restrições impostas pelo governo brasileiro para a compra de terras por grupos nacionais que possuam composição majoritária de capital estrangeiro” e “a excessiva burocratização e os longos prazos requeridos pelos órgãos ambientais nos processos de licenciamento ambiental de novos projetos florestais e industriais no país” (p. 25).

porque, a cada modo de produção correspondem uma estrutura de poder e uma tessitura territorial que lhe são adequadas (RAFFESTIN, 1993).

Na verdade, as funções do Estado burguês dentro do sistema do capital vão muito além da manutenção da soberania nacional e da ordem sociopolítica vigente (*status quo*). Como afirma Thomaz júnior (2009), ele atua como um dispositivo permanente de dissolução das tendências autodestrutivas do capital, tendo em vista que

[...] a lógica expansiva do capital encontra limites internos à sua própria racionalidade, pois não tem autonomia e capacidade para estabelecer estratégias de longo prazo, com o propósito de sustentar a acumulação ampliada. Isso só se faz por meio da coerção extra-econômica exemplarmente exercida pelo Estado, que garante ao capitalista privado as condições básicas para o desenvolvimento tecnológico, a regulamentação do sistema financeiro internacional, mantendo lucrativas as atividades produtivas (p. 87).

No mesmo sentido vão as ponderações de Mézáros (2011) sobre o assunto. Segundo o raciocínio deste autor, o Estado é um dos três elementos que constituem o tripé do sistema sociometabólico do capital, e que, junto com o próprio capital e o trabalho, lhe dão sustentação. Ele se ergue “sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o *complementa* de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106. Grifos no original). Representa, desse modo, a imprescindível *estrutura totalizadora de controle político* do capital.

Pode-se mesmo dizer que surgiu da necessidade material de sua ordem sociometabólica e que, em sintonia dialética, tornou-se condição indispensável para a sua articulação, na medida que retifica a falta de unidade nos três aspectos que representam defeitos estruturais do sistema (vide Capítulo 2), atuando da seguinte maneira: quanto a separação *entre produção e controle*, o Estado oferece proteção legal da relação de forças estabelecida; em relação a separação *entre produção e consumo*, reprime as forças que emamam ou poderiam emanar das imensas desigualdades sociais geradas e assume ainda o papel de consumidor direto em escalas crescentes; sobre a separação *entre produção e circulação* e a necessidade da circulação como um empreendimento global que dela resulta, estabelece um mecanismo de duplo padrão, que se comporta internamente (dentro das fronteiras nacionais) como contrário as tendências destrutivas de sua lógica reprodutiva, e externamente (em sua relação com outros Estados) como incentivador da competitividade e do fortalecimento dos monopólios (MÉSZÁROS, 2011).

Assim, face a ausência de unidade nesses três sentidos, e às determinações centrífugas que dela resultam e que não podem ser controladas pelos constituintes

econômicos do capital, o Estado corporifica a dimensão coesiva de seu imperativo estrutural voltado para a expansão e extração continuada de excedente (mais-valia).

Ao longo do desenvolvimento histórico-concreto do Brasil enquanto formação socioespacial periférica do sistema capitalista mundializado, o Estado brasileiro teve grande protagonismo como promotor da mobilidade espacial interna do capital. Pode-se afirmar que essa mobilidade representa a essência de sua experiência histórica e é a ela que se deve o seu perfil atual de país exportador de *commodities* como a celulose. Quanto a isso, são bastante elucidativas as assertivas de Brandão (2010).

Conforme a explanação deste autor, a experiência capitalista brasileira constituiu uma moderna plataforma territorial-econômica de valorização do capital mercantil e financeiro, que pode ser caracterizada antes como a base de um processo de valorização (de massas redundantes de valor mercantil) que de acumulação reprodutiva. Nela, têm coexistido histórica e permanentemente a acumulação de natureza primitiva com formas renovadas de acumulação por despossessão/espoliação⁸⁴, sendo que, no primeiro caso, a valorização do capital ocorre por incorporação de novos espaços aos circuitos de reprodução do capital, e no segundo, pela expropriação de espaços já incorporados a eles.

Segundo o autor (BRANDÃO, 2010), sob “o peso de um legado histórico implacável”, colonial, escravista, de “reprodução simples” (p. 51), e os desígnios do pacto de dominação interna firmado entre as frações de classe coadunadas no bloco de poder hegemônico, representativas das facções de capital (proprietários fundiários, capital mercantil, capital industrial, capital de incorporação, capital de construção, capital financeiro), ganhou substância “[...] o caráter extensivo e predatório com que se desenhou a geografia desigual do desenvolvimento capitalista brasileiro” (p. 51), baseada num eterno deslocamento da fronteira: a “fuga para a frente”. É este o expediente que “[...] logrou historicamente agilizar e contemplar, em simultâneo, variados e heterogêneos interesses (setoriais, regionais, das diversas frações do capital etc.)” (p. 55).

De modo mais sistemático e efetivo o expediente da fuga para a frente foi deliberadamente implementado pelo Estado burocrático-militar (1964-1985), seus “megaprojetos” e seu planejamento territorial, dando fôlego temporário à economia

⁸⁴ Nos conceitos de acumulação primitiva ou por espoliação estão incluídas todas as formas de valorização do capital que se baseiam na expropriação, e não na reprodução ampliada do capital pela apropriação do excedente de riqueza produzido pela força de trabalho (mais-valia). São exemplos, a expropriação e supressão de camponeses, a geração de uma massa redundante de proletários sem propriedade, o uso dos territórios e de seus recursos naturais até a exaustão, assim como a usura, o rentismo e os mecanismos escapatórios do sistema de crédito e do capital financeiro e a privatização do patrimônio público praticados atualmente.

brasileira diante do quadro recessivo global que já se desenhava com maior clareza na década de 1970 (ARAÚJO, 1999).

Diante do cenário interno convulsionado pela exacerbação dos tensionamentos sociais advindos da gritante concentração (fundiária, de renda e de riqueza), e, por conseguinte, da desigualdade social inaudita, as frações de classes dominantes optaram por implantar pela força um regime de governo autoritário, que foi responsável por levar a cabo um processo de “modernização” e “homogeneização conservadora do território nacional” (BECKER, 1991, p. 48), mediante seus projetos de integração e desenvolvimento.

As sementes de tais transformações foram lançadas ainda durante as décadas de 1920 e 1930, com o início da crise do modelo agroexportador e do processo de industrialização por substituição de importações, que juntos conduziram à ascensão da burguesia industrial, que se metamorfoseou com a velha elite agroexportadora, sem que de fato houvesse sua superação. Nos termos de Ianni (1989), engendrou-se uma “revolução por acomodação sucessiva”, que levou a formação de uma classe dirigente comprometida com a economia agrária e com o imperialismo, e que encontrou no *desenvolvimentismo* a ideologia necessária para justificar seu projeto de ruptura parcial com o presente por meio da industrialização, que não poderia prescindir da referida modernização conservadora.

Tão audacioso projeto foi levado a cabo pelo planejamento do Estado Burocrático-militar – e instrumentalizado por suas superintendências de desenvolvimento regional (SUDESUL, SUDENE, SUDAM, SUDECO, SUFRAMA) - que, segundo Covre (1983), deve ser entendido como a versão mais lógica de todo esse processo e a expressão política do capitalismo monopolista no território brasileiro.

Dessa forma, como observa Covre (1983), o planejamento dos tecnocratas, que esteve alicerçado sobre a racionalização absoluta, o financiamento externo e o privilegiamento do grande capital monopolista (nacional ou estrangeiro), afinava-se com o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo global, promovendo a reinserção do Brasil como “elo de reserva” da cadeia de dominação imperialista para a externalização e superação das contradições de seus elos centrais, sobretudo após 1970. Em razão disto, o país foi “elevado” à condição de “semiperiferia da economia-mundo” a partir desse período (BECKER, 1991, p. 50), situação para a qual colaboraram algumas condições externas como a descentralização industrial e o aumento da oferta de crédito após a crise do petróleo (os “petrodólares”).

Becker (1991) mostra que a incorporação das áreas mais distantes do centro dinâmico da economia nacional – denominadas “espaços vazios” pelos tecnocratas – ao processo produtivo e a produção do espaço pelo Estado foi condição fundamental do modelo em questão, atendendo a um duplo objetivo. Primeiramente, servia para amenizar as tensões geradas pela histórica desigualdade social do país e acentuadas pelo projeto de desenvolvimento dependente presidido pelo Estado, por meio da transferência de grandes contingentes populacionais para as “áreas de fronteira”, estimulada pela ilusão da possibilidade de ascensão social nesses lugares. Em segundo lugar, viabilizava a integração e a gestão de um novo espaço econômico extremamente dicotômico, mas complementar, composto pela cidade mundial (a metrópole paulistana) e pelos domínios agromercantis, pela chamada “malha programada”, que permitia a articulação entre esses espaços e um duplo controle territorial (técnico e político) centralizado pelo Estado (BECKER, 1991).

O Estado foi o grande vetor da mobilidade (a “fuga para a frente”), na medida em que, segundo Brandão (2010), atuou como provedor de grandes sistemas nacionais de suporte infraestrutural “sinalizando e fomentando novos horizontes territoriais e setoriais de inversão, com amplas oportunidades rentáveis, subsidiadas e de baixo risco” (p. 56) ao capital privado nacional e estrangeiro.

Note-se, pois, que é neste deslocamento que se consolida o moderno agronegócio brasileiro, e é exatamente no período indicado que é elaborado o I PNPC (derivado do II PND) e que são tomadas as principais medidas legais, regulatórias e financeiras (BNDES) que deram a substância e as características atuais à indústria de celulose e papel.

Com a crise da dívida (1981-1983) dos países periféricos, esta função de provisão de infraestrutura foi severamente limitada, devido ao fato de que esteve fortemente baseada no financiamento externo. A partir desse período, marcado pela reestruturação sistêmica internacional, a qual foi imposta ao País, e por sua inserção subordinada na mundialização financeirizada, passa a tomar forma um novo modelo de crescimento sustentado pela demanda externa e com baixa geração de capacidade produtiva. Daí, pois, a opção por “centrar o *core-businesses* em *commodities*” que levou o País à

[...] reespecialização e mercantilização, pois o Brasil durante os anos 1990 *aprofundou ainda mais suas vantagens competitivas estáticas e absolutas* históricas nos seguimentos padronizados e de processamento contínuo de recursos minerais, *florestais*, energéticos, agrícolas e pecuários, como a produção de minério de ferro, siderurgia e alumínio [...] petróleo e petroquímica, *celulose e papel*, alimentos industrializados [...] e têxteis padronizados etc. (BRANDÃO, 2010, p. 61, Grifos nossos).

Como destacado no trecho acima, o aprofundamento das vantagens competitivas estáticas e absolutas históricas em segmentos padronizados e de processamento contínuo de recursos como os florestais, com a produção de mercadorias como a celulose e o papel, faz parte do processo atual de reespecialização e mercantilização centrado nas *commodities*.

Para Wesz Júnior (2011), esse processo configura a reestruturação do sistema agroindustrial orquestrada pela política econômica brasileira após a crise da década de 1980, pautada na estratégia de “[...] *geração de saldos comerciais expressivos*, ancorados basicamente na exportação de produtos básicos e agroprocessados” (p. 26, Grifos nossos). Numa palavra: a *política do superávit comercial* que orienta as ações do Estado e do BNDES, seu principal braço de investimentos para o setor.

Após um breve interregno provocado pelo Plano Real e suas implicações (abertura comercial, valorização cambial etc.), a política do superávit comercial baseado nos produtos primários volta a cena após a crise de 1998, ganhando ímpeto ainda maior nos primeiros anos do milênio, em função do chamado “efeito china”, que, contrariando a tendência histórica a desvalorização desse tipo de produto, aumentou significativamente o seu preço no mercado internacional (CANO, 2010).

É neste quadro histórico-geográfico que deve pautar-se nossa leitura da *política do superávit comercial* que norteia as ações do Estado atualmente, justificando o apoio incondicional às grandes corporações do setor de celulose e papel que estendem seus domínios pelo interior da plataforma territorial brasileira, como no caso esquadriado neste estudo.

3.4. *Os condicionantes internos da inserção da Microrregião de Três Lagoas na cadeia produtiva mundializada do papel*

Vimos que os fenômenos da constituição e da expansão do complexo agroindustrial celulose-papel no território brasileiro, cada vez mais especializado na produção de celulose, estão ligados diretamente à dinâmica da mobilidade do capital presente no setor no plano mundial. Tal dinâmica manifesta-se no processo de transformação estrutural da produção de papel, que tem como componente fundamental a constituição de cadeias ou redes descentralizadas de produção nesta escala, implicando a transferência espacial das etapas iniciais do processo produtivo para a periferia ou semiperiferia do sistema

capitalista já há algumas décadas. Sustentada pelo aumento sem precedentes do consumo de papel no mundo, nossa hipótese é a de que tal transformação também pode ser vista como uma das manifestações da ativação dos limites absolutos do metabolismo do capital, na medida em que expressa a taxa de utilização decrescente do valor de uso, intensificada na atualidade.

No interior do Brasil, desdobra-se também, e cada vez mais celeremente, a mobilidade do capital a partir do deslocamento dos novos investimentos na produção de celulose para regiões ainda inexploradas pelo segmento, em busca de vantagens locais que permitam a redução dos custos de produção e, conseqüentemente, o aumento da competitividade das corporações na arena do mercado global.

Nos dois planos (externo e interno) em que se manifestam, as dinâmicas da mobilidade, o Estado (do capital) brasileiro, sob a forma dos sucessivos governos e nos seus três níveis de organização (união, estados e municípios), teve e tem protagonismo incontestável. Foi o grande responsável pela conformação do complexo celulose-papel no país com suas características atuais, e é quem atualmente assegura a sua invejável rentabilidade e competitividade, sob vários aspectos.

Assim, o novo arranjo espacial que surge da transformação de Três Lagoas e dos municípios de sua microrregião no novo “celeiro brasileiro da celulose”, ou ainda, na “capital mundial da celulose”, como insistem os entusiastas do modelo, é resultado desses movimentos que se processam em escalas mais amplas, e que se materializam não apenas nesta porção do espaço brasileiro, mas também noutros pontos concomitantemente.

Portanto, a questão fundamental na qual se deve ater pode ser assim formulada: sabendo-se que as dinâmicas e as demandas envolvidas no processo poderiam efetivar-se e ser atendidas por inúmeros espaços regionais, o que, precisamente, explica a eleição de Três Lagoas, e não de outras regiões com características semelhantes, para o recebimento das maiores inversões do setor (num único local) na atualidade? Noutros termos: quais têm sido os fatores ou condicionantes internos responsáveis pela “eleição” deste espaço regional para a recepção dos megaprojetos do setor?

Nas respostas que empresários e representantes do poder público local têm dado para essas questões, sobressaem-se, basicamente, dois pontos comuns. O primeiro, é a atribuição da constituição atual do complexo celulose-papel no município e em sua microrregião à certa “*vocação natural* para o agronegócio”, destacadamente, para a produção de celulose, além de sua grande capacidade de atração de investimentos do setor industrial em geral, revelada nos últimos quinze anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE

TRÊS LAGOAS, 14/05/2008)⁸⁵. O segundo, que explicaria estas premissas, é a indicação - quase exhaustiva, e muito semelhante por parte de todos os entrevistados ou daqueles que de alguma maneira buscaram explicar o fenômeno em questão - de um repertório de “vantagens” cuja singular combinação faz de Três Lagoas “[...] um cenário excepcional de relações econômicas, sociais e institucionais” (JURADO, 2008, s/p).

Alguns empresários sequer ousam afirmar categoricamente que “Três Lagoas *“é o lugar para montar uma fábrica [de celulose]”* (LUIZ CALVO RAMIREZ, 10/04/2012, Informação verbal. Transcrição literal), e que sua região tem recebido os empreendimentos porque “é uma região que tem fundamentos que em qualquer outro lugar do mundo você não encontra” (MÁRIO CELSO LOPES, 12/04/2012, Informação verbal. Transcrição literal)⁸⁶.

Entre os “fundamentos” apontados, encontram-se características regionais naturais, como: 1) o clima predominantemente tropical (MATO GROSSO DO SUL/DIÁRIO OFICIAL, 29/12/2009), caracterizado pela alta insolação e pelos índices pluviométricos, que embora sejam baixos no outono-inverno, são suficientes para o cultivo do eucalipto; 2) o relevo plano, esculpido nas rochas sedimentares da Bacia do Rio Paraná, que favorece o corte mecanizado; 3) os tipos de solos predominantes, considerados adequados para as florestas plantadas (MATO GROSSO DO SUL/SEPROTUR/SEBRAE, 2009) e 4) a abundância de água superficial e subterrânea, sobretudo pela presença do Rio Paraná e do Aquífero Guarani, que permitem tanto o consumo necessário para o crescimento do eucalipto, quanto o abastecimento do caudaloso volume de água necessário para o processo produtivo da celulose.

Podemos incluir ainda entre os fundamentos naturais da região, sua situação em relação aos mercados consumidores (reais ou potenciais), tendo em vista que ela se encontra encravada quase no centro geométrico da América do Sul, o que favorece seu acesso aos países do MERCOSUL, e está próxima dos grandes mercados brasileiros, especialmente do Sudeste, e dos maiores portos de escoamento para os mercados europeu e asiático.

Ainda que considerem esse quadro natural favorável, não significa que as explicações estejam pautadas num “determinismo geográfico” simplista, pois o peso maior

⁸⁵ Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/noticias/?id=2192>> (acessado em 10/01/2010).

⁸⁶ As falas de Luiz Calvo Ramirez, proprietário da Ramirez Reflorestamento e presidente da Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas (REFLORE-MS), e Mário Celso Lopes, investidor do Projeto Eldorado, foram gravadas durante a I Feira da Cadeia Produtiva do Setor de Base Florestal sustentável de Três Lagoas Florestal.

recai sobre os condicionantes artificialmente construídos na região ao longo de sua história, e que se coadunam com o “quadro natural excepcional”. Na verdade, quando os agentes do capital ou do Estado falam em “vocação natural” da região para o agronegócio florestal ou para a  ndustria da celulose, estão geralmente referindo-se mais aos fatores sociais que aos que são realmente naturais.

Deste segundo grupo de “fundamentos” ou condicionantes-chaves participam: 1) a preexistência de uma base de monocultivo de eucalipto constituída; 2) o baixo preço da terra e sua disponibilidade em grande quantidade para a reconversão de atividade econômica; 3) a infraestrutura de transportes multimodal; 4) a variedade e disponibilidade de fontes de energia; e, por fim, 5) a “parceria” do setor com o Estado nos níveis estadual e municipal e o empenho dos agentes públicos na viabiliza o dos empreendimentos. Discorreremos mais detalhadamente acerca de cada um deles, guiados pela premissa de que seu peso na atra o das inversões, e portanto, na inser o da microrregião de Três Lagoas na cadeia mundializada da produ o de papel, segue o balanço de custo de produ o anteriormente apresentado. (Figura 14).

Partindo desta premissa,   possível supor que a lógica locacional das empresas esteja baseada, antes de tudo, nos fatores que permitem uma redu o dos custos de produ o da matéria-prima e que se fazem presentes na região, quais sejam: a existência de base florestal constituída e o baixo valor e grande disponibilidade das terras.

De fato, o plantio de eucalipto, e em menor escala também de pinus, não   novidade na Microrregião de Três Lagoas. As primeiras experiências com esses tipos de cultivo datam da década de 1970, e na década de 1980 eles já haviam ocupado 416.000 ha de terra nos municípios de Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo e  gua Clara, objetivando atender às  ndustrias madeireira, de movelaria e de celulose e papel (KUDLAVICZ, 2011).

A forma o dessa base de monocultivo não se deu de forma espontânea, estando intimamente ligada aos estímulos estatais no contexto do planejamento burocrático militar. Teve início com a formula o do Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (PLADESCO), pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)⁸⁷, que selecionou e delimitou, a princípio, treze áreas prioritárias para a recep o de investimentos, quatro das quais no espaço mato-grossense (ABREU, 2004). Esta delimita o espacial inicial orientou, posteriormente, com a formula o do II PND

⁸⁷ Criada pela lei n  5.365, de 01 de Dezembro de 1967.

(1975-1979) e do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)⁸⁸ dele derivado, a escolha de suas áreas-programas, dentre as quais uma faixa de 1,4 milhão de ha ao longo da estrada de ferro Noroeste e do eixo rodoviário da BR 262, entre Campo-Grande e Três Lagoas, com a disponibilização de crédito e incentivos para a formação do que se entendia por “maciços florestais” (KUDLAVICZ, 2011).

Como explica Kudlavicz (2011), o II PND previa a concentração de incentivos para “[...] a criação dos polos denominados de ‘maciços florestais’ para produção de matéria-prima (carvão e madeira) para as indústrias, seja siderúrgica ou para a incipiente indústria de celulose e papel” (p. 44), o que ocorreu na região com estímulos provenientes também de outros dispositivos constituídos para a mesma finalidade, como por exemplo, a Lei de nº 5.106 de 1966, que concedia incentivos fiscais a empreendimentos florestais, e o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET)⁸⁹, ambos citados anteriormente.

Recentemente, o Sr. Luiz Calvo Ramirez narrou saudoso este período, no qual fundou sua empresa de plantio de árvores em Três Lagoas, disputando o mercado com mais 35 empresas desse tipo que surgiram na região àquela época (10/04/2012, Informação verbal).

Em 1988, atraída pelas políticas governamentais do período e pelas especificidades regionais, instalou-se em Três Lagoas a empresa Chamflora, antiga subsidiária da companhia americana Champion Papel e Celulose, posteriormente adquirida pela International Paper, que comprou terras florestadas na região com o objetivo de instalar uma unidade industrial. No entanto, em virtude de mudanças conjunturais - e provavelmente, dos impeditivos impostos pela legislação brasileira à compra de terra por empresas estrangeiras -, o projeto teve que ser adiado de modo que a base de monocultivo de árvores constituída por essa empresa só pôde servir para essa finalidade 18 anos mais tarde, com a troca de ativos entre a VCP e a IP.

Assim, tendo em vista a reconhecida barreira representada pela “maturação dos investimentos de longo prazo”, devido ao ciclo de produção do eucalipto (BIAZUS; HORA e LEITE, 2010, p. 311), a existência de uma base de monocultivo constituída, como no caso de Três Lagoas, torna-se óbvio fator de atração para os investimentos do setor.

Sobre o segundo condicionante citado, relativo ao valor e a disponibilidade das terras, é relevante notar que a silvicultura do eucalipto para a produção de celulose, ainda

⁸⁸ Criado por meio do decreto 75.320 de janeiro de 1975.

⁸⁹ Criado pelo Decreto-Lei Nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.

que atualmente se realize em processos altamente produtivos pelo uso intensivo de biotecnologia (clonagem de mudas), substratos químicos (corretivos, adubos, agrotóxicos, etc.), mecanização, entre outros recursos, requer extensas áreas de terra para a constituição de bases florestais contíguas, que facilitam o gerenciamento e o corte e permitem a redução dos custos com o transporte da madeira até a fábrica.

Ocorre ainda que, diferentemente de outros monocultivos os quais se efetivam majoritariamente pelo arrendamento ou pelos chamados sistemas de “produtor integrado”⁹⁰, como é o caso da soja, da cana de açúcar e do arroz, o de árvores para a indústria geralmente implica a compra da maior parte das terras necessárias por parte das empresas que utilizam esse recurso. Essa é uma prática comum, constatada por Bezzi *et al.* (2006 *apud* MORELLI, 2011), ao estudarem a silvicultura na região Sul do Rio Grande do Sul, atividade que, segundo os autores, diferencia-se dos cultivos tradicionais da região pela apropriação privadas das terras por parte das empresas que ali atuam, levando a reestruturação fundiária.

Por isso, o baixo preço da terra⁹¹ e a disposição dos proprietários para vendê-la (ou em alguns casos, arrendá-la), representam, de fato, fatores cruciais nos novos projetos. Segundo Aires Galhardo, diretor florestal da Fibria no país, enquanto em Mato Grosso do Sul uma unidade com capacidade para 1,5 milhão de toneladas de celulose por ano requer um investimento inicial de R\$ 1,8 bilhão, em São Paulo requereria R\$ 2,5 bilhões (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/10/2010).

Confluem para o baixo valor das terras nos municípios da microrregião, as características específicas dos solos predominantes (Latosolo Vermelho Distrófico, Argissolo Vermelho Amarelo, Neossolo Quartzarenico), que, segundo o Estudo que deu base ao Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul (ZEE-MS, 2009), têm baixa aptidão agrícola e grande suscetibilidade à erosão, e ainda, o longo processo de degradação pela atividade pecuária que se fez hegemônica desde a chegada dos primeiros “colonizadores”, no início do século XX.

⁹⁰ O sistema de *produtor integrado* define uma relação contratual entre produtores particulares e agroindústrias. Como explica Meneghello *et. al.* (1999), “o integrado é um produtor de mercadorias para agroindústrias e outros setores que objetivam a circulação mercantil. Mesmo sendo proprietário da terra e de outros meios de produção, tem a organização da produção determinada externamente pela agroindústria” (p. 167).

⁹¹ Segundo o Plano Estadual para o Desenvolvimento de Florestas Plantadas de Mato Grosso do Sul (PEF/MS), o preço médio da terra nas áreas de pastagem da Bacia do Paraná gira em torno de R\$ 4,4 mil/ha (MATO GROSSO DO SUL/SEPROTUR/SEBRAE, 2009).

Conforme explicação do secretário do Desenvolvimento Econômico de Três Lagoas (17/11/2011. Informação verbal), a região passou por um processo de especialização econômica em uma única matriz, restrita até mesmo dentro das possibilidades da pecuária: a pecuária de corte extensiva de cria. Esse fato representava uma grande limitação quanto à perspectiva de retorno econômico por parte dos proprietários de terras, que viram na silvicultura uma nova oportunidade de investimentos com alto retorno, o que estimulou a mudança da matriz econômica⁹². Por outro lado, facilitou em muito as atividades das empresas por tratar-se de uma área severamente desmatada e dispersamente ocupada.

Mais recentemente, contudo, já se pôde constatar que a procura por terras para compra e arrendamento por parte das empresas, tem inflacionado sobremaneira os preços dentro da própria região, particularmente nas áreas mais próximas das fábricas. Segundo informações do presidente da Associação de Empresas Imobiliárias e Corretores de Imóveis de Três Lagoas, publicadas em matéria do Jornal Correio de Três Lagoas (05/05/2011)⁹³, o alqueire (24,2 mil m², ou seja, o equivalente a 2,42 ha) nas áreas de melhor acesso às fábricas está sendo cotado a valores até 66% mais altos, chegando a R\$ 25 mil, ao passo que não atinge R\$ 15 mil em outras áreas.

Não obstante, a relação entre terras próprias e arrendadas pode ser alterada dentro das estratégias das empresas, por outros fatores que não propriamente o preço. A Fibria, por exemplo, anunciou recentemente que para o abastecimento da sua segunda linha com inauguração prevista para 2014, irá inverter a proporção habitual com predominância das terras próprias, passando para 70% de terras arrendadas. A medida objetiva manter o nível do caixa da empresa e faz parte do seu planejamento estratégico em face do cenário recessivo da economia mundial⁹⁴.

Especificamente no tocante ao arrendamento, conforme informações do Diretor de Indústria e Comércio de Três Lagoas (17/11/2011. Informação verbal), as empresas oferecem duas opções diferentes aos proprietários, que podem optar por “tocar o seu próprio projeto”, responsabilizando-se por todo o manejo e vendendo o produto acabado às

⁹² De acordo com informações publicadas pelo Jornal do Povo de Três Lagoas (28/03/2012), o cultivo do eucalipto pode gerar até 200% de lucro, sendo o investimento médio por ha estimado em R\$ 5 mil e o retorno, após 7 anos, em R\$ 14 mil. <Disponível em: http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=48150> (acessado em 28/03/2012).

⁹³ Disponível em: <<http://www.correiodetreslagoas.com.br/noticia.php?id=226>> (acessado em 26/11/2011).

⁹⁴ Disponível em: <<http://www.linuxfacil.net/bca-agro/2011/08/31/crise-traz-incerteza-quanto-ao-preco-mundial-da-celulose/>> (acesso em 26/11/2011).

empresas, ou deixar todo o trabalho a cargo das empresas. Obviamente, a primeira opção é a que traz maior retorno.

Seguindo o balanço de custos de produção, o terceiro condicionante-chave, que diz respeito à infraestrutura de transportes multimodal⁹⁵ presente na região, também teria grande papel na atração dos investimentos.

É bem verdade que num período como o atual, em que produção e consumo estão cada vez mais internacionalizados, e em que a produção tem sido ditada pela esfera da circulação (MOREIRA, 2000), fazendo com que os lugares diferenciem-se em função das possibilidades que oferecem à “fluidez” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), a dotação de infraestrutura de transportes deve receber foco especial em qualquer estudo sobre localização industrial.

Ademais, como anteriormente assinalado (capítulo 2), as infraestruturas de transportes podem ser pensadas como elementos espaciais relacionais produzidos e usados de forma capitalista, ou seja, elementos que promovem a ligação entre os elementos puntiformes e que são fundamentais para a totalidade do processo produtivo no sistema de metabolismo social do capital.

Isso é ainda mais relevante num contexto brasileiro como o atual, em que o próprio planejamento governamental assumiu como objetivos máximos a “integração competitiva” e a redução do chamado “custo Brasil”, tendo a logística como critério fundamental (SOUZA, 2008)⁹⁶. Por óbvio, o que está subjacente a esse objetivo são os interesses das grandes corporações, que aumentaram seu poder a partir das reformas neoliberais da década de 1990, e a política do superávit comercial levada a cabo pelos governos.

Tais ponderações assumem especial relevância quando tratamos de um setor como o de celulose, no qual a produção está quase completamente voltada para o mercado

⁹⁵ Segundo Rodrigues (2007 *apud* JURADO, 2008 s/p.), o termo “multimodal” deve ser aplicado quando “[...] a unidade de carga é transportada em todo percurso utilizando duas ou mais modalidades de transportes, abrangidas por um único contrato de transporte e uma única apólice de seguro”.

⁹⁶ De acordo com Souza (2008), a concepção da integração competitiva foi incorporada ao planejamento governamental a partir da tese dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), que nasceu de um estudo realizado por um consórcio multinacional denominado “Consórcio Brasileira”, encomendado e financiado por grandes empresas do setor financeiro, que posteriormente tornou-se a base para a elaboração do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) do primeiro governo FHC para o período de 1996-1999, ao qual foi dado o nome de “Programa Brasil em Ação”. Além de diagnosticar as dificuldades da expansão do capital em toda a América do Sul, o estudo encarregou-se ainda de apontar quais seriam os novos projetos prioritários de investimento e onde eles deveriam ocorrer, tendo a logística como critério fundamental. A partir dele, o território brasileiro foi dividido em nove eixos, dois dos quais cortando o estado de Mato Grosso do Sul.

externo e os custos com transporte (frete) representam quase 1/5 (16%) de todo o custo produtivo.

Assim, o fato do território do Município de Três Lagoas estar localizado num entroncamento formado pela intersecção de redes de transporte de diferentes modais, certamente funciona como um dos mais importantes fatores de atração. Para o secretário de desenvolvimento econômico de Três Lagoas, a instalação das empresas do setor de celulose e papel no município está fortemente ligada

à logística [...] [que] é uma característica de Três Lagoas. Você tem um rio, uma hidrovia, do lado você tem a ferrovia, tem o Porto de Santos, você tem pista dupla de rodovia até São Paulo-Porto de Santos também. Isso tudo deu a Três Lagoas um diferencial em relação a outras cidades do Estado do Mato Grosso do Sul (Informação verbal, 17/10/2011. Transcrição literal).

A infraestrutura de transportes que serve a região é basicamente constituída pelo eixo Ferroviário da Novoeste (antiga NOB, que faz a ligação entre a região e Corumbá à Oeste, e entre a região e o estado de São Paulo à Leste), pelas rodovias federais BR 262 (que dá acesso à Campo Grande à oeste e a São Paulo, pela SP 300 à leste), BR 158 (que liga a região aos estados de Minas Gerais e Goiás), e BR 395 (que acessa os municípios do Sudoeste sul-mato-grossense), e pela Hidrovia Tietê-Paraná. (Figura 17).

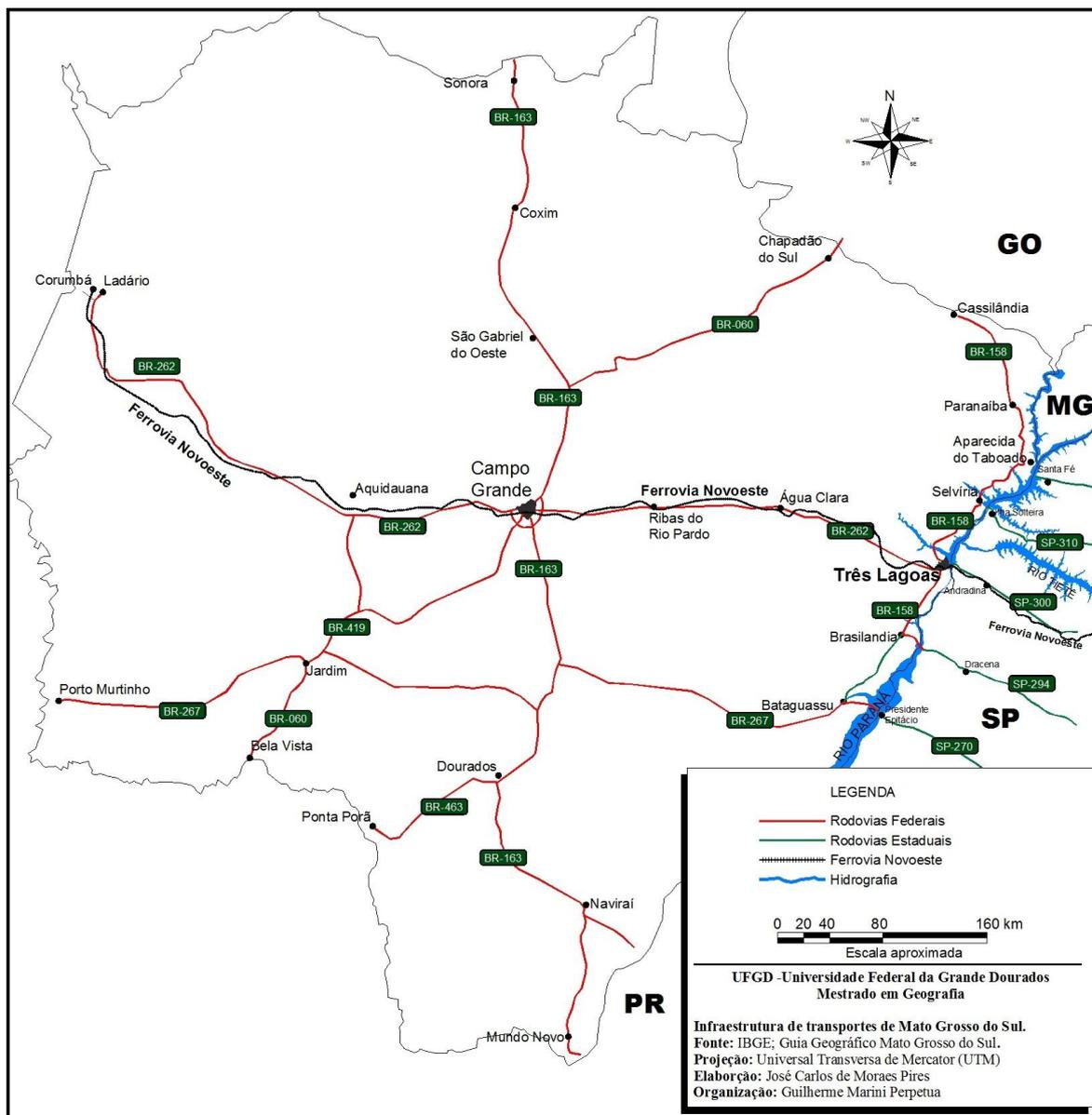


Figura 17 – Situação de Três Lagoas em Relação aos Principais Eixos de Transportes de Mato Grosso do Sul
 Elaborado por José Carlos de M. Pires e organizado pelo autor.

Como anteriormente indicado, os trilhos da antiga Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) chegaram a Três Lagoas em 1911. Em 1996, ela foi privatizada e arrematada por um grupo de investidores dos EUA (Noel Group), passando a se chamar Novoeste. Seu traçado possui 1.600 km, partindo de Bauru (SP) e entrando em Mato Grosso do Sul por Três Lagoas, e daí para Campo Grande (MS) e Corumbá (MS), além de possuir um ramal até Ponta Porã (MS), na divisa com o Paraguai. Após sua privatização a ferrovia passou por um preocupante processo de sucateamento, o que fez com que seus controladores se associassem à Ferronorte, constituindo a Ferronorte Participações S.A em 1998, *holding* que ficou responsável por ela a partir de então (SOUZA, 2008).

Devido ao custo mais baixo desse tipo de transporte, a ferrovia Novoeste constitui o principal modal utilizado pela Fibria no escoamento de sua celulose até o Porto de Santos. Os fardos saem da fábrica e seguem por rodovia até um porto seco, localizado no encontro dos trilhos com o Rio Paraná, onde são embarcados nos vagões da América Latina Logística (ALL), daí seguindo até o litoral paulista.

A hidrovía Tietê-Paraná possui 1.100 km navegáveis entre os municípios de Conchas (SP) e São Simão (GO), trecho que, desde 1998, com a conclusão das obras da eclusa da barragem do Jupia em Três Lagoas, está ligado também ao tramo Sul do Paraná, acrescentando-se mais 700 km navegáveis até a Barragem de Itaipu. Por isso ela é considerada a porta de entrada para os mercados do MERCOSUL (SOUZA, 2008).

O modal hidroviário terá maior relevância para a Eldorado, já que sua celulose deverá ser transportada, segundo informações do Painel Florestal (17/03/2012)⁹⁷, em parte pela BR-158 até o município de Aparecida do Taboado (MS), de onde seguirá até o Porto de Santos pelos trilhos da Ferronorte, e em parte pela Hidrovía Tietê-Paraná, saindo diretamente da fábrica da empresa, localizada exatamente na confluência dos Rios Tietê e Paraná, e seguindo pela hidrovía até o município de Pederneiras (SP), e daí para Santos (SP). Para a execução dessa estratégia logística a Eldorado Já fechou parceria com a ALL, que será responsável por transportar cerca de 800 mil ton/ano das 1,5 milhões de ton/ano que a empresa produzirá, para a recuperação e melhoria de via, além da construção de terminais de transbordo em Aparecida do Taboado (MS) e Santos (SP). No projeto estão previstas ainda a construção de um porto fluvial em Três Lagoas e de outro em Pederneiras (SP) (CAMPO GRANDE NEWS, 10/02/2011).

Ainda no que concerne à infraestrutura de transportes, outros projetos estão previstos para o município num futuro próximo, visando eliminar “gargalos logísticos” derivados da intensa industrialização experimentada nos últimos anos. Dentre eles, têm destaque o Aeroporto Municipal Plínio Alarcon (terminal de embarque e desembarque), cuja construção do receptivo já foi iniciada, após assinatura de convênio entre o Governo do estado de Mato Grosso do Sul, a Prefeitura de Três Lagoas e a Petrobrás (CORRÊIO DE TRÊS LAGOAS, 21/10/2011)⁹⁸, e projetos em fase de elaboração como os que preveem a construção de um porto seco, de um porto fluvial e de um pátio moderador de caminhões no município, segundo informações de Diógenes Marques, presidente da

⁹⁷ Disponível em: <<http://painelflorestal.com.br/noticias/celulose/14403/fabrica-da-eldorado-esta-com-72-das-obras-concluidas-em-tres-lagoas>> (acessado em 18/03/2012).

⁹⁸ Disponível em: <<http://www.correiodetreslagoas.com.br/noticia.php?id=548>> (acessado em 24/10/2011).

Associação de Logística e Comércio Exterior (ALOGCOMEX) (APRESENTAÇÃO, 13/04/2012)⁹⁹.

Mesmo com todas as condições logísticas diferenciadas já existentes e com tais promessas por parte do Estado, as preocupações dos empresários quanto aos investimentos públicos neste quesito são patentes. Nesse sentido, é exemplar a fala de Luiz Calvo Ramirez Júnior, coproprietário e diretor da Ramirez Reflorestamento e presidente da Associação Sul-mato-grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas (REFLORE-MS), no tocante aos desafios futuros do setor florestal na região, dentre os quais se destaca,

principalmente o apoio do poder público com relação a infraestrutura que o município precisa, a infraestrutura que o estado precisa pra que esse setor continue crescendo, para que os “gargalos” para a competitividade do nosso setor não saia daqui, ou que a gente consiga continuar sendo competitivo, porque acho que o setor continuar sendo competitivo é o nosso maior desafio daqui pra frente. Tirar os “gargalos” para que o nosso “custo Brasil”, como todo é falado, ele sempre, hoje mais do que nunca está latente em nossas empresas e a preocupação nossa hoje é tentar superar esse custo Brasil pra que a gente continue sendo competitivo num setor que nós já somos altamente competitivos que é o setor de florestas plantadas (Informação verbal. 10/04/2012)¹⁰⁰.

Assim, vemos que o grande capital, atraído pelas condições de transporte da região de Três Lagoas, não apenas se utiliza desta infraestrutura construída com recursos públicos, como pressiona o Estado para que atenda suas demandas específicas, sob o risco da perda das supostas “benesses” das quais é portador.

Seguindo as pistas deixadas pelos agentes do capital e do Estado, um quarto condicionante-chave para a atração das empresas seria a variedade e a disponibilidade das fontes energéticas existentes na região.

Neste aspecto, o Município de Três Lagoas também parece oferecer condições diferenciadas, pois conta com a presença do Gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), que corta o território do município; com uma usina hidrelétrica, a “Engenheiro Souza Dias” (ou Usina “do Jupia”), e uma usina termelétrica a gás natural proveniente do gasoduto, pertencente à Petrobras.

A usina hidrelétrica Engenheiro Souza Dias, localizada no Rio Paraná - divisa do município de Três Lagoas com o município de Castilho (SP) -, foi construída na década de

⁹⁹ As informações foram extraídas da apresentação feita pelo referido representante na I Feira da Indústria de Base Florestal Sustentável de Três Lagoas.

¹⁰⁰ Transcrição literal da fala do empresário na cerimônia de abertura da I Feira da Indústria de Base Florestal Sustentável de Três Lagoas.

1960 e desde então ficou sob administração da Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP). Possui 14 unidades geradoras, com potência instalada total de 1.551,2 MW. A usina termelétrica da Petrobras (UTE) está localizada às margens do lago da hidrelétrica, e foi inaugurada em 2004, com capacidade de geração de 350MW, a serem utilizados pelas empresas do distrito industrial e exportados para outros estados (SOUZA, 2008; JURADO, 2008).

O Gasbol teve seu projeto efetivado em 1993, por meio de acordo firmado entre os Governos do Brasil e da Bolívia, para exploração, compra e venda do gás natural boliviano num período de 20 anos. É um projeto faraônico com mais de 3.000 km de extensão. Seu traçado parte de Rio Grande, na Bolívia, alcança o Mato Grosso do Sul por Corumbá (MS), passa por Campo Grande (MS), Três Lagoas e segue até Campinas (SP), onde se subdivide em dois ramais, um que leva a Guararema (SP) e outro até Porto Alegre (RS) (SOUZA, 2008).

Não obstante a existência dessas fontes energéticas diferenciadas, na prática, no caso das indústrias de celulose e papel, sua atuação não tem tido grande participação, devido ao fato de que há nas próprias fábricas equipamentos para a geração de energia, cuja produção ultrapassa os seus próprios níveis de consumo. Ademais, a energia que é produzida pelas duas usinas existentes (UTE e UH Souza dias) é descarregada em linhas de transmissão do sistema nacional, não representando, portanto, privilégio restrito aos empreendimentos industriais do município.

Desse modo, como afirma Jurado (2008), “a ideia de condições excepcionais no fornecimento de energia colocada como atributo particular do município, resumida na expressão oficial ‘oferta de energia abundante e de baixo custo’”, que encontra guarida na grandiosidade das estruturas materiais aí presentes, é uma “verdade” apropriada pelo Estado e incorporada a sua “elaboração ideológica de consumação de um ambiente condicionado a atividade industrial” (s/p).

Como quinto e último condicionante-chave presente nos discursos, a “parceria” firmada entre o setor florestal e o Estado, nos níveis estadual e municipal, e o empenho dos agentes públicos na viabilização dos empreendimentos, é, a nosso ver, o mais importante entre todos os condicionantes citados. Embora apareça nas falas sempre como um “bônus”, ou seja, um elemento adicional que potencializa ainda mais os fabulosos atributos regionais para a atração dos investimentos, na realidade é a atuação do Estado nos referidos níveis quem de fato tem definido porque as empresas optam por essa e não por outras regiões.

Os empresários parabenizam os representantes do poder público pelo empenho e “vontade política” na criação de uma “ambiência favorável” para o a consolidação da vocação florestal do estado de Mato Grosso do Sul e da região de Três Lagoas (LUIZ CALVO RAMIREZ JÚNIOR. Informação verbal, 10/04/2012). De fato, a criação de tal ambiência envolve um série de medidas legais que, além de facilitarem a livre reprodução do capital nas diversas atividades integradas da cadeia produtiva da celulose, asseguraram-lhes rentabilidade – ao que as personificações do capital preferem chamar *competitividade* – incomparável.

A “vontade política” de fomentar a produção de celulose e papel na então chamada “região do bolsão” não é recente. Como destaca o documento “Cerários e Estratégias de Longo Prazo – MS 2025: caminhos para o desenvolvimento”:

Em terras sul-mato-grossenses, a exploração econômica da madeira teve início na década de 1970, *estimulada pelo governo, através de generosos financiamentos*. A principal motivação foi a substituição da floresta de cerrado por floresta de pinus e eucalipto, na microrregião de Três Lagoas, *tendo em vista a implantação de indústria de papel e celulose* (MATO GROSSO DO SUL/SEPLANCT, 2004, p. 62. Grifos nossos).

O intento do Governo quase se concretizou no final da década de 1980, período em que a empresa estadunidense Champion, por meio de sua subsidiária Chamflora, chegou a providenciar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e a realizar audiências públicas para a consumação do seu projeto de construção de fábrica no município de Três Lagoas, em que possuía sua base florestal (Informação verbal, 17/10/2011)¹⁰¹. Todavia, como comentado anteriormente, por problemas internos da referida empresa e restrições legais, o projeto precisou ser postergado indefinidamente.

Ao longo da década de 1990, nenhuma iniciativa de arrojo foi verificada em relação a este antigo projeto. Na verdade, como observa kudlavicz (2011), os maciços arbóreos presentes na região foram aproveitados nesse período por suas carvoarias, cuja produção esteve voltada para o abastecimento das siderúrgicas de Minas Gerais e São Paulo, e pela indústria madeireira.

Mas uma conjunção de fatores, relacionados à forma de intervenção do Estado por meio de suas políticas públicas de planejamento em Mato Grosso do Sul, modificou este quadro a partir do final da década de 1990 e início da década de 2000.

¹⁰¹ Informação extraída da entrevista concedida pelo Diretor de Indústria e Comércio de Três Lagoas (MS), anteriormente citada.

No tocante a isso, é relevante a eleição de um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), José Orcírio Miranda dos Santos, popularmente conhecido como “Zeca do PT”, para o Governo estadual em 1998, cujo mandato foi renovado em 2002, coincidindo, portanto, com a chegada do PT também à Presidência da República nesse mesmo ano. A partir de então, o planejamento levado a cabo pelo Governo estadual passa a apresentar sintonia com o planejamento empreendido pela esfera federal, balizado, como vimos, pelo objetivo de aumento das exportações para a geração do superávit da balança comercial.

É importante salientar que a emergência de um Governo dito “de esquerda” para o cargo máximo do poder executivo nacional, realidade que se mantém até os dias atuais, levou a alterações significativas no planejamento de cunho neoliberal praticado até então, mantendo-se, no entanto, muitos de seus elementos constitutivos. Por um lado, como ressalta Rodrigo Castelo Branco (2009), é abandonada a tese (neoliberal) de que o Estado deve atuar apenas como regulador da livre iniciativa privada, e instaurada a perspectiva “novo-desenvolvimentista” de que cabe a Ele ser o grande promotor de “[...] um projeto nacional de desenvolvimento econômico combinado a uma melhoria substancial nos padrões distributivos do país [...]” (p. 75). Por outro, são mantidos os elementos do planejamento no que diz respeito a sua concepção teórica, alicerçada nos ENID, a sua base discursiva centrada na *integração competitiva*, e sua base ideológica estruturada na concepção do *desenvolvimento sustentável*, que quer expressar um novo padrão de desenvolvimento dentro dos limites dos recursos naturais, mas que, na verdade serve para dissimular a manutenção dos antigos objetivos gerais sob o controle das frações de classes dominantes nacionais e internacionais (ABREU, 2001; SOUZA, 2008; SOUZA, 2010).

Contudo, seria ingênuo e até injusto supor que houvesse algum consenso internamente ao Governo Zeca. A bem da verdade, é preciso dizer que existiam fortes divergências em relação ao modelo de desenvolvimento a ser adotado naquele contexto, entre uma ala mais desenvolvimentista, que via na indústria a grande “cartada” para o MS, e outra mais ponderada e preocupada com os possíveis efeitos deste tipo de opção. Devido ao arco de alianças políticas conformado na própria campanha, coube à primeira ocupar o setor de planejamento.

É dentro desta moldura de intervenção que estão situadas as iniciativas de planejamento governamental e as medidas legais delas resultantes, visando à reativação do antigo projeto de implantação da indústria de celulose e papel em Mato Grosso do Sul a partir da região de Três Lagoas.

Um primeiro marco nesta direção se deu no ano de 1999, quando o governo recém-eleito encomendou a uma empresa de consultoria (Macroplan – Prospectiva & Estratégia) a elaboração de um planejamento estratégico¹⁰² que fornecesse as diretrizes para o desenvolvimento do estado, cujo texto final foi publicado com o título: “Cenários e estratégias de longo prazo para Mato Grosso do Sul – MS 2020” (MATO GROSSO DO SUL/SEPLANCT, 1999). Ainda que não toque especificamente na questão do setor florestal, o plano, que foi fundamentado sobre os elementos acima referidos - especialmente na ideia de desenvolvimento sustentável -, explicita a retomada do papel interventor do Estado e apostando na industrialização como via fundamental para a promoção do desenvolvimento, ressaltando a expansão do agronegócio como um dos “condicionantes de futuro” de MS e as potencialidades representadas pelos seus abundantes recursos naturais.

Anos mais tarde, já no seu segundo mandato, o Governo Zeca do PT elaborou o seu Plano Plurianual de Investimentos para o período 2004-2007 (PPA 2004-2007), com base no conjunto de prognósticos e diretrizes do MS 2020, no qual a área de “floresta” é apontada entre as “[...] áreas que serão priorizadas por meio de políticas públicas que permitam o aproveitamento pleno e racional das suas vocações” (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 15). Para tais áreas prioritárias, o plano previa estímulos do poder público para a implantação de instalações e processos de industrialização de suas matérias-primas, além do provimento de instrumentos científicos e tecnológicos capazes de lhes dar competitividade.

No mesmo ano de 2004, a Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (SEPLANCT) promoveu uma revisão do planejamento estratégico vigente até então, lançando o MS 2025, plano em que se revelam suas “enormes perspectivas de acelerar o seu processo de industrialização” (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 21). Para tanto, compôs a metodologia do plano o estudo de dezessete “dinâmicas produtivas”, sendo uma delas a da madeira. Segundo o documento, o estado teria “[...] vocação para a produção de madeira” (p. 65), pela ocorrência de fatores como a sua localização geoeconômica, próxima com o Sudeste, as iniciativas de sucesso já

¹⁰² Tanto a noção quanto a pragmática definidas sob o título “planejamento estratégico”, são advindas do mundo empresarial e através dele foram incorporadas às políticas públicas, marcadamente no contexto neoliberal. Consistem em um instrumento de gestão para organizações através do qual o gestor e sua equipe estabelecem os parâmetros que direcionam a organização, a condução da liderança, assim como o controle das atividades. Seu objetivo é “[...] fornecer aos gestores e suas equipes uma ferramenta que os munície de informações para a tomada de decisão” (ANDION; FAVA, 2002, p. 27).

encetadas no passado, o aumento da demanda por seus produtos e o cenário nacional favorável com relação ao financiamento público via BNDES. No entanto, o plano esteve voltado mais para o objetivo de fomentar a dinâmica produtiva do carvão vegetal que propriamente a da celulose e/ou papel.

Ainda assim, em maio de 2005, o então governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, e sua comitiva, fizeram uma visita à International Paper em Eastover (Carolina do Sul-EUA), para negociarem diretamente a construção da fábrica de papel da empresa em Três Lagoas (DOURADOS NEWS, 10/05/2005)¹⁰³. A visita surtiu os efeitos desejados e a partir daquele momento, a IP iniciou conversação com a VCP para a troca de ativos que permitiria a elaboração do assim chamado “Projeto Horizonte”.

Para além da iniciativa de negociação *vis-a-vis* encabeçada pelo Governo, é de suma importância o entendimento das condições especiais oferecidas à VCP-IP para “viabilizar” seu projeto do ponto de vista legislativo e fiscal, dentro do escopo geral das políticas governamentais relativas ao setor de celulose e papel no Brasil, e daquelas cunhadas e praticadas em Mato Grosso do Sul.

Para situarmos previamente essas condições praticadas no âmbito do Governo Estadual, podemos recorrer ao trabalho de Souza (2010) sobre a indução da atividade industrial em Mato Grosso do Sul, no trecho em que afirma que:

Além da participação direta na execução de programas especiais de desenvolvimento e da criação de áreas industriais planejadas nas cidades-polos, os sucessivos governos sul-mato-grossenses participaram indiretamente do processo industrial com uma série de leis e decretos, que concedem incentivos tributários aos empresários relocados instalados ou que pretendem se instalar em seu território (p. 88-89).

Segundo nos mostra este autor (SOUZA, 2010), o estado de Mato Grosso do Sul já surge¹⁰⁴ sob os auspícios do planejamento praticado pelos governos militares (1964-1985), que tinha suas bases fincadas na teoria perrouxiana dos polos de desenvolvimento. Partindo-se dessa teoria, supunha-se que cabia ao Estado mapear e criar cidades que funcionassem como polos regionais (ou secundários) a partir dos quais se espraiaria o crescimento econômico, devendo, portanto, concentrar os principais aportes infraestruturais e os maiores investimentos, sobretudo os do setor industrial, considerado sinônimo de desenvolvimento.

¹⁰³ Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/arquivo/zeca-do-pt-visita-hoje-a-fabrica-da-paper-nos-eua-914638c57b4c502e55b01478c26710f8>> (acessado em: 11/05/2012).

¹⁰⁴ Esta unidade da federação, que até então fazia parte do território do estado de Mato Grosso, foi criada através da Lei complementar Nº 31, de 11 de Outubro de 1977.

Neste contexto, Três Lagoas foi “eleita” uma das cidades-polo do estado, ao lado de Dourados (MS) e Corumbá (MS), e passou a receber atenção diferenciada por parte do recém-criado Governo Estadual, ainda que permanecesse por muito tempo sob a ignominiosa reputação de região pobre e de baixo dinamismo econômico, consagrada pela expressão “Região do Bolsão”. Sob o mesmo espírito, também foi criado o seu primeiro distrito industrial (DI) (Lei nº 436/1975), que atualmente se caracteriza pela expressiva presença das fábricas do ramo cerâmico-oleiro e de construção civil.

De forma indireta, como expõe Souza (2010), o Governo Estadual também tem agido prontamente ao longo dos anos, no sentido de atrair as indústrias por meio de leis e decretos que concedem incentivos tributários às empresas¹⁰⁵. Sua primeira lei de incentivo fiscal foi aprovada em 1984 (Lei nº 444/84), mas antes disso as isenções já faziam parte da atuação estatal, com a Lei nº 341/82. Em conformidade com o artigo 6º da lei de 1984, foi criado um fundo destinado à implantação e manutenção de infra-estrutura dos distritos industriais, projetos industriais, manutenção de bancos de informações etc., que, posteriormente é renomeado como Fundo de Planejamento e Desenvolvimento Industrial (F-PDI).

Mais adiante, foi promulgada a Lei nº 093/2001, a nova legislação de incentivo à industrialização denominada “MS EMPREENDEDOR”, cuja participação é incisiva na atração das indústrias de celulose e papel para o estado. Essa lei, que prevê isenção de até 67% do ICMS devido por um prazo de até 5 anos, diz basear-se nas particularidades de Mato Grosso do Sul, e indica a priorização da concessão de benefícios para a consolidação de cadeias produtivas e seus elos movendo o desenvolvimento de indústrias chamadas motrizes “[...] [que] são grandes consumidoras de matérias-primas básicas de origem local” e “o estímulo à instalação de indústrias intensivas em consumo de matérias-primas regionais [...] baseados em processos produtivos modernos [...]” (MATO GROSSO DO SUL, 2001 *apud* SOUZA, 2010, p. 97-98).

Não por acaso, o conjunto das atividades implicadas na exploração da madeira enquadra-se perfeitamente no termo *cadeia produtiva*, cuja *indústria motriz* é a de celulose e papel. Por isso, no âmbito da política tributária do estado, o empreendimento da VCP-IP já poderia gozar de imediato de benefício deveras significativo. Entretanto, segundo o documento do acordo firmado entre os Governos Estadual e Municipal, as duas grandes

¹⁰⁵ Os números referentes a renúncia fiscal do estado de Mato Grosso do Sul são suficientemente didáticos nesse sentido. Somente em 2008, por exemplo, o Governo do estado abriu mão de R\$ 1.250.289.441,00, montante que representava quase 20% do orçamento-Geral do estado para aquele ano (SOUZA, 2010).

empresas (VCP e IP) e suas contratadas e subcontratadas, em 2006, sobre a isenção prevista por lei fora adicionada uma porcentagem de 23% nas operações de saídas interestaduais, o que resulta em 90% de incentivo fiscal, estendendo-se também o prazo de fruição para 15 anos, ao invés dos 5 anos previstos (KUDLAVICZ, 2011a).

Têm sido igualmente determinantes as medidas tomadas no âmbito do poder público municipal. Como nos mostra Jurado (2008), em Três Lagoas os benefícios da legislação estadual são acrescidos da isenção do IPTU e do ISS, além da doação de terrenos, terraplanagem e infraestrutura básica da área para instalação de unidade industrial. A Lei municipal nº 1955/2005 estabelece a concessão de isenção de impostos por 5 anos para investimento de até R\$ 50 milhões; 10 anos para investimentos entre R\$ 50 e R\$ 100 milhões e 15 anos para investimentos de mais de R\$ 100 milhões. Com base em tal legislação, segundo Kudlavicz (2011), o Governo municipal acordou a renúncia de aproximadamente 50 milhões em arrecadação ao longo de 10 anos, nas negociações com a VCP e a IP e suas contratadas e subcontratadas.

A mudança do Governo do estado de MS, em 2007, com a eleição de André Puccineli, não significou um arrefecimento das medidas em favor das inversões do grande capital das corporações do complexo celulose-papel. Muito ao contrário, levou a manutenção dos compromissos anteriormente assumidos, e a criação de novas medidas, ainda mais incisivas neste propósito.

Todavia, somente as ações relativas à tributação e outros benefícios não resultariam suficientes para demonstrar o comprometimento incondicional do Estado em assegurar as vantagens comparativas requeridas pelo grande capital do setor. Era preciso ainda criar mecanismos que tornassem mais “flexíveis” e “desburocratizados” os processos de licenciamento ambiental, requisito obrigatório para as etapas iniciais da cadeia produtiva, além de assegurar a destinação prioritária da extensa área demandada pelos projetos – em andamento ou futuros - para o monocultivo do eucalipto.

Neste intento, no mesmo ano de início do Governo Puccineli, o estado de Mato Grosso do Sul, por meio de sua Secretaria de Estado de Meio Ambiente, de Planejamento e de Ciência e Tecnologia (SEMACE), promulgou a RESOLUÇÃO SEMACE/MS nº 17 de 20 de Setembro de 2007, que, em seu Artigo 1º, dispensa o licenciamento ambiental obrigatório para as atividades de

[...] plantio e condução das espécies florestais nativas ou exóticas, com finalidade de produção e corte ou extração de produtos florestais diversos, em áreas de uso alternativo do solo com atividade agropecuária, ou em áreas que se encontrem subutilizadas ou degradadas, desde que

localizadas fora do Pantanal, das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal (MATO GROSSO DO SUL/SEMACE, 2007).

De um só golpe, a iniciativa do Governo de MS - considerada ousada até mesmo pelos entusiastas do modelo conduzido pelo agronegócio do eucalipto¹⁰⁶ - dispensou as grandes empresas de celulose, as empresas que atuam no “reflorestamento” e produtores particulares, da submissão de seus projetos de plantio de eucalipto à avaliação prévia para mensuração de seus impactos ambientais. O ato de evidente subordinação dos interesses sociais gerais à lógica expansiva e predatória do grande capital, manifestado nessa medida de flexibilização da legislação ambiental, é celebrado pelos empresários como um grande avanço rumo ao desenvolvimento¹⁰⁷.

No ano seguinte, para complementar a flexibilização, é promulgado o Decreto nº 12.528, de 27 de Março de 2008, vinculado ao Sistema de Reserva Legal (SISREL) do estado. O decreto, que tem por finalidade assegurar que o território do estado tenha a cobertura vegetal nativa mínima de 20%, em seu Artigo 12º, permite que as propriedades que não têm reserva legal ou com área inferior a 20%, possam constituí-la ou recompô-la com mudas de espécies exóticas, como o eucalipto (KUDLAVICZ, 2011).

Após essas primeiras garantias, o período subsequente foi marcado pelo estreitamento das relações entre o Governo Estadual e a iniciativa privada, o qual culminou na elaboração de mais dois instrumentos importantes: o “Plano Estadual Para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas” (PEF-MS) e o “Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul” (ZEE-MS).

Caminhando na mesma linha dos planos MS 2020 e MS 2025, o PEF-MS também consiste em um planejamento estratégico, mas enquanto aqueles estiveram voltados para a totalidade da economia estadual, este, é especificamente direcionado ao chamado setor de base florestal no estado. Foi elaborado por uma empresa paranaense (STCP Engenharia de Projetos Ltda.) sob encomenda do Governo do Estado, por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul (SEBRAE-MS).

¹⁰⁶ Veja-se a esse respeito, as ponderações do diretor-sócio da Engenharia de Projeto LTDA (STCP), durante o II Congresso Florestal, realizado em Campo Grande (MS), no mês de junho de 2010, citadas em Kudlavicz (2011, p. 71).

¹⁰⁷ Luiz Calvo Ramirez Jr., por exemplo, refere-se à resolução nos seguintes termos: “o Governo do estado [...] nos brindou em 2007, [com o] que eu considero ser um dos marcos legais mais importantes para o desenvolvimento que hoje aqui acontece, que foi a *desoneração da licença ambiental* para o crescimento” (Transcrição literal. Informação verbal. 10/04/2012).

O PEF-MS elenca como objetivos gerais “[...] orientar as autoridades governamentais, dirigentes de empresas e entidades privadas (SEBRAE/MS, REFLORE/MS, FAMASUL, FIEMS, o BANCO DO BRASIL e outras do setor econômico-produtivo), no processo de desenvolvimento do setor florestal (floresta e indústria) de forma a maximizar os benefícios econômicos, sociais e ambientais” (p. 25), e tem como “meta estratégica” a formação de um *cluster*¹⁰⁸ da indústria de base florestal na região.

Balizado por tais objetivos, o Plano apresenta aos potenciais investidores um quadro revelador em que dispõe o que estabelece como “fatores intervenientes” para as atividades florestais em Mato Grosso do Sul. (Quadro 2).

¹⁰⁸ Em linguagem econômica, *Cluster* diz respeito a uma aglomeração espacial de empresas que possuem características semelhantes, e que, por isso, comunicam-se e estabelecem colaboração mútua, de modo que se tornam mais eficientes.

Quadro 2 - Fatores Intervenientes Para a o Cultivo de Árvores em Mato Grosso do Sul Segundo o PEF-MS*	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Relevo, solos e clima adequados a diversas espécies florestais (Eucalyptus, Pinus, Seringueira, Erva Mate, outras); - Maior parte do Estado é utilizada para pastagens; - Indústria baseada em florestas plantadas; - Estrutura fundiária: grandes propriedades; - Maior parte das propriedades com titulação regularizada; - Rios Paraná e Paraguai possuem grande volume de água e hidrovias permitem navegação até São Paulo e Buenos Aires; - Governo Estadual investindo em infraestrutura; - Ferrovia com bitola 1,6m até o Porto de Santos, SP; - Possível reforma e ampliação da Ferrovia Novoeste até o porto de Iquique, Chile; - Energia elétrica e gás disponíveis no eixo Campo Grande-Três Lagoas; - Estado extingue a necessidade de licenciamento ambiental para plantios florestais em áreas de pastagem; - FCO e BNDES: linhas para florestas e indústrias; - Indústria de celulose já instalada em Três Lagoas (VCP); - Empresas plantando florestas para uso múltiplo podem atrair investimentos de indústrias de Produtos de Maior Valor Agregado; - Siderúrgicas necessitam se adequar ambientalmente (suprimento sustentável de carvão-vegetal); - Localização estratégica, no centro da América do Sul e próximo a São Paulo; - Bom ambiente de negócios; - Política Estadual de incentivos a industrialização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preços de terra inflacionados; - Mão de obra local com pouca qualificação para florestas e indústrias; - Presença do MST; - Concorrência crescente com a Cana-de-Açúcar.
<p>*Todos os tópicos estão representados exatamente como aparecem no PEF-MS. Fonte: STCP; PEF-MS, 2009.</p>	

Como se vê de chofre, o quadro arrola todos os condicionantes internos de ordem social que explicam a “escolha” da região de Três Lagoas para receber os empreendimentos e que foram anteriormente explicitados, incluindo-se entre eles, até

mesmo a dispensa de licenciamento ambiental, e, sem meias palavras, indica a presença do MST como fator negativo.

A partir destas premissas de favorabilidade e do diagnóstico da situação atual do setor florestal no estado, o plano projeta dois prognósticos possíveis para a situação futura (2030). O primeiro, sem ações de um plano de governo, prevê crescimento significativo, decorrente do interesse de grandes grupos industriais dos segmentos de celulose e siderurgia – aos quais chama “empresas âncoras” -, atingindo 885 mil ha, porém, sem o desenvolvimento da indústria moderna de produtos de maior valor agregado. O segundo, com ações de um plano de governo e estruturado em torno de medidas como a atração de investimentos industriais; o desenvolvimento de um mecanismo de integração entre as diversas instituições públicas e privadas; uma política de incentivos às micro e pequenas empresas, bem como para as médias e grandes que as apoiem (programas de fomento), “poderá alavancar a área de plantio em quase 1,0 milhão de ha, mas neste caso, o crescimento ordenado e apoiado por diversas ações estruturantes permitirá o estabelecimento de uma indústria mais moderna e de maior valor agregado” (MATO GROSSO DO SUL/SEPROTUR/SEBRAE, 2009, p. 25. Grifo nosso).

Neste segundo cenário, dentro do qual, obviamente, insere-se o PEF-MS, a demanda representada pelas “empresas âncora” continua a mesma, aumentando apenas a dos outros segmentos, que são responsáveis pelo acréscimo. (Tabela 12).

Tabela 12 – Metas de Plantio de Árvores do PEF/MS*

Segmento	Demanda (1.000m³)	Área Total necessária (ha)	Estimativa da Área Existente (ha)	Estimativa da Área Adicional (ha)	Ciclo/Regime (anos)
Celulose	21.840	607.000	145.000	462.000	7
Carvão	7.200	147.000	82.000	65.000	7
Madeira Sólida	4.500	180.000	51.060	128.940	15
Painéis	720	20.000	0	20.000	7
Lenha	1.300	36.000	5.990	30.010	7
Totais	35.560	990.000	284.050	705.950	--

Fonte: SPCT; PEF/MS, 2009. Adaptado pelo autor.

*As estimativas são baseadas principalmente em madeira de *Eucalyptus*.

Não casualmente, mas devido à confluência de todos os fatores intervenientes anteriormente citados, a região prioritária para a implantação do PEF-MS engloba toda a Microrregião de Três Lagoas e parte das microrregiões vizinhas. (Figura 18).

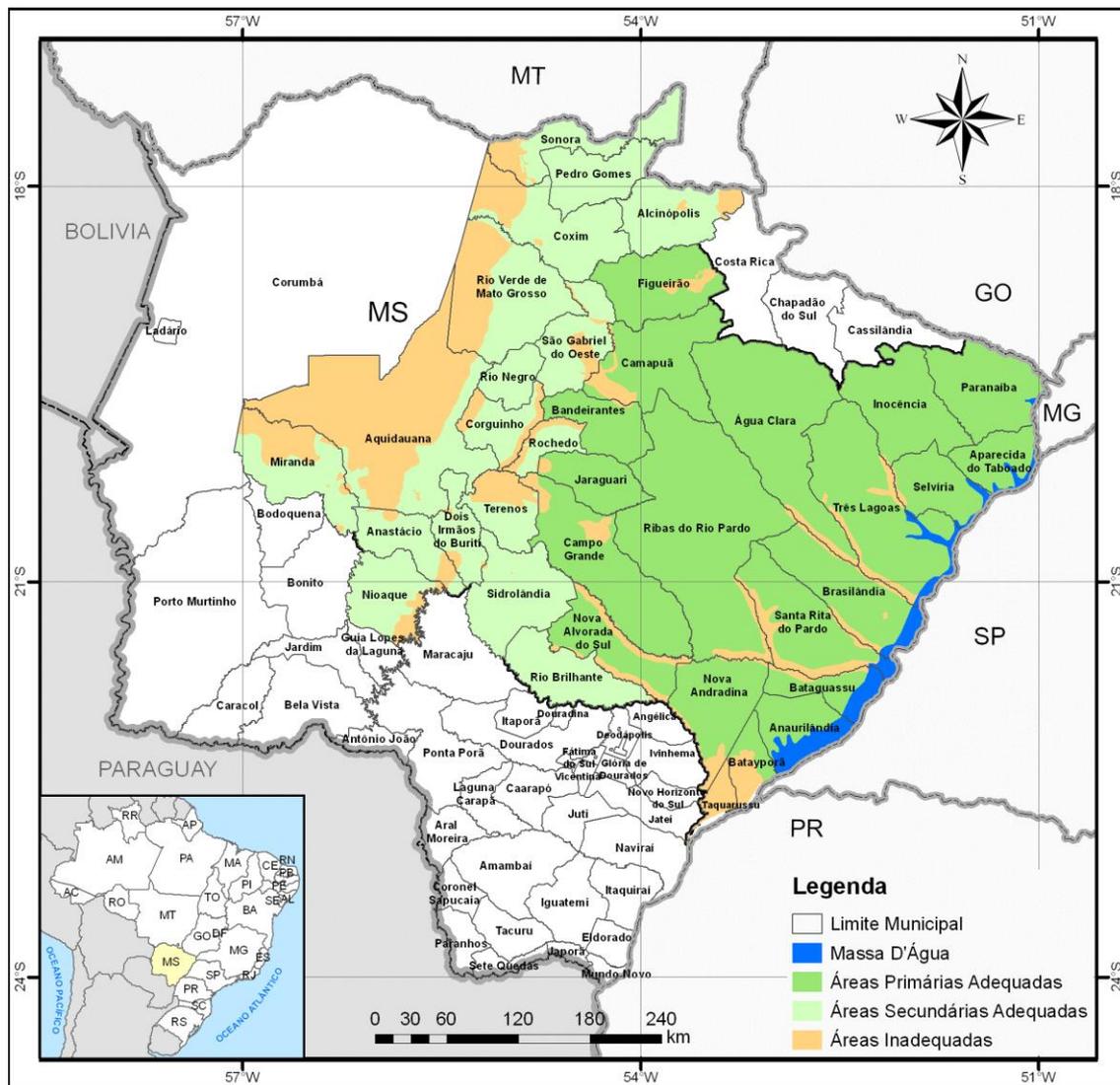


Figura 18 - Região Prioritária Para a Implantação do PEF/MS
 Fonte: PEF/MS (MATO GROSSO DO SUL/SEPROTUR, 2009).

Quanto aos aspectos metodológicos para a definição das áreas adequadas e inadequadas para o “plantio de florestas” (leia-se monocultivo de eucalipto), o Plano indica que as análises “[...] foram conduzidas a partir da sobreposição de fatores como clima, solos, topografia, localização das Unidades de Conservação, tendência atual da localização de florestas plantadas e empreendimentos industriais” (MATO GROSSO DO SUL/SEPROTUR/SEBRAE, 2009, p. 26);

Estabelecidos os objetivos e escolhida a região prioritária, segundo o PEF/MS, “cabe ao setor público atuar como *agente regulador e promotor do desenvolvimento*, a adoção de políticas e criação de instrumentos que *facilitem* a ação do setor privado, assegurando a sua *competitividade* no mercado e, quando atingida a sustentabilidade, que

os benefícios sejam distribuídos a toda a sociedade, contribuindo para melhorias sociais, econômicas e ambientais” (p. 27. Grifos nossos).

Não obstante a eficiência do PEF/MS quanto aos objetivos de asseguram o amplo apoio do Estado e a legitimação da imensidão territorial exigida pelo agronegócio da celulose, *pari passu* desenvolviam-se, na esfera do legislativo, os trabalhos que dariam a chancela determinante do Poder Público estadual para os projetos pretendidos.

Assim, fechando o amplo círculo de medidas do Estado em favor do grande capital, no último mês do mesmo ano é promulgada a Lei nº 3.839/2009, que Institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT-MS) e aprova a primeira aproximação do seu Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE-MS). Segundo os artigos 2º e 5º da lei acima referida, o PGT-MS “tem por finalidade subsidiar ações de desenvolvimento do Estado, em suas regiões e localidades”, e suas diretrizes “serão consolidadas em normas, planos e projetos, destinados a orientar as ações do Poder Público e da iniciativa privada, tendo como instrumento básico o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE-MS)” (MATO GROSSO DO SUL/DIÁRIO OFICIAL, 2009, p. 1).

Os resultados a que chegaram os trabalhos do Zoneamento, por meio da sobreposição de características naturais e sociais, dividindo o território do estado em 10 zonas ecológico-econômicas (Figura 19) para as quais são indicadas as “atividades recomendadas”, “recomendadas sob manejo especial” e “não recomendadas”¹⁰⁹.

¹⁰⁹ A metodologia utilizada para a consecução do ZEE-MS partiu da consideração de duas ordens de fatores: a ecológica e a econômico-social, que, a princípio foram analisadas separadamente, através da geração e interpretação de mapas temáticos representando os diversos elementos da estrutura físico-natural e socioeconômica do território do estado, incluindo-se suas potencialidades e suas fragilidades. Em seguida, as informações obtidas foram superpostas de modo a “[...] estabelecer e delimitar porções territoriais com características próprias, com formas, funções, estrutura e processos compatíveis” (MATO GROSSO DO SUL/DIÁRIO OFICIAL, 2009, p. 7). Disponível em: http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/supplements/DO7612_29_12_2009_SUP01.pdf (acessado em 10/05/2011).

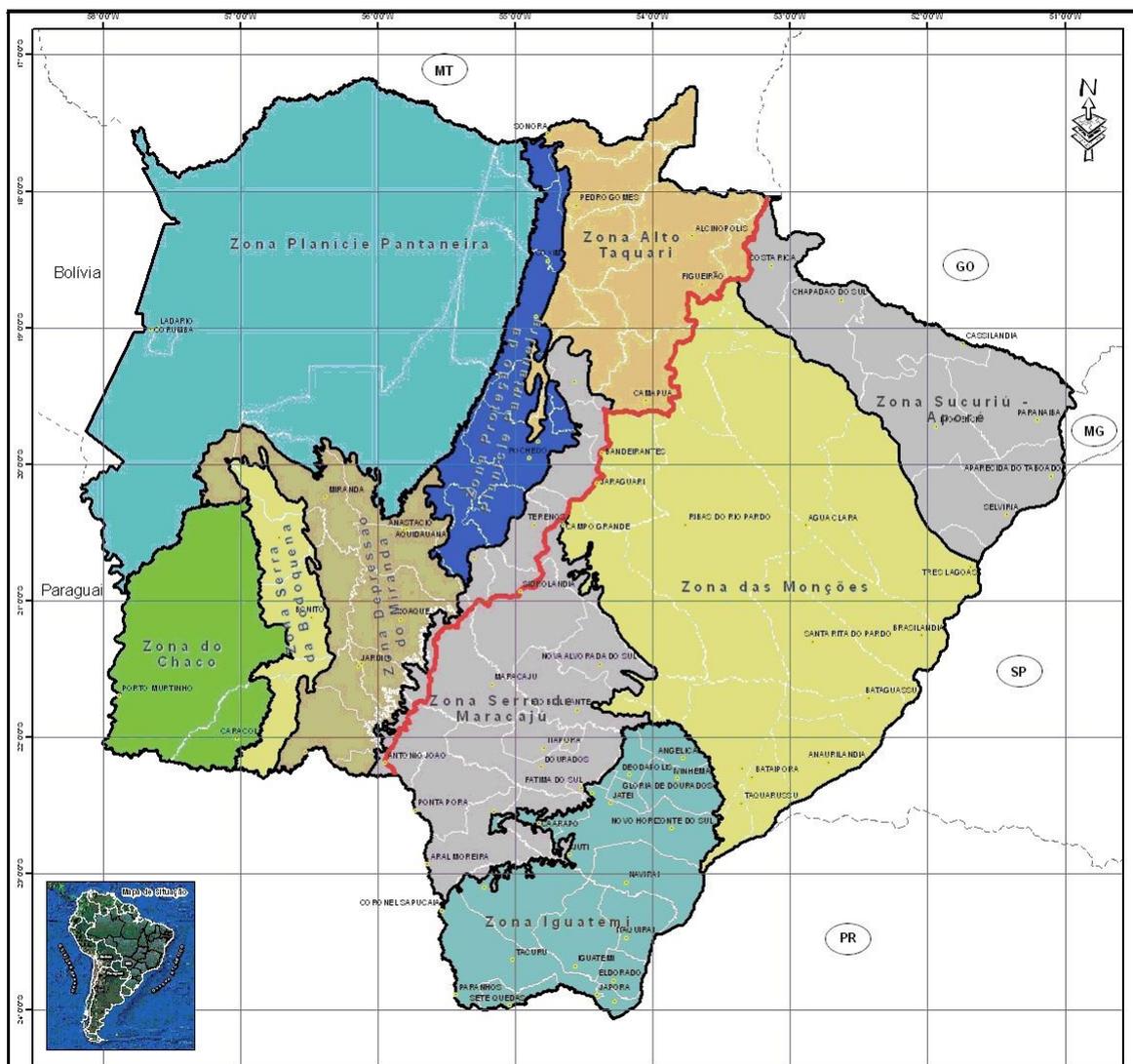


Figura 19 – Zonas Ecológico-Econômicas de Mato Grosso do Sul

Fonte: ZEE-MS.

É fato que o ZEE-MS apoia-se no Art. 9º, Inciso II da Lei federal nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e estabelece o zoneamento ambiental ou ecológico-econômico como instrumento de política pública, que, em tese, é voltado para a proteção ambiental, ou seja, destinado a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade (MORELLI, 2011). Entretanto, nada faz crer que a motivação por trás da iniciativa que o gerou seja a autêntica preocupação com o meio ambiente natural.

Com esse zoneamento, o que já havia sido indicado como intenção no “MS 2025” (MATO GROSSO DO SUL/SEPLANCT, 2004), no tocante ao fomento prioritário da dinâmica produtiva da madeira, e como meta estratégica no PEF/MS, fora definitivamente sacramentado e instrumentalizado.

Escudado sob a justificativa de tornar possível a integração do “[...] desenvolvimento social e econômico com o ordenamento do processo de ocupação espacial visando à sustentabilidade ambiental” (MATO GROSSO DO SUL/DIÁRIO OFICIAL, 29/12/2009, p.1), obtida pelo disciplinamento das “[...] atitudes e intervenções no ambiente natural” (p. 3), o ZEE-MS promoveu, na realidade, dentre outras coisas, a delimitação de uma extensa área à Centro-Leste do território estadual, a qual denominou “Zona das Monções” (ZMO), na qual se assegura e inclusive recomenda a expansão prioritária da “agropecuária consorciada com a silvicultura, agroindústria e indústria em geral”, bem como das “[...] culturas de alta capacidade de rendimento”. Para tais atividades, recomenda-se “[...] a utilização da agricultura mecanizada com alta tecnologia, especialmente a silvicultura produtora de madeira para móveis, celulose e energia” (p. 45, Grifos nossos).

O ZEE-MS, na condição de proposta de *regionalização* do espaço de Mato Grosso do Sul, não pode ser neutro, pois como toda regionalização, ele é, antes de tudo, uma representação socialmente construída, e, portanto, eivada de interesses de classes e frações de classe, cujo caráter é necessariamente determinado pelos objetivos a que se propõe atender (LIMONAD, 2004).

Assim, à semelhança do que ocorreu a partir de 2004 no estado do Rio Grande do Sul¹¹⁰, outro território-alvo das empresas de celulose em nossos dias, a elaboração do ZEE não foi uma iniciativa espontânea do Estado ou da sociedade organizada, objetivando a proteção do meio ambiente frente aos assédios das atividades antrópicas. Muito ao contrário, ao invés de representar uma política pública de limitação das atividades humanas, configura-se como uma medida do Estado em parceria com as grandes empresas, tomada para conferir a autorização prévia do ponto de vista da sua sustentabilidade ambiental, para a expansão (quase) sem limites da silvicultura do eucalipto. Daí, pois, a semelhança nada fortuita entre a região de aplicação definida no PEF-MS e a Zona das Monções do ZEE-MS.

Mesmo que tenha sido considerada a ação antrópica em sua primeira aproximação, em nenhum momento o ZEE-MS questiona ou busca avaliar os efeitos socioambientais imediatos e a longo prazo da ocupação hegemônica de uma zona com área aproximada de

¹¹⁰ Morelli (2011) expõe e avalia em detalhe todo o tramite legal em torno da elaboração e aprovação do zoneamento ecológico-econômico específico para a silvicultura do Rio Grande do Sul, o Zoneamento Ambiental para Silvicultura (ZAS-RS), instrumento cuja elaboração teve início no ano de 2004, coincidindo com a chegada das grandes empresas de celulose ao estado.

74.754,377 Km² (quase a área total do território português, que é de 92.090Km²) com o monocultivo de árvores de um único gênero: o eucalipto.

Diante disso e de todo o exposto, não parece equivocado concluir que a inserção de Três Lagoas na cadeia produtiva mundializada do papel tem sido viabilizada, sobretudo, pelo protagonismo incisivo do Estado, assegurando não apenas às garantias econômicas exigidas pelo grande capital (benefícios tributários e subsídios), mas também o acesso irrestrito aos recursos naturais (terra e água) presentes nessa porção do seu território. Assim, pois, ganha empiricidade a afirmação de Thomaz Júnior (2009) segundo a qual “a evidente vinculação entre a expansão das áreas de plantio das *commodities* com a disponibilização dos recursos terra e água tem sido imprescindível para as estratégias para o capital” (p. 69).

Além de todos os condicionantes internos ponderados, há ainda que se considerar a força de trabalho barata e pouco organizada da microrregião como fator que facilita a atuação das empresas e amplifica exponencialmente seus lucros, o que será analisado em detalhe no capítulo seguinte (Capítulo 4).

CAPÍTULO 4

A FORÇA DE TRABALHO EM MOVIMENTO E O SEU ESPAÇO NO DESERTO VERDE

Certamente, pode-se afirmar que atuam como importantes fatores de atração das inversões industriais, em geral, para a região de Três Lagoas, algumas das características da força de trabalho, como seu baixo valor de troca, comparativamente a outros lugares, e, sobretudo, o nível incipiente de organização e de combatividade dos trabalhadores, devido à recente experiência com a produção industrial. No caso específico dos (mega)empreendimentos da celulose e do papel, isso também pode, em parte, ser tomado como um elemento explicativo. Nesse caso, entretanto, a lógica da acumulação desencadeia, a seu favor, dinâmicas diferenciadas da mobilidade da força de trabalho, combinando-as de modo a reduzir os custos com o capital variável e assegurar o controle total do trabalho pelo capital.

O objetivo deste capítulo é demonstrar e analisar as dinâmicas da mobilidade da força de trabalho, à luz das reflexões teóricas anteriormente expostas (Capítulo 2), com especial enfoque nas questões da geração de emprego, dos fluxos migratórios (temporários e permanentes) de trabalhadores e em suas manifestações de resistência e indignação.

4.1. *Do emprego idealizado ao emprego gerado*

Há uma tendência intrínseca, sempre atuante no sistema do capital, de transformar absolutamente *tudo* em mercadoria, incluindo-se a própria capacidade humana de trabalhar – a força de trabalho. Como visto no Capítulo 2, é esse o processo que atribui a “necessária” mobilidade aos trabalhadores, e é por meio dele que se estabelece a relação tipicamente capitalista de trabalho, qual seja, o assalariamento (OLIVEIRA, 1987; ALVES, 2008). Para o funcionamento ótimo do sistema, portanto, *todos* devem necessariamente ser incluídos, ou na condição de proprietários dos meios de produção, ou na de vendedores de sua força de trabalho (MARTINS, 1998).

Quanto mais efetiva for a inclusão, ou seja, quanto maior a parcela da população efetivamente transformada em trabalhadores assalariados e, em grande parte, empregados nas diversas atividades econômicas, tanto melhor para o sistema do capital, pois ser assalariado significa, concomitantemente, ser consumidor. Por este motivo, é comum a suposição de que quanto mais próxima do “pleno emprego” uma dada formação social estiver, mais “desenvolvida” ela estará. Não se deve supor com isso, que o capitalismo tende, em sua totalidade, ao emprego da totalidade da força de trabalho gerada, pois, como sabemos, uma parcela significativa dela deve ser estrategicamente excluída (exército

industrial de reserva) e para outra parte, não há lugar devido às transformações do processo produtivo (desemprego estrutural).

As mediações legais, interpostas entre quem compra e quem vende força de trabalho no mercado, consubstanciaram-se ao longo do embate histórico (inextinguível) entre capital e trabalho, burguesia e proletariado. Foi por meio de muita luta e enfrentamento direto, como sabemos, que os trabalhadores conquistaram direitos indispensáveis para sua própria reprodução enquanto trabalhadores. Na Europa, as manifestações mais expressivas deste fato se fizeram sentir ainda nos idos do século XIX, em meio a primeira revolução industrial, e no Brasil, datam da Era Vargas (1930-1945), momento em que foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - 1943), em vigor até os dias atuais. Sendo assim, a formalização do contrato de trabalho realizada pelo aparelho de Estado, tem sido, via de regra, um meio indispensável de assegurar a defesa dos direitos inalienáveis do trabalhador, abrindo espaço também para a negociação de melhorias facultativas.

Isso posto, não soa estranha a associação imediata entre *geração de emprego* e desenvolvimento no senso comum do brasileiro. Em qualquer país capitalista periférico como o Brasil, marcado pela inserção subordinada no sistema mundializado do capital (COVRE, 1983) e por todos os problemas sociais dela resultantes, no presente assim como no passado, um modelo de desenvolvimento deve, obrigatoriamente, conter repostas para a questão nevrálgica do desemprego.

Com efeito, a expressão “geração de emprego” tornou-se a fórmula mágica que é propalada aos quatro ventos na nova capital da celulose. Representantes das empresas, autoridades e jornalistas, recorrem sempre aos números referentes à geração de emprego para atestar a viabilidade e a eficácia dos (mega)empreendimentos do setor de celulose e papel na promoção do desenvolvimento local e regional.

A afirmação do secretário de desenvolvimento de Três Lagoas, feita em entrevista, dá uma mostra desta concepção:

Não só as florestas, não só a pecuária e as florestas, mas também a indústria, possibilitando através da indústria a *geração de emprego*, aumento de renda em Três Lagoas, que tinha índice de desemprego perto dos 20% [e que] hoje é quase nulo. Números oficiais falam em 3% de desemprego, mas isso são pessoas que não querem, não podem, não estão preparadas para o trabalho, porque ela vive hoje uma situação de pleno emprego. *Não existe desemprego em Três Lagoas*. Então, hoje qualquer empresa que se instalar aqui tem que tirar funcionário de uma outra empresa [...] É uma luta pela mão de obra que não existe em Três Lagoas (Informação verbal, 17/10/2011. Transcrição literal).

Declaração semelhante deu o gerente do Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador de Três Lagoas (CIAT-Três Lagoas), instituição pública que atua como intermediária entre os empregadores e os interessados nas vagas disponíveis, quando indagado sobre o contexto atual do mercado de trabalho no município.

Hoje eu tenho mais oferta [de empregos] do que gente procurando. A média por semana é de 100 a 150 vagas que eu tenho disponíveis aqui durante esse ano todo, e foi assim também em 2010, com [o final da] construção da Fibria, quando começou a construção da Eldorado. E aí o que a gente faz? A gente inicia um processo de convocação; a gente liga pras pessoas e fala: “tenho uma vaga disponível aqui pra vocês”, e qual é a resposta que eles têm? 80% dessas ligações que a gente faz, dessas convocações, as pessoas alegam que estão trabalhando. Então elas estão trabalhando. [sic] O nível de desemprego agora em Três Lagoas é quase zero (Informação verbal, 15/12/2012. Transcrição literal)¹¹¹.

Cada anúncio de novo projeto ou de ampliação das plantas já existentes é acompanhado de uma estimativa dos empregos que serão gerados, direta ou indiretamente. Em matéria jornalística sobre o seu programa de expansão, representantes da Eldorado Brasil dizem que, desde o início, “vêm investindo no capital humano da empresa e os resultados já podem ser percebidos no projeto industrial [...] e no projeto florestal”, e que “criará 2 mil novos empregos, o que deve beneficiar ainda mais o desenvolvimento na região leste do Estado de Mato Grosso do Sul” (CORREIO DE TRÊS LAGOAS, 28/02/2012)¹¹². Em outra notícia, o presidente da empresa afirma que “quando estiver em plena operação, a unidade de Três Lagoas vai gerar em torno de 2 mil a 2.500 empregos diretos e de 8 mil a 10 mil postos de trabalho indiretos” (PERFIL NEWS, 05/04/2012)¹¹³.

O mesmo fez a Fibria ao divulgar detalhes do seu pretensioso projeto de expansão para a unidade de Três Lagoas, sinalizando que

Cerca de 3 mil trabalhadores devem atuar durante a obra, que tem previsão para iniciar no segundo semestre de 2012. Para o período de pico das obras estão previstos 7 mil trabalhadores [...]. Com o início das operações da segunda linha – previsto para 2014 -, devem ser gerados cerca de 3 mil empregos, somando vagas para a área industrial e florestal, funcionários próprios e terceiros (CORREIO DE TRÊS LAGOAS, 13/06/2011)¹¹⁴.

¹¹¹ Entrevista realizada por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

¹¹² Disponível em: <<http://www.correiodetreslagoas.com.br/noticia.php?id=714>> (acessado em 08/03/2012).

¹¹³ Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/eldorado-inaugura-fabrica-de-celulose-de-tres-lagoas-em-13-de-dezembro>> (acessado em 06/04/2012).

¹¹⁴ Disponível em: <<http://www.correiodetreslagoas.com.br/noticia.php?id=304>> (acessado em 26/11/2011).

Os números parecem corroborar com a tese dos “empregos verdes” defendida pela FAO, apresentada anteriormente (introdução deste trabalho), e, em razão de sua magnitude, causam a sensação de que não há caminho mais rápido (e mais seguro) para solucionar os conhecidos engodos socioeconômicos da Região do Bolsão. Todavia, ao investigarmos aspectos como o montante investido por emprego gerado, o ritmo da geração de emprego e o seu caráter, assim como sobre quem, de fato, dele se ocupa, uma face oculta do processo começa a ser desvelada.

A discrepância entre o investimento direto realizado por diversas empresas de setores variados, e o número de empregos gerados depois de iniciada a produção, em comparação com a mesma relação nos casos das empresas do setor de celulose e papel (Quadro 3) é descomunal.

Quadro 3 – Relação entre Investimento Industrial e Empregos Diretos Gerados em Três Lagoas (casos selecionados)			
Empresa	Investimento (em R\$)	Empregos diretos gerados	Investimento por emprego (em R\$)
Gurgel Motores	1.500.000,00	200	7.500
Conde Duck meias	4.000.000,00	150	26.666
Embalatec Mato Grosso do Sul Embalagens	1.980.343,00	55	36.006
Fundição Três Lagoas	11.500.000,00	200	57.500
Homy indústria e comercio de produtos químicos Ltda	16.000.000,00	230	69.565
Metalfrio	50.000.000,00	280	178.541
Fibria Celulose	2.300.000.000,00	1300	1.769.230
Eldorado Brasil	5.100.000.000,00	1.000	5.100.000
International Paper	700.000.000,00	500	1.400.000
Fonte: Relatório de atividades – Prefeitura Municipal de Três Lagoas – 2005-2009. Alterado e organizado pelo autor.			

Note-se que, enquanto foi necessário um investimento da ordem de R\$ 7.500,00 na fábrica de motores, R\$ 26.666,00 na de meias, R\$ 36.000,00 na de embalagens, R\$ 57.500,00 na siderúrgica, R\$ R\$ 69.565,00 na de produtos químicos e R\$ 178.541,00 na de equipamentos de refrigeração, para cada emprego gerado, nos casos da Fibria, da Eldorado e da IP, a mesma equação resulta em cifras milionárias, chegando ao extremo de R\$ 5.100.000,00 para cada emprego.

Mas esse não é o único problema. A análise do ritmo da geração de empregos em Três Lagoas (Figura 20) revela, por seu turno, um caráter intermitente e cíclico, diretamente relacionado ao período de construção e montagem das plantas.

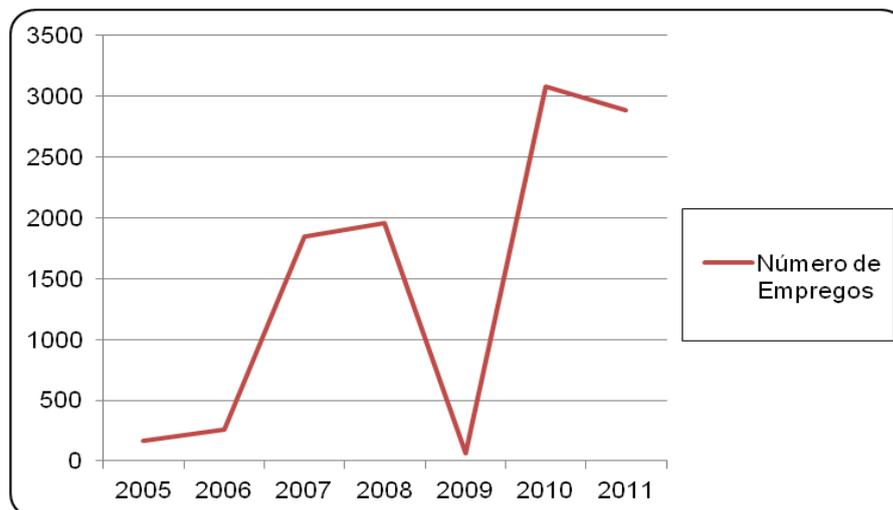


Figura 20 – Geração de Emprego em Três Lagoas entre 2005 e2011*

*De janeiro a agosto de cada ano.

Fonte: MTE/CAGED. Elaborado e organizado pelo autor.

Observa-se claramente a ocorrência de dois períodos de baixa geração de empregos, o primeiro entre 2005 e 2006 e o segundo representado pelo ano de 2009, intercalados por dois períodos de pico, entre 2007 e 2008 e entre 2010 e 2011. Não por acaso, como visto anteriormente, 2006 foi o ano de início da construção do complexo VCP-IP (atual Fibria-IP), e 2010 o da fábrica da Eldorado Brasil. É possível inferir que a maioria dos empregos criados se deu no âmbito da construção civil, e que foram empregos temporários, em função do tempo de duração das obras.

Quanto ao mesmo aspecto, os dados microrregionais (Figura 21) não diferem em seus contornos gerais dos dados municipais, principalmente porque o Município de Três Lagoas sozinho foi responsável por mais de 70% do total de empregos gerados (10.265 de 13.326) no período analisado. Uma exceção a esta característica foi o município de Água Clara, que respondeu por 872 novos empregos no ano de 2010, puxando a linha do gráfico para cima nesse período.

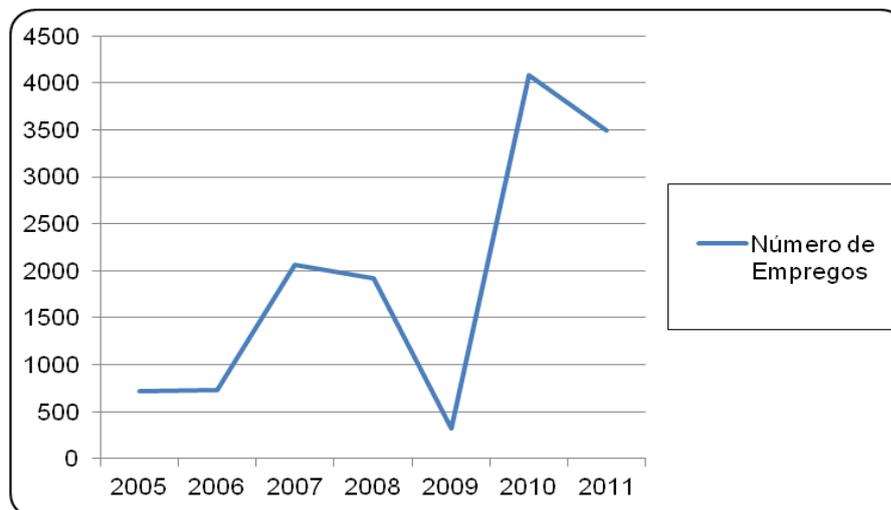


Figura 21 – Geração de Emprego na Microrregião de Três Lagoas entre 2005 e 2011

*De Janeiro a Agosto de cada ano.

Fonte: MTE/CEGED. Elaborado pelo autor.

Ainda no tocante à geração de empregos, faz-se pertinente analisar a relação entre pessoas admitidas e demitidas em Três Lagoas (Tabela 13), especificamente nos subsetores em que estão inseridas algumas das ocupações encontradas no setor de celulose e papel.

Tabela 13 - Três Lagoas: Relação Entre Admissões e Desligamentos entre 2007 e 2011 (Setores selecionados)

Ano	2007		2008		2009		2010		2011	
	A	D	A	D	A	D	A	D	A	D
Agricultura, silvicultura, criação de animais e extrativismo vegetal	1.335	1.412	1.784	2.421	2.090	1.504	3.450	2.493	2.820	3.249
Construção civil	3.068	664	4.778	6.019	1.838	3.101	1.462	1.188	2.887	2.832
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	74	73	467	70	77	104	171	135	382	278

Fonte: MTE/CAGED. Elaborado e organizado pelo autor.

A = Admissões; D = Desligamentos.

Neste particular, observa-se que o número de desligamentos, em alguns anos, superou o de admissões. Isso ocorreu em 2007, 2008 e 2011 no subsetor agricultura, silvicultura, criação de animais e extrativismo vegetal; nos anos de 2008 e 2009 na construção civil; e apenas em 2009, no caso da indústria do papel, papelão, editorial e gráfica. É necessário acrescentar que os subsetores analisados (Tabela 13) abrangem outras ocupações que não as que por ora interessam, e ainda, que deixam de fora outras, que

fazem parte do universo de análise. Mesmo assim, não deixam de ser um indício da sazonalidade dos empregos e da alta rotatividade da mão de obra.

Pode-se concluir, com isso, que mesmo em se considerando apenas o (insuficiente) quesito quantitativo da geração de empregos, os complexos agroprocessadores em questão não cumprem a promessa a eles creditada. Na realidade, com bem menos recursos e com menores impactos socioterritoriais, outros tipos de indústria poderiam trazer melhores resultados.

A chegada das fábricas de celulose e papel, como argumentou Jurado (2008), inaugurou uma nova fase da industrialização três-lagoense. Se no primeiro momento, que se estendeu de meados de 1990 a 2006, houve expressiva geração de postos de trabalho ocupados principalmente pela mão de obra local, mesmo que com contribuições para a tendência à precarização, no segundo, o que se observa é um aumento considerável dos empregos em alguns setores específicos, mas com incompatibilidade do mercado de trabalho interno. Os sinais mais característicos do novo período são as formas flexíveis (precarizadas) de organização do trabalho no interior do processo produtivo, e a presença de trabalhadores migrantes, predominantemente os temporários, mas também permanentes.

Isso significa dizer que a mobilidade espacial do grande capital monopolista celulósico-papeleiro inserido no atual contexto de concorrência mundial, por motivos análogos, realiza-se em conjunto com a mobilidade da força de trabalho, em seus diversos planos de ocorrência fenomênica, como explicado por Gaudemar (1977) e anteriormente exposto (Capítulo 2).

Em primeiro lugar, convém notar que a aposta na competitividade da celulose brasileira na arena mundial, só pode tornar-se efetiva com a redução crescente dos custos de produção. *Ipsa facto*, é compreensível que a indústria neste segmento busque reduzir os custos produtivos por meio de expedientes os mais diversos, dentre os quais se destaca a elevação constante da (já) monumental escala mínima de produção, mas também, a introdução de elementos como a automatização/mecanização crescente do processo produtivo e das “inovações” na gestão e no controle do trabalho, além de todas as formas precarizadas de arregimentação da mão de obra.

Antunes (2004) expõe com perspicácia a relação entre mobilidade (espacial) do capital e precarização do trabalho na contemporaneidade. Para o autor, implícita ao movimento de descentralização produtiva das décadas de 1990/2000, caracterizado por mudanças geográfico-espaciais justificadas pelas empresas sob a alegação da concorrência

internacional, está à busca por “[...] níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho, acentuando os traços de superexploração do trabalho” (ANTUNES, 2004, p. 18).

Algo semelhante pode ser encontrado na avaliação de Pomar (2001) sobre a atuação das (mega)corporações nos municípios interioranos, como têm feito a Fibria e a Eldorado Brasil na região de Três Lagoas, bons exemplos disso. Para o autor,

Esse modelo capitalista tem como meta obter vantagens de lucratividade compatíveis com a escala da concorrência entre elas [as megacorporações] e, como sistema, a simultânea financeirização, eliminando barreiras ao movimento dos *seus* capitais, *suas* mercadorias e *sua* mão de obra, atuação em todos os setores da economia, domínio de cadeias produtivas inteiras, da pesquisa e produção científica e tecnológica e dos setores de maior rentabilidade e combinação do emprego especializado com o não especializado, forçando o rebaixamento dos salários e o aumento da jornada de trabalho (POMAR, 2001, p. 26).

A eliminação de barreiras ao deslocamento da mão de obra, a combinação entre trabalho especializado e não especializado, o rebaixamento dos salários e a precarização da força de trabalho são, deste modo, partes indispensáveis da lógica que rege um mesmo todo.

As fábricas de celulose que se instalaram em Três Lagoas, aproveitando-se do leque de “vantagens locacionais” oferecido pelo município, são extremamente modernas e a despeito de serem as maiores do mundo, funcionam com poucos trabalhadores, empregados mais no controle do processo produtivo que na produção propriamente dita. Em parte, isso ocorre pelo fato de que a própria indústria de celulose e papel é classificada como de *processo contínuo*, um tipo de indústria que possui especificidades em relação àquelas chamadas de *processo descontínuo*¹¹⁵.

De acordo com Druck (1999 *apud* DAURA, 2004), embora haja diferentes formas de conceituação por parte dos estudiosos do assunto, as principais características desse tipo de indústria são as seguintes: 1) a produção se dá por meio de um conjunto de reações físico-químicas em um processo fechado; 2) a maquinaria e os equipamentos estão todos interligados, dispostos em uma sequência dificilmente alterável, o que lhes confere pouca ou nenhuma flexibilidade; 3) o controle dos processos é dividido em três níveis diferentes, sendo o primeiro junto aos equipamentos, com acompanhamento e intervenção humana, se

¹¹⁵ São exemplos de indústrias de processo contínuo as indústrias petrolífera, de alimentos, siderúrgica, de borracha, de cimento, dentre outras; e de processo descontínuo, as indústrias de bens de produção e de bens de consumo duráveis, como a de máquinas e equipamentos e a automobilística, por exemplo.

necessário, o segundo, dos sistemas de controle automatizado, programado para acompanhar os parâmetros definidos, e o terceiro, do sistema centralizado de informações por meio de uma sala de comando central.

Conforme Daura (2004), em virtude de tais características presentes na indústria de celulose e papel, pode-se constatar dois aspectos que não devem ser deixados de lado quando se pretende estudá-la à luz das transformações do capitalismo atual. Primeiramente, que as transformações decorrentes da reestruturação produtiva do capital não afetam da mesma maneira este tipo de indústria, como têm afetado as de processo descontínuo. É mister compreender que por nunca ter incorporado completamente o modelo taylorista/fordista de produção, com todos os seus elementos constitutivos (linha de produção, produção padronizada, separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, fragmentação e especialização das atividades de trabalho manual no interior da fábrica etc.) (MOREIRA, 2000), a indústria de celulose também não tem incorporado completamente os elementos da produção flexível (trabalho em equipe organizado em células de produção, customização da produção, aproximação entre trabalho manual e intelectual etc.) (ANTUNES, 1999). Portanto, nesse tipo de indústria, a flexibilização se manifesta com maior veemência nas estratégias empresariais, na gestão da força de trabalho e na arregimentação dos trabalhadores.

Em segundo lugar, que a combinação dessas peculiaridades gera um tipo de indústria em que “a produtividade é resultado muito mais do rendimento global dos equipamentos e menos do trabalho”, permitindo, por exemplo, “o pagamento de salários mais elevados com relação a outros setores” (DAURA, 2004, p 25-26).

Pudemos constatar empiricamente o primeiro ponto em visita às dependências da unidade da Fibria em Três Lagoas¹¹⁶. Dentro da fábrica, um pequeno número de funcionários especializados fica responsável por todas as operações da produção de celulose, enquanto outro grupo, igualmente pequeno, monitora o funcionamento das máquinas e demais estruturas na sala de controle. As toras de eucalipto entram na fábrica, são transformadas em cavacos de madeira, depois cozidos e transformados na pasta celulósica, que é branqueada e em seguida enviada para a secagem e a transformação em folhas achatadas, que são cortadas e embaladas nos fardos, e tudo isso sem nenhum contato humano direto.

¹¹⁶ A visita ocorreu no mês de outubro de 2010 e foi acompanhada por técnicos da empresa.

Segundo informações do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e celulose de Três Lagoas (SITITREL-MS)¹¹⁷, a fábrica da Fibria no município Sul-mato-grossense possui apenas cerca de 360 funcionários próprios¹¹⁸, sendo todos os demais subcontratados, pertencentes a dezenas de empresas diferentes que prestam serviço à Fibria por meio da terceirização. Esses últimos estão distribuídos dentro da própria unidade, em algumas atividades específicas, no viveiro de produção de mudas, na área “florestal” e pelos setores de segurança, alimentação e limpeza. Na área florestal, por exemplo, segundo um dos engenheiros responsáveis pela produção, eram 535 funcionários diretos e 1.573 terceirizados em 2010.

A terceirização e até a “quarteirização” ou “quinteirização” são aspectos marcantes e cada vez mais presentes do trabalho nesse tipo de corporação. Segundo o “Relatório de Sustentabilidade” da Fibria (2011), no ano de 2009 era 4.749 o número total de funcionários próprios da empresa, somando-se todas as suas unidades; em 2010 esse número aumentou, passando para 5.037, sendo novamente reduzido no ano seguinte, em que chegou a 4.006. Por outro lado, o número de funcionários “terceiros permanentes” saltou de 9.518, em 2009, para 11.919 e 14.523, respectivamente em 2010 e 2011.

As práticas de subcontratação, é preciso lembrar, são parte das estratégias de redução de custos por parte das empresas. A difusão de inúmeras formas precarizadas de relação de trabalho, ainda que dentro da formalidade, é um dos traços característicos do mundo do trabalho metamorfoseado a partir da década de 1970 (ANTUNES; ALVES, 2004) e a terceirização revela-se uma das suas principais formas de manifestação. Por meio dessa estratégia, grandes empresas conseguem cortar boa parte dos seus encargos trabalhistas e repassar para empresas menores toda a responsabilidade sobre os trabalhadores, tornando os vínculos mais flexíveis.

Mas não é só isso. Nela reside ainda um estratagema poderoso na luta de classes, capaz de enfraquecer o trabalho no confronto com o capital. Nas incisivas palavras de João Bernardo:

O crescimento das modalidades econômicas extra-oficiais é um dos traços mais significativos da sociedade contemporânea, e é para essa esfera que são relegados os que não encontram um lugar duradouro na economia oficial. O problema não é, em suma, de desemprego, mas de precarização do trabalho. Em termos simples, trata-se de um aspecto do

¹¹⁷ As informações foram concedidas em entrevista realizada no dia 18/11/2011.

¹¹⁸ De acordo com o “Relatório de Sustentabilidade” da Fibria (2011), o número total de funcionários próprios da empresa na unidade Três Lagoas chegaria a 897. O relatório não informa o número total de funcionários terceirizados trabalhando na unidade.

processo mediante o qual o capitalismo, quando progride para estágios superiores da mais-valia relativa, destaca camadas de trabalhadores e forma com eles setores anexos de mais-valia absoluta. São os subcontratados e os que laboram na economia paralela as vítimas preferenciais da deterioração das condições de trabalho e da sua precariedade, do emprego a tempo parcial e, finalmente, do desemprego verdadeiro. E esta situação tem pressionado a classe trabalhadora a aceitar a grande reestruturação em curso (1997, p. 133).

O funcionário terceirizado (ou quarteirizado, quinteirizado...), uma vez inserido nestes “setores anexos”, como comenta o autor, acaba por ser sujeitado também por outras formas de precariedade do trabalho na medida em que vê seu poder de ação reduzido na busca por melhores condições. Ele passa a compor a “massa flutuante dos trabalhadores instáveis” tão bem descrita por Bihr (1998), a que só resta a insegurança e a resignação diante do risco iminente de ser lançado na “vala” do desemprego estrutural. Por tudo isso, a fragmentação do trabalho e da classe trabalhadora no Século XXI enceta um componente de des-identidade, de divisão de status entre os próprios trabalhadores, rompendo com a solidariedade de classe historicamente forjada (THOMAZ JÚNIOR, 2009; BERNARDO, 1997).

O mesmo defende Antunes ao ser questionado em entrevista sobre quais os desafios que se apresentam no mundo do trabalho hoje.

O principal desafio se coloca na medida em que a terceirização, hoje, é *a porta de entrada para a precarização*. As empresas se desobrigam de cumprir relações contratuais com seus trabalhadores ao terceirizar, ou seja, contratam junto a outras empresas, que passam a ser responsáveis pelo fornecimento da força de trabalho. Neste processo, temos empresas que cumprem, de algum modo, a legislação trabalhista, e temos as que acabam não cumprindo. Isso cria um conjunto muito amplo de trabalhadores e trabalhadoras que se tornam suscetíveis no mercado de trabalho à ausência de legislação, a uma intensificação da jornada de trabalho, a um trabalho extenuante e violento (IHU, 21/05/2012. Grifos nossos)¹¹⁹.

Ainda segundo o pesquisador, terceiriza-se para reduzir os custos e aumentar a divisão da classe trabalhadora, dificultando sua organização e, com isso, sua resistência. Isso ajuda a compreender o fato de que entre os trabalhadores da indústria de celulose e papel de Três Lagoas, somente os funcionários próprios são sindicalizados, como nos informou a presidente do SITITREL-MS (Informação verbal, 18/11/2011).

¹¹⁹ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509660-terceirizacao-porta-de-entrada-para-a-precarizacao>> (acessado em 10/09/2012).

Quanto ao segundo ponto indicado por Daura (2004), referente aos melhores salários nas indústrias de processo contínuo, parece fazer algum sentido, ainda que com ressalvas, apenas quando nos referimos ao trabalho no chão de fábrica e na gestão. Isso porque, como veremos adiante, os salários nas áreas de plantio são extremamente baixos, e mesmo nas áreas destacadas, são mais baixos que em outros lugares onde a Fibria também possui unidade industrial¹²⁰.

Novamente em relação ao “mito” da cidade do emprego, é preciso advertir que embora novos postos de trabalho – escassos e cíclicos – tenham sido gerados com os (mega)empreendimentos de celulose e papel, a questão do desemprego extrapola a escala local. Pomar (2001), passando em análise o contexto em que se inserem as estratégias de realocação das (mega)corporações e de seus impactos para os trabalhadores, afirma que “o desemprego não é uma questão ‘local’. Está disseminado nacionalmente. A concentração em polos tende, pois, a criar paradoxos, atraindo não apenas empresas, mas *massas de desempregados* de outros locais” (POMAR, 2001, p. 27. Grifos nossos).

Considerando-se isso, resta a análise da mobilidade espacial da força de trabalho, que passou a ser um dos principais traços da industrialização três-lagoense com as inversões das corporações da celulose e do papel. Pode-se afirmar que a partir do ano de 2006, Três Lagoas entrou definitivamente na rota dos fluxos migratórios internos brasileiros, recebendo um significativo contingente de trabalhadores, vindos de diversos pontos do território nacional para ocupar diferentes lugares na estrutura hierárquica de controle do capital.

Neste contexto, como constatamos em campo e nas diversas entrevistas realizadas, a mão de obra local, ainda pouco qualificada para o trabalho nas novas plantas fabris, teve que ser readequada¹²¹ e passou a ser empregada principalmente em certas funções no chão

¹²⁰ Veja-se, a esse respeito, que, segundo dados do MTE/CAGED, enquanto a remuneração média do trabalho formal na indústria de transformação em Três Lagoas (em 31 de dezembro de 2010) era de R\$ 1.749,00 (masculino) e R\$ 873,60 (feminino) a mesma remuneração era de R\$ 2.920,83 (masculino) e R\$ 1.879,33 (feminino), respectivamente, em Jacareí (SP), município onde a Fibria também possui unidade industrial.

¹²¹ Antes do *start up* da unidade Fibria-IP (2009), o SENAI de Três Lagoas recebeu recursos para adequações nos laboratórios e no seu corpo docente para atender a demanda de mão de obra capacitada (técnicos em celulose e papel) das empresas. Segundo informou um técnico da FIBRIA, a instituição formou 250 profissionais para esta finalidade, dos quais 147 foram admitidos. Em 2011, o presidente da FIEMS, Sérgio Marcolino Longen, anunciou um investimento de R\$ 3,7 milhões na construção de novos blocos para aumento da capacidade de realização de cursos profissionalizantes, reforma da cantina e outros ajustes no SENAI local, além da construção de uma nova unidade do SESI na cidade, tendo como objetivo maior a capacitação da mão de obra para o trabalho industrial. No ano seguinte (2012), a Fibria e o SENAI fecharam

de fábrica, na administração e em serviços paralelos (limpeza, segurança, alimentação etc.), ao passo que o enorme fluxo de trabalhadores migrantes respondeu a demanda da construção e da montagem das fábricas, do plantio e do manejo florestal, e também das atividades que exigem alta qualificação técnica, além dos cargos de chefia.

Ao ser questionado em entrevista sobre a procedência dos trabalhadores da obra da Eldorado Brasil, e a possível predominância dos migrantes nela, um trabalhador que atua na construção civil fez a seguinte afirmação: “É, são poucas as pessoas daqui. Mais daqui é no setor administrativo, escritório, mas a maioria é tudo de fora, até os encarregado, os grandes são tudo de fora” (Informação verbal, 14/12/2012. Transcrição literal)¹²².

4.2. Migração para o trabalho em Três Lagoas

O conceito de migração, tal como costumeiramente utilizado na literatura que trata do tema, e mesmo o adotado pelo IBGE, diz respeito à mudança de residência dos indivíduos de um município para outro, ou de uma região para outra, de um país para outro e assim por diante. Nesse sentido, se tal mudança se dá em função do trabalho, pode-se nela falar como sinônimo de mobilidade espacial da força de trabalho. Mas, em nosso entendimento, o conceito de mobilidade do trabalho pode ser aplicado sem prejuízo para compreender os movimentos populacionais dentro do próprio território municipal, e mesmo os movimentos pendulares de trabalhadores, em que não há mudança do local de residência dos indivíduos envolvidos, mas apenas o seu deslocamento diário entre municípios com a finalidade específica de trabalho (PERPETUA, 2010).

Nesse sentido, podem ser citadas como manifestações da mobilidade em escala local a intensificação do êxodo rural no próprio município de Três Lagoas, bem como o movimento de trabalhadores moradores das cidades circunvizinhas para o trabalho nas fábricas de celulose, ambos, fenômenos desencadeados pelas inversões das corporações da celulose e do papel.

Em relação ao primeiro caso, os trabalhos de Kudlavicz (2011a; 2011b) são esclarecedores na medida em que sinalizam para os efeitos que se abatem sobre os que

um acordo para o fornecimento do curso de mecânico de máquinas florestais (CORREIO DE TRÊS LAGOAS, 28/05/2011 e 19/07/2012). Disponível em: <<http://www.correiodetreslagoas.com.br/noticia.php?id=455>> e <http://www.correiodetreslagoas.com.br/noticia.php?id_cat=4&id=924> (acessado em 25/11/2011 e 18/09/2012).

¹²² Entrevista realizada por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

vivem e trabalham no campo (camponeses, arrendatários, parceiros, meeiros etc.), oriundos da perversa combinação entre a expansão do monocultivo do eucalipto na microrregião e a elevação do preço da terra, de um lado, e o alarde da oferta de empregos na indústria, de outro. Ganha empiricidade, portanto, o conceito de *submissão real* do trabalho ao capital desenvolvido por Gaudemar (1977) e exposto anteriormente (Capítulo 2). A proletarização é a maneira a partir da qual o capital torna “livres” os trabalhadores dos meios necessários a sua subsistência, obrigando-os a submeter-se à exploração no espaço preparado pelo capital, seja na fábrica, seja na área de plantio e manejo.

Sobre o segundo, pôde-se constatar em entrevistas e diálogos informais com trabalhadores que existe certo deslocamento cotidiano de trabalhadores residentes nos municípios da região, em especial dos mais próximos como Andradina (SP), Castilho (SP), Ilha Solteira (SP) e Brasilândia (MS), para o trabalho em várias atividades no complexo. Entretanto, conforme informação do presidente do SITITREL-MS, o predomínio é de trabalhadores de fora da região e do estado (Informação verbal, 18/11/2011).

Por isso, neste trabalho, privilegia-se a análise dos trabalhadores migrantes na acepção acima destacada, ou seja, daqueles que vieram de outros municípios e em especial, de outros estados para o trabalho em Três Lagoas e na região, aí residindo temporária ou permanentemente.

A migração para o trabalho na região de Três Lagoas não é um fato exclusivo do presente período histórico. Desde a década de 1980, com a derrocada da política de incentivos para a formação de “maciços florestais” praticada no âmbito dos programas governamentais derivados do II PND, e a consequente estagnação do monocultivo de eucalipto e pinus na região Leste de MS, trabalhadores migrantes são uma realidade nesta porção do estado. Oriundos, sobretudo, do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, os trabalhadores migravam para municípios como Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas, onde eram empregados nas mais de 200 carvoarias existentes na região. Há relatos de trabalho infantil e escravo com requintes de crueldade, que datam deste período (KUDLAVICZ, 2011; BORGES, 2012)¹²³.

¹²³ Uma notícia publicada no jornal Diário da Serra, do dia 27/03/1992 (*apud* KUDLAVICZ 2011, p. 120-121), relata o caso de mais de 8.000 trabalhadores das carvoarias da região nos seguintes termos: “[...]As condições destes trabalhadores são as mais precárias possíveis. Já se tornou fato comum nestas carvoarias as ocorrências de espancamento de trabalhadores, que muitas vezes precisam pagar até a água que consomem. Não raro surgem denúncias tácitas sobre assassinatos. Na maioria das vezes, o corpo simplesmente aparece, jogado em alguma pedreira. Ou simplesmente desaparece”.

Contudo, a migração atual dista bastante dessa ocorrida no passado. Em certa medida, isso se deve as transformações socioeconômicas e territoriais da contemporaneidade, que provocaram importantes alterações nas dinâmicas da migração interna no Brasil, haja vista que, como observa Fausto Brito, “a migração é um *processo social* que encerra em si toda a complexidade na qual ela está inserida” (2009, p. 5).

Até a década de 1980, segundo o autor supracitado (BRITO, 2009), os deslocamentos populacionais internos partiam principalmente da região Nordeste e do estado de Minas Gerais, e tinham como destino preferencial os grandes centros metropolitanos (com grande destaque para a Região Metropolitana de São Paulo) e as frentes de expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e no Norte do País. Por trás dos deslocamentos estavam o forte processo de industrialização na região Sudeste e as ações do Estado no sentido de ocupar as áreas interioranas do território brasileiro, cuja combinação gerou um misto de crescimento econômico com intensa desigualdade social e regional. Não obstante, as transformações econômicas deste período abriam caminho para a articulação entre mobilidade espacial e (ascensão) social, e eram tomadas como uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo nacional, o que as conferia uma conotação positiva.

Após as transformações da década de 1980, com destaque para a redução do ritmo de urbanização e do crescimento dos centros metropolitanos, a internacionalização da economia e o conseqüente processo de reestruturação produtiva, houve um redirecionamento dos fluxos migratórios internos para cidades médias não metropolitanas – como Três Lagoas – e o início da migração de retorno. Por outro lado, as migrações passaram a ser vistas não mais como positivas e necessárias, havendo uma redução da possibilidade de melhorar de vida no local de destino por meio delas, isso por conta de fatores como o enrijecimento e o aumento do nível de exigência do mercado de trabalho, mais restrito e excludente para o trabalhador migrante.

Dessa forma, comenta o autor,

Migrantes “potenciais” ainda são gerados pelas grandes desigualdades e pelos agudos desequilíbrios sociais que ainda prevalecem no Brasil. Mas, para esses, a migração de alto risco [...] é uma alternativa, não mais para a mobilidade ou ascensão social, mas para a mera sobrevivência. Torna-se uma migração datada, já não é mais uma mobilidade familiar com o objetivo de se mudar de residência, contando com o tempo ao seu lado. Pelo contrário, é uma migração, na sua grande maioria, de curto prazo, para melhorar de vida, não no lugar de destino, mas no lugar de origem (BRITO, 2009, p. 17).

E neste novo panorama dos fluxos migratórios internos no Brasil que se inscrevem os fluxos atuais que têm a região de Três Lagoas como local de destino. No entanto, seria um erro grosseiro falar simplesmente em “trabalhador migrante” sem antes especificá-lo.

Ora, em parte, observa-se a presença marcante desse trabalhador temporário, que, partindo de regiões pobres do País, emprega-se em atividades braçais de baixa remuneração com o objetivo de retornar o quanto antes para a sua região de origem e aí melhorar de vida. Os dados de volume, origem e destino dos passageiros da maior empresa de transportes rodoviários que atua em Três Lagoas (Tabela 14) dão prova desse fato.

Tabela 14 – Três Lagoas: Volume de Passageiros Provenientes de Outros Destinos entre 2005 e 2011¹²⁴

Localidade\Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Var. %
Mato Grosso	5.240	5.380	5.103	6.730	8.450	9.002	9.578	82,7
Goiás	8.180	8.390	7.730	8.140	8.920	10.360	11.902	45,5
Minas Gerais	3.105	3.290	4.260	6.340	7.460	8.370	8.401	170,5
São Paulo	9.180	9.260	9.970	10.237	11.465	12.261	12.746	38,8
Distrito Federal	12.208	13.394	11.647	25.568	28.965	32.587	33.852	177,2
Outros estados	6.320	6.980	6.207	9.702	8.970	9.835	10.010	58,3
Outros municípios de MS	50.359	50.985	51.106	58.354	59.205	62.465	68.705	36,4
Totais	94.592	97.679	96.023	118.341	133.435	144.880	155.194	64

Fonte: Viação São Luiz Ltda. Organizado e elaborado pelo autor.

Sabendo-se de antemão que grande parte dos trabalhadores sai dos seus estados e municípios e se desloca até Três Lagoas por meio transporte rodoviário, e tendo em mente que a empresa responsável pelo transporte da maioria deles é a São Luiz Ltda., pode-se tomar os dados como um indício para a mensuração dos fluxos e a constatação de sua origem. Note-se que houve aumento significativo no volume de passageiros provenientes de todas as origens (64%) no período em questão, com destaque para o Distrito Federal (177,2%) e o estado de Minas Gerais (170,5%), por serem estes os locais mais próximos do Nordeste para os quais a empresa oferece linhas. O itinerário mais comum efetuado pelos trabalhadores, segundo informou uma funcionária da empresa, compreende um trecho dentro do próprio estado, do município de origem até um centro urbano maior, de onde seguem até Brasília (DF) ou Belo Horizonte (MG), para daí embarcarem para Três Lagoas.

¹²⁴ Os dados foram compilados e gentilmente cedidos pelo senhor Antônio A. Bottaro, funcionário da empresa a quem devemos profundo agradecimento.

No sentido oposto, os dados referentes a passageiros provenientes de Três Lagoas com destino a outras localidades (Tabela 15) comprovam que a permanência dos trabalhadores no município é temporária, e acompanha o ritmo das grandes obras de engenharia e/ou das etapas da produção de matéria-prima (eucalipto).

Tabela 15 – Três Lagoas: Volume de Passageiros Para Outros Destinos entre 2005 e 2011¹²⁵

Localidade\Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Var. %
Mato Grosso	8.205	8.439	9.384	10.108	10.968	11.281	11.450	39,5
Goiás	9.184	10.103	9.862	11.364	11.256	12.189	12.438	35,4
Minas Gerais	1.204	1.835	1.578	2.385	4.687	5.198	5.645	368,8
São Paulo	10.269	10.578	11.235	12.238	13.458	13.967	14.090	37,2
Distrito Federal	8.356	8.547	12.381	11.562	14.384	15.658	18.905	126,2
Outros estados	10.234	10.468	12.452	14.685	14.978	16.896	17.402	70
Outros municípios de MS	30.257	31.153	38.256	37.954	42.638	44.209	47.745	57,7
Totais	77.709	81.123	95.148	100.296	112.369	105.431	127.675	64,2

Fonte: Viação São Luiz Ltda. Organizado e elaborado pelo autor.

Observa-se que a variação do número de passageiros que partiu de Três Lagoas com destino a outras localidades no período em análise, foi praticamente a mesma (64,2%). Os destinos que mais se destacam (Minas Gerais e Distrito Federal) coincidem com as origens da tabela anterior, o que nos leva a deduzir que se trata de um movimento de retorno. Entretanto, é preciso acautelar que, embora na mesma proporção em termos relativos, em termos absolutos houve um total maior de passageiros que chegaram em relação aos que partiram.

No outro extremo do processo migratório, embora em menor número, há aqueles que são qualificados, alguns dos quais extremamente especializados em suas funções, e que veem na migração para Três Lagoas uma forma segura de ascensão social com melhoria qualitativa de suas condições de vida, assim como de sua família.

Para Santos (2012), este fenômeno é um dos efeitos da expansão do meio técnico-científico-informacional, que conduz a necessidade de grandes capitais e à separação geográfica entre o investidor e o meio onde o investimento ocorre. Vejamos o excerto do autor sobre o assunto:

Normalmente [...] a expansão do chamado capital técnico-científico leva à expulsão de um grande número de residentes tradicionais e à chegada de residentes de outras áreas. Na medida em que as exigências da produção são outras, diferentes da produção tradicional, visto também, que o investidor distante necessita de um controle político mais estreito

¹²⁵ Idem.

dessa mão-de-obra, ele é obrigado ou prefere transplantar mão-de-obra de fora. Seja qual for o caso, há um deslocamento: primeiro do mercado de trabalho, e, em seguida, muitas vezes, um deslocamento geográfico, conduzindo os trabalhadores ou proprietários até então presentes a migrarem para outras áreas (SANTOS, 2012, p. 63).

Pode-se depreender, com isso, que ao lado dos trabalhadores menos qualificados do ponto de vista técnico, há a chegada do novo contingente de trabalhadores tecnicamente preparados para atender à dupla necessidade do grande capital forâneo: domínio técnico dos meios e procedimentos de produção por parte dos trabalhadores, e controle político destes por parte dos gestores do investimento. Ademais, da explicação do autor pode-se retirar uma tendência que aparentemente ainda não se concretizou até o presente momento, mas que pode concretizar-se no futuro: a da emigração de parte da população de Três Lagoas e de sua região para outros lugares em busca de trabalho, devido às novas exigências técnicas e políticas impostas pelos novos investimentos.

O ato de migrar, obviamente, trará consequências muito diferentes para cada um dos grupos indicados, acompanhando de perto as características relegadas pelo extrato social a que pertencem e pela função que desempenham, aspectos que imprimem diferentes condições de vida e de reprodução de sua força de trabalho na cidade (ou fora dela). À vista disso, não soa estranho o dizer de José de Souza Martins acerca da migração atual: “nem todos os migrantes são um problema social, mas nas migrações está envolvido, sem dúvida, um problema social” (1998, p. 26).

Há que se considerar ainda, que o caráter da migração realizada por cada um dos grupos não é o mesmo. O primeiro grupo, o dos trabalhadores não muito qualificados ou sem nenhuma qualificação, migra temporariamente, ou seja, por um período determinado, e em seguida retorna para sua região de origem ou segue para outros lugares, ao passo que o segundo, o dos trabalhadores qualificados/especializados, geralmente migra em definitivo, fixando moradia em Três Lagoas.

Com efeito, o problema social mais grave reside no primeiro caso e não no segundo, embora ambos façam parte da mesma lógica da mobilidade espacial do capital e da força de trabalho no contexto da ativação dos limites absolutos do sociometabolismo do capital.

4.3. *Uma tipologia do trabalhador migrante na produção de celulose e papel*

Tendo em mente a complexidade do assunto e do fenômeno real a que se pretende esquadrihar, julgamos necessário, senão imprescindível, estabelecer uma tipologia dos trabalhadores migrantes de que por ora estamos tratando. Para tanto, foram considerados aspectos como local de origem, ocupação/categoria profissional, representação sindical, nível de qualificação, tipo de vínculo de trabalho, tipo de migração e, por fim, condições de vida e de trabalho no local. Trata-se, por certo, de uma análise descritiva, mas que ajuda na compreensão da própria morfologia compósita e fragmentada da classe trabalhadora nos dias de hoje, e de sua relação com a mobilidade espacial da força de trabalho.

Por meio deste procedimento chegamos a três grupos principais:

- A. O dos Trabalhadores da construção civil e da montagem das plantas fabris;
- B. O dos trabalhadores do plantio e do manejo do eucalipto;
- C. O dos trabalhadores da indústria;

4.3.1. *Trabalhadores migrantes da construção/montagem das plantas fabris*

O primeiro grupo abrange os trabalhadores volantes, ou como são chamados, os “peões do trecho”. É o mais numeroso encontrado no complexo e também aquele em que a migração para o trabalho é fato que abrange a quase totalidade dos trabalhadores envolvidos. Por isso, especial atenção será dada a sua descrição e análise no presente trabalho. Dele fazem parte os trabalhadores que atuam na construção e montagem das plantas fabris contratados para ocupar os milhares de postos de trabalho gerados nesta fase dos empreendimentos (Figura 22).



Figura 22 - Trabalhadores da construção civil no canteiro de obras da fábrica da Eldorado em Três Lagoas
Autor: Tayrone Roger A. Asevedo. (04/2012).

São ajudantes gerais, armadores, caldeireiros, carpinteiros, pedreiros, soldadores, pintores, eletricitas, encanadores, marteleiros, funileiros, instrumentalistas, isoladores, mecânicos, montadores de andaimes, oficiais, operadores de máquinas (betoneiras, acabadora e basculante) e de veículos pesados (caminhão asfalto, comboio, espargidor, motoniveladora, pá carregadeira, retroescavadeira, rolo compactador, tratores, usina de concreto e escavadeira)¹²⁶.

Em sua ampla maioria, segundo pôde-se constatar, esses trabalhadores são homens, cuja faixa etária varia entre 18 e 40 anos, oriundos dos estados da Região Nordeste. Ao que tudo indica não há um estado predominante na emigração deste grupo; os trabalhadores entrevistados citaram o Sergipe, o Maranhão, o Piauí, a Bahia, Pernambuco e a Paraíba como os principais estados de origem, mas alguns afirmaram haver também cariocas, capixabas e até paraenses trabalhando nos canteiros de obras.

¹²⁶ As funções foram extraídas do Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2013 celebrado entre os dois sindicatos da construção civil atuantes em Três Lagoas (SINTRICOM-MS e SINTIESPAV-MS) e onze empresas envolvidas nas obras da fábrica da Eldorado Brasil, protocolado no dia 20/07/2011. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/mediador>>.

Estes homens partem de suas regiões de origem, habitualmente, a partir de um convite feito pelo agenciador, ou mesmo, da sua procura individual por emprego em agências de recrutamento de mão de obra que atuam diretamente nessas localidades. Há ainda o deslocamento por conta do próprio trabalhador até a cidade de Três Lagoas, visando encontrar emprego, para só então ser contratado e ter sua carteira de trabalho assinada – “ser fichado”, na linguagem utilizada por eles.

Sobre a primeira forma de agenciamento, a mais usual entre elas, um trabalhador maranhense nos deu a seguinte explicação:

A maioria deles [os trabalhadores] a empresa faz assim: ela “puxa” um encarregado e o encarregado “puxa” a mão de obra dele – ajudante, carpinteiro, armador, montador – e eles trabalham nesse... No meu caso mesmo, eu vim com um encarregado de lá [do Maranhão] e ele até agora tá no Rio de Janeiro, em Angra [dos Reis]. (Informação verbal, 14/12/2011. Transcrição literal)¹²⁷.

Nesse caso, trata-se de uma relação baseada na identidade profissional e em laços de confiança já constituídos no local de origem. O encarregado, já contratado pela empresa, recebe dela a missão de recrutar uma equipe, a qual, no local de destino, estará sob suas ordens para executar determinados tipos de trabalho. Ouvimos relatos de trabalhadores que foram recrutados dessa forma sem nem mesmo saber para onde iriam: “eu vim pra cá porque eu não sabia que era pra cá, vim a saber no meio do caminho já, aí já era tarde pra voltar”, desabafou um trabalhador pernambucano (Informação verbal, 15/12/2011. Transcrição literal)¹²⁸.

Nos casos em que o trabalhador se desloca por conta própria, é recorrente a presença de *redes sociais*¹²⁹ que facilitam a migração e reduzem seus principais riscos. A decisão de migrar se dá, pois, mediante o contato com um parente ou amigo que já se encontra em Três Lagoas e que intermedeia a relação entre a empresa e o interessado no trabalho.

¹²⁷ Entrevista realizada por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ O conceito de *redes sociais* tem ganhado cada vez mais destaque nos estudos sobre migração e diz respeito, fundamentalmente, ao meio pelo qual os sistemas migratórios se processam, em se considerando o migrante “não somente por seus atributos pessoais ou intenções individuais, mas sim como uma entidade dotada de relações que se conecta a outros conjuntos definidos por laços de parentesco, amizade, conhecimento, trabalho” (MATOS; BRAGA, 2004, p. 4). As redes sociais são conjuntos de pessoas que constituem laços de confiança e fidelidade entre si, mais do que com aqueles que estão fora dela; são a mediação da relação do migrante com a sociedade de adoção e é por meio delas que se mobilizam os recursos e as estratégias para a migração (DORNELAS, 2001). A família é a mais fundamental e elementar das redes sociais, em especial entre os pobres.

Os motivos da forma de migração que realizam são sempre econômicos. A falta de emprego ou a baixa remuneração em sua região de origem os levam a empreitada da migração como modo de assegurar sua própria sobrevivência, e de sua família, em alguns casos, como segue:

Eu mesmo sou pai de família, vim pra cá pra ajudar minha família. Eu passei cinco anos parado na minha casa, e cinco anos não é cinco dias não! Minha mulher me sustentando, e eu dentro de casa comendo e dormindo. Hoje eu arrumei esse serviço aqui pra mim ajudar ela, pra ela “caçar” outro serviço [pra mim] perto de casa. Eu to mandando tudo as minhas coisinhas pra lá. Tenho dois filhos pra ajudar [...] (Informação verbal, 15/12/2012. Transcrição literal)¹³⁰.

Noutros casos, a migração para o trabalho nas obras figura como uma forma de melhorar materialmente de vida no local de origem. Tal como constatado por Borges (2012), existem migrantes que afirmam ser proprietários de terrenos, casa, carro, caminhonete e outros bens de alto valor em sua terra natal.

O trabalho é por tempo determinado; dura enquanto durar a obra ou uma de suas etapas. Por isso, é comum que os “peões do trecho” permaneçam no município por um período relativamente curto, que gira em torno de um ano ou um pouco mais, e em seguida retornem para suas localidades de origem, ou sigam direto para outras obras Brasil a fora.

Ao longo do período em que os migrantes estão trabalhando na região, cabe as empresas conceder alojamento adequado a eles (NR-18, item 4)¹³¹. Para esta finalidade, foram construídos quatro grandes alojamentos, o maior deles, o alojamento-I da Eldorado popularmente conhecido como “Fazendinha”, tem capacidade de abrigar até 1.900 trabalhadores (Figura 24). Três desses alojamentos estão localizados no município de Três Lagoas (um dos quais atualmente usado para abrigar trabalhadores da obra da Sitrel), e um quarto, no município de Selvíria (MS), onde também estão alojados trabalhadores das obras da Eldorado. (Figura 23).

¹³⁰ Entrevista realizada por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

¹³¹ Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A280000138810ED86B450B/18.4%20-%20%20C3%81reas%20de%20Viv%20C3%AAncia.pdf>> (acessado em 17/09/2012).

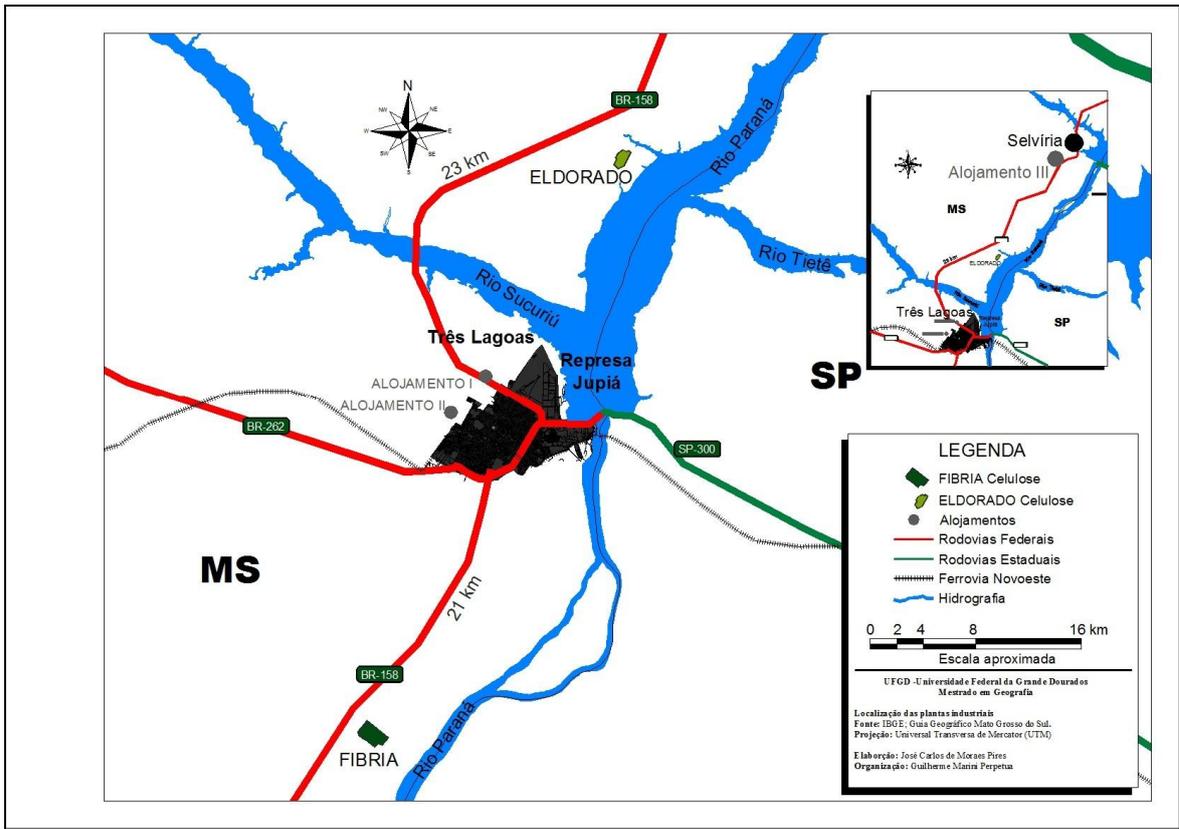


Figura 23 – Localização Aproximada dos Maiores Alojamentos Atualmente Utilizados pelos Trabalhadores da Construção/Montagem da Empresa Eldorado Brasil
Elaborado por José Carlos de M. Pires e organizado pelo autor.



Figura 24 – Alojamento I dos Trabalhadores da Empresa Eldorado Brasil em Três Lagoas

Autor: Guilherme Marini Perpetua (14/12/2012).

Atendendo ao mesmo propósito, foram construídos ou alugados dezenas de prédios que servem como alojamentos de porte intermediário, abrigando algo em torno de 300 a 400 homens, e foram alugadas mais de uma centena de casas espalhadas pela cidade, as chamadas “repúblicas de trabalhadores”, que funcionam como alojamento para grupos menores.

A rotina de trabalho desses homens é dura, pois além do horário de trabalho estabelecido por lei (40 horas semanais), eles geralmente fazem muitas horas-extras quando há essa possibilidade, no intuito de juntar mais dinheiro para levar pra casa – “fazer um cacho”, nas suas palavras –, fazendo valer a pena as distâncias percorridas e o longo período de viagem.

Nos momentos em que não estão no eito, são poucas as opções de lazer. Para os que se alojaram na cidade, uma volta pelas ruas do centro ou um passeio na “casa das primas” (prostíbulo) “para aliviar” (Informação verbal, s/d)¹³²; já para os que estão nos alojamentos

¹³² Informação extraída de entrevista realizada por Vitor Borges, aluno do curso de graduação em Geografia da CPTL/UFMS que desenvolveu pesquisa sobre a migração temporária em Três Lagoas (BORGES, 2012).

maiores e mais afastados da cidade, resta quase sempre apenas a conversa com os amigos e o jogo de baralho.

Sobre o destino dos trabalhadores após o término da obra ou da etapa para a qual foram contratados, vários depoimentos indicam a existência de uma espécie de *circuito espacial do trabalho volante*, abrangendo fábricas como as de Três Lagoas, usinas hidrelétricas, estádios de futebol em construção ou reforma para a Copa do Mundo da FIFA (2014), obras relacionadas à transposição do Rio São Francisco e outras grandes obras vinculadas às políticas públicas enraizadas, sobretudo no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Fato que contribui para isso é que grande parte dos trabalhadores volantes possui experiência prévia e, em certos casos, formação técnica para o tipo específico de trabalho que executam. Sua inserção profissional está condicionalmente ligada a este *savoir-faire*, e se dá por meio de sua contratação por uma firma especializada na realização desse tipo de trabalho nas grandes obras de engenharia. Do mesmo modo, a onipresença da terceirização pode ser atribuída, em certa medida, a intensa divisão do trabalho nesses espaços.

No caso das fábricas de celulose de Três Lagoas, constatou-se o seguinte esquema: uma empresa principal (Fibria ou Eldorado), chamada de “empresa-mãe”, elabora o projeto e fica responsável por sua execução; para tanto, ela contrata uma série de outras grandes firmas (empreiteiras), cada qual responsável por uma parte ou etapa da obra (terraplanagem, estrutura, montagem da caldeira, construção da chaminé etc.); tais firmas, por sua vez, subcontratam um sem número de outras firmas menores, que muitas vezes subcontratam outras, e assim sucessivamente. Ao longo da construção do Complexo Fibria-IP, por exemplo, cerca de 230 empresas estiveram envolvidas nas diversas frentes de trabalho, sob responsabilidade de 12 empreiteiras contratadas pelas empresas-mãe (BBC NEWS, 14/12/2007)¹³³. Esquema semelhante foi adotado pela Eldorado.

Sucedem que, apesar de funcional, esse tipo de organograma se estrutura de uma maneira tal que sobram espaços para irregularidades e descumprimentos da legislação trabalhista. Em muitos casos, o trabalhador se vê na base de uma hierarquia composta por quatro, cinco e até seis empresas, cada uma delas responsável apenas pelo serviço para o qual foi contratada pela anterior, e considerando-se isenta dos ônus devidos para com os trabalhadores. Veja-se a declaração do responsável pelo CIAT-Três Lagoas sobre o fato:

¹³³ Disponível em: < [http://www.bbcnews.com.br/index.php?p=noticias&cat=21&nome=Três Lagoas&id=124659](http://www.bbcnews.com.br/index.php?p=noticias&cat=21&nome=Três%20Lagoas&id=124659)> (acessado em 10/03/2011).

[os trabalhadores] não gostam, eles preferem trabalhar direto [...] Esse ano mesmo, teve uma empresa lá que foi embora, abandonou, deixou os funcionários aí e foi embora. Não pagou nada, porque ela tinha um contrato com a Eldorado e não conseguiu cumprir o contrato. O que ela fez? Ela pegou as coisas dela e foi embora, não pagou ninguém, porque a Eldorado cortou o pagamento dela [sic]. E isso acontecia muito com a Fibria. A firma não cumpria o contrato no prazo, ela ia lá e cortava. Então isso complica, porque tem um prazo, é tudo em etapas, por exemplo: um corredor, a firma é contratada pra construir um corredor e se eles não cumprissem a Fibria ia segurar. Então na época da [construção da Fibria] aconteceu muito isso, teve uns dois ou três casos. Então eles ficam com receio de trabalhar [nas terceirizadas], por mais que a firma responsável seja a Fibria (Informação verbal, 15/12/2011. Transcrição literal).

É certo, pois, que nem todas as empresas agem com a mesma irresponsabilidade frente aos trabalhadores. Há aquelas que dão um suporte maior e que, por isso, são muito bem vistas pelos próprios funcionários, como na fala a seguir, feita por um trabalhador que atua no canteiro: “têm muita empresa boa lá dentro, que ajuda o cara, dá suporte; só que no meio daqueles bons tem os ‘fuleirinhos’” (Informação verbal, 14/12/2011)¹³⁴. Também é certo que, em última instância, a empresa que deve responder pelo conjunto de todos os funcionários no caso de irregularidades é a empresa-mãe e não a terceirizada.

Todavia, nada disso impediu que diversas irregularidades ocorressem, sendo denunciadas desde o início das obras. O trabalhador volante da construção civil e montagem, sem dúvida, é aquele que experimenta os maiores problemas em sua relação com os empregadores no complexo.

Um documento (Anexo 3) redigido em conjunto pelos dois sindicatos que representam os trabalhadores (SINTIESPAV/MS e SINTRICOM-Três Lagoas/MS) e pela comissão de trabalhadores das empresas de construção civil do Projeto Eldorado em 2011¹³⁵, lista uma longa série de irregularidades por parte de algumas empresas, dentre as quais interessa destacar: 1) maus tratos aos trabalhadores por funcionários encarregados; 2) não entrega do espelho de pontos e do holerite aos trabalhadores e indisponibilidade da marcação de pontos aos sábados e domingos; 3) não reembolso do valor da passagem de vinda dos trabalhadores de seus locais de origem até Três Lagoas, e de retorno quando de seu desligamento; 4) agenciamento irregular, com contratação em Três Lagoas, cobrança de taxas adicionais pelo agenciador e custeio das despesas com alimentação nas viagens

¹³⁴ Entrevista realizada por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

¹³⁵ A cópia anexa do documento em questão foi gentilmente cedida por um representante do SINTIESPAV-MS, a quem devemos sinceros agradecimentos.

pelos próprios trabalhadores; 5) em relação à folga de campo¹³⁶, negação da permissão para realizá-la e do seu custeio, tempo insuficiente para a sua realização a contento, depósito parcelares dos valores de custeio junto com o salário e sem aviso, pagamento de valores abaixo do necessário para os custos, troca obrigatória da folga de campo por hora-extra ou compensação em dinheiro; 6) impedimento de realização de hora-extra, em alguns casos, com a existência de trabalho por turno; 7) deslocamento até as frentes de trabalho demorado (cerca de 30min) realizado a pé, com o aumento da jornada de trabalho e a redução do tempo de almoço; 8) inexistência de veículos para o transporte dos trabalhadores dos alojamentos até postos de saúde quando necessário; 9) prisões de trabalhadores pela polícia (ROTAI) por motivo de reclamação da alimentação; 10) trabalhadores exercendo funções para as quais não estão registrados; 11) dispensas em massa dentro do período de experiência; 12) falta de tempo hábil para o recebimento do salário nos terminais bancários localizados na cidade; 13) falta de condições mínimas de higiene e de espaço necessário para a instalação dos trabalhadores em alojamentos espalhados pela cidade; e finalmente, 14) não pagamento da hora *in itinere*¹³⁷, com deslocamentos diários que chegam a somar entre 1h30min e 2h00.

Além disso, alguns trabalhadores entrevistados alegaram estar muito insatisfeitos com os salários, pois não raro percebem deduções no pagamento das horas-extras realizadas, não computadas no holerite e, portanto, não pagas corretamente.

Atenção especial deve ser dada às irregularidades referentes às condições de alojamento. Kudlavicz (2011a) relata que, durante a construção do complexo Fibria-IP, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) encaminhou denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT) em que constava que, para baratear os custos, as empresas contratadas superlotavam hotéis e alojamentos, deixando os trabalhadores em condições inadequadas

¹³⁶ A *folga de campo* não é um direito previsto na legislação trabalhista, mas um benefício facultativo que foi negociado e incluído em acordos coletivos do setor de construção civil nas obras das fábricas de celulose em Três Lagoas. Consiste, basicamente, num retorno periódico (a cada 60 dias) do trabalhador migrante para a sua região de origem, com vistas a visitar os familiares e, em seguida, retorno para o trabalho, tudo sob custeio da empresa.

¹³⁷ O termo *in itinere* diz respeito ao tempo de deslocamento do empregado entre a sua residência e o local de trabalho e vice-versa. Constitui um direito do trabalhador (artigo 58 da CLT), em situações específicas previstas pela Súmula nº 90 do TST, que em seu parágrafo primeiro estabelece que: “o tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso ou não servido por transporte público regular e para seu retorno, é computável na jornada de trabalho de trabalho”. Para o caso específico em estudo, é normatizada ainda pela NR 31. Disponível em: <http://www.bbcr.com.br/clipping/07_06_05_clipping_direito_trabalho_tempo_deslocamento.pdf> (acessado em 18/09/2012).

que beiravam a insalubridade. O resultado foi a criação de uma força tarefa, da qual o próprio autor fez parte, que realizou visitas a alguns alojamentos no dia 12 de fevereiro de 2008, constatando o seguinte:

Constatamos que estavam alojados mais de 400 trabalhadores em quartos com 10 (dez) beliches, sem guarda roupa, sem ventiladores e com ar condicionado quebrado. No local existia uma fossa a céu aberto exalando mau cheiro próximo a cozinha e ao refeitório. Esses também não ofereciam condições adequadas para atender todos os trabalhadores no momento das refeições obrigando-os a tomarem as refeições nos quartos. Segundo depoimentos dos trabalhadores, a situação “já esteve pior” porque houve dias em que jantaram a meia noite (KUDLAVICZ, 2011a, p. 157).

Três meses depois, após a descoberta de outras irregularidades no que tange ao estabelecido pela Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego (NR-18) em outros locais, o MPT determinou o fechamento de cinco alojamentos pequenos da cidade.

Mas as irregularidades não pararam por aí. Problemas semelhantes estão sendo observados ao longo do período de construção da planta da Eldorado Brasil. Um representante do SINTIESPAV-MS afirmou que, ao visitar um alojamento da cidade, deparou-se com a seguinte situação:

[...] Tinha 100 pessoas numa casa, era um sobrado grande; no fundo tinha os barracos. No fundo, os barracos que tinham lá eram umas três a quatro construções de madeirite. Tinha 15 pessoas em cada quarto. Na casa inteira, pra essas 100 pessoas, tinha só 3 banheiros. Água [era] muito precária, alimentação também (Informação verbal, 17/10/2011. Transcrição literal).

Assim, pois, é preciso notar que as irregularidades só fazem agravar a já precária situação em que estão submersos esses migrantes temporários, pela própria lógica desumanizante que está na essência da mobilidade espacial da força de trabalho, mas ainda, pelo caráter desse tipo de migração no contexto socioespacial em que se insere.

Tomando por base a tipologia proposta por Martins, em seu texto seminal sobre migrações temporárias (1988), pode-se classificar a migração na qual estão envolvidos esses trabalhadores como *temporária não-cíclica*, realizada por trabalhadores rurais e urbanos levados como peões assalariados para trabalhar na construção de grandes obras.

Se o fenômeno da migração é sempre, por natureza, carregado de sentidos sociológicos e geográficos profundos, pode-se afirmar que o migrante temporário é aquele que encerra, em sua própria condição, toda esta complexidade. Como afirma Martins:

Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é *viver, em espaços geográficos diferentes*, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar com o ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. [...] *É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum*. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca (MARTINS, 1988, p. 45. Grifos nossos).

Por um lado, a condição precária do migrante temporário da qual fala o autor reside no próprio caráter do seu deslocamento, que permite um aumento de sua exploração enquanto força de trabalho. A empresa capitalista aproveita-se das pressões que impelem os trabalhadores em sua terra natal, forçando a remuneração de sua força de trabalho para baixo, muitas vezes até níveis intoleráveis, e fazendo assim, com que eles viabilizem uma forma paradoxal de aumento da composição orgânica do capital não pelo desenvolvimento das forças produtivas (capital constante), mas pelo barateamento da mão de obra (capital variável) (MARTINS, 1988).

Por outro lado, o migrante temporário experimenta um doloroso processo de (des)construção identitária. Na migração temporária, ao contrário do que ocorre na migração permanente, não se completam os dois momentos extremos do processo de migração: o da *dessocialização* no local de origem e o da *ressocialização* no local de destino. Por isso, o migrante temporário deve ser entendido sempre a partir da noção de “ausência”; ele está sempre fora da sua casa, fora do “seu lugar”, e à margem das novas relações sociais e territorialidades com as quais se depara.

Em termos existenciais, migrar significa deixar o espaço de referência identitária original, alterando, com isso, a territorialidade consolidada que até então era responsável pela formação do ser enquanto pessoa, e sobre a qual se edificava a sua identidade (MARANDOLA JÚNIOR; DAL GALLO, 2010). A migração provoca, dessa forma, uma *insegurança existencial* que deve ser paulatinamente sanada pela construção, no novo espaço, de uma nova territorialidade, por meio de processos de redefinição identitária que não são sucessivos nem ordenados.

Segundo Marandola Júnior e Dal Gallo (2010):

É por isso que a desestabilização da *ligação essencial ser-lugar* causa um abalo na segurança existencial e identidade territorial do migrante, que tem de enfrentar um desencaixe espacial. Isso o torna suscetível à angústia e ansiedade, impondo a necessidade de enraizar-se no lugar de destino, ou de manter os vínculos com o lugar natal, apesar de ter migrado. A segurança existencial e a identidade dependem de a pessoa

estabelecer e cultivar laços com o lugar, envolvendo-se com ele (p. 410-411. Grifos nossos).

Ora, se a restituição da segurança existencial depende dos novos vínculos cultivados com o novo lugar, o que dizer dos peões do trecho em seu movimento sempre contínuo entre lugares diferentes? E mais: como pensar em estabelecer laços com o lugar e envolver-se com ele quando, ou se está no local de trabalho (canteiro de obras) ou se está confinado em um alojamento a vários quilômetros da cidade, sem muitas possibilidades de chegar até ela e retornar com êxito e tranquilidade?

Não é difícil deduzir, pois, que estes homens experimentam uma constante sensação de desenraizamento e de despertencimento, que no caso em questão, é agravada de maneira dramática pelas flagrantes manifestações de preconceito e discriminação em Três Lagoas e em outros municípios da região. Em nossa pesquisa tivemos acesso a declarações chocantes nesse sentido.

A chegada repentina de milhares de homens, trabalhadores, migrantes e quase sempre nordestinos, à tradicional região da pecuária, criou um receio *a priori*, sem fundamento concreto, baseado apenas em valores preconceituosos historicamente consolidados no imaginário social brasileiro (e Sul-matogrossense). Esperava-se, a princípio, que a vinda dos trabalhadores fosse resultar em aumento da criminalidade e num verdadeiro caos social.

Tendo tal receio como fundamento de sua ação, e aproveitando a oportunidade para justificar os baixos salários e neutralizar possíveis recalcitrâncias dos trabalhadores migrantes, as próprias empresas trataram de instituir mecanismos de coação e controle da força de trabalho. O primeiro deles foi a elaboração de palestras de “conscientização” nas quais se buscava inculcar valores de bom comportamento e normas de convívio social. Veja-se a percepção de um trabalhador pernambucano sobre o fato:

Nos primeiros dias que eu cheguei aqui já teve aquela palestra... Não é certo, não é certo! Eu sou um cara de idade, vou fazer 35 anos; eu sei o que é o certo e eu sei o que é errado, tá entendendo? O errado que tenho é só a minha cachaça e o meu cigarro, as outras coisas eu não faço. Agora a palestra que teve aí, eles fizeram certo? *Pedofilia*? Eu tenho uma filha que é pequena, é ‘de menor’, e eu não gostaria que existisse alguma coisa com ela. Mais no caso, eles alegaram que está chegando muita gente de fora e esse negócio mesmo [sic] de alojamento não tem como né (Informação verbal, 15/12/2012. Transcrição literal)¹³⁸.

¹³⁸ Entrevista realizada por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

O que explica a associação automática entre os trabalhadores migrantes e a pedofilia revelada na fala? E não é só isso. Para as empresas, o poder público e, conseqüentemente, uma grossa parcela da população local, o maior risco era o de aumento dos furtos, dos roubos e da violência nas cidades que receberam os migrantes. Uma lamentável prova disso foi dada pela Polícia Militar de Selvíria, na segunda quinzena do mês de outubro de 2011, ao deflagrar uma operação de combate à criminalidade denominada oficialmente de “Operação Candango”. Num artigo de repúdio à denominação, o Prof. Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira, do curso de história da UFMS, explicita um trecho de nota dos órgãos de segurança sobre a operação:

Preliminarmente a operação está sendo denominada de Operação Candango, considerando que se projeta a chegada de mais de mil homens para se alojarem na cidade, onde foi construído um alojamento para mais de setecentas pessoas, além da existência de outros locais destinados para tal finalidade (JORNAL DO POVO DE TRÊS LAGOAS, 08/11/2011)¹³⁹.

“Curiosamente”, para o espanto das autoridades, das cinco diligências realizadas apenas uma envolvia diretamente um trabalhador migrante, e nas páginas dos noticiários policiais desde então é raro encontrar um contraventor com este perfil estigmatizado. O mesmo fato pode ser confirmado no depoimento do Diretor de Indústria e Comércio de Três Lagoas:

Eles [os trabalhadores] foram mais vítimas do que vitimaram alguém. Era muito comum ouvir serem roubados, apanhar, assaltados, roubar república. Esses trabalhadores... É interessante, a gente pensava que eles iam molestar as mulheres, as crianças, a cidade ia ficar um caos. Não, isso não aconteceu de forma contundente assim (Informação verbal, 17/10/2011. Transcrição literal).

Na realidade, quem tem motivos para temer por sua segurança não é o morador local, mas sim o trabalhador que vem de longe e que sofre constantes ameaças. Aliás, um dos aspectos mais marcantes constatados nas entrevistas é a insegurança, o medo da violência dos três-lagoenses contra eles. Quando questionados sobre qual seria o maior problema nos alojamentos e na vida na nova cidade, um grupo de mais de quinze homens respondeu sem reticências que não eram as condições de espaço e higiene nos alojamentos, nem a comida, nem a saudade de casa, mas a falta de segurança. Em suas próprias palavras:

O “sistema aqui é bruto”, aí a segurança no final de ano não melhora, precisa melhorar né, porque os [seguranças] que estavam aí deram

¹³⁹ Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=43231> (acessado em 17/05/12).

problema, apontando arma na cara dos trabalhador. [Foi] o mesmo policial, apontou a arma pra dois trabalhador. Ele tava trabalhando aí, fazendo bico aí, armado. Logo depois do que aconteceu, logo ontem aconteceu de novo, por isso que a galera hoje não foi trabalhar. A gente teve que reunir e fazer isso *porque aqui todo mundo é trabalhador né, ninguém é vagabundo aqui...* Aí [o segurança] fica pegando a arma e apontando na cara dos outros! E se dispara? Isso aconteceu duas vezes já, e é polícia! Se a gente ta andando na rua ai eles perguntam: “você é baiano? você é baiano?” Se o cara for baiano vai apanhar [sic]. Outro dia, pegou um carioca ali, e o cara disse: “rapaz, eu sou carioca”. [...] Baiano não pode sair pra cidade então... Quer dizer, que preconceito é esse? Nós é que dá lucro pra cidade. Que preconceito é esse? Sempre tem alguns que apronta, não só baiano, mas em geral né. Eles tão ai pra fazer a segurança nossa, e não pra da uma de “tirador de banca” (Informação verbal, 14/12/2011. Transcrição literal).

Nos dois episódios a que se referem os entrevistados, policiais armados supostamente contratados para fazer a segurança dos trabalhadores alojados agiram com truculência, em função de comportamentos considerados inaceitáveis sob seu julgamento, como a ingestão de bebida alcoólica fora do horário de expediente, o que levou os mais de 300 homens alojados a cruzarem os braços por dois dias, exigindo uma tomada de atitude da empresa responsável.

Noutro trecho da mesma entrevista, os trabalhadores afirmam que, após o segundo caso de agressão e ameaça ocorrido, foram terminantemente proibidos de entrar ou sair do alojamento após as 19hs00, ficando impedidos, inclusive, de falar ao celular com a família do lado de fora, longe dos demais companheiros. Dessa forma, desenha-se aos poucos uma disciplina capitalista com aspectos semipenitenciários e policialescos, que extrapola os muros da fábrica em construção, docilizando os corpos dos trabalhadores mesmo após o horário de serviço.

Outro elemento da fala é a alcunha de “baiano”, que no contexto indicado assume tom pejorativo, sendo aplicada a todos os migrantes indiscriminadamente. Ser nordestino ou procedente de qualquer outro estado em Três Lagoas passou a ser sinônimo de ser baiano, e, portanto, objeto de clara discriminação e repressão policial.

Por tudo isso, é fácil reconhecer visualmente os peões do trecho ao transitar pela cidade. As marcas da discriminação pela classe, pela cor da pele e pela procedência estão inscritas no corpo, nas vestimentas e no comportamento desses homens: são geralmente negros ou pardos; usam bermuda, camiseta e chinelo; andam a pé e sempre em grupo, talvez por medo da violência e certamente em busca da empatia dos seus pares, já que esta lhes foi negada por boa parte dos moradores locais.

4.3.2. *Trabalhadores migrantes do plantio e do manejo do eucalipto*

O segundo grupo de trabalhadores migrantes analisados compreende aqueles que atuam no setor agrícola propriamente dito, ou seja, nas atividades ligadas ao cultivo do eucalipto. São tratoristas, plantadores, aplicadores de veneno, operadores de máquina colhedeira, dentre outros, empregados no preparo do solo, no preparo das mudas, no plantio direto, na pulverização do eucalipto, na aplicação de veneno para exterminar as formigas etc.

Como se pôde constatar, do amplo conjunto de trabalhadores que atuam nas atividades de produção da matéria-prima da celulose, apenas uma parcela é formada por migrantes, sendo outra parte, composta por trabalhadores que moram nas cidades da região, mas, sobretudo, em assentamentos da reforma agrária. Nesta situação estão muitos moradores dos assentamentos São Joaquim e Alecrim, ambos localizados no município de Selvíria (MS), contratados pela Eldorado Brasil, e outros do Projeto de Assentamento 20 de Março, situado no território de Três Lagoas, segundo informou-nos um representante da CPT que atua na região.

Conforme o relato de um trabalhador entrevistado, a proporção entre funcionários naturais da própria região e aqueles que são migrantes variou ao longo dos anos. No início do trabalho de constituição da base de cultivo da Fibria, por exemplo, a quase totalidade da mão de obra era oriunda da própria região, o que foi sendo alterado, em virtude do aumento da demanda com o início das operações da Eldorado.

De princípio era tudo aqui de Três Lagoas, mas a mão de obra começou a depender muito... A demanda não foi possível e começou a migrar muito, as pessoas começaram a migrar pra cá, tanto pra área de plantio, quanto pra terraplanagem em indústria, pra construção civil nas empresas [...] *Hoje, na nossa microrregião aqui [sic] a maior parte são de migrações, então, mão de obra de fora, de outro estado* (Informação verbal, 26/09/2012. Transcrição literal)¹⁴⁰.

De acordo com o mesmo entrevistado, ocorre também um movimento de mão de obra entre os setores da construção civil/montagem e agrícola, fato que acompanha, basicamente, o fim do trabalho nas etapas das grandes obras, e a demanda por ele nas atividades do campo. Assim, por vezes, o trabalhador migrante que vem para o emprego na construção das fábricas, procurando não ficar desempregado, dirige-se para as frentes de produção da matéria-prima.

¹⁴⁰ Entrevista realizada por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

Muito daquilo que se aplica aos trabalhadores volantes da construção civil, aplica-se igualmente aos trabalhadores migrantes desse segundo grupo. A maioria é originária dos estados da Região Nordeste, alguns da Região Norte, e há também uma presença considerável de migrantes provenientes do estado de Minas Gerais (o que ajuda a compreender os dados das tabelas 14 e 15). Assim como os da construção civil, no período em que permanecem na região, ficam abrigados em alojamentos ou repúblicas, sempre distantes do seu local de trabalho.

Essa informação pode ser constatada no depoimento de um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas, durante entrevista:

Aqui nós temos pessoas da Região Sudeste e da região Nordeste, e as vezes até Norte. Nós temos pessoas do Maranhão, de Pernambuco, do Pará, de Minas Gerais, da Bahia... Então, esse pessoal constantemente está lotando os alojamentos aí, tanto para o plantio, para o cultivo da madeira, quanto pra construção civil. Então, *Três Lagoas está assim, abarrotada de gente de fora que vem pra cá pra estar atendendo essa demanda das empresas nos dois campos*, tanto no campo da construção civil, quanto no campo do plantio e do cultivo do eucalipto (Informação verbal, 18/11/2011. Transcrição literal).

É mister notar que apesar do trabalho localizar-se no campo, assim como no caso dos “boias-frias” que são empregados noutros cultivos, os trabalhadores migrantes da silvicultura do eucalipto residem na cidade, pois não há nenhuma possibilidade de coincidência entre local de trabalho e local de habitação. Ao contrário do que costumeiramente ocorre com os primeiros, no entanto, estes últimos não recebem pagamento por dia ou safra, sem registro em carteira, mas são em sua totalidade assalariados contratados pelas grandes empresas da celulose ou por empresas menores, conhecidas como “empresas de reflorestamento”, subcontratadas por elas para realizarem tal atividade.

O que se tem neste caso, é o estabelecimento de uma relação social propriamente capitalista, e não a combinação entre distintas relações sociometabólicas. Sobre a relação entre o desenvolvimento (contraditório) do capitalismo no campo e o assalariamento, Ariovaldo Umbelino de Oliveira dá a seguinte explicação:

[...] a relação capitalista de produção é, na sua essência, uma relação social de produção, uma relação onde capital e trabalho são contraditoriamente produtos dela mesma, ou seja, só é relação especificamente capitalista de produção a relação social de produção baseada no trabalho assalariado. [...] Como sabemos, muitos são os setores e lugares onde essa relação de produção aparece no campo. Em geral domina aqueles setores onde o processo produtivo necessita de pouco tempo de trabalho, como é o caso da pecuária de corte e do

reflorestamento, por exemplo, ou aqueles em que o avanço tecnológico permite uma redução do tempo de produção em relação ao trabalho [...] (OLIVEIRA, 1987, p. 65).

O monocultivo do eucalipto, nos moldes em que atualmente é praticado na região, parece ser uma junção dos dois aspectos salientados pelo autor. A produção é extremamente mecanizada, nas atividades que permitem esta estratégia, quais sejam, no preparo do solo e no corte do eucalipto; atualmente, chega-se a falar em 85% de mecanização (WRM, 2012). As próprias características específicas do cultivo inviabilizam a mecanização total, o que faz com que todo o processo, que vai desde o plantio até o período no qual as árvores alcançaram o ponto de corte (cerca de sete anos), seja manual. Ainda assim, nota-se que um número muito reduzido de trabalhadores é suficiente para suprir toda a demanda das centenas de milhares de hectares de eucaliptais que abastecem as fábricas.

O processo de trabalho no setor agrícola pode ser descrito da seguinte maneira: primeiramente, há a produção das matrizes (mudas de eucalipto clonadas) em *viveiro* (Figura 25); tais mudas são transportadas para o campo, que, enquanto isso, é preparado para o plantio com o *arranquio* (retirada) da vegetação preexistente na área, e a abertura dos sulcos e *adubação* por parte dos tratoristas; em seguida, ocorre o *plantio* das mudas (Anexo 26), as quais, com o seu crescimento, receberão a atenção dos aplicadores de veneno para o *combate às formigas* e dos trabalhadores do setor de *tratos culturais*, responsáveis pela eliminação de outras pragas. Alguns trabalhadores são empregados também em um *viveiro do campo*, que serve para a “reabilitação” das mudas após o transporte entre o primeiro viveiro e a área de plantio. Após todo o processo, atingindo o eucalipto o seu ponto de corte, entram em cena os trabalhadores do *corte* (Figura 27) (Informação verbal, 26/09/2012).



Figura 25 - Viveiro de Mudas Clonais da Fibria na Unidade de Três Lagoas
Autor: Guilherme Marini Perpetua. (10/2010).



Figura 26 – Trabalhadores Terceirizados na Área de Plantio da Fibria em Três Lagoas
Autor: Guilherme Marini Perpetua. (10/2010).



Figura 27 – Corte do Eucalipto na Unidade da Fibria em Três Lagoas
Autor: Guilherme Marini Perpetua. (10/2010).

É interessante notar que o trabalho no campo não é intermitente, mas contínuo, e exige o deslocamento constante dos trabalhadores entre um *horto* (como é conhecida a área de cultivo) e outro. De maneira semelhante, os entrevistados revelaram existir um constante remanejamento dos empregados entre funções as mais diversas, de acordo com a necessidade das empresas, de modo que, o final de uma etapa, na maioria das vezes, não significa o final do contrato de trabalho.

Em relação ao tipo de vínculo de trabalho, novamente segundo informações do representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas, no caso da Fibria, por exemplo, hoje, somente os trabalhadores do corte são diretamente empregados pelas empresas. Todos os demais pertencem às firmas terceirizadas/subcontratadas, que ao todo somam mais de uma dezena no campo. Entretanto, pode-se dizer que essa relação também é variável, apresentando-se como uma espécie de estratégia das empresas a redução ou ampliação do quadro de funcionários próprios e terceiros ao sabor da conjuntura.

A qualificação dos trabalhadores do setor agrícola, assim como na construção civil, chega, no máximo, ao nível técnico, no caso dos operadores de máquinas e equipamentos e/ou encarregados de produção, e costuma ser muito limitada no de todos os demais. Essa diferenciação reflete-se diretamente no salário, como indica o representante sindical supracitado quando questionado acerca da média salarial.

[O salário] fica em R\$ 621,00 com algumas empresas, e R\$ 625,00 para o [trabalhador] rural. Depois têm acréscimos de hora *in itinere*, de hora-extra e todas essas coisas que as empresas dão; e aqueles que ganham acima desse piso, eles têm sempre a cada data base que chega, uma negociação para conseguir um percentual acima desse salário, por exemplo, esse ano nós conseguimos 7% pra quem ganha acima do piso. Tem gente que ganha R\$ 1.300,00, R\$ 1.500,00, R\$ 2.000,00 (Informação verbal, 18/11/2011. Transcrição literal).

Os salários, para a maioria dos trabalhadores migrantes, são extremamente baixos, não passando muito do valor de um salário mínimo (R\$ 622,00)¹⁴¹, fora os acréscimos indicados, embora a rotina de trabalho seja intensa e exaustiva. Algumas informações obtidas indicam jornadas diárias que se estendem por 16 e até 17 horas, parte significativa desse total referente ao tempo de deslocamento entre local de habitação e local de trabalho. O relato de uma ex-funcionária entrevistada sobre sua percepção quanto à rotina de trabalho é digno de nota:

Eu achei assim, sofrido, porque quando a gente trabalhava lá, a gente saia de casa 4hs30min, parava um pouco só no escritório e ia embora. Chegava o que? 8hs00 da manhã, 9hs00, pra começar a trabalhar [e] ao retornar pra cidade, chegava 9hs00 da noite (21hs00). Pra comer, muito corrido, não dão muita hora. Assim, é um trabalho bruto, eu achei [...] (Informação verbal, 27/09/2012. Transcrição literal)¹⁴².

A mesma entrevistada relatou que muitas vezes as empresas não pagavam a totalidade das horas *in itinere*, e apontou a alimentação como um dos principais problemas, pois não raro as marmitas oferecidas pelas empresas estavam estragadas, fazendo com que muitos trabalhadores passassem mal. Isso ocorre, segundo ela, devido as grandes distâncias entre os hortos e a cidade.

Quando indagada acerca do seu conhecimento sobre alguém que tenha adoecido em função das atividades de trabalho, sua resposta foi preocupante: “a maioria”, sendo os principais tipos de enfermidades:

[dores no] braço, tendinite, [dores na] coluna. Porque assim, eles não dão um “tempinho” pras pessoas. É “ralo”. Da hora que chega até a hora do almoço, uma hora só de almoço e continua, e eles estavam fazendo as mulheres trabalharem junto e igual aos homens, na enxada. Já que a gente foi contratada pra formiga, aí depois eles começaram a colocar na enxada também. Aí estava sendo muito bruto e foi quando as mulheres se revoltaram e começaram a pedir as contas, pedir que mandassem embora (Informação verbal, 27/09/2012. Transcrição literal).

¹⁴¹ Valor do salário mínimo vigente desde 1º de janeiro de 2012. O piso salarial do trabalhador rural em MS está estipulado em R\$ 665,00.

¹⁴² Entrevista realizada por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

Vemos, pois, que nesse caso, a precarização presente nas relações de terceirização, e mesmo nos descumprimentos da legislação trabalhista, vem *pari passu* a degradação da saúde dos homens e das mulheres que trabalham. São estes os verdadeiros “empregos verdes”. Cabe indicar que mesmo com isso, o nível de sindicalização entre esses trabalhadores é muito baixo (quando não inexistente) e a atuação dos sindicatos, extremamente incipiente.

4.3.3. *Trabalhadores migrantes da indústria*

Por fim, o terceiro e último grupo de trabalhadores migrantes compreende aqueles que são empregados no setor industrial propriamente dito, e também alguns poucos responsáveis pelo setor de silvicultura. São funcionários das fábricas no controle da produção, chefes e encarregados nos laboratórios, administradores e demais funcionários do setor administrativo das grandes empresas.

Segundo as informações obtidas nas entrevistas, a maioria dos trabalhadores das fábricas nos setores citados é composta por migrantes, oriundos de diversos estados brasileiros, com predominância para os pertencentes às Regiões Sudeste e Sul, como pode ser percebido no trecho abaixo, extraído da fala do representante do SITITREL-MS:

Têm [trabalhadores] do Espírito Santo, têm de Minas [Gerais], têm do Sul, até do Pará têm, do “Projeto Jari” veio gente. É tudo ligado a papel e celulose. Então o pessoal que é experiente, que viu oportunidade de crescimento aqui então, fez a seleção né, mandou o currículo e foram admitidos. Então têm do Brasil inteiro, da Bahia têm bastante também (Informação verbal. 18/11/2011. Transcrição literal).

São pessoas (a grande maioria homens) com experiência prévia no trabalho em empresas do setor de celulose e papel em outros lugares, que veem os novos projetos como oportunidade de crescimento profissional. O tipo de movimento migratório de que fazem parte não é de cunho temporário, como nos casos descritos anteriormente, mas permanente. Migram para estabelecer residência em Três Lagoas por período indefinido, e por isso, os que são casados costumam trazer a família toda consigo e iniciar vida nova na cidade.

A qualificação varia, de acordo com a função que exercem, do nível técnico ao superior completo, chegando, em alguns casos, até a pós-graduação. Enquanto os trabalhadores do chão de fábrica e do controle da produção são em geral técnicos, os chefes de setor e o pessoal da área administrativa têm quase todos nível superior, às vezes

com especialização, mestrado e até doutorado. Afinal de contas, pertencem ao mesmo grupo inclusive os altos gestores do capital, suas *personificações* no local.

O ato de migrar, para esse tipo específico de sujeito, não é o resultado da pressão exercida por constrangimentos econômicos e sociais (baixo salário e desemprego, por exemplo) impostos na região de origem, e tampouco uma questão de sobrevivência. É, antes de tudo, uma opção tomada com planejamento, cujos objetivos maiores são a ascensão social e a melhoria da qualidade de vida.

No tocante a isso, cabe salientar que a migração de trabalhadores qualificados (especializados) possui, por sua própria natureza, características diametralmente opostas àquelas da migração temporária com pouca ou nenhuma qualificação. Primeiramente, como afirmam Taveira, Gonçalves & Freguglia (2011), porque ela é tida como uma das principais formas de difusão do conhecimento e tecnológico entre firmas e regiões, na medida em que os profissionais que a empreendem possuem um tipo específico de conhecimento que só pode ser transmitido via contato direto: o chamado *conhecimento tácito*. Por conta disso, são naturalmente muito valorizados, bem visto e até disputados pelas empresas.

Em segundo lugar, pelo fato de que esse tipo de migração se dá, na maioria das vezes, a partir de uma motivação pessoal do migrante em busca de melhorar seu padrão de consumo e de vida no local para onde migra. Segundo os autores supracitados:

Migrantes qualificados são atraídos por cidades com menor instabilidade social, ou seja, com menores desigualdades e menor nível de violência. Da mesma forma, são atraídos por locais com alto grau de dinamismo no mercado de trabalho, já que isso caracteriza maiores salários (TAVEIRA; GONÇALVES; FREGUGLIA, 2011, p. 251).

A migração nestes moldes “pode ser vista como um investimento em capital humano” (TAVEIRA; GONÇALVES; FREGUGLIA, 2011, p. 246), investimento esse que pode trazer melhorias imediatas ao indivíduo e a sua família. No caso ora estudado, as melhorias são ainda mais significativas, devido à escassez de mão de obra especializada no local e à necessidade urgente dessa mão de obra por parte das empresas, fato que as têm feito oferecer não apenas salários acima do que recebem os trabalhadores qualificados locais, como outros benefícios e garantias. Ademais, como indicado anteriormente, aqui, o tipo de vínculo criado entre empresas e trabalhadores é direto, e não subcontratado, como nos outros casos analisados.

A rotina de trabalho pode ser dividida da seguinte maneira: a) jornada de oito horas/dia rotativa (por turnos de trabalho) ao longo dos sete dias da semana, para os

funcionários do chão de fábrica; b) jornada de oito horas/dia entre segunda e sexta-feira para os funcionários do administrativo. O salário inicial, em média, é de R\$ 2.500,00 no chão de fábrica e um pouco superior nos demais setores, segundo informações do representante do SITITREL-MS.

Pensando no problema habitacional gerado pelo crescente aumento da demanda e pela especulação imobiliária em Três Lagoas, para esses migrantes, as empresas têm planos especiais de habitação que incluem duas opções, das quais o funcionário deve escolher uma. Na primeira, há o oferecimento de um auxílio moradia mensal em dinheiro, por um período determinado; na segunda, a empresa constrói casas e as financia para os seus funcionários a um preço bem mais baixo que o de mercado, subsidiando uma parte do valor do imóvel.

A segunda opção - mais convidativa, obviamente - levou a construção de três conjuntos residenciais na cidade (Figura 24), todos muito bem localizados, e com casas de considerável padrão construtivo, feitas especialmente para abrigar os funcionários da Fibria. Os empreendimentos estão localizados nos bairros Santa Rita (120 casas), São Carlos (60 casas) e Nossa Senhora Aparecida (20 casas) e, com exceção do asfaltamento no conjunto São Carlos, foram contemplados com toda a infraestrutura urbana básica desde o início das obras (BALDO; SILVA, 2010).

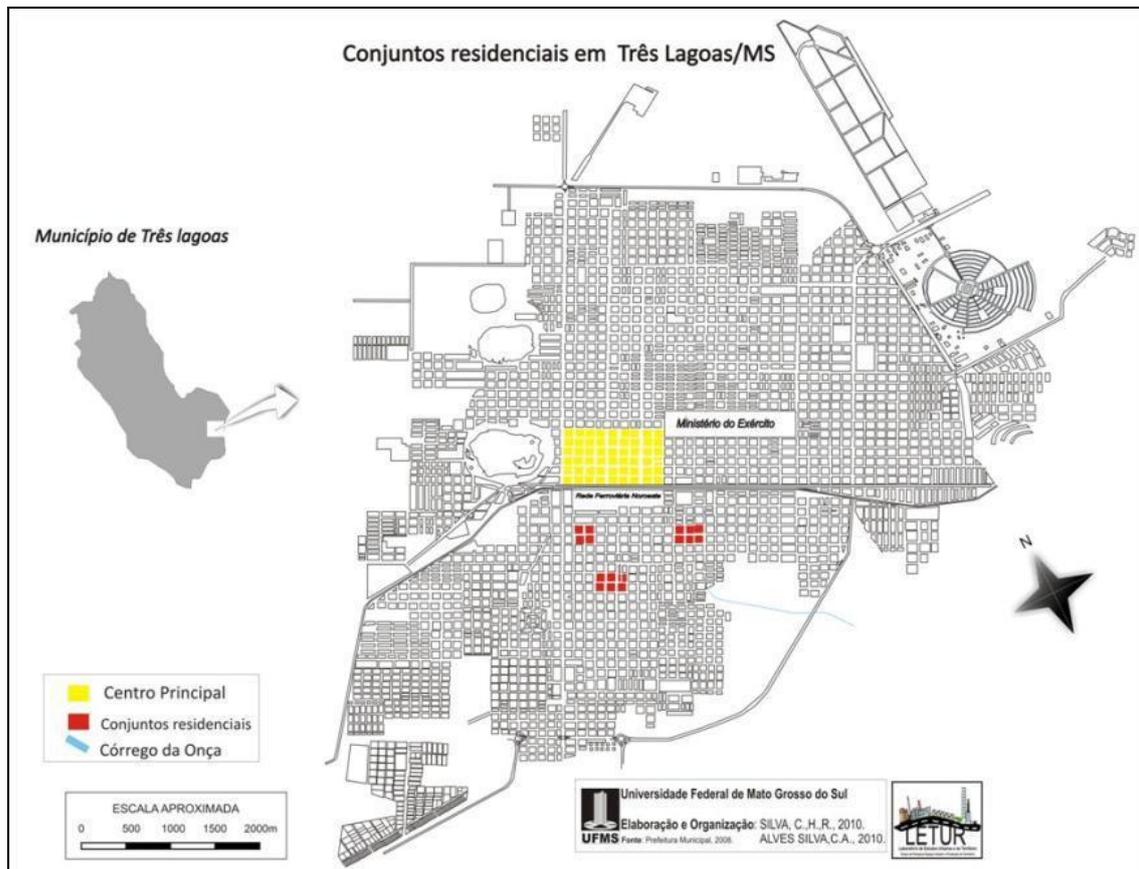


Figura 28: Conjuntos Residenciais Para Funcionários das Empresas de Celulose e Papel em Três Lagoas

Fonte: Silva & Alves *apud* Baldo & Silva (2010).

A construção dos condomínios residenciais é apenas parte do processo de reestruturação urbana por que passa a cidade desde a chegada das fábricas de celulose e papel (BALDO; SILVA, 2010), em cujo bojo estão ainda condomínios fechados de alto padrão e até mesmo o primeiro *shopping center* da região.

A percepção desses novos moradores em relação à cidade, e dos três-lagoenses em relação a eles, é digna de nota. O diretor de indústria e comércio de Três Lagoas comenta que a grande maioria já residiu antes em outras cidades, quase sempre em grandes centros, na mesma condição em que agora se encontram, e que em função disso e do padrão de consumo que possuem, costumam criticar sobremaneira as “carências” encontradas no seu novo lugar: “falta isso, falta aquilo” são expressões muito presentes nas conversas entre eles (Informação verbal, 17/10/2011).

A chegada dos “forasteiros” veio de par com mudanças demográficas e econômicas no consumo, causadas pelo aumento do volume de consumidores e em seu potencial, mas também, e, concomitantemente, com uma alteração cultural relativa aos hábitos dos novos

consumidores, como indicado no trecho a seguir, extraído de matéria jornalística sobre o tema:

É certo que a cidade não estava preparada para o aumento abrupto do volume de pessoas e especialmente das necessidades básicas. Há carência de hotéis, restaurantes e moradias. O comércio vive momento de indecisão, já que o perfil dos consumidores teve uma mudança – e continuará tendo – bastante acentuada. A ‘moda’ local em muitos casos não atrai os ‘forasteiros’ e reciclar a oferta de produtos, especialmente na área do vestuário, é uma necessidade. Estas carências, porém, não podem ser creditadas apenas à falta de ação do governo municipal, muito embora ele não possa se eximir da parcela de culpa. Empresários, comerciantes e prestadores de serviços não se prepararam adequadamente para o crescimento. O que se previa, infelizmente está acontecendo. E a questão agora é como recuperar o tempo perdido (BBC NEWS, 13/12/2007)¹⁴³.

Na base da preocupação explicitada está o que Santos (2012), ao tratar das consequências da difusão do meio técnico-científico, chama de *desculturização*, uma das suas tendências. Segundo o autor, a substituição de pessoas ou a chegada das novas pessoas, a alteração dos equilíbrios sociais de poder e a introdução de novas formas de fazer, conduzem juntas à quebra de hábitos e tradições e à mudança das formas de relacionamento produzidas durante longo tempo, substituídas então, de chofre, por relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar é *puramente mercantil*. Para os que chegam, o processo é menos sensível “em virtude dos seus objetivos, ou pelo fato de que já estão menos habituados a um estilo de vida menos vinculado a um só lugar. Além do mais, os que estão chegando vêm, já, com um emprego ou com uma esperança de obtê-lo” (SANTOS, 2012, p. 63-64).

A maneira como são encarados pelo morador local é igualmente diversa daquela que se abate sobre o migrante temporário: enquanto estes últimos, aos quais são atribuídas muitas das mazelas locais, são vistos com desconfiança e são objetos de desdém, o migrante permanente qualificado é concebido como uma oportunidade de negócios e um sinal do advento do desenvolvimento da região.

Seria estranho supor, deste modo, que ganha corpo uma classe trabalhadora homogênea em Três Lagoas, como na imagem do proletariado dos Séculos XIX e XX, cujos traços são-nos tão claros. A classe trabalhadora formada neste espaço, afinal, não é diferente daquela que se faz notar noutros cantos, heterogênea, fragmentada e desigualmente precarizada, formando um mosaico no qual os migrantes da indústria de celulose e papel representam os proletários estáveis e com garantias de que fala Bihl

¹⁴³ Disponível em: <<http://www.bbcnews.com.br/index.php?p=noticias&cat=21&nome=TrêsLagoas&id=124503>> (acessado em 16/03/2010).

(1998), remanescentes da antiga áurea de prosperidade do trabalho industrial em meio ao mar de precarização característico dos dias de hoje.

Tão insólito quanto uma suposição desse tipo seria pensar que a mesma identidade de classe contempla a todos os trabalhadores, quando na verdade, são estes os “novos explorados” cujas condições materiais e as relações com a burguesia acabam por turvar os elementos de semelhança, rompendo assim os laços de solidariedade com os demais trabalhadores. Nas palavras de Casanova (2006):

las características del universo de los nuevos explotados corresponden a niveles de vida más altos, y en ocasiones notablemente más altos. [...] ha habido desarrollo, civilización, cambios en sus hábitos y grado de *confort* [...] al grado de que parece como si hubieran dejado de ser explotados. Es evidente que cuando un trabajador que ha recibido educación y realiza un trabajo calificado por el que obtiene salarios dos, tres o varias veces mayores a los que viven con el mínimo necesario, constituye una entidad social *distinta* por sus niveles de vida [...] Sus características políticas tienen que cambiar, así como sus relaciones con la burguesía y, también, sus relaciones con los explotados tradicionales, con los demás trabajadores (p. 71. Grifos do autor).

A *condição de proletariedade* aplicada a todos os assalariados, explica Alves (2008), permite graus diferenciados de despossessão dos meios e instrumentos de produção. O que para alguns se dá em absoluto, para outros, ocorre em níveis intermediários, restando, pois, alguma posse, seja ela material ou apenas simbólica.

Vemos, portanto, que mobilidade espacial da força de trabalho não é apenas um efeito da mobilidade do capital, já que assume funções estratégicas na territorialização das grandes corporações de celulose e papel e seus complexos agroindustriais. Nesta situação, pôde-se observar que ela vem acompanhada da intensa precarização, no caso da migração para o trabalho na construção/montagem e plantio/manejo do eucalipto, mas que significa exatamente o contrário no que toca aos migrantes qualificados da indústria. A histórica produção desigual e combinada do espaço brasileiro, cristalizada na aguda desigualdade atual entre os diferentes espaços regionais, também participa como um fator crucial na determinação do local de origem dos migrantes.

4.4. A explosão das contradições

A intensa fragmentação, desigualdade e precarização do trabalho e de suas condições presentes nas obras das maiores fábricas de celulose do mundo, e todas as contradições que ela traz a lume, não tardou a dar mostras da inviabilidade do modelo em que se insere.

Com cada vez mais frequência, vêm à tona os casos de descumprimento da legislação trabalhista e das cláusulas firmadas em acordos e convenções coletivas por parte das empresas subcontratadas. Somente no ano de 2011, foram feitas 362 denúncias de irregularidades ao MPT envolvendo empresas instaladas em Três Lagoas, a maior parte da construção civil, sendo as principais ocorrências baixos salários, não pagamento de verbas e salários e condições precárias dos alojamentos (CORREIO DE TRÊS LAGOAS, 12/01/2012)¹⁴⁴. O volume causou preocupação ao órgão, que realizou audiência na cidade no dia 09 de janeiro de 2012 para discutir sobre o tema, com a presença do procurador-geral do trabalho, Luís Camargo, das procuradoras do trabalho de Três Lagoas Ana Raquel Machado Bueno e Larissa Serrat de Oliveira Cremonini, e do procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho de Campo Grande, Celso Henrique Rodrigues Fortes.

A situação chegou a um limite tal, que, no caso mais preocupante de que se tem conhecimento, um sindicalista enviou uma carta à Presidência da República denunciando demissões por motivo de manifestação, agressão moral e física, encarceramento de trabalhadores para impedir a realização de assembleias e ameaça de morte por tentativa de fundação de sindicato (CUT, 09/04/2012)¹⁴⁵.

Mas se por um lado, o capital busca de todo modo à redução dos custos com a força de trabalho e a isenção absoluta de toda a qualquer responsabilidade sobre ele, por outro, o trabalho, mesmo fragmentado, precarizado e alienado em níveis crescentes, não se resigna diante das suas ofensivas e parte para o embate. Greves e outros tipos de manifestação passaram a fazer parte do cotidiano da capital da celulose.

Num intervalo de apenas dois anos, ocorreram pelo menos seis greves dos trabalhadores nas obras da Eldorado Brasil e na fábrica da Fibria. A primeira se deu em Janeiro de 2011, e teve como causa principal o atraso dos salários. A segunda foi deflagrada no final do mês de abril e se estendeu até o início do mês de maio do mesmo ano, envolvendo cerca de 400 trabalhadores que, na ocasião, chegaram a bloquear a BR 158 no trecho em frente ao Alojamento I (Fazendinha), impedindo a passagem de veículos

¹⁴⁴ Disponível em: <<http://www.correiodetreslagoas.com.br/noticia.php?id=656>> (acessado em 13/01/2012).

¹⁴⁵ Disponível em: <<http://cut.org.br/destaques/21947/batendo-de-frente-com-a-empresa-voce-esta-pedindo-uma-bala-na-cabeca-quer-morrer>> (acessado em 14/04/2012).

(JORNAL DO POVO DE TRÊS LAGOAS, 28/04/2011). A terceira teve início três meses depois, em agosto, e esteve entre as maiores greves de que se têm notícia em Três Lagoas, abarcando em seu momento de pico cerca de 3.000 trabalhadores (algumas fontes estimaram esse total em até 5.000) (DOURADOS NEWS, 09/08/2011)¹⁴⁶. Entre os motivos estava, novamente, o não pagamento de salários, e ainda, o não pagamento de passagens de trabalhadores vindos de outras regiões do país, o não fornecimento de holerite, valores dos salários abaixo do combinado e descontos indevidos. No final do mês de janeiro de 2012, iniciou-se a quarta paralisação, que resultou em conflito violento com a força policial do qual sete trabalhadores saíram feridos (HOJE MS, 28/01/2012)¹⁴⁷. Em função das denúncias feitas pelos representantes dos trabalhadores ao longo das negociações da greve, a Eldorado foi notificada pelo MPT. Pelos motivos usuais e reincidentes, outra greve ocorreu em abril do mesmo ano, dessa vez envolvendo um contingente ainda maior, estimado em até 8.000 trabalhadores da construção civil e montagem atuantes nas obras da Eldorado Brasil (CUT, 02/04/2012)¹⁴⁸. A sexta e última paralisação anunciada se deu em junho de 2012, durante o período de manutenção dos equipamentos da linha de produção da fábrica da Fibria. Cerca de 80 funcionários de uma terceirizada contratada para efetuar o serviço cruzaram os braços exigindo reajuste salarial e vale-alimentação (HOJE MS, 26/06/2012)¹⁴⁹.

A frequência das greves e o volume quase sempre calculado na casa dos milhares de envolvidos são um termômetro da situação preocupante a que têm sido submetidos os trabalhadores na construção, montagem e manutenção das faraônicas fábricas da “capital da celulose”. Nesta miscelânea problemática, a atuação dos sindicatos é fundamental, apesar de ser igualmente complicada e eivada de contradições.

Em entrevista com representantes sindicais, observamos que um dos principais problemas é o baixo índice de associação dos trabalhadores ao sindicato, sobretudo no setor da construção civil e montagem. De acordo com o representante do SINTIESPAV-MS, esta é uma característica do próprio trabalhador volante, tendo em vista que

¹⁴⁶ Disponível em: <<http://www.douranews.com.br/cidades/item/24413-trabalhadores-de-ind%C3%BAstria-entram-em-greve-em-tr%C3%AAs-lagoas>> (acessado em 28/11/2011).

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://www.hojems.com.br/hojems/0,0,00,4437-117669-CONFLITO+NA+ELDORADO+DEIXA+FERIDOS.htm>> (acessado em 31/01/2012).

¹⁴⁸ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/508135-operarios-paralisam-construcao-da-maior-fabrica-de-celulose-do-mundo>> (acessado em 05/04/2012).

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://www.hojems.com.br/hojems/0,0,00,7424-128568-GREVE+PODE+ATRAPALHAR+PERIODO+PARA+MANUTENCAO+NA+FIBRIA.htm>> (acessado em 29/06/2012).

Eles não criam vínculo com o sindicato, então é difícil de você trazê-los pra que se associem ao sindicato. Então o sindicato forte é o sindicato que têm associados, o trabalhador confia no sindicato, vem e se associa. No nosso caso, nós temos essa dificuldade grande, porque, se nós representamos esse [sic] trabalhador volante que quase não fica, então pra associá-los nós temos uma dificuldade grande (Informação verbal, 17/10/2011. Transcrição literal).

Mas o baixo índice de associação não está relacionado apenas a curta permanência dos trabalhadores volantes no local. Pode-se afirmar que um dos fatores preponderantes na construção desta realidade é a imagem negativa que eles têm da própria entidade que deveria representá-los, sendo, pois, porta-voz das suas reivindicações. Vejamos o depoimento de um trabalhador a esse respeito:

O sindicato serve só pra roubar os outros só. A pior coisa que tem é esse tal do sindicato [...] *O sindicato é mal visto viu, é bem mal visto.* Não ajuda. Bom, eu estou lá vai fazer dois anos e eu vi o sindicato uma vez só [...] Todo mês eles descontam, de pouquinho em pouquinho vai tirando do cara. Ai um dia descontou, acho que era setenta e poucos reais de cada um, ai teve uns [trabalhadores] lá que fico doido. Aí os cara cato, fizeram um abaixo-assinado pra poder tirar o sindicato da obra, mas aí, na hora que eles fico sabendo lá, que chegou aquela lista com um monte de gente lá, aí na mesma hora eles “baixaram” lá na porta, entregando panfleto e não sei o que, maior converseiro... Mas na hora que o cara precisa eles saem fora. Se o cara for precisar do sindicato ele tá fodido, é melhor ele resolver lá dentro da obra mesmo, na Eldorado, com os donos da obra [sic]. Vai direto nos “dono do porco” (Informação verbal. 14/12/2011. Transcrição literal)¹⁵⁰.

A mesma concepção negativa foi constatada repetidas vezes, nas falas de diversos trabalhadores. Por outro lado, um aspecto saliente nas falas de alguns representantes sindicais é o entendimento de que a função do sindicato é prezar pelo bom andamento da relação entre empresa e trabalhador, atuando principalmente no sentido de assegurar que os direitos deste último não sejam desrespeitados pela primeira. O trecho a seguir, extraído da entrevista com o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, é um bom exemplo disso.

As greves que têm acontecido aqui têm sido no setor mais da construção civil, porque do campo, “pintou” um foco, nós somos igual bombeiros, a gente vai lá e apaga; “pintou” outro foco a gente vai lá e “apaga”. Porque *o que a agente não quer é criar o atrito entre o trabalhador e a empresa; sustentar essa ideia de greve, de atrito entre empresa e trabalhador.* “Pintou” um problema, nós temos acordo coletivo, nós temos a convenção estadual, que tá tudo já embasado na lei, cumpriu, parabéns, não cumpriu ai nós vamos ver como é que fica né (Informação verbal, 18/11/2011. Transcrição literal).

¹⁵⁰ Entrevista realizada por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

Partindo-se da concepção de que a atuação sindical deve ser centrada na pacificação de conflitos e na harmonização de interesses, é de se esperar que a obtenção de melhorias significativas nas condições de vida e de trabalho desses homens e mulheres seja um horizonte muito distante. Ademais, a ação das empresas dentro da legalidade nem sempre é garantia de que a “queda de braço” entre capital e trabalho esteja pendendo favoravelmente para o lado do elo mais fraco. Quase sempre, o que ocorre é o contrário, em virtude dos severos ataques de cunho neoliberal a legislação trabalhista no Brasil das duas últimas décadas (THOMAZ JÚNIOR, 2003).

Muito embora seja, de fato, inegável a atuação combativa dos sindicatos dos trabalhadores da construção civil, em especial da construção civil leve e mobiliário (SINTRICOM-MS), na organização de greves e na condução das negociações com as empresas, constata-se uma visão corporativa na gestão sindical nos bastidores do sindicalismo três-lagoense. Conflitos entre os próprios sindicatos por território e por novos associados, além de irregularidades em sua atuação, contribuem para agravar a já frágil representação política dos trabalhadores migrantes.

A situação encontrada em Três Lagoas não é nenhuma exclusividade local, mas está em consonância com a crise do sindicalismo atual e seus rebatimentos específicos no sindicalismo brasileiro. Na origem do problema atual parece estar uma questão estrutural do sociometabolismo do capital: a “pluralidade do trabalho” em função da “pluralidade de capitais”, fragmentando e enfraquecendo em níveis crescentes o movimento operário atual, como nos explica Mészáros (2011) no prefácio à edição brasileira de seu *Para além do capital*.

Thomaz Júnior (2002) também argumenta no mesmo sentido, destacando o que denomina *gestão territorial do capital e do trabalho*. Em linhas gerais, de acordo com o seu pensamento, capital e trabalho projetam no espaço suas relações de poder, definindo e delimitando seus territórios imbricados e superpostos àqueles definidos pelo Estado, em um jogo conflituoso e contraditório de gestão territorial. Nesse jogo, porém, quem possui a prevalência é o capital, uma vez que tem seus limites de ação definidos pela própria abrangência da estrutura empresarial, ao passo que o trabalho “se vê e se ‘lê’ na *razão fragmentária* da divisão técnica do trabalho e por via de consequência a partir do formato corporativo delimitado pela CLT e refletido na própria existência dos sindicatos” (2002, p. 9. Grifos nossos).

A razão fragmentária da qual nos fala o autor tende a ser cada vez maior a medida que a divisão técnica do trabalho se intensifica, provocando fissuras internas que esmorecem o movimento operário e que estão subjacentes aos conflitos entre sindicatos. Contudo, este não é o único problema, pois na verdade, dentro de mesma categoria profissional, a própria estrutura sindical hierárquica e cada vez mais corporativa assume um caráter completamente oposto ao que deveria ter, fazendo com que o sindicato se comporte como uma instituição capitalista, e nessa condição, afirma Bernardo (1997):

[...] é natural que os trabalhadores os considerem como meros organismos prestadores de serviços e os comparem com os serviços fornecidos pelas empresas. Engana-se quem acusar de reacionarismo esses trabalhadores. Pelo contrário, eles estão a reagir salutarmente, tomando à letra a postura dos sindicatos e pressionando-os a desvendar melhor as suas funções atuais (p. 125).

Fenômenos como esses são parte da crise que abala profundamente o sindicalismo atual em nível mundial, que, conforme o mesmo autor, também tem como um de seus principais fundamentos a inadequação quase total da tradicional estrutura hierárquica e centralizada de poder dos sindicatos, construída nos moldes do fordismo, frente à estrutura descentralizada da produção flexível e suas novas estratégias de controle dos trabalhadores. Como resultado “as direções sindicais não têm conseguido responder aos problemas prementes com que os trabalhadores se debatem, nem acompanhar os novos quadros de luta em que os trabalhadores têm atuado” (BERNARDO, 1997, p. 134).

Assim, o sindicalismo brasileiro em geral e os sindicatos de Três Lagoas em particular, inserem-se na onda regressiva resultante da reestruturação produtiva e da emergência da pragmática neoliberal, acentuada pela verdadeira “engenharia da cooptação” engendrada pelo Governo Lula (2002-20010) e ratificada pelo seu sucessor (ANTUNES, 2011).

Mesmo à margem da representação política convencional, os antagonismos e contradições do metabolismo do capital não deixam de explodir convulsivamente. Conforme segue e se intensifica a marcha exploratória da acumulação capitalista em Três Lagoas, aumenta também o número de manifestações espontâneas de resistência e revolta por parte dos trabalhadores, cujos exemplos mais comuns são paralisações decididas e levadas a cabo por pequenos grupos nos próprios alojamentos, como a que ocorreu nos dias 13 e 14 de dezembro de 2011, no alojamento conhecido por “Bombeiros”, que abriga algo em torno de 400 homens (Informação verbal, 14/12/2011).

Na mais contundente delas, ocorrida na noite de sexta-feira, dia 09 de dezembro de 2011, um grupo de trabalhadores alojados no Alojamento Fazendinha da Eldorado ateou fogo nas acomodações. O motivo: falta de água por dois dias para o banho (G1, 10/12/2011)¹⁵¹. Sobre o episódio comentou um trabalhador entrevistado:

[...] essa semana mesmo na Fazendinha, [essa semana] que passou, tocaram fogo em tudo lá porque ficaram dois dias sem água, e eu não sei como não apanharam [...] Já pensou, o cara trabalha 8 horas por dia de serviço, você chega no alojamento pra tomar um banho, você vai tomar banho: “cadê a água?” Ai: “pô, que vacilo do cara, o cara tá catinguento, não tomou banho”. Ai no outro dia quando vai trabalhar: “pô”, com a farda (uniforme), volta, não tem água. Ai você vai fazer o que? Vai reivindicar, porque todo mundo [sic], *nós somos seres humanos cara!* (Informação verbal, 14/12/2011. Transcrição literal).

A última afirmação em destaque no trecho transcrito seria completamente descabida e desnecessária se o capital, com suas práticas, não buscase persistentemente desumanizar (reificar) esses homens em cujo corpo se inscreve tão duramente a mobilidade. O suor e o mal-estar cotidiano desses desafortunados seres humanos, ao lado dos recursos naturais, constituem, pois, a matéria-prima com a qual o capital constrói o seu novo “império verde” na capital mundial da celulose.

¹⁵¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/12/sem-agua-funcionarios-colocam-fogo-em-alojamento-diz-policia-em-ms.html>> (acessado em 12/11/2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação não tem a pretensão de ser a última palavra sobre os assuntos investigados, e tampouco de colocar um ponto final nas discussões realizadas. Ainda assim, algumas considerações de cunho conclusivo são pertinentes.

Em primeiro lugar, através do método que exige a articulação dialética entre os fundamentos teóricos, e a pesquisa documental e empírica, é possível concluir que a mobilidade espacial do capital é a dinâmica mais abrangente por trás da territorialização do complexo celulose-papel na região de Três Lagoas. Em seu movimento necessariamente constante e ampliado de acumulação, o grande capital monopolista do setor de celulose e papel, ao se deparar com certas barreiras (ambientais, sociais, culturais) para sua expansão, de um lado, e diante das novas condições técnicas e políticas oferecidas no contexto do capitalismo atual, de outro, utiliza-se do expediente da mobilidade como forma de superação (temporária) das contradições prementes que emanam do seio do próprio sistema de metabolismo social do capital. Subjacente ao movimento está posto o cenário da crise estrutural e da ativação dos limites absolutos desse sociometabolismo, manifestado no aumento vertiginoso do consumo de papel no mundo nas últimas décadas.

As evidências concretas destes fatos estão presentes, tanto no âmbito mundial, no processo de transferência espacial das etapas iniciais da cadeia produtiva do papel em sentido Norte-Sul, que é parte da transformação estrutural por que passa a indústria do papel, quanto no âmbito nacional, na interiorização da produção de celulose dentro das fronteiras do território brasileiro. A seletividade espacial é a lógica que preside as dinâmicas de mobilidade do capital, tanto num caso, quanto noutro.

Em meio a tal contexto, a escolha do Município de Três Lagoas para receber os (mega)empreendimentos da celulose e do papel tem a ver com alguns condicionantes específicos existentes neste espaço, de ordem natural, social e política, que constituem um verdadeiro repertório de “vantagens” locacionais extremamente atraentes para as grandes corporações do setor.

O Estado, em suas diversas esferas e níveis de governo, mostra-se um agente cujo protagonismo não deve ser desconsiderado no processo, tendo em vista que não apenas financia a maior parte dos projetos, mas oferece os benefícios e as garantias requeridas pelas personificações do capital. Ele é, portanto, o principal responsável pelos recordes de competitividade exaltados pelo empresariado nacional, e não uma suposta vocação natural

do Brasil e da região de Três Lagoas para o monocultivo do eucalipto e a produção de celulose. A atuação conjunta do Governo Federal, do BNDES, dos governos de MS e do Município de Três Lagoas no financiamento e na criação de uma legislação favoráveis às grandes empresas são provas disso.

O intenso afluxo de trabalhadores migrantes constatado e suas características, tais como a heterogeneidade interna, por sua vez, permitem concluir que muito mais do que um efeito ou consequência da mobilidade espacial do capital, no caso estudado, a mobilidade da força de trabalho cumpre também suas funções - que em parte, são as mesmas da mobilidade do capital: reduzir os custos de produção, acentuando a competitividade dos capitais no mercado mundial. Neste caso, a migração assume a forma de uma mobilidade espacial forçada e estranhada do trabalho *para* o capital, condicionada, em suma, pela dinâmica da acumulação, tal como explicou Marx nas obras sobre as quais se debruçou Gaudemar (1977). Contudo, há um elemento adicional quando analisamos esta forma da mobilidade, que consiste na possibilidade de intensificação do controle ou da imposição da disciplina capitalista sobre os homens e as mulheres que dependem da venda de sua força de trabalho.

No que toca ao trabalho migrante no complexo celulose-papel, os vetores da reestruturação produtiva e de sua acumulação flexível estão presentes, mas de maneira variada e com consequências igualmente diversas para cada um dos grupos específicos aos quais pudemos definir e caracterizar. A correlação entre migração e precarização do trabalho, o mais perverso dos seus sinais, mostra-se factível apenas nos casos dos trabalhadores da construção civil/montagem e daqueles inseridos no setor agrícola (cultivo do eucalipto). São esses os trabalhadores que encarnam verdadeiramente o antagonismo entre o ímpeto cego da acumulação do capital – o *sujeito automático* do qual nos falou Marx – e as necessidades humanas mais elementares. Esta é a feição real do “emprego verde” predominante. No sentido oposto e contraditoriamente, mesmo considerada a heterogeneidade existente, para os migrantes do trabalho na indústria, a mobilidade representa uma maneira de manter e até ampliar as garantias do antigo proletariado industrial fordista.

Assim, tanto no que se refere ao capital quanto à força de trabalho, a hipótese inicialmente lançada e exposta na introdução dessa dissertação pôde ser comprovada. A mobilidade espacial não existe apenas como consequência do metabolismo social do capital e da produção capitalista do espaço, mas é, concomitantemente e *per si*, um fator imprescindível de sua viabilidade. Ao deslocarem-se espacialmente, em função das

contradições inextinguíveis do empreendimento societal burguês, as unidades reprodutivas do capital compõem um movimento mais amplo que produz e reproduz desigualdades espaciais, as quais, concomitante e dialeticamente, servem para orientar sua própria lógica espacial seletiva. Aí se encontra, pois, a reciprocidade dialética na/da produção/reprodução do espaço geográfico.

De outro lado, o mesmo caráter desigual e combinado da geografia do capital, e sua agudeza na formação socioespacial brasileira, impõem-se como fator de determinação do local de origem dos trabalhadores migrantes, em sintonia com os diferentes lugares que ocupam na estrutura hierárquica e alienante de controle do capital. Em tal condição, ele se funde ao processo de fragmentação da classe trabalhadora tão intenso nos dias atuais. Os grupos de migrantes de Três Lagoas, a natureza do deslocamento por eles realizado, e as fortes diferenças nas suas condições de reprodução, são elementos que exemplificam bem tais afirmações.

Com base nisso tudo, torna-se inequívoco afirmarmos que, por trás do fulgurante estandarte de modernidade e sustentabilidade apresentado pelas oligopólicas corporações da celulose e do papel ao estado de MS e aos municípios da região de Três Lagoas, sedentos pelo “desenvolvimento”, há um contundente conjunto de estratégias territoriais que visam, em última análise, ao controle absoluto dos recursos naturais e da infraestrutura pública à revelia das necessidades humanas e da preservação da natureza. Seus projetos só podem ser entendidos como parte do processo de reinserção atual do Brasil na divisão internacional do trabalho, com base no modelo de desenvolvimento centrado na política do superávit da balança comercial. O resultado, como soma de todos os processos e elementos expostos, é a conformação de um arranjo espacial extremamente dinâmico do ponto de vista econômico, mas precário e excludente quando analisado da perspectiva social - o “deserto verde”.

Ainda assim, seria incongruente com a fundamentação teórica adotada julgar a história do fortalecimento e da expansão do agronegócio da celulose no Brasil nas últimas décadas, e o fenômeno recente da territorialização do complexo celulósico-papeleiro em Três Lagoas, como sendo produtos legítimos da ganância de sujeitos sociais individuais, ou das opções tomadas nas instâncias governamentais, seguindo este ou daquele modelo de desenvolvimento. É claro que o conhecimento destas coisas faz-se importante para chegarmos ao entendimento dos fenômenos em sua profundidade, mas não explica sua essência.

Da mesma forma, em nosso entendimento, a crítica não deve ter como alvo este ou aquele setor econômico, nem o cultivo do eucalipto em si, árvore de tanta serventia para o produtor rural, e muito menos o papel, artigo indispensável em nosso cotidiano (inclusive para a impressão desta dissertação), mas sim a forma como eles são incorporados e produzidos numa determinada estrutura social e em consonância com as características que a ela são inerentes. Trata-se, na verdade, de entender e só então elaborar a crítica à própria maneira alienada e estranhada de relacionamento dos homens entre si (em sociedade) e com a natureza em seu intercâmbio reprodutivo, dominada pelos imperativos reificados do capital. Observada deste ângulo, a questão central não são as gigantescas fábricas de celulose que estudamos, mas o modelo de sociedade dentro do qual elas são derivações complexas.

É próprio do sociometabolismo do capital, com sua racionalidade limitada e em função dos defeitos estruturais incorrigíveis que o caracterizam, dissociar cada vez mais os *espaços de produção* dos *espaços de consumo*; os *espaços de vida* dos *espaços de trabalho*, colocando tudo e todos em movimento. Deve-se pensar, portanto, não somente a quem isto favorece, mas, em que medida estamos dispostos a pagar o alto preço (humano, social, ambiental, cultural, político) implicado em tal modelo.

Ademais, em Três Lagoas está-se vivenciando apenas o eufórico início de um processo longo de transformação e redefinição territorial. Quais seriam as consequências desse processo em longo prazo? Quais os riscos envolvidos na ocupação predominante de uma região inteira (ou seja, centenas de milhares de ha) com um único cultivo? Em que medida a volatilidade do mercado global pode afetar a vida dos homens e mulheres que ganham seu sustento com o trabalho, nas diversas atividades que compõem o processo produtivo da celulose? Essas são algumas das questões candentes já colocadas, as quais, neste (limitado) trabalho não é possível responder.

Vale a pena destacar que a pesquisa abriu um grande leque de outras questões e possibilidades analíticas a serem exploradas em momento posterior, possivelmente no curso de doutorado. Dentre as quais, são mais representativas, a nosso ver, as questões da *pilhagem ambiental* e da *degradação do trabalho humano* no processo de territorialização dos novos projetos de produção de celulose nos estados e municípios do interior do Brasil. Certamente, um trabalho desta envergadura permitiria um profícuo diálogo com as demais pesquisas em andamento no âmbito do CEGeT e ajudaria, inclusive, a aprofundar os assuntos e discussões tratados nesta dissertação.

Para não finalizar, consideramos que compreender a dimensão espacial do sistema de metabolismo social do capital, suas fissuras, antagonismos e contradições, e pensar a impreterível transição, são, sem dúvida, os maiores desafios postos no horizonte para a construção de uma geografia da emancipação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana. **Planejamento Governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense – contexto, propósitos e contradições.** 2001. 327f. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. O papel da Sudeco no processo de racionalização do espaço mato-grossense: planejamento e integração nacional. In: MORETTI, Edvaldo César *et al.* **Geografia e produção regional: sociedade e meio ambiente.** Campo Grande: EdUFMS, 2004.

_____. Mato Grosso do Sul: aspectos contraditórios das políticas públicas de desenvolvimento: novas/velhas práticas. In: LAMOSO, Lisandra Pereira. **Transportes e Políticas Públicas no Mato Grosso do Sul.** Dourados, Ed. da UFGD, 2008.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A territorialização do agronegócio do eucalipto na região leste de Mato Grosso do Sul e o cerco à reforma agrária.** In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)/Anais do XVI ENG/Porto Alegre, 2010.
Disponível em: <<http://www.agb.org.br/xvieng/anais/index.html>> (acessado em 01/08/2010).

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. A condição de proletariedade na modernidade salarial – por uma analítica existencial do proletariado. **Revista Pegada** (Ecos da IX Jornada do Trabalho), Presidente Prudente, vol. 9, n. 2, p. 1-38, dez. 2008.

_____. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Katál**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009.

ANDION, Carolina; FAVA, Rubens. **Planejamento Estratégico.** Curitiba: Grupo RPC e UNIFAE, 2002.

ANTUNES, Ricardo L. Coutro. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. A engenharia da cooptação e os sindicatos. **Revista Pegada**, vol. 12, n.1, p. 21-26, Jul. 2011a.

_____. O sistema de metabolismo social do capital e seu corolário, a alienação, na obra de István Mészáros. In: **István Mészáros e os desafios do tempo histórico.** JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (Org.). São Paulo: Boitempo, 2011b.

ANTUNES, Ricardo L. Coutro; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo L. Coutro; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Org.). **O avesso do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil anos 90: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), Recife, nº 2, p. 9-24, mai/Nov. 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL (BRACELPA). **Dados do setor – Junho - 2011**. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra2/?q=node/29>> (acessado em 03/05/2011).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE FLORESTA PLANTADA (ABRAF). **Anuário Estatístico da ABRAF 2012 ano base 2011**. Brasília: ABRAF, 2012. Disponível em: <www.abraflor.org.br/estatisticas/ABRAF12/ABRAF12-BR.pdf> (acessado em 14/02/2012).

BALDO, Ana Cláudia Sacchi; SILVA, Camila Aparecida Alves da. **A produção do espaço urbano e a questão da moradia**: Os conjuntos residenciais em Três Lagoas/MS. XVII Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), Porto Alegre, 2010. Anais do XVII ENG, 2010.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. **O setor (do fomento) florestal no Brasil**: (im)pactos, conceitos e sujeitos. In: VIII Encontro Nacional da ANPEGE, Curitiba, 2009. Anais do VIII ENANPEGE, 2009.

BECKER, Berta k. Modernidade e gestão do território no Brasil. **Espaço & Debates**, ano XI, nº32, p. 47-56, 1991.

BERNARDO, João. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo? **Crítica Marxista**. Xamã: São Paulo, nº 04, p. 123-139, mai. 1997.

BIAZUS, André; HORA, André Barros da; LEITE, Bruno Gomes Pereira. Panorama de mercado: celulose. In: **BNDES setorial**, nº 32, p. 311-370, São Paulo, 2010.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BORGES, Vitor. **Complexo celulose/papel em Três Lagoas**: os migrantes temporários em questão. 2012. 71f. Monografia (Licenciatura em Geografia). CPTL, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas (MS).

BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRAGA, Rhalf Magalhães. Tendências e perspectivas das teorias locacionais no Capitalismo Contemporâneo. **Rev. Geografares**, Vitória, nº 6, p. 167-179, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Território e desenvolvimento** - as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de *et. al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro:

Lamparina, 2010.

BRASIL/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados.** (Relatório final de consultoria). Brasília, 2005.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil:** um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 20p. (Texto para discussão 366).

BUARQUE, Cristovam. **A Desordem do Progresso:** o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CALABI, Donatella, INDOVINA, Francesco. **Sobre o uso capitalista do território.** São Paulo: USP, 1973. (Mimeografado).

CAMPACHE, Shesman Augusto; SILVA, Gislaire Pereira da. **Relações de trabalho em Três Lagoas-MS:** industrialização recente, uma perspectiva de análise. In: X Encontro de História de Mato Grosso do Sul. Anais do X Encontro de História de Mato Grosso do Sul/ I Simpósio Internacional de História/XIII Semana de História da UFMS/CPTL, Três Lagoas, 2010. vol. 01, p. 1878-1891.

CANO, Wilson. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. **Texto para Discussão.** IE/UNICAMP, Campinas, n. 183, ago. 2010.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Oikos**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 1, p. 71-92, 2009.

CASTILLO, Juan J. **Sociologia del trabajo.** Madri: CIS, 1996.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto 2.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in southern Germany.** Nova York: Prentice-Hall, 1966.

CLARK, Brett; FOSTER, John Bellamy. A dialética do metabolismo social e ecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (Org.). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 1986. (série princípios nº 53).

_____. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. *et al.* **Geografia – Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, Edmilson. A segunda onda da crise sistêmica global: o capital mais uma vez na encruzilhada. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (Org.). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2011.

COUTINHO, Luciano. A crise mundial e o papel do BNDES. In: VELOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **A crise global e o novo papel mundial dos BRICs**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

COUTINHO, Luciano; SARTI, Fernando. A política industrial e a retomada do desenvolvimento. In: LAPLANE, Mário *et. al.* **Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil**. São Paulo: Ed. da UNESP/Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

DAURA, Sandra Paula. **Análise do setor de celulose e papel na era da globalização: um olhar sobre sua produção e mão-de-obra**. 2004. 226f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília.

DORNELAS, Sidnei Marco. Redes Sociais na migração: questionamentos a partir da pastoral. **Travessia: Revista do Migrante**. São Paulo: CEM, Mai./Ago. 2001.

DRUCKER, Peter F. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.

EGLER, Cláudio. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Geografia – Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (org). **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: vozes, 2000.

FABRINI, João Edmilson. **Latifúndio e Agronegócio: Semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital**. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 9, nº 1, p. 35-62, Jun. 2008.

FIBRIA. **Relatório de Sustentabilidade 2011**.

Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/rs2011/pt/>> (acessado em 03/07/2012).

FREITAS JÚNIOR, Gérson de. **O eucalipto no Vale do Paraíba paulista: aspectos Geográficos e históricos**. 2011. 151f. Dissertação (mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo.

FRIEDMAN, Milton. FRIEDMAN, Rose. **Liberdade de Escolher: o novo Liberalismo Econômico**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOMES, Fábio Guedes. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. **Rev. Sociol. Polit.** [online], Curitiba, vol.17, n.32, p. 33-49, Fev. 2009.

GRÜNER, Eduardo. Leituras culpadas – Marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ (Org.) **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: LIMONAD, Ester *et al.* (Org.). **Brasil, século XXI – por uma nova regionalização?** Processos, escalas, agentes. São Paulo: Max Limonad, 2004.

_____. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1973.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

HUWS, Ursula. **Fixo, volátil, ou dividido: o trabalho, a identidade e a divisão espacial do trabalho no séc. XXI**. 2004. [on line]
Disponível em: <http://www.resistir.info/mreview/fixo_volatil.html> (acessado em 05/08/2012).

IANNI, Otávio. **Estado e capitalismo**. 2ª Ed (revisada e ampliada). São Paulo: Brasiliense, 1989.

ISARD, Walter. **Location and Space-economy - a General Theory Relating to Industrial Location, Market Areas, Land Use, Trade, and Urban Structure**. Cambridge: MIT-Wiley, 1956.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

JURADO, Fernando L. S. **O processo de industrialização na cidade de Três Lagoas (MS): discursos, desdobramentos e contradições**. 2008. s/p. Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana.

JUVENAL, Taís Linhares; MATTOS, René Luiz Grion. O setor de celulose e papel. In: BNDES. **BNDES 50 anos: Histórias Setoriais**. 2002.
Disponível em:
<<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/livsetorial.asp>> (Acesso em 11/02/2012).

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo Celulose/papel na microrregião de três lagoas/MS**. 176f. 2011a. Dissertação (Mestrado em Geografia), CPTL, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

_____. Os impactos do monocultivo de eucalipto na microrregião de Três Lagoas/MS.

Rev. Eletrônica da AGB - Seção Três Lagoas/MS, Três Lagoas, nº 14, ano 8, p. 83-105, nov. 2011b.

LAMOSO, Lisandra Pereira. **Comércio exterior e estruturas produtivas no Mato Grosso do Sul**. In: SIMPÓSIO DE ENSINO E PESQUISA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, 1., 2009, Universidade Federal da Grande Dourados (dourados). Anais do I Simpósio de Ensino e Pesquisa da FCH. Dourados: UFGD, 2009. v. 1, p. 1 - 10. CD-ROM.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

_____. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem?. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). **Brasil, Século XXI: por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. 1. ed. São Paulo: Max Limonad, 2004.

LÖSCH, August. **The economic of location**. Yale, 1954.

LÖWY, Michel. **Ecosocialismo**. La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista. Buenos Aires: El colectivo Herramienta, 2011.

MARANDOLA JÚNIOR. Eduardo. Os novos significados da mobilidade. **Revista Brasileira de estudos da População**, São Paulo, vol.25 nº 1, Jan./Junho, 2008.

MARANDOLA JÚNIOR. Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Hicitec, 1992.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. O cerco das terras indígenas e das terras do trabalho no renascimento político do campo. Vozes: Petrópolis, 1988.

_____. O problema das migrações no limiar do Terceiro Milênio. In: Serviço Pastoral do Migrante (SPM) *et. al.* **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio**: desafios pastorais. Vozes: Petrópolis, 1998.

MARX, Karl. **Contribuições à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 - esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATO GROSSO DO SUL (estado). **Diretrizes Estratégicas para o Desenvolvimento com Justiça Social** - Plano Plurianual de Investimentos 2004-2007 (PPA 2004-2007). Campo Grande, 2004.

MATO GROSSO DO SUL (estado)/SEPLANCT. **Cenários e estratégias de longo prazo para Mato Grosso do Sul – MS 2020**. Campo Grande, 1999.

MATO GROSSO DO SUL (estado); SEPLANCT. **Cenários e estratégias de longo prazo – MS 2025: caminhos para o desenvolvimento**. Campo Grande: 2004.

MATO GROSSO DO SUL (estado). Lei nº 3.839, de 28 de dezembro de 2009. Institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS); aprova a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS), e dá outras providências. **Diário Oficial [do estado de Mato Grosso do Sul]**, Campo Grande, n. 7.612. 68p. 29 dez. 2009.

Disponível em:

<http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/supplements/DO7612_29_12_2009_SUP01.pdf> (acessado em 10/05/2011).

MATO GROSSO DO SUL (estado); SEPROTUR; SEBRAE-MS. **Plano Estadual para o desenvolvimento sustentável de Florestas Plantadas** (resumo executivo). Campo Grande, MS, Mar. 2009.

Disponível em: <<http://www.pantanalecoturismo.tur.br/fotos/arquivos/916.pdf>> (acessado em 09/01/2012).

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. **Redes Sociais, Redes Territoriais e Migrações**. Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 14. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambú (MG), 2004.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página aberta, 1995.

MAZZOCHIN, Marinez da Silva. **A dinâmica espacial do setor de base florestal: produção mundial e acumulação**. In. Encontro Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia (ENANPEGE), 9. Anais do IX Encontro Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia (ENANPEGE), Goiânia, Out. 2011.

MENEGAT, Marildo. A face e a máscara: a barbárie da civilização burguesa. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.8, n.2, p. 27-46, dez. 2007.

MENEGHELLO, Geri E. *et. al.* Sistemas integrados de frangos e suínos: uma visão dos Produtores. **Rev. Bras. de Agrociência**, v.5 n° 2, p. 166-170, mai-ago. 1999.

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI**. Socialismo ou Barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003. (Col. Mundo do Trabalho).

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007. (Col. Mundo do Trabalho).

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Col. Mundo do Trabalho).

MILANI, Patrícia Helena; SILVA, Edima Aranha. **Dinâmica da rede urbana na Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul**. Encontro nacional de geógrafos (ENG), 17. Anais do XVII Encontro nacional de geógrafos (ENG). Porto Alegre (RS), 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. (23ª Ed.) São Paulo: Atlas, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Movimento operário e questão cidade-campo no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

_____. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru: AGB, vol. II, nº 16, ano 6, p. 04-08, 2000.

_____. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MORELLI, Luiz Alberto. **A Monocultura do Eucalipto e a Monopolização do Território na Metade Sul do Rio Grande Do Sul**. 2011. 209f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MOURA, Rosa; CASTELLO BRANCO, Maria Luiza Gomes; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. Movimento pendular e perspectiva de pesquisa em aglomerados urbanos. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-Nação**. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).

PAKKASVIRTA, Jussi. Globalización, agrobusiness, América Latina y... ¿Finlandia? **Nueva Sociedad**, nº 214, Salamanca (Espanha), p. 133-142, mar-Abr. 2008.

_____. **Fábricas de celulosa: historias de la globalizacion**. Buenos Aires: La Colmena, 2010.

PEREIRA, Renata C. Oliveira; GOMES, Conceição A. Q. O recente processo de industrialização de Três Lagoas-MS. **Econ. Pesqui.**, Araçatuba, v.6, p. 50-65, mar. 2004.

PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do trabalho e o desenvolvimento desigual e combinado do território em escala local: estudo de caso dos municípios de Presidente Prudente-SP e Álvares Machado-SP**. 2010. 83f. Monografia (Bacharelado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente.

_____. Considerações sobre a produção do espaço regional à luz da teoria marxista contemporânea. **Formação** (Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP/FCT), v. 2, p. 50-65, 2011.

PLANETA. São Paulo. Editora Três: nº 451, Ano 38, Abril de 2010.

PNUMA. **Rumo a uma Economia Verde**. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão. 2011. Disponível em: <www.unep.org/greenconomy> (acessado em 10/08/2012).

POMAR, Wladimir. Reflexões sobre o desenvolvimento. **Teoria e debate** (Fundação Perseu Abramo), São Paulo, n. 46, Nov./dez. 2006.

PORTER, Michael E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O modelo de desenvolvimento do agronegócio: limites e perspectivas. **Rev. Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS**, nº 14, ano 8, p. 29-58, nov. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2001.

REPORTER BRASIL (Org.). **“Deserto Verde”** – Os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil. (Cartilha com distribuição gratuita). 2011.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades humanas** – um olhar para o Norte-Central paranaense. 1998. 186f. Tese (doutorado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo.

SACHS, Jeffrey. **O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Jefferson Rodrigues dos. **A Constituição do Complexo Agroindustrial de Celulose no Rio Grande do Sul: uma Avaliação da Dinâmica Global e da Inserção Brasileira no Setor**. Encuentro de Geógrafos de America Latina, 12. In: *Annales del XII Encuentro de Geógrafos de America Latina*, Montevideo, Uruguai, 2009. s/p.

SANTOS, Ariovaldo. Migração e força de trabalho: notas para debate. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, vol. 7, nº 2, p. 7-25. nov. 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. A formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 54, 1977.

_____. **Por uma Geografia Nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção espaços).

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **A natureza do espaço:** Técnica, tempo e razão. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, José Graziano da. (prefácio) **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil:** uma introdução à obra de Ignácio Rangel. In: RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

SILVEIRA, Márcio Rogério. As cinco revoluções e evoluções logísticas e seus impactos sobre o território brasileiro. In: SILVEIRA, Márcio Rogério; LAMOSO, Lisandra Pereira; MOURÃO, P.F.C. (org.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

_____. O uso urbano do solo na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, AGB, nº 57, p. 77-92, 1980.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOUZA, Adauto de Oliveira. **O Mato Grosso do Sul no contexto dos novos paradigmas de integração e desenvolvimento nacional.** Dourados: Ed. UFGD, 2008.

_____. **Estado e indução da atividade industrial.** Dourados: Ed. UFGD, 2010. (Cadernos acadêmicos UFGD. Ciências humanas).

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Geografia – Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Território, logística e mundialização do capital.** Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GASPER, 1999.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço geográfico uno e múltiplo.** Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, nº 93, 2001.
Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/scriptanova/article/view/55379/64465>> (acessado em 01/09/2010).

TAVEIRA, Juliana; GONÇALVES, Eduardo; FREGUGLIA, Ricardo da Silva. Uma análise da mobilidade de trabalhadores qualificados na indústria de transformação brasileira. **Revista Econ. Contemp.,** Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 243-270, mai./ago. 2011.

THOMAZ, JÚNIOR, Antonio. Por uma Geografia do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n° Especial, p. 04-17, ago. de 2002.

_____. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 4. n° 2, nov. 2003.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: Limites explicativos, Autocrítica e Desafios teóricos. 2009. 985f. Tese (Livre Docência em Geografia do Trabalho). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **Revista Pegada**. vol. 12, n. 1, p. 94-112, Jun. 2011a.

_____. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, v.7, n° 1, p. 307-329, 2011b.

_____. Sinal dos tempos do Capital: Irreformabilidade e Emancipação! In: ALVES, José; PONTE, Karina Furini da; THOMAZ JUNIOR, Antonio (Orgs.). (Volume VI). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Editorial Centelha/CEGeT, 2011c. p.11-38.

TORESAN, Luiz. **Informe Conjuntural** – A Política Florestal Brasileira e as prioridades do Governo Lula - (25/09/2003). Artigo eletrônico.

Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Infconj/textos03/IEditor/IEditor2509.htm>> (acessado em 10/05/2012).

TRÊS LAGOAS (Prefeitura Municipal). **Relatório de Atividades 2005-2009**. Três Lagoas, 2009. (Impresso).

TROTSKY, Leon D. **A história da revolução russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

VEJA. Entrevista – Luciano Coutinho. O Brasil não vive uma bolha. Ed. 2.227, Ano 44, n° 30, 27 de Jul. de 2011.

VIA CAMPESINA. **O latifúndio dos eucaliptos**: informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel. Rio Grande do Sul, 2006.

VILELA, Maria José Alencar. Desafios ambientais da expansão do plantio de eucalipto no cerrado - Três Lagoas, MS, Brasil. **Rev. Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS**, n° 14, ano 8, p. 123-140, nov. 2011.

VON THÜNEN, Johann Heinrich. **The isolated State**. New York: Pergamon Press, 1966 (Edição original: 1826).

WEBER, Alfred. **Theory of location of industries**. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1957. (Edição original: 1909).

WESZ JÚNIOR, Valdemar João. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2011. (Col. Sociedade e economia do agronegócio, Vol. 4).

WILLIAMSON, John. **A economia aberta e a economia mundial** - Um texto de economia internacional. Rio de Janeiro: Compus, 1989.

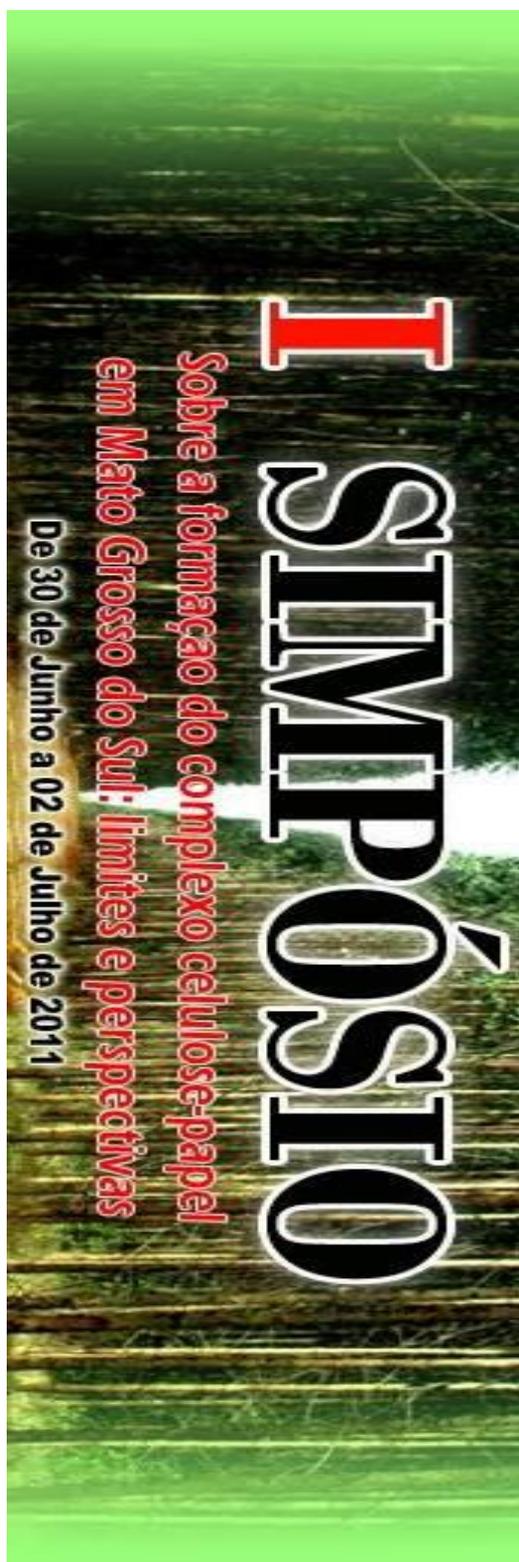
WRM (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS). **Boletim nº 83 do WRM**. Edição em português. Montevideo (Uruguai), Junho de 2004.
Disponível em: <www.fboms.org.br/boletimwrm.doc> (acessado em 12/01/2012).

_____. **Boletim nº 178 do WRM**, Edição em português. Montevideo (Uruguai). Maio de 2012.
Disponível em: < <http://www.wrm.org.uy>> (acessado em 25/05/2012).

ZANOTELLI, Claudio Luiz, A Migração para o Litoral: o Caso dos Trabalhadores da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). **Geografares**, Vitória, EDUFES, v. 1, nº 1, jun. de 2000.

ANEXOS

Anexo 1. Cartaz do I Simpósio Sobre a Formação do Complexo Celulose-Papel em Três Lagoas-MS: Limites e Perspectivas.



Anexo 2. Cartaz da I Feira da Cadeia Produtiva da Indústria de Base Florestal Sustentável da Região de Três Lagoas, MS.

FLORESTA - MADEIRA - CELULOSE - PAPEL - ENERGIA - LOGÍSTICA

TRÊS LAGOAS

FLORESTAL

Entre os dias 10 e 13 de abril de 2012,
a Capital Mundial da Celulose sediará a
1ª Feira da Cadeia Produtiva da Indústria de Base
Florestal Sustentável da Região de Três Lagoas-MS

Anexo 3. Lista de Irregularidades Cometidas Por Empresas da Construção Civil e Montagem Industrial Atuantes nas Obras da Fábrica da Eldorado Brasil em Três Lagoas.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESASA – SINTIESPAV-MS E - SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DO MOBILIÁRIO – SINTRICOM-TRÊS LAGOAS-MS E COMISSÃO DE TRABALHADORES DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DO PROJETO ELDORADO.

LISTA DE REINVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES:

- 1- Maus tratos aos trabalhadores por parte do funcionário Ari da empresa Paranasá
 - solicita-se o afastamento deste funcionário;
 - 2- Holerites e Espelhos de Pontos:
 - nenhuma empresa entrega os espelhos de ponto aos funcionários;
 - muitos funcionários não recebem nem ao menos o holerite;
 - Empresa Serpal não disponibiliza marcação de ponto nos sábados e nos domingos;
 - (solicita-se entregar todos os meses e antes de efetuar os depósitos dos salários em conta, entregar os holerites e os espelhos de ponto);
 - 3- Muitos trabalhadores não estão sendo reembolsados das passagens de vinda, outros recebem os reembolsos quando saem na folga de campo e depois ficam sem o valor das passagens da folga de campo, outros quando pedem para sair, são convidados a abrir mão das passagens para poder receber as verbas rescisórias;
 - 4- Agenciamento irregular, o trabalhador agenciado deve ser contratado na origem e ao contrário estão sendo agenciados, transportados e depois contratados, neste processo irregular constatam-se várias irregularidades:
 - agenciamentos com cobrança de valores para o agenciador, que já recebe das empresas, mesmo assim cobra dos trabalhadores e os ameaça que se informarem sobre a cobrança não serão contratados;
 - muitos além de pagarem ao agenciador tem que custear as despesas de alimentação na viagem;
 - em razão do agenciamento irregular trabalhadores estão chegando na cidade e o contato informado não é localizado tendo que permanecer nas ruas até o dia seguinte e buscarem por conta própria empresas para serem contratados;
 - em razão destas contratações, “sem agenciamento”, algumas empresas não querem custear as folgas de campo alegando que o trabalhador foi contratado aqui;
 - existe muitas reclamações de pagamentos parciais de passagens.
- 05- Folga de Campo:

(Continua na próxima página).

- muitos trabalhadores já estão trabalhando a mais de 6 meses sem ter a folga de campo;
 - trabalhadores que moram muito distantes, ou suas cidades localizam-se em região de difícil acesso os dias concedidos para a baixa não são suficientes, existindo situação que gastam 4 dias para ir e 4 para voltar;
 - algumas empresas estão depositando parceladamente valores junto com os salários sem avisá-los, e depois informam que já depositaram os valores das passagens da folga de campo;
 - estão pagando valores inferiores muito aquém dos gastos relativos a folga de campo (pagam R\$ 600,00 ou R\$ 800,00 e o trabalhador gasta de R\$ 1.000,00 ou R\$ 1.300,00);
 - empresas estão trocando a folga de campo por 60 horas extras de 75%, sem dar opção ao trabalhador, outras estão pedindo ao trabalhador para não fazer a folga de campo e oferecem R\$ 400,00;
 - Empresa Passaúra está com 10 trabalhadores do Piauí os quais foram informados que não terão folga de campo;
 - Sugestão: 1-deve ser pagos as passagens e também os custos de alimentação, 2- os valores devem ser pagos integralmente quando da baixa de campo, 3- casos específicos devem ser analisados dentro de suas especificidades, e permitidos pelo menos que o trabalhador permaneça o final de semana e mais um dia com sua família.
- 6- Horas extras:
- Os trabalhadores estão sendo impedidos de fazer horas extras e as empresas informam que os sindicatos não permitem que se façam horas extras;
 - Tem empresa fazendo dois turnos e não permitindo horas extras;
 - Sugestão: (a empresa deve proporcionar horas extras dentro do que a lei permite, isto é duas horas extras por dia, de segunda a sexta e no sábado até 10 horas);
- 7- Tempo gasto até as frentes de trabalho:
- Os trabalhadores estão se deslocando para as frentes de trabalho à pé, gastando até 30 minutos de caminhada e na hora do almoço, mal conseguem almoçar e estão chegando atrasado depois do almoço, porque não dá tempo.
 - Sugestão: disponibilizar ônibus suficientes para transportar os trabalhadores para as frentes de trabalho.
- 8- Plano de Saúde:
- Não existe veículo adequado para transportar os trabalhadores nos alojamentos, tem que ir de taxi;
 - Quando estão na obra são levados ao Postão e outros são deixados em frente ao hospital sem orientação, na obra não tem medicamentos, só dão injeção, soro e alguns comprimidos, quando tem;
- 9- Rotai:
- Levam trabalhadores presos por motivo de reclamação de alimentação;
 - trabalhadores são conduzidos para hotéis em viatura da polícia em total desrespeito a pessoa humana;

(Continua na próxima página).

- Sugestão: Tentar resolver os problemas internamente, com a empresa e com os homens da Meta, e transportar trabalhadores com veículos da empresa ou alugados, evitar usar as viaturas da polícia que ultrajam os trabalhadores, mesmo quando os transportes são feitos passivamente;
- 10- Desvios de função:
 - Vários trabalhadores estão exercendo função de oficial e estão registrados e recebem salário de ajudante;
 - Sugestão: regularizarem as funções.
- 11- Dispensas em massa e principalmente dentro ou no vencimento da experiência:
 - Vários trabalhadores estão sendo dispensados com pouco tempo de contratação, sendo bons trabalhadores, não permitindo que tenha uma rescisão ou um ganho razoável para voltarem a suas residências;
 - Sugestão: manter critérios para dispensa de funcionários;
 - desenvolver projetos de capacitação de mão de obra;
- 12- Cartão magnético:
 - Vários trabalhadores estão informando que quando perdem seus cartões magnéticos ficam impedidos de adentrar na obra e perdem os dias e os DSRs;
 - são descontados mais de R\$ 50,00 na confecção do segundo cartão;
 - Sugestão: descontar valor compatível com o custo do cartão e não deixar o trabalhador perder o dia enquanto aguarda a confecção do cartão, que na portaria haja um controle dos cartões sem cartão com registro de entrada em separado.
- 13- Recebimento de salários:
 - Não há tempo hábil para os funcionários receberem seus salários;
 - Sugestão: conceder um dia (no dia do pagamento) com programação, para recebimento de salário, colocação de terminais de caixa bancários na obra e no alojamento.
- 14- Alojamento:
 - Vários alojamentos distribuídos na cidade não dispõe de condições mínimas de higiene ou mesmo de espaço adequados para instalação dos trabalhadores;
 - Sugestão: que a obra com acompanhamento dos sindicatos fiscalize os alojamentos e forneçam documento de aprovação dos locais para serem liberados.
- 15- HORAS "IN ITINERE":
 - Os trabalhadores não recebem as horas "in Itinere", permanecem de 1:30 hs a 2:00 hs. por dia;
- 16- PROIBIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES DISPENSADOS DE EMPRESAS DENTRO DO PROJETO, NO PERÍODO DE 90 DIAS:
 - Trabalhadores são impedidos de ingressar em outra empresa dentro do projeto dentro de 90 dias, caso já tenha trabalhado em qualquer das empresa no projeto.

Anexo 4. Cavacos de Madeira de Eucalipto na Fábrica da Fibria em Três Lagoas
Autor: Guilherme Marini Perpetua (10/2010).

